

série
FLORESTAS

SUENY DIANA OLIVEIRA DE SOUZA
WILLIAM GAIA FARIAS
ORGANIZADORES

MILITARES, POLÍTICA E FRONTEIRAS:

Questões de História da Amazônia



Instituto
de Filosofia e
Ciências Humanas
UFPA



MILITARES, POLÍTICA E FRONTEIRAS:

.....
Questões de História da Amazônia



Comissão Científica:

Casimira Grandi (Università di Trento – Itália)

Chantal Cramoussel (Universidad de Guadalajara – México)

João dos Santos Ramalho Cosme (Universidade de Lisboa – Portugal)

Mark Harris (University of Saint Andrews – Escócia)

José Luis Ruiz-Peinado Alonso (Universitat de Barcelona – Espanha)

Oscar de la Torre (University of North Carolina – Estados Unidos)

Maria Luiza Ugarte (Universidade Federal do Amazonas)

Luis Eduardo Aragón Vaca (Universidade Federal do Pará)

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Universidade Federal do Pará)

Érico Silva Alves Muniz (Universidade Federal do Pará)

Clarice Nascimento de Melo (Universidade Federal do Pará)

Lígia Terezinha Lopes Simonian (Universidade Federal do Pará)

SUENY DIANA OLIVEIRA DE SOUZA
WILLIAM GAIA FARIAS
Organizadores

MILITARES, POLÍTICA E FRONTEIRAS:

Questões de História da Amazônia



2021

Copyright © 2021 Os autores
1ª Edição

Direção editorial: José Roberto Marinho

Revisão: Fernando Paulo Neto

Capa: Fabrício Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Militares, política e fronteiras: questões de história da Amazônia / Sueny Diana Oliveira de Souza, William Gaia Farias organizadores. – São Paulo: Livraria da Física, 2021. – (Florestas; 1)

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5563-128-9

1. Amazônia - Condições econômicas 2. Amazônia - Aspectos ambientais 3. Amazônia - Aspectos sociais 4. Amazônia - Política e governo 5. Artigos - Coletâneas 6. Militares - Brasil I. Souza, Sueny Diana Oliveira de. II. Farias, William Gaia. III. Série.

21-76034

CDD-981.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia: História 981.1

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/93

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107 da Lei N° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

Criado em 2004, o Programa de Pós-Graduação em História Social (PPHIST), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem construídos estudos sobre a Amazônia invariavelmente alinhados às tendências historiográficas nacionais e internacionais. Com um diversificado perfil do corpo docente, que também se observa nas linhas de investigação, o programa tem se tornado um espaço importante de contribuição e renovação historiográfica com produção significativa em que se inserem Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, relevantes nas suas temáticas e na articulação que estabelecem com os novos enfoques historiográficos.

A percepção mais ampla da Amazônia de florestas e cortadas por muitos cursos d'água que tornam à terra úmida e colabora na sua fertilização, mas que também permitem os deslocamentos e comunicações, exige um exercício de investigação e uma perspectiva de análise que valorize as experiências vividas nesta vasta região e as múltiplas conexões, fluxos e compulsões internas e externas, historicamente construídas. O caleidoscópico movimento das populações e a forças das instituições deram lugar a projeções de dramas e experiências sociais diversas e de complexidade em relevo, o que tem imprimido ao programa um caráter inovador e renovador, com novas, instigantes e necessárias abordagens.

Os livros que aqui apresentamos, neste ano de 2021, em que o programa completou 10 anos de criação do doutorado e 17 anos de existência, fazem parte da *Coleção Floresta*, vinculada ao IFCH, e são resultados dos trabalhos de professores e egressos do PPHIST. Revelam um promissor momento da pesquisa histórica na Amazônia abordando temas e temporalidades variadas que oferecem, como observaremos, novos aportes e novas interpretações sobre a Amazônia.

Um dos iniciais objetivos comuns destes livros, é o de mostrar as variedade e complexidades do espaço amazônico, seu passado histórico e os fatores condicionantes que se tem mantido vigente em sua atualidade, assim como as relações produzidas com a introdução de novos enfoques de estudos. Assim, se foi perfilado um espectro de temas relacionados com questões espaciais,

identitárias e de poder. Experiências comuns, valores partilhados e sentimentos de pertencimentos foram observados em ambientes condicionantes por relações de poder e medidos por espaços forjados na luta e dentro das práticas que o configuram e o reproduz. A Amazônia se revela nestes estudos como espaço modelar em que os agentes que o operam socialmente, constroem percepções, representações e estratégias de intervenção em diferentes temporalidades.

Tais trabalhos de pesquisa, sem dúvida, constituem contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação com o passado e demandas presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social em contexto amazônico e suas conexões. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais. Como apontado, percorrem searas das mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, pensar as ações de domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, assim como revelar práticas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento e outras já concluídas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais que apenas um programa consolidado poderia construir. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo de que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Aproveitamos para registrar os nossos cumprimentos e agradecimentos a CAPES pelo apoio financeiro para publicação, o que expressa o compromisso com o desenvolvimento da pesquisa e a formação superior no Brasil e na Amazônia. Estendemos os cumprimentos ao Programa de Pós-Graduação em História Social, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e a Universidade Federal do Pará pelo apoio institucional e envolvimento dos seus professores e técnicos na construção destas importantes obras bibliográficas.

Um bom exercício de leitura é o que inicialmente desejamos.

Fernando Arthur de Freitas Neves

Diretor do IFCH

Francivaldo Alves Nunes

Coordenador do PPHIST

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. EDUCAÇÃO, TRABALHO E INFÂNCIA NO ARSENAL DE MARINHA DA PROVÍNCIA DO PARÁ (1871 – 1880)	15
<i>Admarino Gonçalves de Matos Júnior</i>	
2. A ESCOLA DE MARINHA MERCANTE DO PARÁ: FORMAÇÃO, ENSINO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE MARÍTIMOS NA AMAZÔNIA (1892-1920).....	35
<i>Pablo Nunes Pereira</i>	
3. LOCOMOTIVA DO PROGRESSO: PERSPECTIVAS SOBRE A IMPRENSA NO LIMIAR REPUBLICANO	55
<i>Daniella de Almeida Moura</i>	
4. ENTRE ALIANÇAS E CONTENDAS, ASSIM SE FEZ A REPÚBLICA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA: DISPUTAS E ACORDOS POLÍTICOS NO ALVORECER DA REPÚBLICA EM MARAPANIM-PA, 1889-1901.....	81
<i>Tiago Barros Ferreira</i>	
5. SOCIABILIDADE E POLÍTICA: A ATUAÇÃO DE LAURO SODRÉ NA MAÇONARIA	105
<i>Alan Christian de Souza Santos</i>	
6. AS RUÍNAS DO PANÓPTICO: POLICIAMENTO E SOCIEDADE NO PARÁ (1850-1889)	127
<i>Anderson Alexandre Cruz Vilhena</i>	

7. O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO POLICIAMENTO MILITARIZADO NO PARÁ: (RE)ORGANIZAÇÃO, DESAFIOS E PROFISSIONALIZAÇÃO (1875-1900).....	145
<i>Diego Nazareno de Jesus Santos Filgueiras</i>	
8. A ESCOLHA DA CARREIRA POLICIAL MILITAR, E A ESTREIA DO JOVEM CADETE (1985-1995).....	169
<i>Jesiane Calderaro Costa Vale</i>	
9. TRABALHO E SAÚDE MENTAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARÁ.....	193
<i>Joana D'arc do Carmo Lima1</i>	
10. A COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO RIO GURUPI E A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA: DISCURSOS E CONFLITOS (PARÁ-MARANHÃO, 1852-1872).....	207
<i>Sueny Diana Oliveira de Souza, Talita Almeida do Rosário</i>	
11. ESTUDOS SOBRE A AMAZÔNIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO	235
<i>Fernando da Silva Rodrigues</i>	
12. “GUARDIÃES DE MEMÓRIAS”: GESTÃO DE ACERVOS JUDICIÁRIOS, PESQUISA E ENSINO	251
<i>William Gaia Farias, Eronice Visgueira Sampaio Catunda</i>	

APRESENTAÇÃO

É sempre uma grande satisfação apresentar uma obra composta por artigos que partem de experiências de pesquisas e ensino na Amazônia. São textos cujos processos de produção tivemos o prazer de acompanhar, já que os autores fazem parte de um mesmo grupo de pesquisa, e que, portanto, debatem questões sobre suas pesquisas em momentos de reuniões presenciais e, nesses tempos difíceis de pandemia, em atividades a distância. Isso tudo, certamente, aumenta as expectativas que temos para a leitura de cada artigo da coletânea ora apresentada. São artigos que seguem apurado rigor teórico e metodológico, com utilização de diversificados conjuntos de documentos, que privilegiam debates atualizados do campo da história sem desprezar os diálogos com outros campos, que, considerando as especificidades, possibilitam relevantes análises sobre temas de História da Amazônia.

E, por essa característica, o livro traz artigos de diferentes dimensões temáticas e temporalidades sobre a Amazônia. Em seu primeiro artigo, Admarino Matos traz uma análise sobre a criação da Companhia de Aprendizes Artífices que funcionou no interior do Arsenal de Marinha da Província do Pará como espaço de escolarização ou forma escolar de educação. A iniciativa ofertava ensino de primeiras letras e ensino de ofícios mecânicos difundidos a meninos pobres, órfãos e desvalidos no período de 1871 a 1880. Momento, esse, em que a Marinha Imperial passava por uma série de mudanças nas suas composições e agências administrativas, como a reforma dos arsenais militares. Questão que mesclou o interesse do Estado em dar destino à infância pobre sob seu controle e reordenamento da força de trabalho.

No segundo capítulo, Pablo Nunes desnuda o processo de organização da Escola de Marinha Mercante do Pará, bem como o ensino, formação e avaliação dos marítimos na região amazônica. Apresentando como hipótese a ideia de que a Escola cumpriu um papel essencial no processo de consolidação da categoria profissional dos marítimos na região e no Brasil, considerando, sobretudo, que estabeleceu os parâmetros curriculares, de admissão e certificação de pilotos e maquinistas que estariam aptos a atuar nos rios e ainda

legitimar os agentes que poderiam atuar na marinha mercante nacional e na navegação de cabotagem. No capítulo, o autor investiu na compreensão do processo de organização, composição do currículo, critérios de admissão e avaliação dos alunos. Compondo parte da argumentação, analisou paralelamente outros aspectos de atuação da categoria na Amazônia.

No capítulo seguinte, Daniella Moura tece uma discussão sobre a imprensa em suas diversas faces, identificando-a como um veículo de comunicação cuja finalidade não se restringe a informar, mas também apresentar discursos, instruir, educar e ser condutora do progresso e da civilização. Para tanto, o contexto do final do século XIX foi esmiuçado, destacando o processo de urbanização e os avanços tecnológicos, a partir das diferentes perspectivas e possibilidades de pesquisa histórica acerca da imprensa periódica, que não se limitam ao campo da história, e estabelecendo a relação entre a imprensa e a República, intimamente associada ao progresso e a civilização. A diversidade quantitativa de jornais é uma característica desse momento, evidenciando seus variados perfis e áreas de interesse no findar do oitocentos, com suas mudanças e permanências.

Já Tiago Ferreira analisa, no próximo texto, as disputas e os acordos políticos pelo controle do poder político de mando em Marapanim/PA, ocorridos durante o período de 1889-1901, com ênfase no pleito eleitoral municipal de 1900, largamente marcado pelas ações da política dos governadores, como, por exemplo, a degola eleitoral. O período trabalhado pelo autor compreende o processo de consolidação das instituições republicanas no Brasil e as disputas oligárquicas ocorridas na região amazônica, a partir de 1897, com a cisão do Partido Republicano Paraense (PRP). Para isso, o autor utilizou como fonte referencial de pesquisa documentos dos bancos de dados governamentais, em especial as Atas do Congresso Estadual do Pará, na sua maioria veiculadas pelos jornais da base governista e periódicos de oposição editados na capital paraense, com circulação nas regiões interioranas, que disseminavam as notícias, conforme os interesses dos governantes locais.

Seguindo as discussões no campo político, Alan Christian Santos discute a trajetória de Lauro Nina Sodré e Silva, nascido em Belém no ano de 1858 e falecido no Rio de Janeiro em 1944, demonstrando que, entre um acontecimento e outro, o decurso de uma vida na qual esses dois espaços geográficos tiveram suas fronteiras simbólicas aproximadas em meio à trajetória de um

militar e político brasileiro reputado como intelectual e assíduo em variados espaços de sociabilidade. Nesse sentido, a partir de referenciais da história política, o artigo analisa a coleção de boletins do Grande Oriente do Brasil para significar a atuação de Lauro Sodré na maçonaria entre o período de 1904 e 1916, quando ele ocupou o posto de grão-mestre da instituição. Ao longo do texto, são destacadas as ações da administração de Sodré que resultaram em reformas de regulamentos, difusão de princípios político-sociais e modernização da estrutura de serviços disponibilizados aos maçons. A reflexão visa não apenas contextualizar uma das facetas menos conhecidas do velho republicano histórico paraense, mas apontar possíveis vinculações entre o campo político e o universo da sociabilidade maçônica.

Abordando outra dimensão política, Alexandre Vilhena analisa a dinâmica de policiamento do Pará na segunda metade do século XIX, a partir da abordagem de dois eixos categóricos integrados: o policiamento enquanto ideia articulada à noção de civilização; e o policiamento enquanto prática orientada pela pretensão de transformação social, mas em intenso diálogo e conflito com as condições materiais sobre as quais se desdobra. E, para isso, utiliza a documentação oficial produzida na esfera Estadual pelos poderes Executivo: Falas, Mensagens, Ofícios, Ordens do Dia; e Legislativo: Atas de Sessões e Legislação Estadual – no sentido de compreender a organização da disciplina social e as pretensões daqueles que detinham o poder decisório, tanto quanto suas denúncias dos conflitos que a vida prática apresentava a essas pretensões.

Já Diego Filgueiras nos brinda com um artigo sobre o processo de consolidação do policiamento militarizado no Pará, com ênfase nos eventos associados à organização e profissionalização da polícia paraense, no contexto dos anos de 1870 a 1900. Nesse sentido, o artigo discorre sobre os desafios institucionais de adequar os corpos de polícia às peculiaridades de um vasto território, rural e urbano; a transição entre as várias forças empregadas no serviço de policiamento do interior e da capital da província; o processo de consolidação do modelo de policiamento militarizado ante o civil; e as influências europeias no processo de profissionalização da polícia paraense. O contexto são os eventos políticos e sociais do movimentado século XIX, que trouxeram mudanças sensíveis para a sociedade brasileira, produzindo um novo cenário social sob vários aspectos, e que impuseram às instituições policiais o desafio de se adequarem ao novo contexto que se estabelecia.

Na sequência, Jesiane Calderaro apresenta um debate acerca dos desafios sobre a formação do oficial na Polícia Militar do Pará, com ênfase na figura do cadete entre os anos de 1985-1995. A autora apresenta fragmentos das narrativas de alguns sujeitos que vivenciaram a vida em âmbito da caserna no período mencionado, e, a partir de suas reminiscências, analisa como se dá o engendramento do processo de socialização militar – no período dos três anos de formação, tempo no qual o jovem cadete segue no cotidiano da Academia policial militar sob estreita vigilância, controle disciplinar e comportamental – cuja finalidade proposta é a transformação de um civil, em um oficial policial militar.

Seguindo o debate, Joana D'arc Lima faz uma análise das relações de trabalho na Polícia Militar do Pará, na qual pressupõe a existência de conflitos que remetem à supremacia do interesse público em detrimento da saúde e qualidade de vida do público interno. Para a escrita do artigo, foram realizadas entrevistas com policiais, sendo possível estabelecer relação entre o uso de práticas não dialógicas, caracterizando o sofrimento psíquico que afeta a saúde física e emocional dos policiais, em virtude das características burocráticas e das relações de poder institucionalizadas.

Na sequência, Sueny de Souza e Talita de Almeida trazem uma discussão a respeito da ocupação da fronteira entre o Pará e o Maranhão, proposta pela província maranhense, a partir da segunda metade do século XIX, em um processo que foi idealizado a partir da instalação de uma colônia militar localizada às margens do rio Gurupi e que buscava redefinir as formas de ocupação, utilização e circulação nas faixas de terras recém anexadas do Pará; e, a partir da presença e atuação dos militares/agricultores da colônia, estabelecer o controle sobre as vivências das gentes da fronteira.

Por outro aspecto, Fernando Rodrigues traz uma análise que privilegia a documentação produzida pelo Exército Brasileiro sobre a Amazônia relacionada à história militar, e sua interface com os estudos sobre fronteira. No artigo, enfatiza a Amazônia como lugar de debate, e historicamente como ponto de integração entre o litoral e o interior, que é percebida através dos múltiplos olhares e de investigadores de diferentes áreas. As diversidades espaços-temporais, político-sociais, diplomáticas e militares junto à riqueza das diferentes abordagens metodológicas e às várias articulações desenvolvidas nas Ciências

Humanas, que ampliaram o entendimento sobre as questões levantadas, permitiram o aprofundamento dos debates.

O artigo de autoria de William Gaia Farias e Eronice Sampaio Catunda aborda a gestão e os usos da documentação judiciária em instituições que guardam um vasto acervo cível e criminal, considerando os usos dos documentos no ensino, pesquisa e outras ações voltadas ao atendimento social. Os autores destacam que o maior volume documental em questão está concentrado nos séculos XIX e XX, sendo procedente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ-PA), que, além do gerenciamento direto de parte do acervo, adotou um sistema de convênios interinstitucionais, principalmente com universidades. Questões quanto ao reconhecimento desse patrimônio documental, como aporte ao ensino de história, também são discutidas. Dessa forma, os autores procuram entender até que ponto as atividades voltadas ao ensino, pesquisa e extensão são empregadas como meio de formação e de incentivo ao desenvolvimento de uma consciência educativa e patrimonial, com reflexões e experiências voltadas à valorização das memórias como importante dimensão da cidadania.

Em meio a diferentes olhares e novas possibilidades de perceber a Amazônia, convidamos o leitor a desnudar faces de nossa História trabalhada e escrita pelos membros do Grupo de Pesquisas Militares, Políticas e Fronteiras na Amazônia.

Sueny Diana Oliveira de Souza
William Gaia Farias

EDUCAÇÃO, TRABALHO E INFÂNCIA NO ARSENAL DE MARINHA DA PROVÍNCIA DO PARÁ (1871 – 1880)

Admarino Gonçalves de Matos Júnior¹

Introdução

A partir da segunda metade do século XIX, no Arsenal de Marinha da Província Pará, foi criada uma Companhia de Aprendizes Artífices que se caracterizou como uma forma escolar de educação. A escola oferecia educação integral, ensino de primeiras letras, ensino de ofício mecânico, educação religiosa, musical, roupa, alimentação, assistência médica e moradia dentro de um estabelecimento militar. Foi assim que os dirigentes políticos e militares do Império brasileiro desenvolveram ações educacionais de formação de artífices destinada à infância pobre, órfã e desvalida de 7 a 12 anos de idade. O objetivo era, de acordo com o próprio Ministro da Marinha, de tornar “A esperança de operários para os arsenais”, uma vez que o ensino de ofícios nesses estabelecimentos “Poderia dar à educação de nossa mocidade uma direção benéfica”².

1 Mestre em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST/Universidade Federal do Pará – UFPA. Pesquisador integrado ao Grupo de Pesquisa: Militares, Política e Fronteira na Amazônia, Belém, PA, Brasil.

2 BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 2º sessão da 10º legislatura de 1857 (Publicado em 1858), p. 12.

Os estudos sobre a “escolarização” ou “forma escolar de educação” vêm acentuando-se sobre o século XIX e demonstrando que havia em diversas localidades do território brasileiro uma intensa discussão acerca da necessidade de educar as camadas inferiores da sociedade, especialmente a infância desvalida³. A ideia de “educação” para esse período vem sendo entendida nas suas diversas formas de compreensão, que vão desde as iniciativas institucionalizadas até as não institucionalizadas. As iniciativas e formas educativas que se organizaram nas estruturas institucionalizadas abarcam uma série de medidas difusoras que foram mantidas e expandidas pelo aparelho do Estado, por Igrejas, empresários, filantropos e agentes, como médicos, juristas e militares, por exemplo⁴.

Aqui, neste texto, utilizo a expressão “forma escolar de educação” por considerar o sentido pensado por José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008), que atribuem todas as escolas voltadas para os níveis de ensino de primeiras letras e modalidades, como as iniciativas profissionalizantes de ensino de ofícios, sejam elas de iniciativas militares ou comerciais, que funcionaram como asilos, colégios, liceus, seminários, conventos e outros tipos de internatos, comportando variados objetivos políticos, econômicos e sociais⁵.

“A educação, como prática social e histórica, é plural e adquire formas e sentidos diversos, conforme os espaços, os tempos, os sujeitos e os grupos que a experimentam e vivenciam”⁶. Desse modo, é possível pensar que os arsenais militares da Marinha Imperial brasileira tiveram papel importante e frequente no bojo das discussões políticas do Estado sobre a escolarização, trabalho e destino difundido a infância pobre. Assim, o espaço militar é entendido como mais uma experiência plural das formas educativas implementadas no século XIX.

Portanto, o objetivo do texto é analisar a iniciativa militar que envolveu o processo de criação da escola ou Companhia de Aprendizes Artífices, que funcionou dentro Arsenal de Marinha da Província do Pará. Também, perceber o objetivo e estratégia da formação de mão de obra qualificada para os

3 GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma re-escrita*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 28, n. 14, p. 121-146, jan./jun. 2007.

4 GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

5 Idem, p. 11.

6 Idem, p. 11.

estaleiros navais, e como esse espaço militar complexo da organização, proteção e controle do Estado se tornou também um espaço de educação e trabalho destinado a menores pobres no período de 1871 a 1880.

Tal periodização se justifica por se tratar do momento de criação e extinção das atividades na Companhia de Aprendizes. Também foi o período em que a Marinha Imperial atravessa uma série de mudanças nas suas composições e agências administrativas, como a reforma dos arsenais militares que esteve mesclada com a maneira do processo que envolveu o interesse do Estado em dar destino à infância pobre sob controle e reordenamento da força de trabalho.

Para isso, os relatórios anuais apresentados pelo Ministro da Marinha à Assembleia Legislativa do Império, os relatórios de Presidente da Província do Pará apresentados à Assembleia Legislativa Provincial, os decretos presentes na coleção de Leis do Império, os ofícios e relatórios de inspeção presentes na Série-Marinha no Arquivo Nacional (AN) e no fundo Arsenal de Marinha do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) permitem perceber as falas e discursos que demonstravam o interesse voltado à difusão de uma modalidade de ensino destinada à infância desvalida através da iniciativa da Marinha na Província do Pará.

Política e reforma do Arsenal de Marinha do Pará

Entre os estabelecimentos públicos que visitei em Belém, devo fazer menção especial do Arsenal de Marinha [da Província do Pará]⁷.

Na segunda metade do século XIX, o cônego Francisco Bernardino de Souza partiu do Rio de Janeiro ao Pará. Encarregado dos trabalhos etnográficos sobre o Pará e Amazonas, relata em viagem feita à cidade de Belém a situação em que se encontrava o Arsenal de Marinha do Pará; das boas condições de ordem, disciplina e asseio até as necessidades de dar maior importância ao estabelecimento, que em muito ajudava o império brasileiro na construção e reparação das diversas embarcações que transitavam pela região.

7 SOUZA, Conego Francisco Bernardino de. *Pará e Amazonas: pelo encarregado dos trabalhos etnográficos*. Brazil, Comissão do Madeira. Typographia Nacional, 1874, p. 33.

O relato continua apresentando um breve histórico sobre a instituição, ressaltando os tempos de glória e o progresso dos serviços das oficinas, da construção naval, do pessoal habilitado, que resultaram na elaboração de importantes obras de grande e pequeno porte. Também menciona a problemática enfrentada pela instituição para manter seu estado adequado de funcionamento. Aliás, um ponto destacado era a condição do Arsenal, que se encontrava muito aquém do que um dia foi, diante da importância da região privilegiada por variedade de madeira disposta à construção naval, por isso, o Arsenal deveria receber ajuda e recurso para não cair na “Decadência e insignificância a que está reduzido aquele estabelecimento”⁸.

Na mesma direção, o Presidente da Província do Pará, Manoel de Frias e Vasconcelos, em sua fala a Assembleia Legislativa Provincial, já relatava, desde 1859, a situação do Arsenal de Marinha do Pará. A carência de operários especializados e a decadência da produção naval aliados à falta de material necessário provocavam intensos desmanches das obras produzidas em seus estaleiros. “O Arsenal foi fundado para ser o primeiro e o mais importante estabelecimento deste gênero no império”⁹, pontuava o Presidente, na tentativa de alertar para a promoção da vigorosa recuperação das atividades desenvolvidas. “Este estabelecimento naval tem prestado muitos serviços úteis, e mais importante estaria si se achasse colocado no pé a que um concurso de circunstâncias felizes o destina”¹⁰.

O Ministro da Marinha, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, também pontuava a relevância e merecimento que o Arsenal de Marinha do Pará tem para o Império brasileiro. “É evidente a importância deste estabelecimento, situado ao extremo norte do Império e destinado a prestar relevantes serviços a Marinha de Guerra e Mercantes naquelas regiões”. Mesmo diante dos limitados recursos, o Ministro prometeu que tomaria todas as providências de que dispõe para “Dar impulso ao Arsenal do Pará”¹¹.

8 SOUZA, Conego Francisco Bernardino de. *Pará e Amazonas: pelo encarregado dos trabalhos ethnographicos*. Brazil, Comissão do Madeira. Typographia Nacional, 1874. p. 34.

9 PARÁ. Fala dirigida pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 11ª Legislatura de 1859. p. 52.

10 PARÁ. Fala dirigida pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 11ª Legislatura de 1859. p. 52.

11 BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do ano de 1873 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 15ª Legislatura (Publicado em 1874), p. 33.

Os arsenais de marinha foram importantes espaços de produção naval, estaleiro, reparo, montagem e fabrico de embarcações. Faziam parte da política naval e eram elementos essenciais ao desenvolvimento da Marinha Imperial brasileira, em seu papel de garantir a defesa do Estado nacional em formação. É entendido como um espaço de trabalho em que apresentavam uma complexa organização sócio-profissional nas mais diversas relações de artesãos e operários manuais, que atuavam em diferentes oficinas especializadas¹².

O Arsenal de Marinha do Pará foi fundado oficialmente em 1761, teve suas bases firmadas no local em que pertencia ao Hospício de São Boaventura, onde atuavam alguns religiosos da mesma ordem. Nesse local, foram instaladas e estabelecidas as bases de oficinas e telheiros com mão de obra especializada em engenharia naval vinda da metrópole, diretamente de Lisboa. Alguns anos depois da sua fundação, o Arsenal do Pará já contava com um aumento de seu aparato técnico e administrativo. Os serviços e as oficinas foram regulados por carta Régia de 1771, apresentando 31 oficiais de calafate, 21 de polieiros, 13 de ferreiros, 124 carpinteiros de machado, 10 serradores, 6 tanoeiros, 50 serventes, 1 patrão e 20 marinheiros de diferentes classes¹³.

Houve a construção de diversas embarcações de grande porte, como “Náo Belém”. De acordo com o Relatório da Presidência da Província do Pará do ano de 1873, o Presidente Domingos José da Cunha Junior afirma que foi a primeira embarcação Naú de Guerra construída sob os estaleiros do Arsenal, havendo, também, a construção da “Fragata Perola” e da “Fragata Leopoldina”, concluídas em 1822. Elas serviram “Gloriosamente no Rio da Prata, onde sustentou e repeliu vitoriosamente a abordagem de 11 navios da esquadra inimiga”¹⁴.

As atividades de trabalho no Arsenal de Marinha do Pará beneficiavam-se da variedade de madeiras disponíveis pela vasta região da Amazônia. O intenso movimento da navegação pela região contribuiu para ampliar sua capacidade produtiva. Nas três primeiras décadas do século XIX, o Arsenal contava com estabelecimento ou fábricas de processamento de madeiras, utilizando

12 LACERDA, David Patrício. Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1860 - 1890) - Tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. p. 57.

13 LOPES, Thoribio. *O Arsenal de Marinha do Pará: sua origem e sua história*. Belém, 1945.p.89.

14 PARÁ. Fala dirigida pelo Presidente da Província do Pará à Assembleia Legislativa Provincial na 2º sessão da 11º Legislatura de 1859. p. 52.

a “Barateza da mão d’obra, podendo ser aproveitados os indígenas como se praticava, nos trabalhos das derrubadas, falquejamentos das madeiras, e ainda na Carpintaria”¹⁵.

O Ministro da Marinha, o Presidente da Província e o cônego Francisco Bernardino de Souza, depois de mencionarem as importantes obras construídas e o período de certa florescência do Arsenal do Pará, concluíram em suas falas o alerta para o estado precário que se encontrava este estabelecimento que, nas palavras do cônego: “Se limita a consertar embarcações e construir lanchas e escalares”¹⁶. Essas falas evidenciavam a importância e necessidade de reformas que o Arsenal do Pará deveria passar para estruturar seus estabelecimentos e serviços gerais.

Desse modo, para Wagner Luiz Bueno Santos (2016), é importante pontuar que, a partir de meados do século XIX, percebem-se significativas alterações na administração naval, e a Marinha Imperial começaria a promover reformas administrativas, ampliando e reformulando suas agências militares. Percebem-se também, nesse momento, reformas e ampliação das estruturas físicas, na tentativa de viabilizar a ação militar nas províncias, sobretudo no extenso litoral do Império¹⁷.

As transformações na estrutura burocrática e administrativa da Marinha são em decorrência de profundas discussões por meio dos relatórios ministeriais e propostas de “fixação de forças”, que chegavam à assembleia legislativa. Essas discussões ocorreram devido ao aumento da presença de militares nos altos cargos políticos do governo. Muitos militares ingressaram na Política, protagonizaram momentos decisivos no cenário Político do Império, tráfegando entre dois mundos, “Participando de conflitos militares tanto dentro e fora dos limites do Império quanto nos corredores do Congresso e no espaço de Governo. Isto é, no mundo militar e no mundo da Política”¹⁸.

15 ACEVEDO, Rosa Elisabeth. *Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX*. Artigo publicado pelo Paper do NAEA 153, Outubro de 2000. p. 7.

16 SOUZA, Conego Francisco Bernardino de. *Pará e Amazonas: pelo encarregado dos trabalhos ethnographicos*. Brazil, Comissão do Madeira. Typographia Nacional, 1874. p. 34.

17 SANTOS, Wagner Luiz Bueno. *A criação da Companhia de Aprendizizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação (Mestrado) – UFRJ / IH / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016. p. 11.

18 Idem, p. 67.

Assim, os decretos nº. 2.583 de 1860 e nº. 5.622 de 1874 foram os dispositivos a reorganizar as instâncias administrativas e as relações de trabalho nos arsenais do Império. As companhias de aprendizes artífices foram, portanto, integradas aos arsenais sediados na Corte e nas províncias da Bahia, Pernambuco e Pará. Assim, vai sendo construído nos arsenais militares uma complexa organização sócio-profissional nas mais diversas relações de artesãos e operários manuais, que atuavam em diferentes oficinas especializadas.

Nesse espaço, muitos meninos aprendizes artífices construíram suas trajetórias somando-se às relações ao trabalho de capelães, professores de primeiras letras, desenhistas, amanuenses, lentes de geometria, inspetores, diretores, porteiros, guardas, cirurgiões, apontadores, secretários e escreventes. Todos esses indivíduos e suas profissões ocupavam o mesmo espaço de trabalho, marcados por práticas e organização do mundo militar¹⁹.

Companhia de Aprendizes Artífices do Pará

A partir da segunda metade do século XIX, crescem as iniciativas dirigidas à educação dos filhos das camadas populares para o trabalho. Foram projetos de origem variados com iniciativa governamental, religiosa, particular (filantropos) ou misto (particulares ou religiosas com subvenção governamental). A grande maioria dos estabelecimentos era do tipo de internatos, em que o contato do sujeito interno com a sociedade e com a família era rigidamente controlado, principalmente as instituições voltadas para o ensino de ofícios mecânicos, inseridas no meio urbano ou nos arsenais de Guerra e de Marinha²⁰.

É através das reformas administrativas apresentadas pela Marinha de Guerra, produzindo uma série de medidas legais envolvendo a organização das relações de trabalho nos arsenais, que surge a importância de criar as companhias de aprendizes como espaço de aprendizagem dos ofícios ligados à indústria naval. Desse modo, o discurso oficial a respeito da educação de menores

19 LACERDA, David Patrício. *Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1860 - 1890)* - Tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. p. 36.

20 RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004. p. 168.

nos estaleiros da Marinha adquiriu força com as transformações ocorridas nas estruturas de poder do Estado Imperial²¹.

A solução era ofertar educação profissional a menores pobres, na tentativa de superar o debilitado contingente de artesãos e operários. Os dirigentes políticos e militares enxergavam na aprendizagem de menores um elemento essencial para o fortalecimento da Armada Nacional. Entretanto, por outro lado, essa experiência apontaria significados diversos, em se tratando da maneira com que o Estado lidava com os problemas ligados às relações de trabalho no seio de uma sociedade escravocrata²².

Desse modo, em 1871, é apresentada a Lei nº 1997, de 19 de agosto, que fixa a força naval para o ano financeiro de 1872 e 1873. Em seu art. 4, § 1º, autoriza a criação de uma Companhia de Aprendizes Artífices no Arsenal de Marinha do Pará²³. Três meses após a lei ter sido sancionada, o decreto nº 4.821 de 18 de novembro de 1871, em seu artigo 1º, anuncia que:

É creada no Arsenal de Marinha da Provincia do Pará uma Companhia de Aprendizes Artífices, composta de 40 praças, que poderão ser elevadas a 80, segundo as conveniências do serviço, evidenciando, assim, a intenção de continuidade da formação para carreira nos quadros inferiores da Marinha²⁴.

A Companhia de Aprendizes Artífices do Pará possuía o mesmo regulamento das Companhias dos arsenais da Bahia e Pernambuco. O Decreto nº 2.615, de 21 de julho de 1860, determinou esse regulamento. O objetivo dos militares era manter o processo de sistemático de formação de artífices. O regulamento estabelecia que as escolas das províncias da Corte, Bahia, Pernambuco e Pará seriam organizadas de acordo com a tabela abaixo:

21 LACERDA, David Patrício. *Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1860 - 1890)* - Tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. p. 122.

22 Idem, p. 122.

23 Jornal do Pará, 10/10/1871, nº 225, p. 1.

24 BRASIL. Decreto nº 4.821 de 18 de Novembro de 1871.

Tabela 1 - Companhia de Aprendizes Artífices da Marinha Imperial

Ord.	Companhias de Aprendizes	Decreto de Criação
1º	Companhia de Aprendizes Artífices da Corte	Decreto nº 315 - 25 Setembro de 1857
2º	Companhia de Aprendizes Artífices da Bahia	Decreto nº 2188 - 9 Julho de 1858
3º	Companhia de Aprendizes Artífices de Pernambuco	Decreto nº 2615 - 21 Julho de 1860
4º	Companhia de Aprendizes Artífices do Pará	Decreto nº 4821 - 18 Novembro de 1871

Fonte: Coleção de Leis do Império.

Os decretos nº 2.615, de 21 de julho de 1860, e nº 5.622, de 2 de maio de 1874, foram os primeiros dispositivos a reorganizar as instâncias administrativas e as relações de trabalho nos arsenais do Império. Com isso, houve a redefinição de funções, oficinas e obrigações de todo pessoal habilitado para desempenhar qualquer função dentro do estabelecimento, e as companhias de aprendizes estavam inseridas no bojo dessa organização. Abaixo, é possível observar a distribuição e organização da Companhia de Aprendizes do Pará:

Tabela 2 - Organização Geral da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará

Função	Nº
Comandante (capitão tenente ou 1º tenente)	1
Capelão e professor de primeiras letras (do arsenal)	1
Secretário	1
Agente	1
Guardas	3
Cozinheiro	2
Serventes	1
Aprendizes Artífices	80

Fonte: BRASIL. Decreto 2.583, de 30 de abril de 1860.

A estrutura organizacional seguia o modelo de um estabelecimento educacional de regime de internato. Era uma escola, efetivamente militar, e cabia ao comandante da Companhia a função de direção. A incumbência da educação moral e religiosa dos aprendizes era responsabilidade do capelão, ensinando a doutrina cristã como disciplina obrigatória, acumulando, também, a

função de Professor de Primeiras Letras. Isso acontecia, porque a Marinha no período imperial investia nos ensinamentos do cristianismo para morigerar o seu pessoal²⁵. “A missa aos domingos estava incluída na tabela de rotinas e o capelão fazia parte dos quadros efetivos da Armada”²⁶.

Ao secretário competia a organização burocrática da instituição com a “escripturação” de toda atividade, como as folhas de gratificações, diárias e salário dos empregados. O agente é responsável por inventariar todos os utensílios e objetos pertencentes à escola, cuidando da conservação e asseio. Também era encarregado de cuidar do recebimento e distribuição da comida e fardamento dos aprendizes artífices e dos produtos utilizados dentro do almoxarifado. Aos guardas competiam a segurança e vigilância da instituição; os cozinheiros estavam encarregados do preparo da alimentação; aos serventes competia a limpeza de todo o estabelecimento escolar e do quartel em que funcionava como dormitório dos aprendizes²⁷.

Para os alunos eram oferecidos comida, roupa e alojamento. Eles deveriam aprender a ler, a escrever, as quatro primeiras operações da aritmética sobre números inteiros e decimais, geometria prática, desenho linear, música, doutrina cristã, natação, marchas, contramarchas e pequenas evoluções militares. Nas oficinas, aprendiam os mais diversos ofícios para profissionalização em calafate, alfaiate, ferreiro, serralheiro, fundição, máquinas entre outros, de acordo com a necessidade local. Os mestres, contramestres e mandadores habilitados eram encarregados do ensino de ofícios nas oficinas. O mandador era um cargo ocupado pelo operário que apresentasse maior aptidão e melhor desempenho nas oficinas, que poderia ser contratado como funcionário do Arsenal para ensinar os aprendizes artífices²⁸. A tabela a seguir mostra a distribuição dos aprendizes artífices nas oficinas do Arsenal de Marinha do Pará:

25 BRASIL. Decreto nº 2.615 de 21 de Julho de 1860.

26 LINS, Mônica Regina Ferreira Lins. Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizes Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 91.

27 BRASIL. Decreto nº 2.615 de 21 de Julho de 1860.

28 BRASIL. Decreto nº 2.615 de 21 de Julho de 1860.

Tabela 3 - Distribuição pelas oficinas

Companhia de Aprendizes Artífices do Pará	
Oficinas	Aprendizes Artífices
Carpinteiro	14
Carapina	14
Fundição	14
Ferreiro	15
Calafate	3
Total	60

Fonte: Série Marinha – Ministro – Secretaria de Estado. Notação X M – 408.

A organização e o desenvolvimento da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará foram integrados à rotina de funcionamento do próprio Arsenal. Os menores passaram a fazer parte do estado efetivo militar em sua composição de educação, disciplina e trabalho. Desse modo, o Ministro da Marinha, Joaquim José Ignacio, em seu relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, declarava a importância dessas escolas para o futuro e desenvolvimento dos arsenais:

Educados nos Arsenais, avezados desde os mais tenros anos à disciplina e ao trabalho cotidiano, torna-se-ão os [meninos] Aprendizes [Artífices], com o correr do tempo, hábeis operários e honrados cidadãos²⁹.

Pelo menos desde os anos de 1840, Joaquim José Rodrigues Torres, principal personagem das reformas da Marinha Imperial, já destacava em seu relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa que se fossem acolhidos nos “Arsenais [de Marinha] todos os nossos meninos pobres e desvalidos”, para que aprendessem “Um ofício dos que se praticam nestes estabelecimentos” ou que se fosse dado a eles “Uma educação e instrução acomodada a profissão”, pois, assim conseguiria o Estado brasileiro um “Duplo e importante fim de criar operários inteligentes, e desviar da ociosidade centenas de homens, que se tornarão uteis a si e ao Paiz”³⁰.

29 BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 2º sessão da 11º legislatura de 1861 – p. 22.

30 BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 2º sessão da 5º legislatura de 1842.3 – p. 12. (Publicado em 1843).

O discurso sobre a oferta de educação, elaborado pelas autoridades do Ministério da Marinha, envolvia a forma que a instituição lidava com a organização da força de trabalho dentro dos arsenais. A oferta de ensino de ofícios visava sanar os problemas que a própria instituição enfrentava na falta de profissional habilitado, diante do crescimento dos efetivos militares e reorganização dos arsenais. No entanto, o papel da Companhia de Aprendizes Artífices era mais complexo. O significado comporta aspectos relacionados à forma pela qual o Estado lidava com as relações de trabalho na sociedade escravista. Ou seja, para além da dimensão do ensino de ofícios e da formação de trabalhadores especializados para os arsenais, a experiência das companhias envolvia a elaboração de formas de controle político e ideológico sobre meninos pobres e desvalidos da sociedade³¹.

“Cidadãos moralizados pelos hábitos do trabalho, moderação e ordem”

A educação dos menores [nas companhias de aprendizes artífices] é feita com maior desvelo, e ao passo que lucra o serviço público com a aquisição de bons artistas, folga a sociedade recebendo em seu seio cidadãos moralizados pelos hábitos do trabalho, moderação e ordem³².

Na Província do Pará da segunda metade do século XIX, ser um menino pobre ou desvalido era condição potencial para ser um aprendiz artífice. A epígrafe citada acima demonstra bem a percepção que se tinha sobre a educação da infância pobre e a projeção que a destinava. Os Jornais da mesma Província “Sempre demonstravam muita preocupação com a situação da infância. Era costumeiro que em suas edições viessem notas, reportagens e até poesias que pretendiam fazer a sociedade refletir sobre a condição de meninos e meninas pobres da Província”³³.

31 LACERDA, David Patrício. *Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1860 - 1890)* - Tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. p. 124.

32 BRASIL. Relatório anual apresentado pelo Ministro da Marinha à assembleia geral legislativa na 4º sessão da 14º legislatura de 1871.1 – p. 1.

33 BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011. p. 145.

Ao observar o andamento das atividades na Companhia de Aprendizes Artífices do Pará, o jornal *A Constituição*, de 6 de julho de 1876, descreve a visita do Presidente da Província ao Arsenal de Marinha. “Visitou o brigue barca Imperial Marinheiro de que o governo fez aquisição (...), em seguida dirigiu ao Arsenal onde examinou tudo minuciosamente”, ficando “Satisfeito quanto ao estado da Companhia de Aprendizes Artífices, sempre florescente e prometedora de feliz porvir”³⁴.

Assim, com a transformação política, econômica e social presente no século XIX, a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação do âmbito privado da família e da igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado. Os discursos e as práticas referentes às políticas para infância pobre e desvalida são marcados pela acen-tuação enquanto força de trabalho cujas sobrevivência e preparação escolar e profissional seriam fundamentais para validar esses sujeitos³⁵.

Na Província do Pará, pelo menos desde os anos de 1840 que o Governo Provincial do Pará procurou incentivar o desenvolvimento das atividades fabris urbanas e da indústria agrícola, mas foi somente a partir da segunda metade do século XIX que ocorreu relativo «desenvolvimento» econômico da região ama-zônica, associado ao crescimento da economia por conta da crescente comer-cialização e exportação da borracha, através do porto da cidade de Belém, favorecendo a assimilação de ideias, hábitos e costumes dos países vistos como modelos de civilização³⁶.

O boom econômico da borracha acabou por ensejar uma maior circulação de riquezas na província paraense concomitantemente a sua concentração nas mãos de setores privilegiados (seringalistas, comerciantes, importado-res, exportadores, financistas, etc.); também permitiu o processo de rees-truturação urbana das principais cidades amazônicas (Manaus e Belém)³⁷.

34 *A Constituição* (PA), 06/07/1876, nº 166, p.1.

35 RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. p. 23.

36 BEZERRA NETO, José Maia. *As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888)*. Revista *Ver a educação*. Belém: Centro de Educação/UFPA. vl.1, n.1, pag., 41-70, jan/jun. 1996.

37 *Idem*, p. 54.

A cidade de Belém apresentou um importante quadro de crescimento de suas atividades fabris. Através do censo econômico de 1862, havia na capital da Província do Pará:

87 fábricas: sabão (12); óleos (6); cal (18); louças de barro (6); chocolate (1); vinho de cajú (1); beneficiamento de arroz (3); café (1); artefato de borracha (1); curtume (3); olarias (25); serrarias (10). No período de 1890 a 1900, surgiram outras 25 novas fábricas, destacando-se a fábrica Palmeira (1892); a fábrica Perseverança (1895); a fábrica Bittar (1887); e, posteriormente, a fábrica de cerveja Paraense (1905)³⁸.

Foi nesse momento, inseridas no contexto do “desenvolvimento” fabril e reordenamento urbano da cidade de Belém, que foram criadas escolas de ensino profissionalizante, como o Instituto Paraense de Educandos Artífices (1872) e as Companhias de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará (1871). A primeira escola objetivava capacitar mão de obra para as diversas atividades econômicas urbanas, a outra, difundida pela Marinha, buscava formar mão de obra para as demandas das oficinas do próprio Arsenal militar, mas nada impedia em seu regulamento de que os menores atuassem nas oficinas externas depois de formados. Todas essas escolas tinham como destino atender meninos desvalidos da Província do Pará e transformá-los em futuros trabalhadores operários.

A admissão de menores na Companhia de Aprendizes era permeada por uma série de composições. Era necessário ser brasileiro, ter a idade de 7 a 12 anos, constituição robusta e ser vacinado. As vagas seriam preenchidas com os órfãos ou desvalidos que fossem remetidos pelas autoridades competentes, filhos das pessoas que por sua pobreza não tiveram meios de alimentá-los e educá-los, ou quaisquer outros que sejam apresentados por seus pais, tutores, ou quem legitimamente representá-los, dando-se preferência para os operários do Arsenal³⁹.

Os meninos matriculados estavam inseridos em uma instituição fechada e sob controle, incessantemente vigiados do espaço escolar, no meio das oficinas e nos estaleiros, para o aprendizado de seus ofícios, trabalhando intensamente

38 Idem, p. 55.

39 BRASIL. Decreto nº 2.615 de 21 de Julho de 1860.

nos diversos serviços da instituição. Em 1874, no relatório encaminhado do Inspetor do Arsenal ao Presidente de Província do Pará, Domingos José Cunha Junior, é indicado o movimento do pessoal nas oficinas do Arsenal. Os aprendizes artífices estavam distribuídos no emaranhado de oficinas diversas com os demais operários de várias classes.

O pessoal das oficinas era composto de 183 operários, sendo que 36 de fundição e ferreiros, 62 de carpinteiros, 12 de calafates, 21 de carpinas, 9 de aparelho, 18 remadores e 13 serventes. Nesse período, foram feitos os seguintes trabalhos nas oficinas: “Aprontou-se e aparelhou-se o Brigue Rio Negro, a fim de servir de quartel e navio escola à Companhia de Aprendizes Marinheiros do Amazonas, consertou-se e aparelhou-se o Barco S. Sebastião, pertencente a fazenda nacional Arary, e que se destinou ao serviço da colônia militar Pedro II”⁴⁰. A presença de meninos nas oficinas se mostrava um processo de inserção real ao trabalho, envolvidos, provavelmente, em atividades duras e pesadas, e compartilhadas com operários adultos.

Mas qual espaço era esse em que muitos meninos viveram internados, forjando experiências de um modo de vida recluso, vigiado e cheio de regras a cumprir? Vejamos! O fotógrafo José Tomaz Sabino, considerado um dos mais destacados retratistas de seu tempo, esteve na cidade de Belém na segunda metade do século XIX e registrou a enfermaria, parte das oficinas de ferraria e fundição, o almoxarifado e o quartel onde funcionavam como moradia e dormitório dos aprendizes artífices do Arsenal de Marinha do Pará, como se vê nas imagens abaixo:

40 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: Minutas de ofícios do Arsenal a Presidência da Província do ano 1874, notação 61.

Imagem 1: Oficinas do Arsenal de Marinha do Pará



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁴¹.

Imagem 2: Almoxarifado e Quartel da Companhia de Aprendizes Artífices do Pará



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁴².

41 JOSÉ Tomás Sabino. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22057/jose-tomas-sabino>>.

42 JOSÉ Tomás Sabino. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>.

A Companhia estava aquartelada em um edifício dentro do Arsenal de Marinha. No dia 28 de fevereiro de 1875, o jornal *O Liberal do Pará* informava, em sua primeira página, que seria “Inaugurado o novo quartel da Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha da Província do Pará. É um bello e vasto edifício onde vão ser acolhidos os aprendizes, futuros operários do arsenal”. O regime educacional da instituição era de internato, em que, o quartel, edifício construído e apropriado dentro do Arsenal, serviria de moradia para que o aprendiz pudesse realizar suas diversas atividades cotidianas, além de servir de dormitório, de espaço para realizar refeição, asseio, vestimenta (fardamento), dentre outras atividades⁴³.

Para Monica Regina Lins (2015), no período de criação das companhias de aprendizes da Marinha, havia uma compreensão própria da época que buscava universalizar esses indivíduos em torno de padrões comportamentais esperados e planejados por rotinas na relação com o trabalho. Uma forma de controle era comparar os meninos entre si para diferenciá-los mais à frente nas classificações. As rotinas buscavam homogeneizar comportamentos e a capacidade de trabalhar de forma útil e produtiva. Mais adiante, as avaliações dos superiores sobre os seus aprendizes passariam a constar em registros, em cadernetas individuais, e níveis mais sofisticados de classificação foram surgindo. O bom comportamento era um dos elementos que definiria em que classe o futuro operário do Arsenal seria alocado⁴⁴.

Em ofício datado de 9 de janeiro de 1874, o Inspetor do Arsenal informou ao Presidente da Província do Pará que a Companhia de Aprendizes Artífices estava com seu estado completo de alunos matriculados e apresentou “algum progresso”. “A sombra desse importante núcleo de educação acolhem-se menores pobres aprendendo ler, escrever, contar, doutrina cristã, ofício e música, e mais tarde, contará o Arsenal de Marinha com valioso contingente habilitado que lhe pode oferecer a Companhia de Artífices”⁴⁵.

peessoa22057/jose-tomas-sabino>.

43 Jornal *O Liberal do Pará*, número 46, 28/02/1875, p. 1.

44 LINS, Mônica Regina Ferreira. *A infância e a mocidade na Marinha no período entre 1870 e 1910: aspectos históricos da educação elementar, profissional e militar*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015. p. 6.

45 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo Arsenal de Marinha, área guerra. Série: Minutas de ofícios do Arsenal a Presidência da Província do ano 1874, notação 61.

A escola ou Companhia de Aprendizes Artífices do Pará funcionou até meados da década de 1880, quando seus contingentes foram esvaziados, conforme previa o parágrafo terceiro do artigo 5º da Lei 2.940 de 1879, que proibia o governo de preencher as vagas surgidas nas companhias a partir daquela data. A Lei nº 2.940, de 31 de outubro de 1879, que fixava a despesa e o orçamento da Receita Geral do Império para os anos 1879-1880 e 1880-1881, decretou a suspensão de diversos serviços e cargos nos arsenais de Marinha.

Professores de primeiras letras, cirurgião e capelão, entre outros empregados importantes na formação dos meninos na escola, foram extintos. A partir da referida Lei, estavam suspensas as admissões e matrículas de menores que deveriam ser entregues para retornarem a seus pais, tutores ou responsáveis legais, sem indenização alguma das despesas que com eles tivessem feito o Estado até a completa extinção das Companhias. O fechamento explica-se, em parte, pelo rearranjo orçamentário e institucional imposto pela referida lei aos ministérios, sobretudo os militares, cujas despesas declinaram desde a guerra contra o Paraguai, ao passo que as dívidas internas e externas tendiam a aumentar⁴⁶.

Considerações finais

A Companhia de Aprendizes Artífices, criada em 1871 e extinta em 1880, apresentou-se como mais um espaço de escolarização ou forma escolar de educação destinado à infância pobre na Província do Pará. Essa iniciativa da Marinha Imperial brasileira se organizou diante das reformas dos arsenais e agências administrativas para desenvolver seu poder estrutural e institucional. Era preciso mão de obra qualificada e especializada para atender os serviços e demandas do próprio Arsenal militar. Desse modo, a escola, para formar operário especializado para determinado ofício mecânico, foi considerada o principal remédio para sarar as feridas da instituição.

Formar o operário desde a mais tenra idade, momento da vida em que se acreditava ser mais susceptível à modelagem do sujeito, era questão fundamental para se ter no futuro um sujeito moralmente disciplinado e qualificado

46 LACERDA, David Patrício. *Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (1860 - 1890)* - Tese (doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. p. 112.

para o serviço. Ou seja, era preciso torná-lo útil a si e ao Estado, questão que coaduna, portanto, com o objetivo político e ideológico do próprio Estado, em transformar educação profissional em uma obra de caridade e de amparo aos meninos pobres da sociedade, através de uma formação no ambiente militar do Arsenal de Marinha do Pará.

Esse é o desafio encontrado, enfrentado e experienciado por muitos meninos pobres, órfãos e desvalidos, inseridos nas múltiplas questões que envolvem o ambiente escolar de internato, tais como: aprendizagem nas aulas de primeiras letras, no ensino de ofícios em atividades profissionalizantes, conflitos, ordem, violência, (in)disciplina, sexualidade, amizades e tantos outros fatores, como a própria relação das famílias com a instituição, ao entregarem seus filhos à Marinha, podem traduzir significados múltiplos e diversos dessa iniciativa militar. Porém, os limites, as revelações, as implicações, os impasses e o processo dessa experiência são temas para outro momento.

A ESCOLA DE MARINHA MERCANTE DO PARÁ: FORMAÇÃO, ENSINO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE MARÍTIMOS NA AMAZÔNIA (1892-1920)

Pablo Nunes Pereira¹

Introdução

Os processos de ensino e formação em ambientes militares são um dos nichos mais significativos dos campos de história, sociologia e antropologia dos militares. O surgimento das forças armadas modernas no século XIX esteve intimamente relacionado ao desenvolvimento de processos formativos próprios, que envolveram inicialmente oficiais que teriam uma carreira definida, e somente décadas depois a formação de praças também passou por mudanças e modernizações.

A historiografia sobre o tema no Brasil é vasta. Sobre a Marinha, em linhas gerais, focou-se nas escolas de formação a partir do XIX, notadamente a Real Academia de Guardas-Marinha, Escola de Marinha e Escola Naval para os oficiais², e das Companhas e Escolas de Aprendizes Marinheiros e

1 Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Classe D-I do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), campus Tucuruí. Membro do Grupo de Pesquisas Militares, Política e Fronteiras na Amazônia. Pesquisa com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

2 Vd. SILVA, Carlos André Lopes da. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar*,

de Aprendizes Artífices para praças³. Tais estudos contemplam, entre outras temáticas, o processo de seleção, recrutamento ou destinação, seja compulsório ou por concorrência, a exames e provas e os processos de formação, na maioria das vezes em regime de internato com as relações, punições e sociabilidades⁴.

Esses estudos abrangem os sujeitos que foram submetidos a processos formativos para o serviço militar na Armada, seja de maneira temporária seja em uma carreira prolongada, mas a instituição não se voltou a criar bases de ensino unicamente para os seus integrantes. Desde o final do século XIX, também foram criadas instituições para educação e ensino de sujeitos que não iriam necessariamente atuar nas fileiras da força naval, mas também em tornar aptos profissionais que, em caso de guerra, seriam convocados para compor os seus contingentes, entre os quais os marítimos, trabalhadores das companhias privadas que compõem a marinha mercante.

Este estudo dedica-se a analisar o papel da Marinha de Guerra na formação de oficiais da marinha mercante a partir da década de 1890, quando a ideia de força auxiliar ou reserva naval passou a efetivamente existir no esteio das transformações administrativas e do processo de modernização dos navios de guerra.

A investigação, no conjunto de pesquisas que realizei sobre a Marinha na Amazônia, surgiu do encontro de duas perspectivas diferentes: o da criação da Escola de Marinha Mercante do Pará, em 1907; e do contato com elementos que caracterizam a organização da categoria marítima, especialmente pela existência do Club Naval do Gram Pará – do qual tive conhecimento a partir de jornais de Belém durante a Primeira Guerra Mundial, especialmente o

1808-1839. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

- 3 Vd. ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822-1870)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011; MATOS JR, Admarino Gonçalves de. *A educação dos meninos desvalidos na Companhia de Aprendizes Artífices do Arsenal de Marinha do Pará (1871-1880)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará. Belém, 2018; SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
- 4 No caso do Exército, Vd. CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990; *Os Militares e a República* – um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1995.

Estado do Pará, em que o presidente do Club, João Baptista de Loureiro, teceu críticas às políticas marítimas do Brasil e opiniões sobre o conflito mundial.

Metodologicamente, utilizei quatro conjuntos documentais: os relatórios da Escola constantes nos relatórios do Ministério da Marinha; a legislação relacionada à marinha mercante e à Escola; informações contidas em jornais, principalmente o *Estado do Pará*, pela presença considerável de notícias ligadas à marinha mercante e ainda o estatuto do Club Naval do Gram Pará.

A documentação compõe um aporte interessante de matrizes distintas com diferentes pontos de vista para o trabalho. Estabeleci o recorte desta pesquisa situado entre a criação da Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará, primeira instituição de ensino militar marítimo mantido pela Marinha de Guerra na Amazônia, em 1892, e do processo de configuração do estatuto do Club Naval do Gram Pará, de 1919, às últimas regras que verifiquei sobre o embarque de pilotos e maquinistas a partir do ministério da Marinha no período, em 1920.

Organização da escola, formação e currículo

O regime republicano produziu mudanças consideráveis na marinha mercante brasileira, construindo um primeiro conjunto legislativo consistente, no sentido tanto de regulá-la como de torná-la parte de um projeto de Estado. A Constituição de 1891, ao contrário da de 1824, previu em seu artigo 87, §4º que “Concorrem para o pessoal da Armada a Escola Naval, as de Aprendizes de Marinheiros e a Marinha Mercante mediante sorteio”⁵.

Nesse sentido, a administração republicana tornou a marinha comercial brasileira como parte de uma reserva naval. Durante o Império, as leis que nortearam o recrutamento militar não incluíam a marinha mercante enquanto instituição ou suas tripulações de maneira específica e explícita. O regulamento do recrutamento militar do Exército e Marinha, de 1875⁶, e sua alteração,

5 Brasil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acessado em 10/06/19.

6 BRASIL. Decreto nº 5.881, de 27 de fevereiro de 1875. *Approva o Regulamento que estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada*. Coleção de Leis do Império do Brasil, p. 166, vol. 1, pt. II, 1875. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5881-27-fevereiro-1875-549858-norma-pe.html>>. Acessado em 22/06/19.

em 1889⁷, até excluíam pescadores profissionais do processo de alistamento, além de compor uma mesma junta para alistar pessoas às duas forças armadas imperiais.

É importante notar que, até a Guerra do Paraguai, as forças armadas não tinham um nível de solidez institucional suficientemente claro para que, entre outras questões, a existência de forças auxiliares ou de reservistas tenha ocupado os debates sobre elas. Ao contrário, uma das razões estratégicas para o prolongamento do conflito após as derrotas na investida paraguaia foi justamente a incapacidade de organização. A Marinha foi construindo divisões de navios verdadeiramente especializados, como vapores, encouraçados, monitores, e categorizando-os com o desenvolvimento da Guerra⁸.

Somente a partir da década de 1880, foram realizados exercícios, utilizando os navios de guerra em conjunto através da esquadra de evoluções. Segundo o então capitão de fragata, Luiz Philippe Saldanha da Gama, quando os primeiros exercícios foram realizados a partir de 1883, ficou claro que nem oficiais nem marinheiros detinham conhecimentos suficientes sobre a manutenção, movimentação e manobras de uma esquadra⁹. Paulatinamente, as novas experiências de organização trariam novas demandas, entre as quais, do controle sobre os navios e tripulações mercantes, que poderiam ser mobilizados e incorporados em casos de conflitos.

Com a República, três aspectos substanciais foram alterados no sistema de recrutamento, formação e organização da marinha mercante: leis que centralizaram as empresas de navegação nacionais; um processo de recrutamento, seleção e avaliação de profissionais com a vida relacionada ao mar e criação de escolas especificamente voltadas à formação de profissionais marítimos.

7 BRASIL. Decreto nº 10.226, de 5 de abril de 1889. *Approva o Regulamento que altera as disposições ao Decreto n. 5881, de 27 de Fevereiro de 1875, relativas ao processo do alistamento dos cidadãos para o serviço do Exército e Armada*. Coleção das Leis do Império do Brasil, p 493, vol. 1, pt. II, 1889. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10226-5-abril-1889-542485-norma-pe.html>>. Acessado em 22/06/19.

8 Sobre a questão estratégica e o processo de construção das forças armadas na guerra, Vd. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

9 GAMA, Luiz Philippe de Saldanha da. Extractos do relatório, que ao chefe de divisão João Mendes Salgado, commandante de 1ª divisão de evoluções, apresentou ao concluírem-se os trabalhos d'essa divisão em Novembro de 1883, o capitão de fragata Luiz Philippe de Saldanha da Gama, então comandando a corveta Guanabara. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, edição 6, 1884, p. 182-188.

Em 19 de fevereiro de 1890, foi criado o Lloyd Brasileiro, como um conjunto de companhias de navegação subvencionadas pelo Estado, e cuja “Organização proposta tem o suffragio e o exemplo de outras nações adeantadas, pelos seus effeitos práticos e pelas vantagens múltiplas que traz ao Estado na defesa marítima e como auxiliar da Armada Nacional, em caso de guerra”¹⁰. Inicialmente, todos os vapores do Lloyd eram de propriedade da Companhia Transatlântica, e estabeleceram contrato original com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Na Amazônia, desde pelo menos a segunda metade do século XIX, companhias de navegação a vapor já reuniam navios que faziam o transporte de mercadorias e pessoas pelos rios da região, particularmente após a expansão da economia da borracha na região, mas, somente com o Lloyd, elas foram organizadas e centralizadas. Dito de outra forma, elas se tornaram o espaço de controle do Estado, particularmente da Marinha, sobre os marítimos.

A partir do dia 22 de fevereiro de 1890, os navios da marinha mercante deveriam ser organizados e classificados, tendo sua lotação definida com pelo menos um maquinista aprovado em exames específicos¹¹. Os maquinistas também deveriam ser organizados em três classes e todos auxiliados por um praticante-maquinista. O aspecto fundamental dessa categorização reside no fato de que os maquinistas, para serem reconhecidos como profissionais, deveriam ser submetidos a um exame feito em todas as capitais onde houvesse arsenais ou estabelecimentos de Marinha, aplicado por uma junta formada especificamente para esse fim com um conjunto de conhecimentos estabelecidos nessa legislação.

Na prática, a maior parte dos exames era organizada pelas Capitâneas dos Portos espalhadas em quase todos os estados, e que foram sendo ampliadas a praticamente todas as capitais e algumas cidades portuárias importantes nas primeiras duas décadas do regime republicano. O reconhecimento do

10 BRASIL. Decreto nº 208, de 19 de fevereiro de 1890. *Organiza o Lloyd Brasileiro*. Coleção de Leis do Brasil, p. 289, vol. 1, fasc., 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-208-19-fevereiro-1890-523608-norma-pe.html>>. Acessado em 22/06/19.

11 BRASIL. Decreto nº 216-D, de 22 de fevereiro de 1890. *Approva o regulamento para a lotação das embarcações de vapor mercantes, classificação, exame de machnistas e vistorias das mesmas embarcações*. Coleção de Leis do Brasil, p. 315, vol. 1, fasc., 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-216-d-22-fevereiro-1890-516404-norma-pe.html>>. Acessado em 22/06/19.

status profissional foi a primeira etapa para a formação deles, segundo critérios específicos.

Em 1892, os decretos 101 e 102 criaram a Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará como a primeira instituição de formação de profissionais marítimos, além da Escola Naval, tendo como sede Belém e funcionando no Arsenal de Marinha do Pará. A Escola previu dois cursos: o de náutica, para formar oficiais pilotos a fim de comandar os navios mercantes da região, e o de máquinas, para formar oficiais maquinistas que deveriam atuar nos respectivos navios¹².

O curso de máquinas tinha duração de 3 anos: 2 seriam teóricos e 1, prático. Os conhecimentos foram divididos em cinco cadeiras, e todo o custeio deveria ser realizado pela Marinha de Guerra. O curso de náutica também foi criado com duração de 3 anos, sendo dividido em cadeiras e aulas, das quais parte era vista em comum com os alunos maquinistas. Foi previsto, para o curso de pilotos, que o corpo docente fosse constituído por três professores, os quais deveriam ter 3:000\$000 de vencimentos cada.

Embora criada sob uma perspectiva interessante de formar os oficiais marítimos do país, a Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará formou um contingente muito pequeno. Entre 1892 e 1907, foram matriculados 59 alunos, dos quais apenas 26 concluíram o curso, segundo o Ministro da Marinha Alexandrino Faria de Alencar¹³.

Nos anos 1890, havia duas instituições de formação de pilotos e maquinistas no país, sendo a formação voltada para a navegação costeira e oceânica feita pelo curso da Escola Naval, e no caso da Escola do Pará formando profissionais para a navegação fluvial, cumprindo, pois, um papel crucial para a navegação interna do Brasil, sobretudo nas duas regiões fluviais cujos fluxos

12 BRASIL. Decreto nº 101, de 13 de outubro de 1892. Crea uma escola de machinistas no Estado do Pará. Coleção de Leis do Brasil, p. 107, vol. 1, pt. 1, 1892. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-101-13-outubro-1892-541350-norma-pl.html>>. Acessado em 22/06/19; BRASIL. Decreto nº 102, de 13 de outubro de 1892. Crea um curso de náutica no Estado do Pará. Coleção de Leis do Brasil, p. 108, vol. 1, pt. 1, 1892. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-102-13-outubro-1892-541354-norma-pl.html>>. Acessado em 22/06/19.

13 Segundo a exposição de motivos constante em BRASIL. Decreto nº 6.388, de 28 de fevereiro de 1907. Dá regulamento á Escola de Marinha Mercante do Estado do Pará. Diário Oficial, p. 1.523, 1907. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6388-28-fevereiro-1907-509250-norma-pe.html>>. Acessado em 22/06/19.

econômicos, de pessoas e embarcações eram maiores: as bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata.

O controle sobre a formação e a profissionalização mercante não se deu unicamente pela necessidade de organizar a força auxiliar, mas também de acompanhar o próprio processo de modernização das embarcações a vapor, que atingira os navios de comércio. Entre final do século XIX e início do XX, uma quantidade significativa de oficiais da Marinha pediu para servir temporariamente em navios mercantes, sob a justificativa de terem contato com máquinas mais avançadas no sentido tecnológico. Em 1902, por exemplo, pelo menos 40 oficiais, entre guardas-marinha, segundos-tenentes e primeiros-tenentes, solicitaram afastamento¹⁴. Enquanto oficiais subalternos que iriam servir em navios mercantes deveriam ser supervisionados por marítimos com formação e experiência.

O processo de adequação da formação marítima também acompanhou, nesse sentido, um processo maior de reformas na administração da Marinha de Guerra, cujo objetivo era também adequá-la à constituição de uma nova esquadra, a partir das discussões que resultaram nos programas navais de 1904 e 1906¹⁵, reorganizando todos os corpos, órgãos e instituições da força naval, criando diretorias e inspetorias, e atribuindo novos direcionamentos pautados em discussões doutrinárias que acompanhavam mudanças nas principais marinhas estrangeiras, que foram referenciais para a brasileira: Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Rússia, Itália e Japão.

Nesse sentido, a Escola Naval teve o seu regulamento e curso alterados entre 1899 e 1902, além da inclusão do aspirantado de máquinas em 1907¹⁶. O novo regulamento dela também trouxe novos parâmetros de avaliação

14 Vd. O quadro em PEREIRA, Pablo Nunes. *A Marinha de Guerra na Amazônia: Segurança e Modernização (1890-1918)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2017, p. 23-24.

15 Para uma boa discussão sobre o tema, Vd. MARTINS FILHO, João Roberto. *A marinha brasileira na era dos encouraçados, 1885-1910*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

16 Vd. BRASIL. Decreto nº 3.652, de 2 de maio de 1900. *Dá novo regulamento à Escola Naval*. Diário Oficial da União, p. 1.943, seção 1, 1900. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3652-2-maio-1900-585652-norma-pe.html>>. Acessado em 22/06/19; BRASIL. Decreto nº 6.549, de 11 de julho de 1907. *Providencia afim de que os exames de habilitação [...] em que estes últimos podem ter lugar*. Diário Oficial, p. 5.533, 1907. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6549-11-julho-1907-506896-norma-pe.html>>. Acessado em 22/06/19.

dos exames de maquinistas e pilotos, aproximando os conhecimentos exigidos com aqueles ministrados nos cursos de oficiais do Corpo da Armada e de Maquinistas Navais. É nesse contexto que, no mesmo ano, a Escola de Marinha Mercante do Pará foi criada a partir da reorganização e unificação da Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará, que teve na Escola Naval suas principais diretrizes.

A criação da Escola de Marinha Mercante do Pará estivera centrada em torná-la “eficiente”, transformando os professores em instrutores militares (funções que gradativamente seriam exercidas por oficiais de carreira do corpo da armada), nos conhecimentos que deveriam compor essa formação e em não permitir essencialmente que os marítimos tivessem certificação (carta de pilotos e maquinistas) sem passar pelas fileiras dela.

Com relação aos professores, o ministro Alexandrino Faria de Alencar ressaltou que o ponto mais importante era a economia ao tesouro:

“Sem considerar a economia resultante, desde já, para o erário publico, da quantia de 3:120\$, com a applicação do presente regulamento e com a economia ulterior de cerca de mais de 6:000\$, com a substituição dos actuaes professores por instructores, officiaes do corpo da armada, me parece, Exm. Sr. Presidente, que o conjucto de precauções previstas por suas disposições são bastantes a tornal-o merecedor da approvação de V. Ex.”¹⁷

Com relação à economia praticada, parte das despesas da Escola passou a ser custeada pelo governo do estado do Pará, como é possível observar por uma quantidade expressiva de ofícios enviados pela secretaria da Escola à secretaria do tesouro do Pará, durante o período aqui analisado de 1907 a 1920, referentes a três grupos de despesas: pagamento do pessoal da Escola, matrícula dos alunos nos cursos, custos das bancas de exames das cartas de maquinistas e pilotos.

A participação política do governo do Pará foi um ponto importante de inflexão. Apesar de a Escola ser federal, a sua manutenção era de grande relevância política ao estado, na medida em que tanto ela estava relacionada à navegação e, portanto, à economia, como ao ideário republicano de formação dos cidadãos. Segundo Lucas Ayres Cardoso, na década de 1890, o governador

17 Op. Cit.

Lauro Sodré iniciou uma política de instrução popular com a criação e ampliação de instituições de ensino, como o Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant¹⁸.

A educação, no regime republicano, passou a significar a libertação espiritual através da razão, ainda que expressa de várias formas diferentes. No caso do Lyceu, estudado por Cardoso, as classes trabalhadoras eram o grupo prioritário, e a formação baseava-se tanto em um currículo voltado ao aprendizado de técnicas para setores específicos, como a tipografia, como a formação em artes e música. É razoável, pois, que ante a possibilidade de crise e fechamento da Escola de Marinha Mercante de acordo com as suas despesas, os políticos paraenses se inclinassem a cobrir e manter a escola em funcionamento, assim como outras ações de manutenção da educação, como a criação da Sociedade Propagadora do Ensino mencionada pelo autor no mesmo período.

O primeiro grupo de despesas não representava o pagamento total dos vencimentos de professores e funcionários, considerando, por exemplo, que o pagamento do mês de junho de 1911, remetido pela Escola à secretaria estadual, foi no valor de 2:187\$868¹⁹. Pelo regulamento da Escola, ela deveria ser formada por cinco professores, dos quais quatro receberiam 2:000\$000 de ordenado. Um professor de desenho deveria receber 1:600\$000. O secretário da escola deveria receber 1:333\$333. O porteiro, 666\$666 e o servente, 720\$000. Todos recebiam uma gratificação igual à metade do valor do ordenado, exceto o servente. Embora não haja menção clara, é provável que esse valor tenha sido incluído como gratificação aos funcionários, ou ainda referência às taxas anuais de manutenção cobradas aos alunos, previstas no art. 15 do referido regulamento²⁰.

O currículo foi, dentre as mudanças, a principal em relação à Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará. Como já mencionado, ele foi, em grande parte inspirado no produzido para a Escola Naval, com um plano de ensino bienal

18 CARDOSO, Lucas Ayres. *O Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e a formação de trabalhadores no alvorecer republicano no Pará (1891-1897)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2020, p. 35.

19 ESTADO DO PARÁ, 11 de junho de 1911, edição 55, “Dia administrativo”. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/>>. Acessado em 22/06/19.

20 Ressalto que os relatórios de governo do estado do Pará não citam qualquer despesa explícita com a Escola de Marinha Mercante, no entanto, embora mencionem repasse de verbas para o Arsenal de Marinha.

que deveria ser aprovado diretamente pelo ministro da Marinha. A hora-aula deveria ser de 60 minutos, com intervalo de 15 minutos entre cada aula. Todos os dias, deveria haver até 2 horas de atividades práticas.

O primeiro aspecto de mudança curricular foi a diminuição do curso de náutica para apenas um ano, ao invés dos três anteriores. No entanto, apesar da diminuição da carga horária, foram inclusas disciplinas que relacionavam as atribuições de oficiais da Marinha de Guerra, e, portanto, mais coerentes à função da marinha mercante de reserva e auxiliar da força naval brasileira. O currículo anterior focava, sobretudo, nas questões técnicas ligadas à matemática e à física, estando, a partir da mudança de 1907, muito mais ligadas a uma perspectiva de comando e autoridade embarcada, considerando o conhecimento dos sinais de comunicação entre navios e a legislação referente aos rios.

Outro ponto interessante diz respeito à disciplina de policiamento, o que não era anteriormente presente, e que condiz também a uma demanda das Capitânicas dos Portos, geralmente expedida em ofícios ou ordens específicas para prisão de passageiros que fossem procurados pelas chefaturas de polícia. A Escola consolidava, assim, os oficiais mercantes como autoridades navais com a legitimidade da formação e direcionamento da Marinha de Guerra.

No curso de máquinas, a duração foi mantida, mas as disciplinas se tornaram mais direcionadas à aplicação prática e à Marinha de Guerra. É conveniente destacar que a diferença entre o comando e a operação do convés e das máquinas foi o elemento de maior mudança com a introdução da navegação a vapor nas marinhas. Segundo Pierre Castro, ao longo do século XIX, os primeiros maquinistas que serviram à Marinha de Guerra eram contratados, já que a instituição ainda não formava militares com tal conhecimento²¹.

A questão das máquinas se tornou problemática na medida em que os comandantes das embarcações não detinham tais conhecimentos, mas eram superiores hierárquicos e exerciam a disciplina. Porém, na medida em que puniam maquinistas contratados (cuja pena máxima era a expulsão), comprometiam a mobilidade dos navios pela ausência de tripulantes com conhecimento suficiente para operar as máquinas.

21 Vd. CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. *Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta Trajano: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873 e 1879*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Rio e Janeiro, 2013.

Foi nesse sentido que se criou e regulamentou, desde a década de 1860, o corpo de maquinistas navais, que passaram a ser gradativamente formados pela Escola Naval, configurando um corpo próprio de aspirantes a partir de 1907. Formar maquinistas mercantes aptos e com conhecimentos úteis à Marinha de Guerra na Amazônia era, assim, não apenas coerente com a premissa da reserva naval, mas também considerando a escassez de pessoal qualificado, em que parte das tripulações da região era preenchida com contratados, tratava de preparar o pessoal subordinado à chefia de máquinas da maior parte dos navios de guerra da Amazônia.

Na exposição de motivos da criação da Escola de Marinha Mercante do Pará, outro dado interessante dizia respeito aos pilotos e maquinistas que prestaram apenas exames a partir da Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará. Durante os 15 anos de funcionamento dela, foram formados 26 alunos, mas via exame direto, 757 cartas de pilotos e 1.739 cartas de maquinistas. O ministro Alexandrino definiu isso como

“Reservado para concessão de cartas aos alumnos que estivessem matriculados em seus cursos, em consequência da faculdade da ampliação dessa concessão a quem não se encontrasse em condições idênticas a desses alunos, ela atualmente não é mais do que um meio de produção, irregular e fácil, de um pessoal, sem requisitos, que o recomendem à consideração dos profissionais que se vejam forçados a precisar de seus serviços”.

Ficando evidente, assim, que uma das pretensões da nova escola seria justamente evitar que uma grande quantidade de profissionais fosse examinada sem ter cursado os dois respectivos cursos. Nesse sentido, os critérios para exame do pessoal foram ampliados, embora, até pelo menos 1921, não tenha havido um consenso entre a direção da Escola e o Ministério da Marinha, se ainda poderiam ser concedidas cartas a maquinistas e pilotos externos aos cursos. Foi criada, assim, a categoria de “candidatos estranhos” à escola, que eram custeados, para avaliação, pelo governo do estado do Pará.

Em maio de 1911, foi decidido, pelo diretor da escola, capitão de fragata Amythas, José Jorge, em conjunto com a congregação da mesma, que apenas as

pessoas que concluíssem o curso teriam direito a realizar o exame, e que aquelas que já atuavam como pilotos e maquinistas precisariam ser reavaliados²².

Em maio do ano seguinte, o capitão do porto do Pará expediu um aviso, indicando que não seria mais permitido o embarque de maquinistas e pilotos cujas cartas não estivessem revisadas pelo diretor da Escola de Marinha Mercante do Pará, indicando ainda que “Esta medida tem por fim evitar que embarquem cidadãos portadores de títulos apocryphos, como procuram fazer contra os dispositivos regulamentares”²³, convocando em caráter de urgência todos os marítimos da região.

Foram realizados diversos exames, com uma grande quantidade de bancas formadas anualmente, todas compostas por três a quatro membros: o diretor da escola, pelo menos um professor e ainda o inspetor do Arsenal de Marinha do Pará ou oficial de posto mais alto depois dele. Nos jornais, encontramos pelo menos um caso de carta falsa encontrada, embora o nome do maquinista não tenha sido divulgado, mas a referida constava com a assinatura do professor Bento Miranda, embora o inquérito instaurado não tenha sido concluído, porque o arquivo da escola havia sido queimado pelo antigo secretário, João Figueiredo da Silva Paranhos, o que indiciou a existência de fraudes nas concessões de cartas anteriormente²⁴.

Em outubro de 1913, a Escola estabeleceu que só existissem duas épocas para exames de obtenção de cartas de piloto fluvial e maquinistas, sendo uma realizada em junho e outra em dezembro. Haveria ainda exames de segunda época, a serem realizados depois do dia 5 de dezembro de cada ano.

Em julho de 1920, o capitão do porto do Pará enviou ao inspetor de portos e costas da Marinha uma consulta sobre os pilotos e os respectivos diplomas na cabotagem. Ele recebeu como resposta que os pilotos e maquinistas que foram formados pela Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará, portanto, de 1892 a 1907, poderiam ser considerados pilotos diplomados para as funções de capitão de cabotagem, desde que tenham provado ter viajado efetivamente

22 O ESTADO DO PARÁ, 27 de maio de 1911, edição 48, “Informações – Eschola de Marinha Mercante do Pará”.

23 O ESTADO DO PARÁ, 20 de maio de 1912, edição 405.

24 O ESTADO DO PARÁ, 31 de maio de 1912, edição 416, “Eschola de Marinha Mercante”.

por 36 meses a bordo de navios a vapor, ou 24 meses a bordo de vapores e 12 meses em navios a vela²⁵.

Os marítimos enquanto categoria profissional e social

O processo que vai da regulamentação do Lloyd Brasileiro, em 1890, à formação de oficiais mercantes pela Escola de Maquinistas e Pilotos do Pará e pela Escola de Marinha Mercante do Pará, considerando ainda o esforço em restringir o reconhecimento oficial dos diplomas apenas aos que foram formados nessas instituições, apontou, na minha compreensão, para o caminho da categorização de um grupo profissional de marítimos na Amazônia. Isso é, no início da década de 1920, efetivamente havia um processo de seleção de parte da sociedade para formar e examinar pilotos e maquinistas que deveriam comandar os navios de cabotagem fluvial do país. Sobre esse processo, é preciso ainda considerar um viés social no processo de recrutamento, do qual ressalto dois aspectos: o caráter dos cursos de formação e os conhecimentos exigidos nas provas de admissão para a Escola.

Os cursos da Escola de Marinha Mercante deveriam ser realizados em regime de externato, diferentemente do que verifiquei em praticamente todas as instituições de ensino mantidas pela Marinha à época – Escolas de Aprendizes Marinheiros, Escolas de Aprendizes Artífices, Escola Naval, Escolas Profissionais e a posterior Escola Naval de Guerra. Por um lado, o ensino militar marítimo deveria ser valorizado, por outro, a aparente rigidez do ensino militar em si não estivesse presente, inclusive considerando que os alunos não estavam submetidos ao Código Disciplinar da Armada.

Essa diferenciação no conjunto da lógica de formação da Marinha levou que reforçassemos duas questões: a de que a formação em ambientes militares não era um bloco sólido e homogêneo e, em decorrência disso, essa formação também visava recrutar e formar diferentes setores da sociedade brasileira. Nesse sentido, enquanto as Escolas de Aprendizes Marinheiros e de Aprendizes Artífices recrutavam “classes perigosas”, que deveriam ser disciplinadas e civilizadas, mesmo porque, até o início do século XX, esse processo de

25 O ESTADO DO PARÁ, 12 de agosto de 1920, edição 3.377.

recrutamento incluía o cumprimento alternativo de penas a menores infratores²⁶, o processo de formação de oficiais mercantes não demandava a adequação a um processo de condicionamento à disciplina rigorosa.

Na verdade, o processo de delimitação social dos alunos selecionados para a Escola de Marinha Mercante do Pará já se dava no exame de admissão, que demandava um conjunto de conhecimentos cujo arcabouço cultural, via de regra, já era presente em classes economicamente mais favorecidas. O processo de seleção era dividido em quatro dias, tendo a seguinte configuração:

Quadro 1 – Provas do exame de admissão à Escola de Marinha Mercante do Pará

Conhecimento	Prova
1º dia	
Francês	Leitura e tradução – 1 hora
Geografia e História do Brasil	Exame oral com sorteio de pontos – 1 hora para cada
2º dia	
Matemática	Exame oral – 1h30
3º dia	
Física Experimental e máquinas a vapor	Exame escrito de cada ponto – 3 horas
4º dia	
Matemática e Física Experimental	Exames orais – 1 hora

Fonte: Decreto nº 6.388, de 28 de fevereiro de 1907.

Os pontos foram previstos a partir da reorganização do processo de admissão à Escola Naval, parte específica aos cursos da marinha mercante mantidos por ela, presente no aviso do Ministério da Marinha de 2 de janeiro de 1908. Os conhecimentos compõem três linhas de reflexão: primeiramente, o conhecimento em língua estrangeira, o qual, considerando um conjunto expressivo de analfabetos da sociedade brasileira à época, certamente era restrito às pessoas que passaram por uma educação anterior bastante seleta; em segundo ponto, um conhecimento humanístico que compunha uma espécie de conhecimento cultural civilizatório, como trabalhado no processo de construção dos

26 A ideia de classes perigosas inclui todos os comportamentos considerados desviantes em uma perspectiva civilizacional. Vd: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. São Paulo: Leya, 2014.

currículos escolares no Brasil²⁷; e, como último ponto, os conhecimentos técnicos e práticos necessários à fundamentação científica do curso.

A diminuição da carga horária do curso de 3 para 1 ano, conforme mencionei no tópico anterior, só fazia sentido na medida em que os conhecimentos que compunham uma espécie de propedêutica ou de pré-requisito necessário aos conhecimentos específicos deixaram de ser responsabilidade da Escola e passaram a ser dos candidatos. Ou seja, o nível de escolarização exigido passaria a ser maior, o que já é um indício para o perfil socioeconômico desses candidatos.

Sendo equiparados aos oficiais da Marinha de Guerra, eles deveriam ter origens sociais semelhantes. A origem socioeconômica dos oficiais das forças armadas na Primeira República é, em termos historiográficos, imprecisa. No entanto, como salientou José Murilo de Carvalho, é evidente que a carreira militar não era essencialmente a primeira opção das elites civis²⁸, e que muitos deles eram recrutados ou de famílias pobres ou de setores das classes ou camadas médias. Para a Marinha, embora haja relativas divergências, consideramos que provavelmente não foram fundamentalmente diferentes, mas o acesso à educação, especialmente ao conhecimento de línguas estrangeiras, como o francês, certamente não atingia a maior parcela da população do país.

A seleção, que já admitia alunos provenientes de classes com mais condições econômicas, também reiterava o prestígio social que parecia estar relacionado à Escola de Marinha Mercante do Pará, já que seus alunos, professores e funcionários frequentemente eram mencionados nas colunas sociais do jornal *O Estado do Pará* durante o período analisado. Esse é o caso do aniversário do “jovem Pauhiny Pinto”²⁹, ou de Luiz de Moraes Bittencourt³⁰. Além disso, o diretor da Escola, que quase sempre acumulava as funções de capitão do porto e, não raramente, de inspetor do Arsenal de Marinha do Pará, sempre fora mencionado no referido jornal, primeiramente (ou unicamente), pelo seu cargo de direção na escola em todo o período analisado.

27 Para uma discussão interessante, Vd. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

28 CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Todavia, 2019, posição 325 [edição do Kindle]

29 O ESTADO DO PARÁ, 13 de maio de 1911, edição 34, “O dia social”.

30 O ESTADO DO PARÁ, 13 de setembro de 1913, edição 885, “O dia social”.

Os professores Ignácio Baptista de Moura e Bento Miranda também eram frequentemente referidos com pompas nos jornais e ligados à Escola. Outra questão importante diz respeito a sobrenomes de famílias com influência política, como Bittencourt e Chermont. O primeiro, inclusive, foi um dos membros da própria Sociedade Propagadora do Ensino no Pará. Ele, e provavelmente outros professores da Escola, também fazia parte do círculo de intelectuais que atuaram na criação de escolas, que, segundo William Gaia Farias, também funcionavam como espaço de construção da hegemonia republicana³¹. O ensino era uma das formas de exaltação e difusão do ideário republicano nos primeiros anos do regime político.

Outro aspecto relevante diz respeito ao processo paralelo de associativismo da categoria dos marítimos na Amazônia. Pouco antes da criação da Escola de Marinha Mercante do Pará, fora fundado o Club Naval do Gram Pará, em 1891, seu primeiro estatuto encontrado foi feito em 1919³². Os membros do clube foram classificados em três categorias: fundadores, contribuintes e honorários. Os fundadores não foram tipificados para além do fato de estarem presentes nas três primeiras sessões do Club; os honorários seriam “Aquelles que, pela protecção ou serviços prestados ao Club, forem julgados credores do reconhecimento delle”³³; e os contribuintes, todos aqueles que comporiam o quadro social com pagamento da cota, correspondente à joia de 20\$000, além de 6\$000 pelo diploma e 10\$000 trimestrais.

Como condições de associação, o candidato deveria ter entre 21 e 50 anos de idade; estar no gozo dos seus direitos políticos e civis; ser “morigerado” e de bons costumes; não sofrer de moléstia contagiosa incurável e ainda “Provar achar-se habilitado por diploma, carta ou patente, para qualquer ramo de navegação, como seja: piloto de longo curso, piloto fluvial, arraes, mestre de pequena cabotagem [...]”³⁴, exceto os membros honorários. Daí, um ponto importante: a profissionalização e o reconhecimento da certificação como um

31 FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará 1886-1897*. Belém: Açaí, 2017, p. 95.

32 Os estatutos estão disponíveis e digitalizados no site do Centro de Memória da Amazônia: <<https://www.cma.ufpa.br/estatutos.html>>. Acessado em 22/06/19.

33 Vd. ESTATUTO DO CLUB NAVAL DO GRAM PARÁ. Belém: Typographia Delta – Casa Editora, 1919.

34 Idem.

elemento pré-requisito à admissão no clube, o que demonstra uma convergência de interesses na definição da categoria.

Essa convergência também é perceptível na medida em que a categoria foi se fortalecendo, como é possível considerar durante a década de 1910, quando João Baptista de Loureiro escreveu uma série de colunas periodicamente ao jornal *O Estado do Pará* sob o título “Assumptos Marítimos”. Elas dissertavam sobre as temáticas ligadas à marinha mercante, ao carvão frente à crise de abastecimento durante a Primeira Guerra Mundial e também à política marítima do Brasil. Loureiro era presidente do Club Naval quando escreveu suas ideias.

João Baptista de Loureiro considerou ainda o ano de 1903 como o marco fundamental das “classes marítimas” do Brasil, quando da discussão do “Projeto Paula Ramos”, que colocava a possibilidade de abrir a cabotagem nacional às empresas de navegação estrangeiras³⁵. A movimentação de associações de empregados marítimos e dos clubes navais foi fundamental, segundo o autor, para a derrubada do projeto, especialmente contando com o apoio do capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho e do senador Lauro Sodré, que requereu a votação nominal. Segundo Loureiro, “Caio o projecto por 26 votos contra o voto de nove senadores, dos quaes, quatro eram sócios da Liga Naval, sociedade que se propunha em seus prospectos, a propugnar pelo desenvolvimento da marinha mercante nacional”³⁶.

Havia, portanto, uma mescla de interesses convergindo: a não abertura da cabotagem às empresas estrangeiras significava a manutenção do monopólio de comando das embarcações e respectivas máquinas a marítimos formados no país, os quais precisariam ser formados e certificados pela Marinha de Guerra e, portanto, cujo associativismo era um fator fundamental de conquistas para a categoria, no mesmo sentido do controle e da regulamentação exercidos pela Escola de Marinha Mercante do Pará.

35 ESTADO DO PARÁ, 21 de fevereiro de 1917, edição 2.115, “Assumptos Marítimos II – A crise de transporte, no passado, no presente e no futuro”.

36 Idem.

Conclusão

A Escola de Marinha Mercante do Pará foi a instituição que convergiu, da melhor forma, interesses de quatro agentes distintos: dos marítimos; da Marinha de Guerra; do estado do Pará e do regime republicano.

A uma nascente categoria marítima na Amazônia, a qual havia acabado de estabelecer um ponto organizacional inicial com o Club Naval do Gram Pará (1891), convinha manter e monopolizar seu nicho de atuação por meio da certificação, mediante avaliação por parte de uma instituição do Estado – a Marinha de Guerra –, que formalmente havia reconhecido o conjunto de empresas de navegação que deveria compor a reserva da sua força naval. Categoria atuante, sobretudo, nos interesses de manutenção desse mercado, especialmente pela manutenção da cabotagem nacional.

A Marinha de Guerra teve a marinha mercante como reserva oficialmente estabelecida pelo governo republicano em 1891, e passou a formar oficiais mercantes com parâmetros pré-estabelecidos pela Escola Naval, considerando que a marinha mercante também dividia parte das experiências dos oficiais militares. Estes, por vezes, pediam licença para atuar nos navios comerciais. Seus pilotos também deveriam atuar em colaboração com as forças de segurança pública e as Capitânias dos Portos no policiamento dos rios.

O nexos entre as duas marinhas é interessante, exatamente através das relações de poder construídas. As associações de marítimos e, principalmente, de oficiais mercantes, valendo-se da importância de categoria responsável pela conservação e manejo dos navios auxiliares da força militar, abriram espaço para melhor definir tanto um mercado de atuação reservado como os interesses para a política sobre o comércio marítimo no Brasil.

Por outro lado, toda forma de serviço militar e, conseqüentemente, das reservas militares é também uma maneira de relação das instituições militares com a estrutura de classes da sociedade brasileira³⁷, e, no caso da Marinha, também do controle exercido nesses setores. A concepção de reserva naval não foi um lugar comum e passou igualmente por críticas no conjunto da Marinha.

Com a Primeira Guerra Mundial, as discussões em torno de quais categorias deveriam de fato formar as reservas navais foram intensificadas, com proposições que abrangiam desde os praticantes de desportos náuticos às

37 CARVALHO, Op. Cit., posição 270.

associações de Tiro Naval³⁸. Na década de 1910, o capitão de corveta Frederico Villar teceu uma série de críticas à forma como a marinha mercante deveria ser incorporada. Para o capitão, ela não compunha uma verdadeira força auxiliar, porque sequer os planos de construção e aquisição de navios passavam pelo Estado-Maior da Armada. A construção naval e parte do comércio seriam, pois, elementos estratégicos, e, conseqüentemente, a formação mercante seria apenas parte de discussões nesse sentido³⁹.

Ao estado do Pará, que mantendo o prestígio da única escola de formação fluvial do país, também dinamizava a circulação de embarcações no seu principal porto, como um elemento-chave em uma economia-mundo que integrava Estados Unidos, Europa e Brasil através das marinhas mercantes, da importação e exportação, além de compor o circuito de instituições de ensino criadas dos anos iniciais do regime. Os oficiais mercantes foram formados pelos mesmos professores engajados na formação “espíritual” republicana.

À República, pela constituição de um projeto de integração da marinha mercante aos interesses de crescimento e desenvolvimento econômico, considerando o caráter exportador que dominava a maior parte da economia, e ainda da aproximação com os grupos que controlavam e atuavam na navegação comercial brasileira.

38 PEREIRA, Pablo Nunes; FARIA, William Gaia. A Marinha do Brasil e a Primeira Guerra Mundial: reverberações do conflito internacional na Amazônia (1914-1917). *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p.27-49, out./dez. 2020, p. 42.

39 Idem, p. 44.

LOCOMOTIVA DO PROGRESSO: PERSPECTIVAS SOBRE A IMPRENSA NO LIMAR REPUBLICANO

Daniella de Almeida Moura¹

Introdução

(...) a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu. Esta ligação me pareceu convincente, mas todos os dias encontro historiadores profissionais de ambos os sexos, adultos, em plena posse de suas faculdades, que tratam os jornais como repositórios de fatos em si, e não como coletânea de relatos².

E, assim, começamos a adentrar no mundo sobre a imprensa escrita, analisando essa reflexão, até mesmo certo desabafo de Robert Darnton, sobre o que é a notícia. Entendemos, *a priori*, que é uma coletânea de relatos que precisa ser investigada, visto que ela traz em si muitos valores, interesses, jogos de poder e pontos de vistas, evidenciando toda a sua

-
- 1 Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA). Integrante do Grupo de Pesquisas Militares, Poder e Sociedade na Amazônia.
 - 2 DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 17.

multiplicidade, de um alguém ou de um grupo de pessoas que vivenciaram e tiveram experiências em determinado tempo e espaço, mostrando a diversidade de sentidos e significados que uma notícia carrega em si, muito além da mera informação.

Buscando compreender o universo que envolve a imprensa paraense, com ênfase nos jornais do final do século XIX, debruçar-nos-emos nesse contexto, partindo da ideia que representa uma conjuntura extremamente dinâmica. Ela envolve muitos momentos marcantes, refletindo as mudanças ocasionadas por vários acontecimentos nos âmbitos regional, nacional e internacional. Alguns desses eventos tinham grandes repercussões, destacando-se, dentre eles, o movimento abolicionista, os reflexos da Guerra do Paraguai, o processo de Proclamação da República Brasileira, a economia da borracha na Amazônia, intensos movimentos migratórios, a construção da Estrada de Ferro de Bragança, a constante movimentação do porto (entradas e saídas dos navios, visto que Belém escoava intensamente a produção gomífera), diariamente noticiada nas primeiras páginas dos jornais, a evolução do sistema dos correios e também da expansão do telégrafo. Todas essas mudanças se somam a ampliação tecnológica da imprensa, que passa gradativamente a ter um caráter menos artesanal, “dando lugar a imprensa cotidiana ou empresarial, sustentada pelos anunciantes, uma das novidades engendradas pela modernidade”³, ou seja, voltando-se essa atividade para a formação de uma verdadeira empresa.

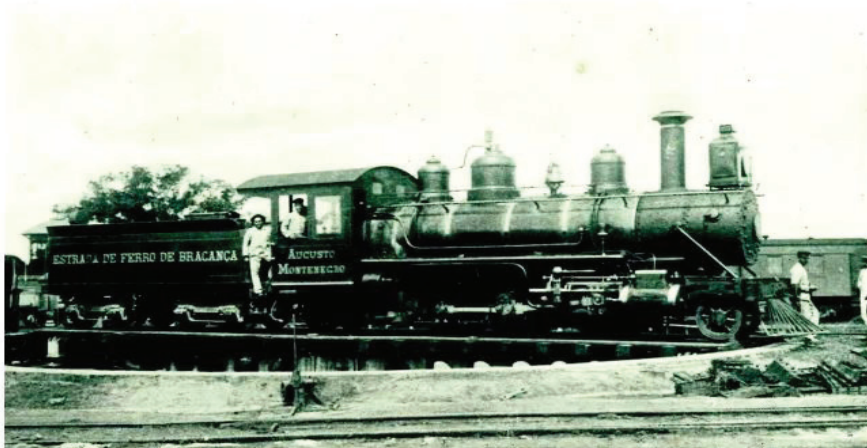
É nesse viés que este artigo se propõe a analisar a imprensa em suas diversas faces, identificando-a como um veículo de comunicação, cuja finalidade não se restringe a informar, mas também apresentar discursos, instruir, educar e ser condutora do progresso. Para tanto, a conjuntura do final do século XIX será esmiuçada, a partir das diferentes perspectivas e possibilidades de pesquisa acerca da imprensa periódica. Estabelecendo a relação entre a imprensa e a República, nesse momento, intimamente associada ao progresso e a civilização.

3 ANDRADE, Débora El-Jaick. A imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX: O Guanabara em defesa da arte e dos artistas nacionais. IN: ENGEL, Magali Gouveia (orgs). **Os intelectuais e a Imprensa**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015. p.15

A imprensa é a locomotiva do progresso

A imagem a seguir retrata uma locomotiva da estrada de ferro de Bragança, denominada de Augusto Montenegro, cuja construção tem início em 1883⁴. Para a época, representava um grande desenvolvimento, visto que encurtava distâncias e aproximava a capital do Pará a cidades do interior do Estado.

Imagem 1 – Locomotiva Augusto Montenegro, pertencente a Estrada de Ferro de Bragança



Fonte: Álbum do Pará – 1908 (p. 250).

Simbolizava a marca do progresso e civilização, tão almejados pela sociedade paraense oitocentista, que passava por uma série de transformações urbanísticas e também comportamentais. Nesse sentido, a palavra locomotiva era empregada pelos homens de letra como símbolo para demonstrar os avanços da época em muitas analogias, dentre elas, chegou a se comparar a imprensa como uma grande locomotiva, como podemos perceber no registro do periódico *O Democrata*:

A imprensa é voz do mundo. Onde há luz a providencia.

Quem reprime o pensamento attenta contra o homem.

Falar, escrever, imprimir e publicar são círculos sucessivos à intelligencia activa: são essas as ondas sonoras do pensamento.

4 Cf. MAIA, Maira Oliveira & QUARESMA, Luis Augusto Barbosa. **A Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB): memórias e usos para além da integração.** Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo, Vol. 9, Número Especial, Mar. 2019, p. 62-79.

De todos esses círculos, de todos esses esplendores do espírito humano, o mais largo é a imprensa. O seu diâmetro é o próprio diâmetro da civilização.(grifo nosso)

Onde a imprensa livre é interceptada, pode dizer-se que a nutrição do gênero humano está interrompida.

A missão do nosso tempo é mudar os velhos fundamentos da sociedade, crear a verdadeira ordem e collocar em toda a parte a realidade no lugar das ficções.

Nesta deslocação das bases sociais que é o trabalho colossal do século – nada resiste à imprensa.

A imprensa é a força. Porque? Por que é a intelligencia. É o clarim: toca a alvorada, annuncia em voz alta o reinado do direito: não conta com a noute senão para o fim della saudar a outra, advinhar e advertir o mundo.

A imprensa...escrava! a reunião de palavras...impossível.

Não! por mais que façamos déspotas não há escravidão para o espírito!

No século presente, sem liberdade da imprensa, não há salvação.

Sem a imprensa, noute profunda. A imprensa é o dedo indicador; é o auxiliar do patriota. (grifo nosso)

Qual é o espantallo do covarde e do traidor? – Imprensa

Todas as iniquidades, todas as perseguições, todos os fanatismos denunciam, insultam e injuriam como podem.

A imprensa é a santa e immensa locomotiva do progresso (grifo nosso)...

que leva a humanidade para a terra de Canaan, a terra futura, onde não teremos em torno de nós, senão irmãos e por cima o céu.

Que seja intrépida essa locomotiva sagrada, o ensinamento a sciencia, a philosophia – a imprensa.

Sejam bem vindos todos os espíritos. ⁵

Sob o título “A imprensa”, *O Democrata* publicou um texto do prestigiado poeta e romancista francês Vitor Hugo, exaltando o papel da imprensa, denominando a mesma, dentre outras metáforas, de “locomotiva do progresso”. Nesse contexto, a *Revista Illustrada*, de forma direta ou indireta, utilizava repetidas imagens que estavam relacionadas à ideia de desenvolvimento, sendo que “o trem foi a mais recorrente delas e nele os desenhistas faziam embarcar

5 O DEMOCRATA. Belém, 26/08/1890. Nº 190. p. 1 Col.5. Este mesmo texto foi publicado anos mais tarde em DIARIO DE NOTÍCIAS, Belém, 27 de abril de 1897. p.1. col. 2.

tudo o que conduzisse aos avanços modernos”⁶. Como “locomotiva” ou como “trem”, o termo “progresso” era associado à imprensa, passando a mensagem que os jornais do final do século XIX eram um veículo de comunicação importante, uma vez que faziam o intercâmbio entre o que acontecia em Belém, em outras cidades paraenses, cidades brasileiras, Europa e pelo mundo.

A imprensa paraense, no findar dos oitocentos, revela-se como a condutora dos avanços modernos, portanto, um meio de comunicação que expunha nas suas linhas impressas assuntos diversos, tais como política, economia, sociedade, cultura, urbanização, avanços da medicina, alimentação, moda, engenharia (obras públicas), construção da estrada de ferro, movimentos migratórios, construção de monumentos, educação, instrução e violência. É importante destacar que essas temáticas divulgadas pela imprensa, estavam geralmente relacionadas à questão da civilização e do progresso, logo, o jornal apresentava-se como um espaço divulgador e incentivador desse ideal de desenvolvimento. Mello assinala que “valendo-se de códigos visuais da época, alcançar o progresso exigia o embarque no trem da evolução rumo à estação ‘civilização’”⁷. Revelando aí o papel fundamental da imprensa, estabelecer a conexão entre lugares diferentes e distantes, levando a modernidade.

A associação entre República, progresso e civilização era marcante dos periódicos da época⁸, “ela se revela nas falas, nos textos e até nas imagens”⁹. Percebe-se os múltiplos papéis ou poderes da imprensa no findar dos oitocentos, visto que os jornais, sendo produtos de uma determinada sociedade, “Não são obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”¹⁰.

6 MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**. [online]. 2009, vol.13, n.26. p. 28.

7 MELLO, *Op. Cit.*, p 18.

8 Ao fazer uma busca pelas palavras chaves “progresso” e “civilização” nos jornais aqui pesquisados na Hemeroteca Digital Brasileira, temos o seguinte resultado, respectivamente: no *A República* 977 e 256, no *O Democrata* 405 e 150, e no *Diário de Notícias* 1310 e 572. É importante ressaltar que o *Diário de Notícias* aparece um número maior, visto que o seu período de existência é extenso, de 26/02/1880 até 17/05/1898.

9 *Ibid.*, 2009, p. 18.

10 LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140.

Nessa perspectiva, Sarges ressalta que, para Belém se enquadrar aos padrões da civilização europeia no século XIX, era preciso que “a nova ordem econômica e a nova filosofia financeira nascida com a República impunham não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais”¹¹. Assim, os periódicos apresentam escritos sobre o progresso, estabelecendo uma conexão direta com os assuntos vivenciados na Europa, mostrando como vivem, o que vestem, comem, usam no seu cotidiano, como, por exemplo, aparelhos elétricos; dentre estes, despertador elétrico, relógio, acendedor de cigarros vendidos por “Allumoires electriques”, que em seu anúncio frisa que as pessoas “devem escolher [entre os seus produtos], aquelle que mais felicidade lhe der e sahir conduzindo-o, certo de que levará consigo a felicidade para o lar, o encanto para a família, a distracção para os filhos e tudo enfim que nos possa trazer tranquilidade de espírito”¹². Outro anúncio bem comum e constante nas páginas desses periódicos é a propaganda intensa da empresa de telefone do Pará, que se repetiu quase diariamente por um tempo prolongado. Esse anúncio era acompanhado de um pequeno artigo intitulado “Ler é saber”, que descrevia as utilidades de se ter um telefone evidenciando que:

Parece incrível que até hoje ainda haja quem ignore, qual o serviço que elle pode prestar. Se tens contentamento, se a alegria está em teo lar é porque elle concorreu para isso. Se queres festejar alguém ou algum factio comum em família, elle te ajuda muito. Se tem dores, se teo filho ou alguém da família está doente a elle corres pressuroso, afim de chamar o médico e, sempre prompto, solícito e, principalmente, teu amigo, elle presta-se de tão boa vontade, que já isso é um lenitivo. Quem não o tem não pode imaginar que serviços elle presta. A sua collocação, em casa, é gratuita, e só se paga a assignatura mensal de vinte mil réis. Tanto serviço por tão pouco dinheiro! É só ir a travessa das Mercêz, n.18 e pedir a assignatura de telephone que será promptamente servido. Ao Telephone!!!¹³

11 SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)**. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2010. p. 20.

12 O DEMOCRATA, Belém, nº5, 1890, p. 4

13 A REPÚBLICA. Belém. nº2. p. 2.col.1. 18/02/1890.

Além desses tipos de propagandas, era muito comum nesse momento matérias e notas jornalísticas discorrendo sobre os acontecimentos da cidade, que representavam sinais do progresso. Em 28 de janeiro de 1896, a primeira página do *Diário de Notícias* trata da notícia da inauguração da luz elétrica em Belém, anunciando que:

Está definitivamente marcado o dia 1º de Fevereiro próximo para inauguração do serviço da iluminação electrica desta Capital.

As experiências que tem sido feitas tem agradado bastante e parece nos esforçar-se a Campanha para satisfazer de um modo brilhante a uma das maiores necessidades publicas.

O acto terá lugar às 6 ½ horas da tarde, e agradecemos o convite que para elle tivemos.¹⁴

Após relato de notável crescimento estrutural da capital, é necessário mencionar que a mesma locomotiva que traz progresso, civilização, também traz violência e contrastes urbanísticos e sociais. A cidade de Belém, no final do século XIX, passa por muitas mudanças estruturais, com construções de prédios, asfaltamento e alargamento de ruas, arborização, instalação de luz elétrica, utilização de bondes elétricos, embelezamento de praças, entre outros, seguindo o modelo das civilizações europeias. Mas, é pertinente lembrar que essas transformações urbanísticas atingiram uma parte da cidade e da sociedade, deixando muitos à margem. Desse modo, Sarges afirma que “o discurso do progresso, baseado na ciência, na higienização e no saneamento, que era também moral, escondia além dos interesses econômicos, o medo que os governantes tinham da desestabilização política”¹⁵. Com isso, visando extinguir o perigo, a solução encontrada foi expulsar das áreas centrais da cidade os setores populares. Resultando fatalmente no aumento da criminalidade.

Nessa conjuntura, a violência e a criminalidade, passaram a ter notas diárias nos periódicos paraenses¹⁶. Apesar de, nesse momento, não ter imagens

14 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém. Nº 22. P.1. col. 4. 28/01/1896.

15 SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do velho intendente: Antônio Lemos (1969-1973)**. Belém: Paka-tatu, 2002. p. 125.

16 Cf. ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **O Termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). – UFPA/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. 2006; CANCELA, Cristina Donza. **Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas e sexuais das**

dramáticas, com artigos geralmente pequenos, mas com textos bem detalhistas e espalhados nas três páginas dos jornais com títulos diretos e objetivos, como “monstruosidade”, “morte horrível”, “uma família assassinada”, “pancadaria”, “ferimento”, “facada”, “gatuno”, “furto de galinhas”. Enfim, crimes diversos, desde furto, roubo, agressões físicas, até homicídio. Tanta violência e criminalidade, geradas por vários fatores, dentre eles, as desigualdades sociais, bem como a falta de educação e instrução da maioria da sociedade, assuntos presentes nas gazetas e também nos discursos políticos.

Em se tratando do assunto violência, identificam-se mudanças na forma como a matéria é escrita e apresentada de acordo com o passar dos anos. Inicialmente, percebe-se que, no *A República*, as notícias em destaque são, em especial, políticas, vez por outra de uma forma perspicaz. Em muitos casos, sem título, expõem algumas histórias inusitadas, principalmente ligadas à violência, como é descrito no seguinte trecho: “Às 7 horas da noite ante ontem, Marcelino de tal invadiu a casa de Mirandolina dos Prazeres, à rua Conego Gerônimo Pimentel e espancou a dona da casa”¹⁷. Além disso, nos anos iniciais, expõe “Notas policiaes” que tratam de alguns crimes, mas sem longas descrições.

O *Democrata*, de maneira bem mais acentuada, evidencia com mais frequência matérias sob os títulos “tentativa de suicídio”¹⁸, “Afogado”, “Espancamento”, “Gatuno”, “Briga”. Enfim, que tratam de assuntos ligados à violência, que, conforme o tempo, vão se tornando mais corriqueiros. Segundo Marialva Barbosa, é uma estratégia que objetiva conquistar um maior número de leitores¹⁹.

mulheres das camadas populares de Belém (1890-1910). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, UNICAMP, 1997; GOMES, João Arnaldo Machado. **Vigiando, divulgando e reprimindo**: o papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897-1910). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). – UFPA/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. 2017.

17 A REPÚBLICA. Belém. Nº 5. p. 1. col. 4. 22/02/1890.

18 Em relação ao crime de suicídio, as notas são muito recorrentes. Cf. CARVALHO, Marcelo José Pereira. **As Letras Escarlates**: Representações e Histórias de suicídio em Belém do Pará (1891-1920). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). UFPA/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. 2012.

19 BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 12.

É interessante frisar que essas notícias relatam casos de gravidade altíssima, como assassinatos, até brigas provocadas pelo alcoolismo, como *O Democrata* publicou em 05 de janeiro de 1890, descrevendo que “sexta-feira às 8 horas da noite na travessa da Glória, Raymundo Libânio de Lemos e Pedro de tal espancaram-se por causa de ...cachaça. Foram detidos”²⁰.

No que se refere ao *Diário de Notícias*, também menciona, em seus diários, notas sobre crimes, violências de modo geral. Em 13 de abril de 1898, começa um artigo intitulado “Gatunos”, com um desabafo, afirmando que “raro é o dia em que a imprensa não registra um caso de gatunagem”²¹, narrando o seguinte sobre esse episódio ocorrido em Belém:

Na noite de ante-hontem para hontem foi roubada a mercearia dos srs. Alvaro Santos & C., à Villa de Bastos, estrada de S. João, n. 1, canto da docca Souza Franco.

As 5 horas da manhã de hontem quando o Sr. Alvaro acordou, procurou os chinellos que deixara em baixo da rede não os encontrando, pensou logo que tratava-se de um roubo.

Levantou-se e veio para o balcão.

Então verificou que tinha sido victima dos gatunos, perdendo cerca de 1:500\$ em manteiga (4 caixas), charutos (3 cxs) e dinheiro 6\$000 em bilhetes de Bond.

Presume-se que os gatunos ficaram dentro quando o proprietário fechou a taberna.

E assim descreve os fatos minuciosamente desde o endereço onde ele ocorreu, informando quais foram as vítimas, contando como tudo se passou, e relatando o que foi levado pelos criminosos. Fechando a matéria com suposições de como os denominados gatunos entraram na mercearia.

Nesse cenário de violências, o suicídio também é tema de muitas matérias publicadas nos jornais, não só paraenses, como em outras cidades brasileiras. Marcelo Carvalho, em *As Letras Escarlates*, destaca que “as notícias sobre os atos suicidas, ocorridos na Belém da época, transformavam-se em relatos do extraordinário, marcados por um profundo sentido moralizante, em que os

20 O DEMOCRATA. Belém. Nº 4. p. 2. col. 2. 05/01/1890.

21 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém. Nº 75. p. 1.col. 4. 13/04/1898

valores da época eram expressos para indicar ao leitor o limite entre o certo e o errado”²².

Os relatos sobre suicídios eram de Belém, de cidades do Pará, de outros estados brasileiros e de outros países. Em 27 de julho de 1888, o *Diário de Notícias*²³ publicou uma nota intitulada *Suicídio*, já divulgada no *A Província do Pará*:

Em a noute de sexta-feira ultima, no engenho Carmo, districto de Muaná, suicidou-se um trabalhador pernambucano, o qual servindo-se de uma corda, amanheceu enforcado.

Já à hora adiantado do dia, notando os demais empregados a falta de seu companheiro, arrombaram a porta do quarto onde o mesmo dormia e ahi o encontraram estrangulado.

O engenho é da propriedade do capitão Manuel Antonio Rodrigues Tavares, o qual immediatamente communicou o ocorrido a auctoridade do logar, procedendo-se a diligencias, que no caso se faziam mister.

Não foi descoberto o motivo que levou o suicida à pratica de semelhante acto.

A pesquisa de Carvalho aponta que o aumento das taxas de suicídio no final do século XIX coincide com o crescimento estrutural de Belém, eles podem ser justificados pelo fato do avanço econômico também trazer consigo alguns males, dentre eles a proliferação de vícios. Ou seja, é “uma característica moderna, nas representações sobre o suicídio, sua acentuada associação aos espaços urbanos, ao individualismo e, por assim dizer, à solidão”²⁴.

Dessa forma, a imprensa periódica do final do século XIX é descrita por Heloisa Cruz como uma nova moda que “transforma-se no principal produto da cultura impressa, e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada” (1996, p. 83). Assim, Maria Tereza Chaves de Mello salienta que “a Proclamação (...) significou um salto civilizacional,

22 CARVALHO, Marcelo José Pereira. *As Letras Escarlates: Representações e Histórias de suicídio em Belém do Pará (1891-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). – UFPA/Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. 2012. p. 11.

23 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém. Nº 167. p. 2.col. 4. 27/07/1888.

24 CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 83.

integrando o país à América e à modernidade (ao progresso), disso dando testemunho a forma pacífica como ela se fez” (2007, p. 133).

Seguindo essa argumentação de comparação da República com modernidade, civilização e progresso, o historiador Elson Monteiro assevera que o jornal foi o principal meio de comunicação da sociedade, “sendo muito utilizado por letrados e políticos que passaram a aproveitar suas páginas para criticar o regime imperial e escravocrata em crise, rotulando-o de atrasado e incompatível com a modernização que estava em curso no país”²⁵.

Maria de Nazaré Sarges enfatiza também que a República inaugurou uma nova ordem econômica, que determinava “não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais. Era preciso alinhar a cidade aos padrões da civilização europeia”²⁶.

Analisando essa conjuntura do final do século XIX na capital paraense, a partir dos jornais como fontes “Gestadas no dia a dia da cidade, quase no mesmo momento em que os fatos aconteciam, dão conta de múltiplas vivências urbanas, sendo também por meio de seus articulistas, dos seus leitores, e dos sujeitos dos quais se falava um registro singular da cultura urbana de Belém”²⁷. Desse modo, percebe-se que o advento da República no Brasil marca um momento de intensas transformações, não só estritamente governamentais, mas também no que se refere ao remodelamento urbano, que reflete várias preocupações, tanto estruturais quanto voltadas para a saúde, higiene, educação da população. “Com a intenção de se construir uma civilização nos trópicos, diversas cidades brasileiras passaram por intensas transformações, que alargavam ruas e avenidas e destruíam cortiços em nome de um ideal higiênico e civilizador”²⁸.

25 MONTEIRO, Elson. **Maçonaria, poder e sociedade no Pará na segunda metade do século XIX: 1850-1900**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014. p.13.

26 SARGES, *Op. Cit.*, 2010, p. 20.

27 LACERDA, Franciane Gama. Cidade Viva: Belém do Pará na virada do século XIX para o XX. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (Orgs). **Belém do Pará: História, Cultura e Cidade, Para além dos 400 anos**. Belém: Editora Açai, 2016. p. 147.

28 VIEIRA, Elis Regina Corrêa. **Manchete do dia: Imprensa paraense e saneamento rural (1917-1924)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém,

Nessa linha de raciocínio, passa a se considerar que essas transformações no final dos oitocentos também atingiram a imprensa, que passa por uma reestruturação com a mudança da Monarquia para a República, uma vez que os jornais aqui investigados, por estarem ligados a partidos políticos, têm uma grande preocupação expressa em seus discursos diários, de apresentar o novo regime político como um passo fundamental para atingir o ideal do progresso em voga na época. Em vista disso, Barbosa afirma que “a palavra de ordem era, então, reforma. Reformas para acelerar o advento do *télos* – de qualquer maneira inevitável, segundo entendiam – do progresso-civilização”²⁹.

No *A República*, eram comuns matérias sobre o estabelecimento de uma tríade envolvendo a República, liberdade e progresso, que revela ser um novo tempo, distante daquele estabelecido pela outra combinação do antigo regime formada pela vinculação entre as ideias de Monarquia, escravidão e atraso. Maria Tereza Chaves de Mello pontua que “para colocar o país no ‘nível do século’ era necessário renovar – ou suprimir – as instituições monárquicas, o que significava atingir o seu sistema simbólico através da cultura”³⁰. Nesse contexto, Mello reitera que ocorreu a aversão a tudo que era ligado ao romantismo, ampliando à esfera pública, em que “tudo foi submetido à crítica, palavra que emprestava dignidade a qualquer discurso”³¹. Logo, a crítica era sinônimo de cientificismo, discussão muito latente na época.

Não bastava mudar de regime político, era necessário transformar a sociedade, garantindo-lhe uma base pautada principalmente na educação e na instrução. Dessa forma, considero que dentre os papéis da imprensa, estavam também o de instruir e educar, haja vista que a leitura e o acesso a outros impressos não eram acessíveis para todos. Nessa lógica, a imprensa também coube estas funções, através de constantes matérias publicadas para este fim, sob os quais abordaremos a seguir.

2016.p. 9. Disponível em: <http://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202014%20elis%20regina%20correa%20vieira.pdf>.

29 MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica no final do império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Editora EDUR, 2007. p. 10.

30 MELLO, *Op. Cit.*, 2007, p. 121.

31 *Idem*

Instruir e educar através do jornal

O abraço é um crime? O beijo puxado ou não à sustância é delicto punível com processo e cadeia?

Não há código que assim qualifique o “doce amplexo” dos poetas (...). Indiretamente o nosso código, por exemplo, pune os actos ofensivos à moral *coram populo*.

Entretanto, há quem se queixe de abraços e beijos de moça e leve o delinquente à barra de um tribunal. O caso ocorrera nos Estados Unidos e não aqui socegum as leitoras³².

“Por causa de um beijo” é o título de uma matéria publicada no Jornal *O Democrata*, em 21 de janeiro de 1890, que narra a história de uma mulher na cidade de Chicago nos Estados Unidos, que, depois de ingerir bebida alcoólica além do limite, passou a beijar e abraçar os homens que passavam na rua. Fazendo isso com um homem idoso que se zangou e considerou que aqueles carinhos extraconjugais, em rua pública, eram um abuso, um atentado aos seus direitos cívicos e gritou por socorro. O homem foi acudido por um policial, que, após ouvir a queixa do beijado, levou a delinquente ao juiz que a condenou a 5 dólares de multa.

Ao ler os jornais do findar dos oitocentos, percebe-se que a sociedade está passando por mudanças em diversos níveis, sejam político, econômico, social e cultural. Um dos temas que chama a atenção são questões que tratam sobre a moral, os bons costumes, padrões que a sociedade deve punir e/ou seguir, como a matéria citada anteriormente. Enfim, assuntos que passam pelas temáticas Educação e Instrução.

Apesar de a primeira vista, para um leigo, educação e instrução apresentarem o mesmo significado, causando certa confusão, essas palavras têm sentidos diferentes. Isso é muito bem definido e estabelecido em alguns documentos do século XIX, como jornais, dicionários ou livros, que as relacionam constantemente. Recorrendo a dicionários da época, em especial ao *Dicionário Universal de Educação e Ensino*, os significados das palavras Educação e Instrução ocupam um número de páginas consideráveis, de 5 a 6 folhas cada uma. Por instrução, entende-se aquilo que se aprende teoricamente nas escolas, e, por educação, a

32 O DEMOCRATA, Belém. Nº 16. p. 2, col. 6. 21/01/1890 - “Por causa de um beijo”

prática dos valores morais incluindo aí as boas maneiras e os bons costumes³³. Nas seis páginas que tratam sobre a instrução, tenta estabelecer suas finalidades, as diferenças entre ambas, mas também demonstra o quanto a instrução é importante para a educação, assim como vice-versa.

O fim da educação é desenvolver as faculdades moraes, em quanto a instrução visa a enriquecer as faculdades intellectivas. Não obstante, instrução e educação se aliam e confundem na prattica frequentemente; todavia, é importante estremal-as. Fazem-se mister princípios para a formação dos costumes. Ora, só mediante a intelligência os princípios se estabelecem. Concorre pois a instrucção para a educação, tanto como a educação para a instrucção, com o auxilio dos seus hábitos de ordem e regular trabalho. É compatível instruir sem educar; mas já o não é formar o coração sem ao mesmo tempo desenvolver o espírito. Não se coaduna imprimir na consciência do homem regras de proceder, explicar-lhes princípios reguladores de seus actos, sem ao mesmo tempo lhe alumiar o espírito, augmentar-lhe as ideias, em uma palavra, instruil-o. **Pode pois rigorosamente , a educação supprir a instrucção; mas a instrucção só por si não dispensa a educação (grifo nosso)**³⁴.

Levando em consideração o entendimento das diferenças e das aproximações entre esses temas para a sociedade oitocentista, podemos relacionar a instrução, educação e a imprensa, por exemplo, em *O Livro do Centenário (1500-1900)*, escrito em 1908, que evidenciou, em seu capítulo IV, o texto “A Instrucção e a Imprensa”, escrito por José Veríssimo de Mattos. Ele traça um panorama extenso desses dois importantes temas para a época, tanto que as duas temáticas foram reunidas no mesmo capítulo do referido livro.

Não se pode deixar de mencionar como foi muitíssimo apropriado ter esse texto, visto que Veríssimo congrega na sua vida pessoal e profissional o envolvimento direto nesses dois campos. Durante sua trajetória pública, exerceu grandes atividades no campo das letras, publicando contos, críticas literárias e viagens pelo Pará na imprensa paraense, colaborando com diversos jornais, entre eles *Diário do Gram Pará*, *A Província do Pará*, *o Comércio do Pará*

33 CAMPAGNE, E. M. **Diccionario Universal de Educação e Ensino**. Vol. 1. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardon/ Casa Editora Luga & Genelioux, sucessores, 1873. p.789.

34 *Ibid.*, p.789-790.

e *A República*, inaugurando em 1879 a sua própria folha, *A Gazeta do Norte*. Além disso, criou em 1883 a *Revista Amazônica*³⁵.

Nascido em Óbidos, com formação em Medicina, José Veríssimo teve em sua biografia uma intensa preocupação e envolvimento com aspectos ligados a instrução pública, fato observado nos cargos que ocupou e nas atividades que ele desenvolvia, como podemos identificar no trecho a seguir:

Em 1883, fundava a *Sociedade Promotora da Instrução*, impulsionado por sua crença política na ação regeneradora da educação, que possibilitava o progresso e a civilização do país (...). Desenvolveu no decorrer da sua vida atividades de magistério, no ensino público e particular (...). Em 1890, publicou seu livro denominado *A Educação Nacional*, no qual enfatizava a sua crença na ação pedagógica como meio eficaz de promover mudanças sociais, a partir da reeducação da população brasileira.

Ainda em 1890, José Veríssimo foi nomeado diretor da Instrução Pública do Estado do Pará, função que exerceu colocando em prática as suas ideias acerca da educação³⁶.

A partir disso, nota-se o quanto essas discussões que envolviam as temáticas educação, instrução, imprensa, República, progresso e civilização eram desenvolvidas de forma recorrente, nesse momento histórico, principalmente nos jornais da época. Relacionada à educação, a moral era um assunto muito evidenciado, tanto em matérias publicadas pelo governo, como também nas escritas pelos próprios jornalistas dos periódicos que circulavam no final do século XIX, na tentativa de transmitir aos seus leitores quais os valores que uma sociedade deveria cultivar para seguir os exemplos dos costumes sociais europeus.

O Democrata do dia 17/01/1890, em uma de suas colunas, publicou um edital referente a “Instrução Pública”, que tratava sobre o concurso para provimento efetivo de duas cadeiras de matemática do Lyceu Paraense. Para fazer sua inscrição os candidatos tinham que provar:

35 BEZERRA NETO, José Maia. Os males de nossa origem: O passado colonial através de José Veríssimo. IN: BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.) **Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 39.

36 *Ibid.*, p. 39-40.

1º serem brasileiros, estarem no gozo de seus direitos e terem mais de 21 anos de idade.

2º Não sofferem moléstias contagiosas;

3º Finalmente, não terem sido condenados a qualquer pena reputada infamante por crime de morte **ou em consequência de factos offensivos à moral**.³⁷ (grifo nosso)

Monica Jinzenji afirma que “a imprensa periódica, vista como agente da história e não simplesmente como registro dela, comporta vários sentidos específicos”³⁸. Corroborando com esse entendimento, Lustosa enfatiza que “o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos”³⁹.

Jornalista, escritor e engenheiro civil, nascido em Cametá, Ignacio Moura escreveu sobre *A exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant e os expositores em 1895*⁴⁰, no qual discorreu sobre produtos locais de agricultura, comércio, indústria e artes que participariam desse evento de grande repercussão social. Dentre as temáticas abordadas, na secção *Sciencias e Letras*, “A Imprensa paraense” figurava no início do livro, destacando os principais jornais dessa época: *A Província do Pará*, *Diário Official*, *O Democrata*, *Diário de Notícias*, *A República* e *A Epocha*.

Ignacio Moura reitera ter a imprensa, nesse cenário, um papel fundamental, ressaltando que o Pará no final do século XIX passou por evidente desenvolvimento, tanto que “a educação do povo apura-se a olhos vistos e sente-se que a população inteira vae tendo um critério bem discernido para julgar”⁴¹. Moura identifica que o motivo dessa mudança coletiva significativa “é a imprensa, que tem entre nós, um culto e um ensinamento forçado”, descrevendo que:

37 O DEMOCRATA, Belém. Nº 13. p. 3. col. 6. 17/01/1890.

38 JINZENJI, Monica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 22.

39 LUSTOSA, Izabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.

40 Esta obra se encontra disponível no site da Fundação Cultural do Estado do Pará - <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/moura-ignacio-a-exposicao-artistica-e-industrial-do-lyceu-benjamin-constant-e-os-expositores-em-1895-belem-typ-do-direito-official-1895-202-p>

41 MOURA, Ignacio. **A exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant e os expositores em 1895**. Belém: Typ. do Diário Official, 1895. p. 37.

Ainda não houve quem aqui tivesse a paciência de organizar um trabalho por onde se pudesse, pela tiragem dos jornaes, estabelecer por estatística a taxa de leitores nos diversos Estados e a sua gradação progressivamente grande.

É verdade que conhecemos um outro trabalho de pessoa competente, por onde se evidenciou que o Pará tem a menor proporção de analfabetos em relação à população.

Lê-se, e lê-se muito no Pará: os jornaes são distribuídos rapidamente pela manhã: o jornalismo é aqui um sacerdócio cujo officiamto compensa material ou moralmente. Estuda-se no Pará e estuda-se com proveito: há nesta população de cem mil almas uma biblioteca publica, cinco ou seis centros de leitura de grandes associações particulares e umas dez livrarias bem sortidas.

De tudo isto nasce para este povo um critério de paz e uma acomodação de ordem que a base do nosso progresso e ha de ser a origem da nossa gloria⁴².

Analisando os escritos sobre a imprensa no Pará do final dos oitocentos, Ignacio Moura estabelece uma evidente relação entre a atividade desenvolvida pela imprensa paraense com a propagação da educação e instrução, incluindo a diminuição da taxa de analfabetismo, que, para esse escritor paraense, são aspectos essenciais que criam a base para fomentar a paz e o progresso de uma sociedade. Daí um dos motivos da imprensa estar a serviço da República e não da Monarquia, visto que esta apoiou durante a sua existência a manutenção da escravidão, que aumentava o analfabetismo e diminua as possibilidades de ampliação de um mercado consumidor.

Os jornais produzidos no Brasil no século XIX, da mesma forma que na Europa, principalmente após o processo de independência, apresentavam como princípio os pensamentos iluministas de veicular seus valores e ideias objetivando educar o público leitor, dentro de um projeto civilizatório⁴³. Nessa perspectiva, “a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais

42 *Idem*

43 JINZENJI, *Op. Cit.*, p. 25.

eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas”⁴⁴.

Esses ideais somados com o período inicial da República garantem a imprensa ser um meio não só capaz de comunicar, mas de instruir e educar. Mas, como os jornais desempenham o papel da instrução da sociedade? Através, por exemplo, de matérias que informam sobre as novas legislações que vão sendo aprovadas no início do novo regime, como exemplo, o Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890, que promulga a lei sobre o casamento civil. Além disso, há uma divulgação constante dos atos do governo em matérias sob os títulos “Actos do Poder executivo”⁴⁵, “Governo do Estado”⁴⁶. Bem como em matéria com a própria expressão “Instrução Publica”⁴⁷, na qual caracteriza a mesma como “essa luz do espírito, perfume suavissimo d’alma, é incontestavelmente o elemento mais poderoso na conquista da pura democracia. Espancando as trevas da ignorância e infiltrando no cérebro da humanidade a seiva utilíssima da verdade (...)”⁴⁸.

Anúncios e propagandas de escolas para atender tanto ao público masculino e feminino eram muito comuns serem divulgadas nos jornais. Essas publicações ocupavam as duas últimas páginas com constância diária. Dentre as escolas mencionadas nos periódicos da época estão o Atheneu Paraense, a Escola Nossa Senhora da Conceição, Collegio Salles, a Escola Particular de Sant’Anna, Escola 15 de Novembro, que destacavam o valor das suas mensalidades, programas e objetivos voltados “a uma educação moral e litteraria sufficiente e verdadeiramente solida, aperfeiçoam-se também as alunas nos trabalhos de costuras, bordados de toda a espécie e demais prendas domesticas”⁴⁹. Bem como ofereciam “ao publico deste Estado, um programma baseado nos

44 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX**. Cad. Pesq. n.104. jul. 1998. p. 147. Disponível em: <file:///C:/Users/HP.14-R052BR_HP/Desktop/A%20imprensa%20periodica%20PALLARAES%20burke.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

45 A REPÚBLICA. Belém, Nº2. p.1. col-4-6. 18 fev. 1890. “Actos do Poder Executivo”.

46 A REPÚBLICA. Belém, Nº4. p. 2. col. 3-4. 21 fev. 1890. “Governo do Estado”.

47 A REPÚBLICA. Belém, Nº15. p.2. col. 2. 06 mar. 1890. “Instrução publica”.

48 A REPÚBLICA. Belém, Nº15. p.2. col. 2. 06 mar. 1890. “Instrução publica”.

49 O DEMOCRATA. Belém, Nº4. p. 4, col. 2. 1890.

planos de estudos de bons collegios de paizes adiantados”,⁵⁰ conforme anúncio da escola 15 de novembro.

Em relação ao educar, o *A República*, vez por outra publicava matérias com essa função, por exemplo, quando escrevia sobre “Costumes Públicos”, como o trecho a seguir:

Sem uma concomitante reforma nos costumes públicos a República não poderá produzir, apesar da excellencia do systema, todos os resultados que d’ella temos a esperar, e então, a nossa situação será tanto mais desesperada, quanto não teremos já para onde apellar.

Não basta que as legislações se escrevam, é preciso ainda que se executem. E não basta que sejam executadas na *letra*, mas o essencial é que o sejam também no espírito.

(...) na tarefa da reconstrução politica da Patria Brasileira nem tudo depende dos corpos dirigentes, mas também muito, senão o principal da grande massa geral dos cidadãos, ao mesmo tempo que , assignalamos ao povo o seu dever , damos a noção clara da importância das suas funções e da transcendência da obra emprehendida⁵¹. (grifo nosso)

Nesse artigo, o redator do jornal republicano era enfático ao associar o governo republicano à missão de reformar os costumes públicos. Essa era uma questão que a monarquia, segundo esse jornalista, não podia resolver por ser um regime político atrasado. Essa temática poderia ser escrita com uma linguagem mais formal, como a expressa acima, mas também de forma poética, enfatizando, por exemplo, que “as mais bellas normas, os mais engenhosos systemas, tornam-se brilhantes inutilidades desde que nada lhes corresponde no domínio dos factos, no mundo das cousas reaes”⁵². Enfim, a imprensa como locomotiva do progresso tem como grande aliada o incipiente governo republicano, que representa o regime político associado ao ideal de civilização.

50 O DEMOCRATA, Belém, Nº 15. p.2. col. 6. 1890.

51 A REPÚBLICA, Belém, Nº4, col. 3, 21 fev. 1890. “Costumes públicos”.

52 A REPÚBLICA, Belém, Nº4, p.1. col. 2. 21 fev. 1890. “Costumes públicos”.

Imprensa republicana: em defesa de seu espaço e ideais

Marialva Barbosa considera que o jornal cunha a imagem de opositor destemido, que ora se dirige ao adversário, ora ao público, de modo a apossar-se de sua simpatia, audiência, aprovação e fidelidade, enquanto consumidor daquela publicação⁵³. Nesse cenário inicial da República paraense, a função da imprensa se apresenta como um campo do poder simbólico, uma vez que desempenha o seu papel político de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que colabora para afirmar o poder de um grupo sobre outro. Dessa forma, os jornais revelam-se como “construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos”⁵⁴. Bourdieu pondera que os diferentes grupos e frações de grupo estão envolvidos em uma luta propriamente simbólica para impor a definição do mundo social conforme seus interesses⁵⁵.

Dois partidos propagandeavam suas ideias e opiniões de forma constante no início da República paraense: o Partido Republicano Paraense (PRP) e o Partido Republicano Democrático⁵⁶ (PRD). O primeiro divulgava seus posicionamentos no jornal *A República*, e o segundo, em *O Democrata*, que destituiu o então *Liberal do Pará*, “(...) que passou a divulgar as propostas do PRD e promover críticas ao Governo Provisório e ao Partido Republicano do Pará”⁵⁷. E, também, posteriormente, o jornal *O Diário de Notícias*. A existência de diferentes partidos e tendências políticas serviram de estímulo ao embate de posicionamentos e projetos sociais muito diversos⁵⁸.

53 BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vícios de leitura, 2000. p. 164.

54 FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese (Doutorado em História Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2005. p. 35.

55 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p.11.

56 O Partido Republicano Democrático surgiu logo após a Proclamação da república, exatamente no terceiro dia seguinte a Aclamação e Posse do Governo Provisório. Seus integrantes eram políticos, na sua maioria liberais e alguns conservadores, que queriam garantir seu espaço de poder (FARIAS, 2016, p. 50).

57 FARIAS, William Gaia. **A construção da República em Construção**. Belém: Açai, 2016. p. 50.

58 FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Páginas antigas: Uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922”. In: VIEIRA JUNIOR, Otaviano; OLIVEIRA, Damião Bezerra & ABREU, Waldir Ferreira de. (orgs). Margens. **Revista multidisciplinar do núcleo de pesquisa Abaetetuba-PA**: CUBT/UFPA: Belém: Pakatatu, 2005. p. 246.

Dessa forma, representou a forma encontrada pelo PRP e PRD, de exporem nos seus respectivos jornais suas ideias. É nessa conjuntura que a imprensa paraense assume o papel de espaço de luta política, destacando-se como principal meio de divulgação de ideologias e propaganda partidária, além da manifestação de intelectuais. Variados eram os papéis e funções daqueles que escreviam, incluindo, nessa diversidade, literatos, articulistas e políticos, visto “(...) a indefinição dos papéis no espaço público que se estava constituindo, fazendo com que todo mundo se habilitasse a escrever em jornal (...)”⁵⁹. Ressalta-se que a intriga entre esses periódicos era intensa e marcou acaloradas discussões durante muitos anos:

Para os republicanos históricos a linguagem da imprensa democrata era vulgar, uma vez que menosprezava os ícones da República, ao passo que exaltava homens que nada teriam contribuído para a construção do novo regime. Os combates pela imprensa, portanto, iam além das trocas de acusações relacionadas a questões de âmbito meramente administrativo. O aspecto simbólico era igualmente relevante na batalha pelo imaginário republicano no Pará (...)⁶⁰.

As exposições de representantes políticos, com postura imponente e altiva, eram comuns, fato que pode ser observado na capa do *A República* no dia 7 de Setembro de 1890, que apresenta a imagem dos seus principais políticos. Além de simbologias republicanas, como bandeiras, brasões, retratos de chefes políticos, sobretudo, estampados na primeira página dos jornais da época. Portanto, de forma cotidiana, os posicionamentos de cada partido eram narrados de maneira harmônica, sinônimo de perfeição e igualdade, quando quem escrevia era do jornal aliado; por outro lado, ofensas eram lançadas pelos adversários políticos, criando uma intensa batalha de versões e de simbologias.

Os intelectuais se ligavam aos jornais e partidos, os quais se fundiam. Sua missão era desenvolver a concretização de uma nova hegemonia a partir da repetição constante dos mesmos argumentos, variando literariamente a sua

59 LUSTOSA, *Op. Cit.*, 2000, p. 34.

60 FARIAS, *Op. Cit.*, 2005, p. 80.

forma, já que a repetição é o meio mais didático e eficaz para agir sobre a mentalidade da sociedade⁶¹.

O viés político da imprensa no final do século XIX é, geralmente, mencionado em qualquer debate que trate sobre esse contexto, haja vista que os jornais aqui investigados são órgãos de partidos políticos, informação esta que se destacava na capa de todos os seus jornais. No que se refere ao *A República*, no final dos anos imperiais, consegue-se perceber que a imprensa paraense já se manifestava sobre a possibilidade de um governo republicano, tanto que *A República* teve seu início em 1886. Cessou seus trabalhos em 1887, voltando a circular como órgão do Partido Republicano Paraense (PRP) em 16/02/1890. Portanto, evidenciava seu objetivo enquanto jornal ligado à política e principalmente com aspirações ao governo republicano, na metáfora da divisa estampada na primeira página do referido jornal, descrevia uma frase do escritor francês Victor Hugo que dizia “Il faut agir, Il faut marcher, Il faut vouloir” (Temos de agir, temos que andar, temos que querer).

Em relação ao *O Democrata*, foi um jornal de circulação diária, órgão do Partido Republicano Democrático (PRD), circulou a partir de 01/01/1890, com a divisa *Res populi, Res Publica* (coisa do povo, coisa pública), tendo como seu término o ano de 1895, sob a direção dos chefes do extinto Partido Liberal, redigido por Américo Marques Santa Rosa.

Em se tratando de o *Diário de Notícias*, apesar de ter começado suas atividades em 1880, só ao final de 1894 que publica, expressando em sua capa, ser um órgão do Partido Republicano Democrático, travando, por esse motivo, rivalidades tanto com *O Democrata*, já que representa um grupo dissidente deste periódico, como com o próprio *A República*, por fazer oposição ao governo. Logo, inicialmente a rivalidade ocorre entre *A República* e *O Democrata*.

A partir da Proclamação da República e sua Aclamação no Pará, ambos *A República* e *O Democrata* foram implacáveis em publicar artigos, imagens, notas a favor ou contra o governo. Travaram disputas diárias com textos excessivamente repletos de intrigas, polêmicas e exaltações a suas opiniões⁶². Sendo que

61 GRAMSCI. Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

62 Sobre as ações e o trabalho da imprensa nessa época ver FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese de Doutorado. Niterói, agosto/2005. Principalmente o capítulo 2 intitulado “Disputas políticas: entre textos e agrêsões”.

suas atividades se intensificavam durante as eleições⁶³ e nas comemorações de datas cívicas.

A República e *O Democrata*, geralmente, apresentam informações controversas, uma vez que os interesses políticos de cada redação falavam mais alto e teciam a relação de poder daqueles que apoiavam ou não o governo republicano. Todavia, as práticas jornalísticas do final do século XIX visavam também à criação de um consenso, representavam o intermediário entre o público leitor e o poder, revelando-se importantes no processo de construção da República, visto que:

(...) A imagem do poder também está presente nos textos impressos, difundindo muitas vezes uma ideia de eficiência. Por outro lado, fazer-se compreender é fundamental para os grupos dominantes. E para isso não basta a imposição de normas sociais nas ruas: **é preciso um discurso que unifique normas, padrões, valores a serem incutidos ou disseminados. E a imprensa cumpre essa missão** (BARBOSA, 2000, p. 3). (grifo nosso)

Sendo assim, apesar de *A República*, *O Democrata* e o *Diário de Notícias* apresentarem diferenças marcantes quanto a seus interesses políticos, percebe-se que, de alguma forma, apresentaram coerência de pensamentos entre si. Os periódicos dos finais do século XIX podem ter um ideário comum a partir de questões que norteiam aspectos relacionados, sobretudo, à modernidade e à valorização da ciência, que garantem a mesma “missão de condutor dos pensamentos e das ações da população – que deve se submeter as novas normas de conduta, alcançando a civilização e progresso –, a idealização de uma nação, identificando-se suas diferenças, para a partir daí estabelecer uma unidade (...)”⁶⁴.

Todo o nosso trabalho no presente consiste em preparar o futuro, e para isso faz-se preciso que todos os brasileiros se convençam de que a época das ficções e dos machievalismo está passada, sendo necessário tudo de real e positivo para servir de norma às relações da vida commum.

63 Cf. FARIAS, William Gaia. **Em nome da República: imprensa, eleições e deportações no Pará republicano**. Congresso Internacional de História. Maringá, Paraná, 2009. Acesso em 11/07/2016. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/572.pdf>

64 BARBOSA, *Op. Cit.*, 2000, p. 57.

É preciso mostrarmos ainda mais a nossa energia, tomando toda a iniciativa no progresso moral e material do Estados Unidos da America do Sul, começando por extirpar, de uma vez, todos os abusos, erros e vícios que nos deixou de herança a monarchia decahida⁶⁵

Observa-se que esse consenso entre os jornais gira em torno de atingir o ideal de modernidade, a valorização da ciência, para alcançar a civilização e o progresso. É um caminho árduo, visto que, segundo os republicanos, a monarchia tinha deixado um rastro terrível permeado pelo atraso. E a imprensa seria, nesse sentido, um dos instrumentos desse propósito, aliada com a República e com a ciência⁶⁶.

Conclusão

No final do século XIX, o jornal era um produto muito importante, tanto que é natural a afirmação que “a imprensa escrita foi, por décadas, o veículo de comunicação por excelência no Brasil”⁶⁷. Era uma forma de se comunicar com outras cidades paraenses, brasileiras e com outros países. Não só comunicar, mas se informar, expressar ideologias, instruir, educar, negociar, compartilhar valores e experiências. Sem perder de vista, que cada redação de jornal seleciona fatos, silenciam outros, estabelece estratégias na escrita, de acordo com os interesses de indivíduos ou do grupo que a gerencia. Além disso, é possível pensar a imprensa oitocentista a serviço da República, visto que estabeleciam relação entre o novo regime ao ideal de civilização e progresso, que seria propagado pela imprensa. Por isso era necessário utilizar-se da imprensa como mecanismo para levar a sociedade ao ápice, bem como os países europeus já tinham atingido esse objetivo, daí ser denominada de *locomotiva do progresso*.

Portanto, ao analisar esse contexto inicial da República paraense, a imprensa se revela como uma grande construtora de relações sociais, divulgadora de propostas políticas e discursos. Nessa perspectiva, “(...) embora atualmente o historiador tenha acesso a uma pequena parcela dessas publicações, é

65 A REPÚBLICA. Belém. Nº 32. p. 1 col. 1. 23 mar. 1890.

66 Cf. COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo: o monumento à República em Belém 1891-1897**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

67 ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 84.

possível concluir sem maiores dificuldades sobre a importância que a sociedade do passado deu a informação e aos debates vinculados na imprensa”⁶⁸. Desse modo, os jornais apresentam notável relevância, por serem um dos poucos espaços, nesse momento, que contemplavam a apresentação e debate de temas variados, desde a política, educação, instrução, progresso e civilização, de uma sociedade que passava por grandes transformações em diversos níveis.

68 FIGUEIREDO, *Op. Cit.*, p. 248.

**ENTRE ALIANÇAS E CONTENDAS, ASSIM
SE FEZ A REPÚBLICA BRASILEIRA
NA AMAZÔNIA: DISPUTAS E ACORDOS
POLÍTICOS NO ALVORECER DA REPÚBLICA
EM MARAPANIM-PA, 1889-1901**

Tiago Barros Ferreira¹

Preâmbulo. Um fraternal amplexo?

Os anos iniciais do regime republicano no Brasil foram marcados por disputas e acordos entre as agremiações político-partidárias. Elas pretendiam conquistar espaço no novo cenário político que passava a ser desenhado a partir de 1889, na cidade do Rio de Janeiro, já transvertida em capital da recém-implantada “República dos Estados Unidos do Brasil”. No Pará, o processo de construção da República não se deu de modo distinto ao ocorrido na capital federal, pois, em vários pontos do interior do estado, as disputas alcançaram níveis elevados de tensão entre as correntes que passaram

1 Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (PPHist) da Universidade Federal do Pará (UFPA); professor efetivo da rede básica de educação da Secretária Municipal de Educação de Curuçá-PA (SEMED); membro do grupo de pesquisas Militares, Políticas e Fronteiras na Amazônia.

a atuar na vida política dessas localidades, após a implantação da República, como foi o caso de Marapanim².

Marapanim oficializou sua adesão ao regime republicano através de sua Câmara Municipal, em sessão solene, no dia 19 de novembro de 1889³. Após o ato, os agentes que estavam à frente dos negócios públicos da localidade reuniram-se para deliberar sobre quais medidas deveriam ser tomadas diante da nova situação, que começava a se instaurar na vida política nacional e, conseqüentemente, em seus currais eleitorais – como, por exemplo, informar suas decisões acerca dos assuntos políticos à Junta Governativa Estadual instituída em Belém desde o dia 16 de novembro daquele ano.

Com referência ao município de Marapanim, tem-se uma carta publicada no jornal *A Província do Pará*, a pedido do marapaniense e republicano histórico⁴. Bartholomeu da Conceição Ferreira foi presidente de uma das comissões designadas para articular e anunciar as adesões à República junto as Câmaras e aos líderes políticos interioranos do Salgado paraense. A carta destinava-se ao povo e à Junta Governativa do Pará, logo nas primeiras linhas informa que, após a referida sessão solene, ocorreu uma grande festa que “uniu” tanto membros dos partidos monárquicos, Conservador e Liberal, quanto defensores do republicanismo, “Sob um fraternal amplexo, ao som predominante da Marselhesa”⁵. Assim, à primeira vista, foram firmados acordos entre esses agentes da vida pública marapaniense, o que naquele momento talvez tenha facilitado a rápida adesão da Câmara Municipal.

Certamente, na ocasião, os agentes selaram acordos, uma vez que são indispensáveis para o estabelecimento de qualquer ordem política que venha a depor uma anteriormente constituída⁶. Porém, não podemos desconsiderar as ações daqueles que foram afastados das decisões, pois, ao contrário do que

2 Município localizado na atual microrregião do Salgado, no nordeste do estado do Pará, distante cerca 160 km, em linha reta de Belém, capital do Pará. No recorte temporal desta pesquisa, chamava-se Região do Salgado

3 Arquivo da Câmara Municipal de Marapanim. *Livro de Actas da Câmara Municipal da Villa de Nossa Senhora da Victória do Rio Marapanim*, 19 de Novembro de 1889.

4 Os Republicanos Históricos foram os indivíduos que militaram pela causa republicana antes da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

5 Jornal *A Província do Pará*, n. 4041, p. 2, c.1, 1889.

6 COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Unesp, 2010. 528p.

inicialmente somos levados a crer, ao lermos a referida carta, esses sujeitos políticos manifestaram-se através de protestos, possivelmente ainda no dia 19 de novembro. Isso porque, nas derradeiras linhas da fonte histórica, verificamos que “Nenhuma nota dissonante pode quebrar a harmonia da festa”⁷. Ou seja, um indicativo que nos permite supor que a adesão foi caracterizada por conflitos, mesmo que aparentemente insignificantes ou propositalmente mitigados aos olhos de nossa testemunha ocular, um membro da “nova situação”. Esses distúrbios foram suscitados por indivíduos receosos de perder suas regalias ou ainda confiantes na restituição da Monarquia, como ocorreu de modo mais explícito na Câmara de Curuçá, localidade vizinha a Marapanim, onde a adesão foi oficializada somente em 20 de fevereiro de 1890⁸, após várias discussões entre a elite política local⁹.

Essas ações movidas pelo poder político em Marapanim são percebidas ao analisarmos matérias jornalísticas produzidas por diferentes facções partidárias, assim como documentos oficiais, atas, relatórios e ofícios de órgãos governamentais que tratam de questões políticas. Essa variedade de fontes históricas torna-se relevante, porque uma das tarefas mais difíceis no *metier* do historiador é a crítica dos testemunhos, sobretudo ao estudar as reformas políticas, como o testemunho de B. Ferreira, que nos mostra a sua visão da mudança de regime político em Marapanim, uma cidade do interior, que em sua vida refletiam os acontecimentos políticos ocorridos nos grandes centros do país, pois, quando descrevem o momento que estão vivendo, em geral, os homens constroem uma imagem superficial e distorcida dos fatos¹⁰.

Ao nos depararmos com essas fontes, de início, foram suscitadas algumas questões, que certamente nos ajudarão a refletir sobre as relações estabelecidas pelos sujeitos políticos nessa cidade do interior paraense. Entre estas: Quem eram esses agentes políticos? De onde vinha a sua influência junto ao eleitor? Eles tinham uma tradição na vida política? Como se davam as alianças entre eles? E, é claro: Havia acordos dessas oligarquias locais com os chefes políticos

7 Jornal *A Província do Pará*, n. 4041, p. 2, c.1, 1889.

8 Ver Jornal *A República*, n. 027, 1890.

9 FERREIRA, Tiago Barros. Interiorização da República: o jogo político no Salgado Paraense durante a Primeira República (1889-1903) Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Marapanim, 2015.

10 COSTA. op. cit.

da capital? Pois, perceber através da análise dessas fontes as relações existentes entre esses dois cenários – ou seja, entre a cidade grande e o interior, ambos controlados por agentes políticos que se pretendiam e no mais das vezes se tornavam senhores absolutos, sobretudo nos interiores mais afastados, em que os chamados “coronéis”¹¹ se utilizavam de todos os meios para se manter no poder – é uma premissa fundamental para o entendimento dos primeiros anos do período republicano no Brasil.

Todavia, essa relação entre agentes políticos não é um fenômeno que surgiu com a República em 1889, mas, sim, um sistema de dependência dentro do jogo político, que remonta ao período monárquico, como bem assinala Janotti: “As raízes do coronelismo já estavam sedimentadas no Império e, com a República, o coronelismo apenas amplia seu papel dentro da nova estrutura política”¹².

Política: um assunto de família

Em sua pesquisa sobre Marapanim, Agripino Conceição nos firma que: “Nenhum outro homem público conseguiu alcançar a projeção política conquistada pelo coronel Diniz Henrique Ferreira Botelho”. Entre seus feitos, assevera Conceição, está a renúncia de um ano dos seus vencimentos como intendente para a construção do novo Paço Municipal de Marapanim¹³, um padrão de glória para o povo marapaniense, o que lhe conferiu ser lembrado pelas futuras gerações¹⁴. Vale ressaltar que esse comentário foi proferido durante as comemorações do primeiro centenário de construção desse monumento histórico, cujo autor era uma personalidade da política local. Conceição

11 As patentes militares ostentadas por esses indivíduos, sobretudo as de coronel, eram concedidas muitas vezes de forma honorífica, pois em alguns casos os coronéis eram responsáveis por prover, com recursos próprios, um destacamento da Guarda Nacional destinado a manter a ordem.

12 JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico Janotti, *Coronelismo: uma política de compromisso*. 3. ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 2010. O apogeu do Coronelismo vai até a Revolução de 1930, no entanto, ainda permanece forte, sobretudo em áreas onde predomina o sistema de produção agrícola.

13 O prédio foi construído entre os anos de 1890 e 1893. O Paço traz em sua fachada vários símbolos que estão relacionados ao regime republicano, como o barrete frígio e um belo e imponente busto de Marianne – alegoria feminina que fora largamente utilizada na França, sobretudo na Terceira República, para personificar o Novo Regime. Esse é um dos monumentos de exaltação à República mais antigos do país.

14 CONCEIÇÃO, Agripino Almeida, *Marapanim - Reconstituição Histórica Cultural Mística e Chistosa*. Belém: Graf Norte, 1995. p. 95.

desejava, assim, reforçar a perpetuação de um dos ícones da política local, algo bem ao gosto dos historiadores formados sob os cânones positivistas, que enaltecem os personagens e seus feitos relevantes, sem se preocupar com a crítica histórica.

Ao interpretar dessa forma, Conceição não compreende que, com esse gesto, Botelho procurava se firmar como homem público de grande projeção ante aos seus pares de legenda e aos rivais na política, pois os melhoramentos públicos frequentemente provinham da doação de grandes proprietários que, por sua vez, faziam uso das verbas públicas em prol de seus interesses pessoais¹⁵. O que é certificado, pois, entre os convidados para a solenidade de inauguração estava o governador do estado Lauro Sodré e uma grande comitiva, da qual faziam parte jornalistas da capital, entre os quais os repórteres do jornal *A República*, órgão de apoio ao governo. A própria viagem de Sodré ao Salgado intentava sondar os ânimos elevados desde a Revolta de 11 de Junho de 1891¹⁶.

O envolvimento na vida pública, característica que marcou significativamente o perfil de Diniz Botelho, era herança de seus antepassados, que gozavam de influência política desde o regime monárquico tanto em Marapanim quanto em Curuçá¹⁷. A constituição de relações familiares, através de casamentos, sobretudo quando se tratava de famílias tradicionais, era um dos meios pelos quais se formavam as alianças políticas, objetivando a manutenção do poder de mando nas mãos de determinados segmentos sociais, como aduz Cancela:

[...] o poder e o patrimônio de um genro bem sucedido poderia vir a tornar-se um fator importante para conseguir ou fortalecer cargos administrativos

15 COSTA. op. cit.

16 FERREIRA, Tiago Barros. *Ao Som Predominante da Marselhesa*: os primeiros momentos dos ideais e da implantação do regime republicano em Marapanim – 1886-1903. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

17 Na análise das fontes, ao longo da pesquisa, verificamos que seu avô materno, coronel Bartholomeu da Conceição Botelho, e seus tios David Dias Botelho e Fortunato da Paixão Botelho têm seus nomes inscritos em várias legislaturas no período monárquico na Câmara Municipal de Curuçá, cidade vizinha a Marapanim. Em 1872, com a implantação da Câmara de Marapanim, na primeira legislatura, seu pai, o alferes Ângelo Antonio Ferreira, foi eleito para o cargo de vereador, juntamente com Fortunato Botelho e o padre José Maria do Valle, fundador de Marapanim e tio de Procópio de Nazaré do Valle Botelho, esposa de Diniz Botelho.

e funções políticas, da mesma forma que ter um sogro ou cunhado com influência política poderia abrir portas a novas atividades, mercados e favores que potencializassem os negócios¹⁸.

Familiares de Diniz Botelho também influenciaram nos rumos da política paraense com o advento da República. Os históricos Bartholomeu Ferreira e Gonçalo de Lima Ferreira¹⁹, respectivamente, irmão e primo de Botelho, foram deputados na Constituinte Estadual de 1891, e reeleitos para o mesmo cargo na segunda legislatura republicana²⁰. A tradição política da família Ferreira Botelho proporcionou a Diniz Botelho ascender a vários cargos, tanto em projeção local²¹ quanto a nível regional, como o de deputado provincial pelo segundo distrito eleitoral, na última legislatura Imperial²², o que lhe faz ser um “Republicano de última hora”²³.

Durante a sessão solene da Câmara de Marapanim no dia 19 de novembro 1889, perante, Diniz Botelho proferiu discursos empolgantes “Em favor da causa que se vence”. Com esse gesto, Botelho passou a compor as fileiras do Partido Republicano Paraense (PRP), caindo nas graças de Sodré – algo importante naquele período de incertezas, devido à mudança de regime político, o que, somado aos seus contatos familiares, certamente influenciou para que Botelho fosse nomeado Intendente Municipal, por meio do Decreto nº 64, de 20 de fevereiro de 1890²⁴, confirmando o seu prestígio político, cargo para o qual foi eleito por sufrágio em 1891²⁵ e 1894, neste último elegendo-se

18 CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha* (Belém 1870-1920). 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 286.

19 *Jornal O Pará*, n. 590, p. 1, c. 3, 1899. Gonçalo faleceu em 1899, como senador estadual.

20 FERREIRA, op. cit.

21 Diniz Botelho aparece como Secretário da Câmara de Vereadores de Marapanim entre os anos 1886-1889. Botelho também ocupou o cargo de coletor das rendas gerais e provinciais em Marapanim em 1871. Ver *Livro de Atas da Câmara Municipal de Marapanim, 1886-1889* e *Jornal A República*, n. 1159, p. 1, c. 3/4, 1895.

22 CRUZ, Ernesto. *História do Poder Legislativo do Pará. 1835-1930*. Belém: EDUFPA, 1978. A Constituição Estadual do Pará de 1891 instituiu a estrutura bicameral: Senado e Câmara Estadual.

23 A expressão “republicano de última hora” era designada para identificar o indivíduo que exercia um cargo político no regime deposto e que aderiu à recém-proclamada República para continuar no poder.

24 *Jornal A República*, n. 028, p. 1, c. 2, 1890.

25 *Jornal A República*, n. 485, p. 1, c. 2, 1891.

juntamente com o seu irmão, o comerciante capitão Calandrino Henrique Ferreira²⁶.

Esse prestígio era constantemente colocado em xeque pelos seus opositores através da imprensa belenense, geralmente em notas publicadas nas primeiras páginas dos jornais, com títulos sugestivos, tais como: “No feudo do Senhor Botelho”, “Nos domínios do Coronel de Bobagem”, “Marapanim: um feudo de Diniz Botelho”, nas quais constavam que o prestígio de Botelho era fruto de concessões de cargos públicos por influência de seus correligionários e parentes. Ainda segundo as notas, sua sustentação política dava-se pela pressão exercida sobre o eleitorado e o controle da máquina administrativa, além da promessa de patentes da Guarda Nacional, que em muitos casos não eram concedidas, o que para a oposição evidenciava o seu “desprestígio” junto aos chefes da capital. Todavia, a veemência e a quantidade de denúncias que lhe imputavam nos levam a crer que a força política do coronel Botelho em Marapanim era considerável, caso contrário, não valeria tantas matérias em periódicos da capital, mesmo sendo de origem duvidosa.

Essas relações de dependência supostamente adotadas por Botelho eram características recorrentes do coronelismo, sobretudo em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Nesses locais, a “ausência” ou a presença precária do poder do Estado propiciava o surgimento de lideranças que assumiam esse papel, que cobravam em troca favores nos pleitos eleitorais quando pretendiam eleger o representante do coronel, pois as bases do coronelismo eram construídas pela dependência entre o coronel, o líder político, que, por vezes, assumia funções competentes do Estado, e o seu cliente. Ou seja, cabia ao coronel atender aos seus prosélitos, concedendo-lhes assistência em momentos difíceis, por exemplo, em casos de doença, oferecendo-lhes aviamento de mercadorias e, principalmente, emprego em instituições públicas. Desse modo, o voto poderia ser entendido não somente como uma expressão do poder das oligarquias interioranas nos municípios, como também do grupo oligárquico dominante frente aos seus adversários, mas, sobretudo, diante do governo estadual e federal.

Porém, cabe salientar que, diferentemente do nordeste brasileiro, onde os coronéis geralmente eram donos de grandes extensões de terras, ou seja,

26 *Jornal A República*, n. 812, p.1, c. 1, 1894.

pertenciam a uma elite agrária, no Pará, os coronéis exerciam as mais variadas atividades econômicas. Em sua maioria, eram comerciantes e também profissionais liberais, como professores, advogados, médicos, literatos, mas que detinham expressivo potencial econômico para manter seus dependentes, a exemplo de Botelho, que era advogado e possuía casas comerciais.

“Os adeptos do governo põem-se à disposição e defesa do mesmo governo”: a revolta de 11 de Junho

Como aludido anteriormente, a influência de Diniz Botelho não foi incontestada na política marapaniense, desde os primeiros anos do *Neo Regime*. Ao assumir a intendência de Marapanim pela primeira vez, Botelho teria que enfrentar um dos momentos mais críticos da vida política paraense no início do processo de implantação e consolidação do republicanismo: a “Revolta de 11 de Junho”, deflagrada durante os preparativos para a abertura da Assembleia Constituinte Estadual de 1891, que promulgou a primeira Constituição Estadual e escolheu a Lauro Sodré como governador do estado.

Em meio a esse evento, houve as primeiras disputas entre os principais nomes da política local no período republicano – o coronel Diniz Botelho e o coronel Herculino Antonio Bentes, líder político da vila de Cuiarana e antigo chefe do Partido Liberal, um dos muitos políticos remanescentes do regime deposto que aderiram ao regime republicano. Porém, ao contrário de Botelho, Bentes militou inicialmente nas fileiras do Partido Republicano Democrático (PRD), que fazia oposição ao governo provisório e a seus representantes.

Em Cuiarana¹⁹, reduto de resistência política a Botelho e Sodré, Herculino Bentes tinha expressiva vantagem em relação aos seus opositores, como foi constatado no início do novo regime, quando os candidatos do PRD recebiam significativa votação, se comparado aos candidatos do PRP. Não raro, esse fato ocorria devido à anulação de seus votos ou à chamada eleição em “Bico de Pena”. Ou seja, um preposto do governo geralmente preenchia o livro de atas em que votavam vivos e mortos, como ocorreu, segundo a oposição, na eleição para os representantes do Pará no Congresso Constituinte Nacional:

A maioria dos eleitores da União Patriótica obrigou os radicais a falsificarem o resultado das seções. Foi assim que mais de 40 eleitores da União

esperavam pela eleição da 6ª secção do rio Cuinarana todo o dia 20, sem que os mesários radicaes fossem a mesa, e isto porque somente tiveram meia dúzia de eleitores.

E mais:

Para completar, a serie de escândalos fixaram a apuração municipal no dia 23 apurando a acta falsa de Cuinarana²⁷ e deixando de apurar a acta de Campina Secca²⁸ onde tivemos 61 votos de maioria!

Compareceu às urnas maioria de eleitores da União, porém o chefe radical desembaraçadamente transformou-a em minoria.

É preciso pôr um paradeiro em tantos escândalos. Marapanim, 23 de abril de 1891²⁹.

As fraudes atribuídas aos agentes governistas, como a mencionada pela oposição, era um fato negativo que persistia como herança do regime monárquico e que, ao menos em tese, os republicanos repudiavam, pois viam a Proclamação da República como a solução do problema.³⁰ Isso não era algo destoante do resto do país, sobretudo nos municípios mais distantes dos centros administrativos e desenvolvidos, pois o controle dos votos pelos coronéis permitia a eleição de candidatos com prestígio local³¹, mesmo que não fossem das chapas propostas pelos partidos estaduais, representantes das oligarquias no poder. Todavia, não devemos esquecer que esses estavam pleiteando um espaço na vida política, o que seria difícil, por isso a fraude era uma prática comum nas eleições da Primeira República³².

27 A vila de Cuinarana atualmente é a sede do município de Magalhães Barata. Após sua emancipação política na década de 1960, as lideranças locais deram o nome de Bentes a uma vila local.

28 O deputado Bartholomeu Ferreira enviou proposta à Câmara dos Deputados mudando o nome do referido povoado para Mattapyquara, nome que ainda persiste. Ver jornal *A República*, n. 1173, p. 2, c. 2, 1895.

29 Jornal *O Democrata*, n. 94, p. 2, c. 2, 1891.

30 COSTA, op. cit.

31 NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente da Proclamação a Revolução de 1930. v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006, p. 14-43.

32 FLORES, Elio Chaves, A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente da Proclamação a Revolução de 1930. v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006. v. II. p. 89-120.

No afã de conseguir seus intentos, recorria-se a vários subterfúgios de falseamento das eleições. Entre eles, destacamos o chamado “voto de cabresto”, em que a maioria apenas assinava as listas dos eleitores, comprovando o seu comparecimento à votação, mas depositava nas urnas a cédula eleitoral devidamente preenchida, sob a vigilância dos capangas dos coronéis, pois o voto era aberto o que facilitava o controle por parte das oligarquias que almejavam eleger seus candidatos³³.

As fraudes nas eleições para o Congresso Estadual também levaram a oposição a organizar movimentos de contestação em vários pontos do estado, o que pode ser atribuído ao fato de seus candidatos não terem sido eleitos, certamente contrariando os seus interesses. Ao tratar da Revolta de 11 de Junho, Gaia Faria comenta:

À medida que se aproximava a abertura do Congresso Constituinte intensificava-se os boatos em Belém. Nos dias 9 e 10 de junho falava-se que os democratas estariam organizando um movimento que tinha como objetivo a deposição do governador Heut Bacellar e a aclamação do líder democrata Vicente Chermont de Miranda. Para que seus objetivos fossem alcançados, pretendiam também evitar a abertura do Congresso constituinte³⁴.

Em Marapanim, os termômetros da política já estavam elevados desde o dia 20 de maio de 1891. No relatório enviado ao governador, o delegado de polícia Joaquim José dos Santos informou que os chefes da oposição estavam aliciando inúmeros cidadãos para oporem-se à realização das apurações gerais marcadas para o dia 25 do mesmo mês. Além dos distúrbios em Marapanim, o relatório relatava que estavam ocorrendo eventos semelhantes em Cintra, pois, segundo informações vindas daquela localidade, um número considerável de pessoas de diversas Vilas do Salgado se dirigiria a Belém. Lá chegando, deveriam se juntar a outros vindos do Rio Capim. No entanto, o delegado salienta que:

33 REZENDE, Maria Efigênia Lage. O Processo Político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente da Proclamação a Revolução de 1930*. v.I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006. p. 90-120.

34 FARIAS, William Gaia. *O Alvorecer da República no Pará (1886-1897)* Belém: Açaí, 2008, p. 81.

[...] apesar da deficiência do destacamento d'esta Villa, os adeptos do governo põem-se a disposição e defesa do mesmo governo, sentindo apenas, neste momento critico e de perturbação á paz das famílias, a falta de armamentos e munição sufficiente³⁵.

Os “Sucessos de Junho” não surtiram o efeito esperado pelos seus mentores. A Revolta ocorrida na capital paraense, comandada por Francisco Xavier da Veiga Cabral, capoeira e militante do PRD³⁶, não recebeu os reforços de seus correligionários do interior, principalmente do rio Capim e do Salgado³⁷. O que certamente contou para abreviar os conflitos que tiveram como palco, além da área urbana de Belém, o sítio “Cacaolino”, localizado nas proximidades da capital, de propriedade do chefe democrata Vicente Chermont de Miranda. O motim foi prontamente debelado pelas tropas legalistas enviadas pelo governador Duarte Heut Bacelar, e reagiu, no dizer dos opositoristas, dessa forma para “abrilhantar” com feitos militares sua saída do governo³⁸.

Após o ocorrido, algumas lideranças do movimento reuniram-se com o governador, a fim propor o término dos conflitos. O acordo foi firmado, porém, Barcelar não o cumpriu e mandou conduzir os rebeldes à cadeia de São José, em Belém, para a abertura de inquéritos. Do Salgado, foram embarcados a ferro nos porões do rebocador “Caçador”, entre outros, Herculino Bentes, líder da resistência, e Romão Francisco Garcia, dono do jornal “15 de Agosto”. Outro fato ocorrido foi a morte de Germano Goulart durante a permanência dos presos no “Caçador”, porém, esse episódio foi tratado de formas diferentes pelas partes.

A oposição alegava que Goulart faleceu em decorrência dos maus tratos sofridos no cárcere. Já o governo alegou como *causa mortis* a “raiva”, contraída de um cão raivoso anos antes³⁹. Ao divulgar a sua versão sobre a morte de Goulart, os revoltosos talvez quisessem chamar a atenção do público para a

35 *Relatório do Governo do Pará* (1891 p. 6), referente à transmissão de cargo do governador Heut B. P. Guedes.

36 SILVA, Raimundo Nonato da. Um intrépido Paraense: Veiga Cabral e os jogos políticos no Pará (1884-1905). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

37 GOVERNO do Estado do Pará. *Relatório do Governo do Pará* Transmissão de cargo do governador Heut B. P. Guedes. Belém: Governo do Estado do Pará, 1891. p. 6.

38 UM DEMOCRATA [SANTA ROSA, Américo]. *Os Sucessos de Junho: o último motim do Pará*: Belém: Imprensa Tavares Cardoso e Cia., 1891.

39 Idem.

“Gravidade do fato, fruto das perseguições cometidas pelo governo”, que cerceava o direito de expressão garantida durante o período monárquico, como salienta Carvalho ao estudar os movimentos de contestação aos agentes governistas no Rio de Janeiro: [...] “a única liberdade era a remanescente do trono”⁴⁰. Enquanto os governistas esperavam evitar que o ocorrido fosse de ciência, da sociedade, o que certamente poderia motivar novos e maiores distúrbios, inclusive fora do estado, pois a morte de Goulart ganhou repercussão além das páginas dos jornais paraenses, chegando aos da capital do país, como o *Jornal do Comércio*⁴¹. Todavia, o tom das narrativas nas denúncias feitas pelos dois lados dessa querela evidencia o quão importante era o convencimento dos leitores acerca dos fatos.

A chegada do “Caçador” a Belém foi anunciada no jornal *A Província do Pará*:

Pela madrugada de hontem, chegou a esta capital o Caçador, trazendo a seu bordo o tenente Cordeiro, delegado de policia em Marapanim, d’onde vieram presos o major Manoel Gonçalves Freire, Alexandre Raymundo das Neves, Raymundo Aleixo da Silva e Manoel Felipp da Costa, que estavam mancomunados com os revoltosos de 11 junho, no intuito de depôr as auctoridades d’aquella Villa.

Estavam implicados no crime os indivíduos Manoel Antonio da Conceição Passarinho e João Joaquim da Paixão, que não foram presos, por terem-se evadido. [...] O sr. dr. chefe de policia mandou recolhel-os a cadeia publica⁴².

Os envolvidos na sedição, em sua maioria, eram oriundos de Cuinarana e Mattapyquara, a última tinha como representante Fabio Alexandrino de Carvalho, expressiva liderança política local que, tal como Bentes, foi chefe do partido Liberal. Esses líderes políticos mostraram-se a vanguarda da oposição ao governo do Pará nos primeiros anos da República no Brasil, ávidos por reconquistar seu prestígio tomado pelos agentes governistas escolhidos para

40 CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 60.

41 UM DEMOCRATA, op. cit.

42 *Jornal A Província do Pará*, n. 4519, p. 3, c. 5, 1891.

ocupar os principais cargos administrativos do Salgado, nesse caso, os principais opositores da política do coronel Diniz Botelho.

Em julho 1899, a fim de chamar a atenção do governador Paes de Carvalho, os episódios da Revolta de 11 de junho em Marapanim foram lembrados, não pelo grupo de Bentes, mas por aliados de Diniz Botelho, que se colocaram como vítimas, ao retratar as “arbitrariedades” cometidas por Herculino Bentes, então prefeito de polícia municipal. Segundo a matéria do jornal *República*, Bentes pretendia: “[...] se vingar dos republicanos d’aqui que o denunciaram ao governador o Sr. Heut Barcellar, por ocasião do 11 de junho [...] ele tem ódios políticos como particulares [...]. Que confiança pode o povo ter em tal autoridade que deseja tomar vinganças?”⁴³ Essa denúncia através do jornal *República*, órgão do Partido Republicano Federal (PRF), revela que as peças do tabuleiro político estavam favorecendo os antigos democratas, recém-convertidos ao PRP. Situação diferente da vivida por Botelho, que na ocasião militava na oposição, ao contrário de anos atrás quando era senhor de Marapanim.

O pleito de 1900: “[...] espoliado de meus direitos políticos”

As irregularidades burocráticas ocorridas durante os pleitos eleitorais em que os coronéis participavam eram denunciadas por meio dos jornais. Nas eleições municipais de 1900, novamente Botelho e Bentes, dois proeminentes homens públicos de Marapanim, enfrentaram-se de perto. E, conseqüentemente, Cuinarana se fez presente de forma decisiva no enredo da vida política marapaniense.

Acerca das eleições de 22 de junho de 1900, segundo o ofício do coronel Diniz Botelho enviado à Comissão Verificadora de Poderes (CVP) de Marapanim em 31 de outubro, em Cuinarana, onde funcionava a sexta secção eleitoral do município de Marapanim, os trabalhos eleitorais começaram às nove horas da manhã. Isso causava o descumprimento do Decreto nº 844, de 6 de maio de 1900, segundo o qual os trabalhos eleitorais deveriam iniciar às dez horas da manhã. Tal situação deveu-se ao fato de a presidência da mesa eleitoral ter sido ocupada pelo cidadão Jeronymo Gomes da Silva, que substituiu indevidamente a Adalberto Ribeiro do Amaral, mesário designado

43 *Jornal República*, n. 129, p. 3, c. 3, 1899.

previamente. Ao se arvorar mesário daquela secção, Gomes da Silva deixou de convocar inclusive o suplente de mesário, e Geraldo Amaral incorreu no descumprimento da Lei nº 727, de 2 de abril do mesmo ano, a qual definia que os presidentes de mesa e os seus suplentes deveriam ser escolhidos previamente⁴⁴.

Além do ocorrido em Cuinarana, em outras secções compareceram trinta e sete eleitores não inscritos no alistamento para o pleito eleitoral, que definiria a presidência e mais três vagas para o cargo de vogal do Conselho de Intendência da cidade para o exercício do triênio, que iniciaria em 15 de novembro de 1900⁴⁵. Informações sobre esses episódios foram amplamente divulgadas nas páginas da Folha do Norte, um dos jornais de Belém que davam sustentação política ao grupo de Diniz Botelho.

Notícias como essas foram largamente reproduzidas no repertório jornalístico no início do regime republicano no país, principalmente em períodos eleitorais, como referimos anteriormente. Isso, porque o jornal constituía-se em um dos principais, se não o principal veículo de comunicação para divulgar as ações dos membros do partido, como também meio para denegrir a imagem dos opositores no ferrenho jogo político-partidário, embora os editoriais passassem a divulgar a ideia de imparcialidade. Ou seja, que seus textos pretendiam informar sobre a realidade com “isenção”, “neutralidade”, “imparcialidade” e “veracidade”, como aduz Barbosa acerca dos periódicos do Rio de Janeiro, a partir da década de 1880. Logo, essa seria uma entre tantas eleições ocorridas em Marapanim, se não fosse a repercussão sobre os seus efeitos nos órgãos governamentais – o que não tardou a ocorrer.

Entre outras consequências, houve um impasse sobre a quem caberia reconhecer as eleições municipais, desde que a decisão não descumprisse a Constituição Federal nem a Estadual. Esse fato gerou sérias discussões acerca das eleições municipais de 1900 em Marapanim, divulgadas principalmente nos órgãos de imprensa contrários à política do PRP, como os jornais Folha do Norte e República. Mas, o que motivou a demora da CVP local em emitir o seu parecer desse pleito eleitoral em Marapanim? Ademais, o que levou as duas casas legislativas a emitirem pareceres tão díspares acerca das eleições nessa cidade do interior paraense, visto que, teoricamente, ambas deveriam agir em

44 Jornal *República*, n. 565, p. 2, c. 4/5, 15 nov., 1900.

45 Idem.

sintonia? Para respondermos a essas questões, faz-se necessário analisar o período eleitoral em que ocorreram essas disputas políticas em Marapanim, em um contexto de grande agitação na vida política do Brasil e do Pará, pois, como referimos anteriormente, as queixas eram perpetradas pelos “novos opositores”.

Com o título *A SCISÃO*, o jornal *Diário de Notícias*, em agosto de 1897, anuncia:

O hybrido directorio do partido republicano paraense está esphacelado [...]. Os esforços do dr. Paes de Carvalho, em querer unificar os princípios, arregimentar as forças, conciliar os interesses do seu partido, foram nullificados pelo dr. Lauro Sodré, revoltando-se contra seus amigos [...] no Pará, deixando-se arrastar na corrente do jacobinismo.

E complementa:

O partido republicano scindio-se em dous; um, representando a república conservadora, legalista, que procura solidificar-se com o prestigio da auctoridade, com a ordem, a paz, a consecução da fraternidade brasileira; outro representando a república anarchica, de tresloucamentos de praça pública, desordeira, que visa o governo do terror, das deportações, e o depauperamento dos cofres públicos, em beneficio de uma camarilha de ambiciosos vulgares⁴⁶.

O artigo, do qual se extraiu o trecho acima, publicado no *Diário de Notícias*, um dos muitos jornais existentes na capital paraense no final do século XIX, reflete o cenário político vivido no Pará no ano de 1897, pois, com a *República* já consolidada, as disputas se voltaram mais para o controle político oligárquico do que para a organização do regime em si⁴⁷. Todavia, cabe lembrar que, embora este jornal normalmente se colocasse como “neutro” em matéria de política, fazia oposição a Sodré⁴⁸. Mas, era algo comum à época, pois geralmente os editores estavam ligados aos partidos e, não raro, o senso político pesava mais que o compromisso profissional.

46 *Jornal Diário de Notícias*, n. 0181, p. 1, c. 1/2 18 ago., 1897.

47 FARIAS, 2008, op. cit.

48 BORGES, Ricardo. *O Pará republicano (1824-1929): ensaio histórico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

Segundo Gramsci, os jornais assumem o papel de maior instância intelectual do partido orgânico e, embora se esforcem para manter geralmente uma aparência apolítica e independente, para que o público os perceba como força dirigente superior aos partidos, “[...] são também eles ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de um determinado partido’”⁴⁹. Esses jornais não deixam de se envolver nas disputas e tornam-se o centro dos embates, por meio das polêmicas travadas em suas páginas.

Com a saída de Sodré do PRP, muitos políticos o acompanharam. Dentre eles, inicialmente estavam: Paes de Carvalho, Manoel Barata, Inocêncio S. Correa, Silva Rosado, Diogo Holanda, O’ d’Almeida, BArtholomeu Ferreira, Fileto Bezerra, Henrique S. Rosa, entre outros⁵⁰. Em Marapanim, para formar a base do PRF local e, conseqüentemente, o que se pode chamar de oligarquia “Botelhistas-Lauristas”, estavam: o major Domingos A. Pinto, tenente Calandrino Ferreira, tenente-coronel Lagoia Alves, capitão Manoel Narciso Lopes e, é claro, Diniz Botelho⁵¹, entre outros que ficaram fiéis à política “Laurista”.

Diz-se fiel à política “Laurista” por entendermos que as adesões não eram feitas ao PRF, e, sim, ao Sodré, como deixam transparecer as matérias publicadas a pedido de diversos eleitores provenientes de Curalinho, Cametá, Salinas, Maracanã, Marapanim, entre outros que brindaram ao “ilustre paraense”⁵². Um exemplo foi de Diniz Botelho, que, ao responder acusações feitas por seu primo Gonçalo Ferreira quanto a sua lealdade para com Sodré, declarou: “[...] Nunca fui trãnsfuga em política, e tenho dado provas de minha firmeza, sempre apoiei com toda lealdade a política republicana pela qual é governo o Sr. dr. Lauro Sodré a quem votei minhas afeições, desde que o conheci”⁵³.

A partir de então, a hegemonia política no estado passou a ser disputada “palmo a palmo” entre Sodré e Antonio Lemos, desde que este se tornou o representante máximo do PRP até 1912, recebendo também o apoio de republicanos históricos, como Justo Chermont, Ignácio Nogueira, Gonçalo Ferreira

49 GRAMISCI, Antonio. *Maquiavel, a política, e o Estado moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 22-23.

50 *Jornal Folha do Norte*, p. 2, 1987.

51 *Jornal Folha do Norte*. n. 1142, p. 1, c. 5/6, 1899.

52 *Jornal Folha do Norte*, p. 2, 1897.

53 *Jornal Folha do Norte*, n214, 01/08/1896., p. 2, c. 5/6, 1896.

e Pimenta Magalhães. Os confrontos entre Lauristas e Lemistas tornaram-se uma tônica durante a chamada “Política dos Estados”, também conhecida no Pará como “Política dos Governadores”⁵⁴.

Iniciada no governo de Pudente de Moraes (1894-1898), e aperfeiçoada na gestão de Campos Sales (1898-1902), a Política dos Governadores consistia em um acordo tácito, segundo o qual o presidente da República buscava articular-se com os líderes dos estados, e estes com os coronéis dos municípios, visando obterem estabilidade política. Nesse quadro, as alianças com os grupos dirigentes na capital do estado tinham caráter decisivo, pois a proteção assegurada pelos grandes chefes era crucial para a permanência nos municípios. Assim, os partidos republicanos regionais dominavam a política em seus estados de cima a baixo. Isso é, desde as menores localidades até as capitais, através de um sistema de alianças ligando as elites de diversos rincões do estado em torno da mesma organização⁵⁵. Portanto, foi em meio à Política Governadores que ocorreu o polêmico pleito de 1900 para a Intendência de Marapanim.

A cisão ocorrida no PRP repercutiu amplamente no cenário político de Marapanim, pois as tensões intensificaram-se entre os grupos políticos que naquele momento tentavam adaptar-se à nova fase vivida na política paraense. Mesmo com a saída de Diniz Botelho, permaneceram no PRP importantes nomes da política marapaniense, tais como: Veríssimo Barbosa de Carvalho, Joaquim Esteves de Carvalho e o intendente capitão Francisco Pinto Neves⁵⁶. Além desses, alguns ex-membros do Partido Republicano Democrata (PRD)⁵⁷, extinto em 1897, que passaram a integrar as fileiras do PRP local após a saída de Sodrê na esfera estadual e de Diniz Botelho no âmbito municipal, dentre estes o alferes Herculino Bentes, Romão Garcia, juntamente com o tenente João Carlos de Assumpção, Fabio Alexandrino de Carvalho e mais “91 honrados cidadãos [...] que estão hipotecando sua lealdade ao governo constituído [...]”⁵⁸.

54 SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do Velho Intendente*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

55 PATTO, Rodrigo Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

56 *Jornal República*, n. 28, p. 2, c. 5/6, 1899.

57 O PRD era composto por membros de dois partidos monárquicos: Liberal e Conservador.

58 *Jornal O Pará*, n. 071, p. 1, c. 4, 1898.

A nova situação vivida por Bentes e por outros ex-membros do PRD, que passaram a militar no PRP após 1897, foi, digamos, “profetizada” pela recém-empossada diretoria do PRD local em outubro de 1891, quando as lembranças sobre o episódio do “Caçador” ainda estavam frescas em suas memórias, ao escreverem: “Um dia após do outro é a melhor obra da criação”⁵⁹. Tal declaração nos permite deduzir que eles não descansariam até que recuperassem seus privilégios cerceados pela elite política que assumiu o governo após a proclamação da República, mesmo que viessem a fazer alianças com indivíduos de diferentes tendências, pois, para conseguir seu intento, pouco importava de onde viesse a força política, quer de um histórico ou um adesista, isso porque passaram a contestar não a forma de governo, e sim os grupos formados por sujeitos que se interpunham em seus planos. A filiação desses indivíduos, nos dizeres de Sodré, “desvirtuou” o Novo Regime, transformando-o em uma “República de fancaria”. Isso é, fizeram da República um comércio, no qual prevaleciam os interesses pessoais⁶⁰.

Nesse sentido, Rezende analisa o processo político na Primeira República, acerca do poder dos coronéis, que geralmente é um poder conquistado por meio de confrontos com poderosos rivais: “Vencida a luta, ele assume a chefia política municipal, o que, no entanto, a maior parte das vezes, não é inconstante”⁶¹. Isso é comum na disputa pelo poder, pois há um clima de tensão permanente representado por outro potentado local à espera de uma oportunidade para destituí-lo da liderança municipal.

A oportunidade para Herculino Bentes destituir Diniz Botelho do governo de Marapanim surgiu com a saída de Sodré e, por conseguinte, a ascensão de Lemos à chefia do PRP. A cena política local também foi relevante, pois Botelho, fiel aliado de Sodré, havia rompido com o intendente Francisco Pinto, membro da base Lemista no interior do Pará. Esses vínculos de amizade permitiram a Lemos formar uma base política que lhe favorecesse já nas eleições para o Congresso Estadual em 1899.

Com maioria dos congressistas favorável à política do PRP, diga-se, “política Lemista”, Antonio Lemos pôde lançar seus candidatos para concorrer aos Conselhos de Intendência no interior nas eleições de 1900. Ao fortalecer sua

59 *Jornal O Democrata*, n. 199, p. 2, c. 3, 1891.

60 CARVALHO, op. cit.

61 REZENDE, op. cit. p. 96.

base no Congresso, Lemos poderia usar a “degola”, caso a CVP local viesse a reconhecer um político da oposição, pois, o candidato precisava se eleger tendo o cômputo dos seus votos reconhecidos em várias instâncias, dependendo do cargo pleiteado. As Assembleias Estaduais reconheciam os eleitos para as Câmaras Municipais e, no final dessa tramitação, cabia a uma CVP diplomar os eleitos. Esses órgãos atuavam como expurgadores de candidatos indesejáveis, sob a alegação de fraudes e irregularidades, o que impedia a sua posse. Essa prática ficou conhecida como “degola”⁶².

O PRP de Marapanim lançou Bentes para disputar as eleições municipais contra Botelho, candidato do PRF. Na época, o intendente era Francisco Pinto, comerciante abastado eleito em 1897, juntamente com Calandrino Ferreira, Lagoia Alves, Manoel Z. do Valle, Pedro A. Ferreira, todos pelo PRP. Ou seja, os candidatos do PRD ficaram fora do governo municipal nesse ano, quando Botelho presidia o PRP local e as disputas eram entre o PRP e o PRD ⁶³. Ao ficar no PRP, após o rompimento político com seu compadre Botelho, Francisco Pinto passou a sofrer graves acusações, tanto de irregularidades administrativas quanto de ter traído a quem lhe alçou na vida pública, ou seja, a Botelho, que à época era deputado, cargo para o qual não conseguiu se reeleger em 1900 ⁶⁴.

62 CUNHA, Marly Solange da. *Matutos ou Astutos?: História do Poder Legislativo do Pará*. oligarquia e coronelismo no Pará Republicano (1897-1909). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém- Pará, 2008. Segundo Cunha, os processos de reconhecimento e anulações referentes às eleições ocorridas nos municípios do interior não foram procedidas pelo Congresso Paraense a partir da cisão do PRP, em agosto de 1897. Há casos significativos envolvendo lideranças políticas dos mais diferentes municípios. Em junho de 1897, José Joaquim Dias solicita o seu reconhecimento como intendente de Souzel, importante município exportador de borracha do estado, dando início a uma longa discussão sobre o assunto. As disputas acerca desse pleito realizado em Souzel tomam forma principalmente após a cisão do PRP, uma vez que o pretendente à vaga do coronel José Dias era o coronel José Porphirio de Miranda, político influente na região do Xingu, que tinha Lemos como padrinho político, ao qual era ligado por laços de parentesco. A disputa findou com o reconhecimento de Miranda como intendente, confirmando o prestígio de seu parente e padrinho político.

63 *Jornal Folha do Norte*, n. 551, p. 1, c. 3, 1897.

64 FERREIRA, op. cit. p. 25. Os ataques a F. Pinto e a outros que militavam contra Botelho e Sodré, ganhavam as ruas de Marapanim através do jornal “O Marapaniense”, editado desde 1880, de propriedade de Diniz Botelho em parceria com Paulo Maranhão. O jornal tinha como redatores, além de Maranhão e Botelho, os professores Fausto Ferreira, Vasques Botelho e Edmundo Botelho, irmão e filhos de Diniz Botelho. Paulo Maranhão, que era casado com dona Antonia de Oeiras, marapaniense aparentada de Botelho, é o mesmo que anos depois se tornou dono do jornal *Folha do Norte*, um dos meios de sustentação de Lauro Sodré e seus correligionários. Para se defender dos ataques do O Marapaniense, Francisco Pinto publicava notas

Após a fracassada tentativa de permanecer no Congresso Estadual, proporcionada em grande medida, talvez pela sua estreita ligação com Sodré⁶⁵, pois naquele momento a política estadual estava nas mãos da dupla Lemos e Augusto Montenegro, Botelho se voltou para a vida política de Marapanim, porém, sem parte expressiva de sua antiga base aliada, que lhe dava apoio na política local. No Conselho de Intendência, ele contava apenas com alguns membros, entre os quais seu irmão Calandrino Ferreira, Manoel Z. do Valle, Pedro de Alcântara e Raymundo Lagoia Alves, pois o intendente Francisco Pinto estava empenhado na campanha do coronel Herculino Bentes, representante do PRP.

As fontes indicam que Botelho foi o candidato que recebeu o maior número de votos válidos, mas Pinto se recusava a reconhecê-lo. E durante os meses que se seguiram usou de todos os subterfúgios para adiar a homologação do resultado da votação. Inclusive, por diversas vezes deixava de convocar o Conselho, sobretudo quando a oposição tencionava prosseguir com aos trabalhos referentes ao pleito municipal de 1900. A recusa pode ser explicada pelo fato de que a primeira etapa para a validação dos votos recebidos pelos candidatos deveria ser efetuada pela CVP local, da qual o relator era Manoel Lopes. Cumpridos os trâmites da primeira etapa, o eleito deveria tomar posse em uma cerimônia presidida pelo membro mais velho do Conselho local, então exercido por Calandrino Ferreira. Naquela ocasião, o PRF possuía mais três membros no referido órgão governamental, um quadro que dificultaria o reconhecimento de um candidato Lemista no âmbito local.

No final de outubro de 1900, F. Pinto afastou-se de suas funções por motivos particulares. Em seu lugar, Calandrino Ferreira assumiu as funções como substituto legal, e imediatamente procedeu à convocação do Conselho de Intendência, que, em 31 de outubro, recebeu denúncias sobre as irregularidades ocorridas em Cuinarana e em outras secções eleitorais – além de um

contra seus novos adversários políticos, diga-se, Diniz Botelho, no jornal O Pará, que passou a dar sustentação ao PRP após a supressão do jornal A República, em 1897.

65 A relação entre a família Botelho e Lauro Sodré era forte. Sodré era padrinho de uma das netas de Botelho, filha de Edmundo e Albertina Botelho, que recebeu o singular e sugestivo nome de “Laura Sodrelina”, em homenagem ao velho caudilho da política paraense, o que demonstrando como as relações políticas também eram costuradas em função das pias de batismo da Igreja Católica, ou seja, as relações de compadrio atingiam o privado e eram meios de formar parceiros-eleitores na vida pública.

pedido de Botelho, no qual reclamava “Os seus direitos, esperando ser atendido affirm de ser reconhecido como intendente no triennio que vae começar a 15 de novembro próximo”⁶⁶.

Em razão dessas denúncias, o Conselho Municipal, presidido por Calandrino Ferreira, em 1º de novembro de 1900, através da CVP local, tendo como relator do processo o vogal Manoel Lopes, acatou as denúncias de Botelho, julgando-as procedente. Tal parecer acarretou a anulação total dos votos de Cuinarana, além de trinta e sete votos das outras secções. Mediante a decisão, o coronel Dinis Botelho foi reconhecido como intendente de Marapanim, juntamente com Albino Ignácio Alves, Romano José J. Lisboa e Felipe Santiago Pinto⁶⁷, sendo os três primeiros do PRF e o último filiado ao PRP, agremiações partidárias que pleiteavam entre si os rumos políticos do Pará naquele momento.

Todavia, o panorama político que definiria os novos ocupantes do Conselho Municipal ainda não estava definido, mesmo após a decisão da CVP marapaniense. A resolução final caberia ao Congresso Estadual, mais precisamente através da sua CVP. Pretendendo reverter essa situação, os membros do PRP de Marapanim recorreram ao Congresso Estadual, a quem caberia validar e reconhecer, em definitivo, os poderes dos candidatos. Em suas primeiras sessões, o Congresso deu início às discussões do projeto de lei, revogando os poderes outrora concedidos a Botelho e outros. Os Lemistas, representados por Bentes, então alcançam seus objetivos, pois, ao contrário do Conselho de Marapanim, a CVP dessa casa de leis era capitaneada pelo próprio senador Antônio Lemos, o que certamente facilitou a “degola” dos candidatos da oposição, diga-se, do PRF.

Em sessão ordinária de 9 de fevereiro de 1901, sob a presidência do senador Antonio José de Lemos, então líder do PRP, por meio do projeto de autoria do senador Fulgêncio Simões, foi apresentado o pedido de “[...] anulação para todos os effeitos do reconhecimento de poderes relativos a eleição para intendente e vogaes do conselho municipal de Marapanim [...]”⁶⁸. Reforçando

66 Essas denúncias feitas por Botelho foram mencionadas no início deste tópico. *Jornal República*, n. 565, 1900.

67 *Jornal Folha do Norte*, n. 1768, p. 2, c. 4, 1900.

68 Arquivo Público do Estado do Pará APEP-. *Livro de Ata da Câmara do Senado Estadual- 1897-1901*. Fundo legislativo. Série: atas. Encadernado: 29. 5ª Sessão Ordinária realizada no dia 9

o projeto de lei de Simões, o coronel Vicente Antonio Ferreira fez representação à mesa do Senado no dia 22 de fevereiro (APEP, 1901).

No dia 5 de março de 1901, contrariando a decisão da CVP de Marapanim, através da Lei nº 779, o Congresso Estadual decidiu pela validação dos votos de Cuinarana e das outras seções. Com essa decisão, Herculino Bentes, Fabio A. de Carvalho e Manoel M. de Souza, foram reconhecidos, respectivamente, como intendente, vogal e suplente de vogal da Intendência de Marapanim, pois os votos anteriormente anulados pela CVP local revertiam para esses membros do PRP. A posse dos eleitos foi marcada para o dia 19 pelo março, por meio do Decreto nº 972, de 11 do mesmo mês⁶⁹.

Ao tomar conhecimento do parecer do Congresso, em 16 de março de 1901, Botelho enviou um protesto ao Conselho de Intendência, em que julgava ilegal a decisão que o afastava do cargo de intendente: “[...] somente ao Conselho Municipal competente fazer a apuração das eleições de seus membros e do intendente e julgar a validade dellas” (Const. do Estado, art: 59 § 5). E conclui: “[...] Considerando, finalmente, que essa disposição do Intendente e Vogaes – refere-se a Bentes e aos vogais empossados pelo Congresso – reconhecidos e empossados é um atentado contra a autonomia dos Municípios, as constituições federal e estadual”⁷⁰.

Mesmo reconhecidos pelo Congresso, Bentes e outros tiveram que enfrentar a oposição local, que não reconhecia a decisão do Congresso Estadual, e por isso negava-lhes a posse, segundo Calandrino Ferreira, uma vez que esse órgão estaria anulando os poderes da Lei Orgânica do Município, mesmo não havendo irregularidades em seu parecer⁷¹. Ainda sob protestos, a posse de Bentes e dos demais ocorreu em 19 de março no Paço Municipal. A solenidade foi presidida por Jerômimo G. da Silva, vogal menos votado da turma que terminou o mandato em 15 de novembro de 1900, e não por Calandrino Ferreira, como estava previsto em lei⁷² – o que lhe possibilitava representar Marapanim

de fevereiro de 1901. Em projetos datados do mesmo dia, Simões pede a anulação das eleições municipais de Curralinho e Vigia (APEP, 1901).

69 *Jornal Folha do Norte*, n. 2023, p. 1, c. 4, 1901.

70 *Idem*.

71 *Jornal Folha do Norte*, n. 1912, p. 1, c. 1/2, 1901.

72 *Idem*.

no Congresso dos Intendentes e chefes políticos do PRP em 1903, no auge do governo Lemista.

Considerações finais

A aglutinação de elementos que outrora compuseram as fileiras de partidos em diferentes regimes políticos, como foi o caso de Herculino Bentes, de Diniz Botelho e de tantos outros, demonstra que é possível a união de indivíduos sob a mesma sigla, mesmo que anteriormente tivessem militado em lados opostos no jogo político-partidário, pois, o que lhes guia, na maioria das vezes, são os interesses pessoais e não apenas os doutrinários. Nesse aspecto, acerca da atuação de Lemos, Sarges certifica que ele: “[...] se comprometia a aderir ao regime vitorioso, sem deixar explícito qual seria esse regime [...]” (SARGES, 2002, p. 46). Ou seja, a estratégia de Lemos era simples: estar sempre do lado do regime vigente, não importando qual fosse, diga-se também, neste caso, o independente do partido político. Logo, esses conflitos não contestavam o regime republicano em si, ou seja, não eram contra o regime de governo, mas, sim, contra determinados agentes que se encontravam à frente da administração pública.

E, para concretizar suas ambições de hegemonia política, os jornais ligados aos intelectuais orgânicos desempenhavam um papel fundamental na arregimentação de forças perante a sociedade civil, pois era importante para definir as posições dos agentes políticos. Demonstra-se, assim, que a construção do regime republicano também se fez por meio da força dos papéis e penas. Todavia, o que por si só não explica todo o processo de implantação do *Neo Regime* no Brasil, mas depende de inúmeros fatores.

SOCIABILIDADE E POLÍTICA: A ATUAÇÃO DE LAURO SODRÉ NA MAÇONARIA

Alan Christian de Souza Santos¹

Introdução

O paraense Lauro Nina Sodré e Silva iniciou sua vida pública na década de 1880 e dela se retirou apenas em 1934. Conheceu a escravidão, a campanha abolicionista, participou do movimento republicano e da consolidação do novo regime, teve cargos no Executivo estadual e no Legislativo federal, se envolveu em insurreições e acompanhou de perto as lutas pela redemocratização do país quando da ditadura de Getúlio Vargas. Por conta dessa longa trajetória, se tornou uma figura conhecida da historiografia republicana.

1 Doutor em História Social da Amazônia, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Paragominas, membro dos grupos de pesquisas Militares, Política e Fronteiras na Amazônia (UFPA) e Educação, Ciência e Meio Ambiente (IFPA).

Quase sempre lembrado nas discussões sobre Revolta da Vacina², florianismo³ ou a despeito das tensões da política paraense no início do século XX⁴, é importante observar outros espaços e situações em que Lauro Sodré esteve envolvido. Nesse sentido, proponho aqui uma reflexão acerca de sua vinculação com a maçonaria, uma sociedade iniciática instalada no Brasil no início do século XIX⁵, e que se popularizou em torno do segredo enquanto categoria sociológica⁶ e do prestígio alcançado pela filiação de diversos sujeitos da elite política e econômica do país ao longo dos tempos.

Sodré, sem dúvida, foi um deles. Mas, o seu caso torna-se ainda mais significativo pelo fato dele ter chegado ao posto de grão-mestre da ordem maçônica. O que implica entender que tipo de maçonaria ele falava e se a

-
- 2 Sobre Revolta da Vacina, C.f.: AMARAL, Alexandre Souza. “Intervalo, Rio de Janeiro e Belém: Lauro Sodré e a Revolta da Vacina”. In: *Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2006, p.192-214; CARVALHO, José Murilo. “Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina”. In: Id. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987, p.91-139; SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
 - 3 Sobre jacobinismo e florianismo, C.f.: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p.18-94; COELHO, Geraldo Mártires. “Introdução”. Crenças e opiniões. 2ªEd. Brasília: Senado Federal, 1997, p.III-IV.
 - 4 Sobre as tensões da política paraense no final do século XIX e início do XX, C.f.: COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: o monumento à República em Belém 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu, 2002; FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Editora Açai, 2016; FERREIRA, Tiago B. *A interiorização da República: o jogo político no Salgado Paraense durante a Primeira República (1889-1903)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2015; MOURA, Daniella de Almeida. *A República paraense em festa (1890-1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2008. Belém, SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente: Antônio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-tatu, 2002.
 - 5 Sobre a história da maçonaria no Brasil, C.f.: BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora/São Paulo: UFJF/Annablume, 2006; COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002; MOREL, Marco., SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
 - 6 Para uma melhor compreensão do segredo enquanto categoria sociológica, C.f.: SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

instituição, de alguma maneira, foi envolvida na agenda política do então senador da República. O presente artigo visa contextualizar essa colocação institucional e apontar possíveis desdobramentos entre os compromissos políticos e maçônicos assumidos por Lauro Sodré. Tendo em mente a reflexão de Flávio Heinz sobre o estudo das elites, acredito que essa seja uma forma compreender a complexidade das relações e dos laços objetivos que Lauro Sodré mantinha com restante da sociedade⁷.

Lauro Sodré e a Maçonaria

Em uma série de artigos redigidos originalmente para o jornal *A República*, em 1886, Lauro Sodré analisou a obra *A Questão Religiosa perante a Santa Sé*, do bispo paraense Dom Macedo Costa. Naquela ocasião, alegou poder comentar o trabalho da autoridade religiosa com a imparcialidade de quem nunca havia trajado o balandrau e as opas dos católicos, e tão pouco o avental dos filhos da viúva⁸.

Sentindo-se vinculado apenas ao Exército, ao positivismo e à causa republicana, Lauro Sodré, no alto dos seus 28 anos, complementou: “Se não ando ao cheiro do incenso nas sacristias, também não frequento os templos dos pedreiros livres. Não ligo importância às bulas nem às excomunhões pontificas, mas também não me rejo pelas pranchas do Grão-Mestre”⁹.

Quinze anos depois, o militar e político paraense continuava avesso ao catolicismo. Porém, não apenas passara a usar o avental e frequentar as oficinas maçônicas, como se tornou o próprio chefe da maçonaria brasileira (1904-1916). De modo que convém analisar aqui o seu percurso na instituição maçônica e os possíveis sentidos em torno desse pertencimento.

Em carta de 1938, na qual narrou passagens de sua vida ao amigo de fraternidade Optato Carajurú, Lauro Sodré contou ter sido iniciado na maçonaria em Belém no dia 01 de agosto de 1888, na *Loja Harmonia*¹⁰. Essa loja foi uma das mais tradicionais oficinas da cidade, pela qual passara

7 HEINZ, Flávio Madureira. “O historiador e as elites – à guisa de introdução”. In: HEINZ, Flávio Madureira (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.8 e 10.

8 Sinônimo de maçom, tal qual pedreiro-livre.

9 SODRÉ, Lauro. *Palavras e Actos*. Belém, Typ. Do Diário Oficial, 1896, p. 96.

10 CARTA de Lauro Sodré a Optato Carajurú. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1938. *Coleção Particular de Sônia Viveiros de Castro Etrusco*.

o famoso padre Eutychio Pereira da Rocha, religioso e político liberal que teve os hábitos sacerdotais suspensos pelo bispo do Pará quando da eclosão da Questão Religiosa¹¹.

Em trabalho anterior, realizei um estudo sobre a maçonaria paraense no século XIX, a partir da identificação nominal de um conjunto de 905 maçons entre o período de 1872 e 1892, organizados em função da filiação, nacionalidade, ocupação e relação com a política dirigente ou com a imprensa. O objetivo era, primeiramente, dar visibilidade a sujeitos que faziam parte de uma associação que se pretendia secreta e, ao mesmo tempo, compreendê-los a partir de seus posicionamentos socioeconômicos. Depois disso, o enfoque do trabalho recaiu sobre a formação de um pequeno grupo que criou as bases e dirigiu o jornalismo maçônico na capital paraense¹².

Aqueles eram tempos de efervescência para a maçonaria, não apenas pelo conflito com a igreja, mas pelas transformações socioeconômicas que aconteciam no Brasil imperial e afetavam a instituição. Na capital paraense, essas mudanças tornaram-se salientes, em função dos lucros advindos dos negócios da borracha, do crescimento do número de oficinas maçônicas e da defesa sistemática dos interesses maçônicos realizada por meio da imprensa.

Desse modo, é possível afirmar que a circulação de capital financeiro estimulou a criação de novos espaços de sociabilidade para os setores mais abastados e cultos da província, enquanto o conflito com a igreja favoreceu o aparecimento de jornais interessados na defesa e na propaganda da maçonaria.

No primeiro caso, é importante destacar que os maçons possuíam um perfil socioeconômico específico, isto é, que nem todos podiam fazer parte da sociedade. Além do caráter iniciático da ordem, que criava a dimensão de seletividade em uma perspectiva mais subjetiva e abstrata a respeito dos

11 A Questão Religiosa foi o mais sério conflito que envolveu o Estado, a igreja e a maçonaria no século XIX e que culminou na prisão dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa em 1874. As raízes do conflito estavam relacionadas à tradição *regalista* da Constituição imperial, as constantes invasões do poder temporal no poder espiritual e vice-versa e ao florescimento do movimento ultramontano no Brasil. C.f.: BARROS, Roque Spencer Maciel de. "Vida religiosa". IN: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. 2º ed. Tomo II. Vol. 4º. São Paulo: Difel, 1974; NEVES, Fernando Arthur Freitas. *Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2009.

12 SANTOS, Alan C. S. *Discursos, personagens e tramas: a imprensa maçônica no Pará do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

candidatos a maçons, existiam também marcadores de gênero, já que os rituais da maçonaria eram tradicionalmente exclusivos aos homens, e de ordem financeira – tendo em vista os valores necessários para participação nos compromissos institucionais, que tornaram a maçonaria excludente para a maior parte da população brasileira do século XIX e, ao menos, de parte do XX. No caso da maçonaria paraense, esses marcadores pareciam acompanhar as características sociais da província e as novas dinâmicas impostas pela economia gomífera.

Em quadro amostral, construído a partir da identificação e coleta de dados de 905 sujeitos históricos que estiveram ligados ao oriente maçônico do Pará entre 1872 e 1892, foi possível encontrar informação sobre a ocupação de 656 de maçons. Apesar dos limites dessa sistematização, os dados ajudam a ter alguma ideia de como eram compostos os quadros maçônicos no Pará.

Dos indivíduos arrolados, 341 atuavam como comerciantes ou negociantes, o que aponta para uma prevalência do setor mercantil na maçonaria paraense, exatamente o grupo mais diretamente afetado e animado pelo bom momento econômico da província. O núcleo duro da instituição era, ao que tudo indica, formado por empregados públicos (80), militares (46), profissionais liberais (44), fazendeiros (40), proprietários (28) e artífices (31), sendo, portanto, uma instituição muito mais ligada aos ofícios urbanos que rurais. Além disso, as lojas maçônicas paraenses guardavam espaço ainda para clérigos (8) e profissionais com ofícios diversificados (38), como guarda-livros e tabeliões¹³.

Em 1888, portanto, Lauro Sodré se encaixava perfeitamente no perfil e nas exigências da sociabilidade maçônica por ser homem, ter 30 anos de idade, emprego fixo, fazer parte de um dos segmentos sociais de maior representatividade na instituição, o dos militares, ser sabidamente intelectualizado e contar com colocações na arena jornalística e política.

Por outro lado, considerando as polêmicas jornalísticas que ele sustentou com a folha religiosa *A Boa Nova* desde 1881 e a relativa proximidade que havia entre as suas querelas e os temas da Questão Religiosa, da década anterior, a sua entrada na instituição pode ser considerada de alguma forma tardia.

Apesar de compartilhar da crítica ao pensamento teológico e de posuir uma formação cultural ilustrada, Lauro Sodré não esteve envolvido com a

13 SANTOS, Alan C. S. Op. Cit. 2015, p.33-109.

maçonaria até pouco antes do início do regime republicano. Com isso, como ele mesmo ressaltou ao analisar o livro do bispo do Pará, não tomou lado nas discussões da Questão Religiosa e, conseqüentemente, nenhuma participação teve nas ações empreendidas pelos maçons na imprensa paraense – o que acaba sendo importante de se sublinhar, pois os maçons redatores passaram a formar o seletor grupo que dirigia as oficinas do ponto de vista administrativo. Ou seja, Lauro Sodré não atuou como dirigente maçônico no Pará.

Em 1915, o maçom paraense Archimimo Lima publicou artigo no *Boletim do Grande Oriente do Brasil* em que falava da participação de Lauro Sodré no I Congresso Maçônico Nacional, realizado em 1904. Naquela ocasião, segundo Lima, o político e militar paraense teria relatado que desde a juventude ouvira falar das ações beneficentes realizadas pela maçonaria, e que, desde então, passara a nutrir simpatias e admiração pela ordem. Mais tarde, já na vida adulta e em meio aos movimentos sociais que agitavam a sociedade brasileira, Sodré tomara conhecimento de uma prancha da maçonaria paulista, concitando todos os maçons do país a resistirem contra o possível advento do 3º reinado. Animado pelo gesto, decidiu integrar também à sociedade maçônica, pensando-a como força social e orgânica capaz de influir nos destinos do mundo¹⁴.

Considerando o fato de que o artigo de Lima se originou de um discurso que o autor realizou para homenagear Lauro Sodré, que acabava de desembarcar no Pará naquele mesmo ano, a narrativa parece realmente ser digna de confiança. Dessa forma, é possível aventar que a principal motivação de Sodré para ingressar na maçonaria teria sido política, haja vista a possibilidade de fortalecimento da campanha republicana.

O artigo de Lima, entretanto, nada diz sobre a atuação maçônica de Sodré entre o ano de sua iniciação e o da eleição para o grão-mestrado. E, de fato, são pouquíssimas as informações existentes sobre esse período, tanto nos jornais paraenses como nos boletins nacionais da instituição.

Em geral, essas informações são breves e pontuais, dando conta basicamente de que Lauro Sodré havia recebido o título de membro honorário da

14 LIMA, Archimimo. “Função político-social da maçonaria e o dr. Lauro Sodré”. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira. Abril, n° 04, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.269-285.

ordem (1895)¹⁵; se tornado membro da Loja Cosmopolita (1895)¹⁶; chegado ao grau 33 da ritualística maçônica (1902)¹⁷ e sido eleito para o Supremo Conselho do Brasil (1903)¹⁸.

Não existem indicativos de que Sodré tenha se envolvido mais diretamente com a administração de oficinas, participado de festas maçônicas, discursado em sessões magnas ou elaborando textos a despeito do pertencimento à sociabilidade maçônica. Tal padrão de funcionamento diferia em muito do perfil entusiástico demonstrado por ele em outros espaços de sociabilidade, pelos quais já havia passado e colaborado mais ativamente, como a *Sociedade Phenix Litterária*, o *Clube Republicano do Pará* e o *Clube Militar*.

A ausência de informações sobre ações mais destacadas faz pensar que a vinculação de Lauro Sodré com a maçonaria tenha sido, a priori, tímida, hesitante e de pouca efetividade. Apesar de se destacar no início do regime republicano à frente do Governo do Pará e, em seguida, na colocação no Senado Federal, o militar e político paraense parecia distante dos “irmãos” mais atuantes no campo maçônico¹⁹.

De modo que, tudo indica que a sua eleição para o grão-mestrado maçônico tenha se dado por uma questão de momento e conveniência. No ano anterior, isto é, em 1903, isolado politicamente no Pará e fortemente apoiado pelo jornal *Correio da Manhã* (RJ), Lauro Sodré conseguiu desbancar nomes tradicionais da política carioca e se reelegeu para o Senado Federal como representante da cidade do Rio de Janeiro, a antiga capital da República, projetando-se, assim, como figura representativa de setores civis e militares em escala nacional. Esse fato, provavelmente, repercutiu no mundo maçônico e contribuiu para sua elevação ao posto de grão-mestre.

15 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Setembro, n° 07, ano 20. Rio de Janeiro: Typ. Alexandre Ribeiro & C., 1895, p.280.

16 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Setembro, n° 09 e 10, ano 20. Rio de Janeiro: Typ. Alexandre Ribeiro & C., 1895, p.372.

17 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Novembro, n° 09, ano 27. Rio de Janeiro: Typ. Alexandre Ribeiro & C., 1902, p.692.

18 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, n° 01, ano 28. Rio de Janeiro: Typ. J. Schmidt, 1903, p.24.

19 Quando uso a expressão campo penso na reflexão de Pierre Bourdieu, para quem campo diz respeito ao lugar ou região onde as relações sociais acontecem a partir dos capitais de cada indivíduo. C.f.: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

De que Maçonaria falava o senador Lauro Sodré?

Lauro Sodré foi empossado pela primeira vez no cargo de grão-mestre em 21 de junho de 1904, e reeleito sucessivamente em 1907, 1910, 1913 e 1916. Este último mandato, porém, não concluiu, por ter retornado ao governo do Pará em 1917. Tradicionalmente, as eleições maçônicas ocorriam no primeiro dia útil de fevereiro e a posse em meados de junho, antes da reunião da assembleia geral que se organizava sempre no dia 24 daquele mês para deliberação do orçamento anual da instituição.

Como principal potência maçônica do país, o Grande Oriente do Brasil apresentava uma estrutura administrativa semelhante aos dos poderes públicos da República. Tinha poder executivo, legislativo e judiciário, constituídos a partir de sufrágio do povo maçônico. Desse modo, o *grão-mestre grande comendador* da ordem ocupava o lugar de chefe do poder executivo, com mandato de três anos e assento cativo em todos os conselhos da instituição. Era auxiliado pelo grão-mestre adjunto e considerada a mais elevada autoridade da maçonaria brasileira.

A fim de analisar a atuação de Lauro Sodré como chefe da maçonaria, consideraremos aqui mais diretamente a coleção do *Boletim do Grande Oriente do Brasil* salvaguardada pela *Biblioteca Nacional*.

A publicação, lançada em dezembro de 1871, com o intuito de aprimorar e facilitar a comunicação da maçonaria brasileira, tornou possível a circulação de informações entre a potência reguladora, situada no Rio de Janeiro, e as diversas lojas espalhadas pelo país. A ferramenta, extremamente necessária para o contexto de disputa com a igreja, se consolidou ao longo do tempo como a mais importante publicação do universo maçônico entre o final do século XIX e o início do XX²⁰.

Embora a coleção de boletins do GOB disponibilizada pela Biblioteca Nacional seja bastante completa, o ano de 1904, exatamente o da investidura de Sodré como grão-mestre apresenta significativas lacunas, ocasionadas pela deterioração dos exemplares originais. Assim, tendo em vista que apenas os meses de janeiro e fevereiro foram franqueados para a pesquisa, não é possível saber muito sobre os primeiros atos administrativos do paraense.

20 SANTOS, Alan C. S. Op. Cit., 2015, p.36.

Por outro lado, não tardou muito para que o mundo maçônico e o profano se confundissem em torno da figura de seu grão-mestre. Em novembro de 1904, Lauro Sodré acabou preso acusado de liderar a insurreição da Escola Militar da Praia Vermelha e tentar a derrubada do então presidente da República, Rodrigues Alves. Essa seria a primeira ação de Lauro Sodré que acabaria entrecruzando o espaço de sociabilidade criado pelos maçons e o campo político, mas não a única.

A partir daí, a comunidade maçônica precisou discutir qual seria a conduta da instituição perante a prisão de sua maior autoridade administrativa. Naturalmente, os posicionamentos eram divergentes. Para alguns, Sodré havia se incompatibilizado com o cargo e deveria ser imediatamente destituído da função, sob pena de prejuízo à imagem da maçonaria. Outros defendiam que ele continuava sendo o grão-mestre da ordem independente dos acontecimentos e, como tal, precisava ser assistido.

Em março de 1905, a assembleia geral da instituição se reuniu em sessão presidida pelo senador Francisco Glycério e aprovou a contratação de advogado “na pessoa de Ruy Barbosa ou qualquer outro, a fim de defender o Sob.: Dr.: Mestre.: Gr.: Com.: Da Ord.: Dr. Lauro Sodré nos tribunais a que for submetido”²¹. Mas o debate não se encerrou.

Em abril, em outra reunião presidida por Glycério na qualidade de grão-mestre interino, uma vez que o grão-mestre adjunto, o deputado federal Sá Peixoto havia declarado suspensão para conduzir os trabalhos, os membros da assembleia geral leram e deliberaram, dentre outras coisas, que as leis e tradições da maçonaria não consideravam delito maçônico o chamado crime político, e as oficinas que haviam usado de frases desrespeitosas em relação aos poderes maçônicos constituídos deveriam ser responsabilizadas²².

Em julho de 1905 o próprio Lauro Sodré enviou uma carta endereçada aos irmãos de fraternidade. Na missiva, datada do dia 04, e endereçada a Sá Peixoto, Sodré mostrava-se agradecido pelas manifestações de apreço que havia recebido da maçonaria brasileira ao longo do tempo em que se achava preso. Porém, escrevia naquele instante por tomar conhecimento das resoluções

21 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, n° 01, ano 30. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1905, p.6.

22 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Abril, n° 02, ano 30. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1905, p.55-56.

tomadas pela assembleia geral da ordem e pelos esforços empreendidos por seu grão-mestre adjunto no sentido de fazer cumprir as deliberações maçônicas.

Sejam quais forem os fins deste processo iniquo, em cujas malhas fui colhido pelo poder humano, tantas vezes, como agora, odiento e injusto, uma só afirmação posso fazer aos queridos Iir.: que em tão grande copia me tem vindo trazer pessoalmente ou me tem enviado pela imprensa, por pranchas oficiais ou cartas particulares a solene declaração de que aos seus olhos eu não estou inquinado de nódoas morais nem sou réu de crimes, que me desdorem; é que em verdade eu continuo digno de merecer a estima de todos eles, sempre fiel ao meu passado, com a minha alma de brasileiro sempre limpa, com a minha consciência de homem público sempre pura e sã.

[...] Peço-vos que sejais o intérprete dos meus pensamentos, expressos nestas linhas, que tereis a gentileza de ler perante a Assembleia Geral, assegurando a todos os nossos bons Iir.: [...] que eu sou um homem de bem, que eu não concorri para deslustrar a Maçonaria brasileira, a cujo seio em boa hora me chequei, que eu continuo credor da estima, com que me honram os meus concidadãos e que me tem válido as posições que eu tenho ocupado no governo da República²³.

Das palavras do grão-mestre, duas coisas importantes a destacar. Primeiro, ele se julgava injustiçado pelos altos poderes da República, estando convencido de não ter cometido crime algum, tendia a justificar a sua conduta pela via do patriotismo. Em segundo lugar, Sodré sabia que a sua opinião não era exatamente a opinião da comunidade maçônica ou da opinião pública, daí a tentativa de convencer que era “um homem de bem”, o que, na realidade, era um esforço de reabilitação perante os maçons.

Curiosamente, esse documento escrito para ser lido exclusivamente em sessão maçônica, tendo, portanto, natureza privada, vem a ser um dos poucos registros em que é possível encontrar Lauro Sodré tecendo algum comentário sobre a sua participação na insurreição de 1904 e nos desdobramentos que dela se deram. Publicamente, depois da anistia, ele evitou o quanto pôde entrar no mérito desses eventos.

23 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Julho, n° 05, ano 30. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1905, p.287.

Em setembro de 1905, Lauro Sodré reassumiu o cargo de grão-mestre. E, de imediato, agitou o meio maçônico ao convocar uma *assembleia constituinte* para reformar o principal regulamento da instituição. Além disso, concedeu o título de grão-mestre honorário da ordem à Sá Peixoto. Se a reforma constitucional parecia encontrar paralelo com as bandeiras levantadas por Sodré no mundo político profano, haja vista que ele era um dos entusiastas da reforma da Constituição de 1891, a homenagem prestada ao grão-mestre adjunto não deixa dúvidas da natureza pessoal que lhe dera origem.

A partir da análise dos boletins do Grande Oriente do Brasil, é possível conhecer alguns dos elementos práticos, discursivos e simbólicos que estiveram presentes na administração de Lauro Sodré. Destaco aqui três dimensões dessa gestão projetadas a partir da reforma de regulamentos, da difusão de princípios e de proposições filantrópicas.

Na primeira dimensão, Lauro Sodré abriu os trabalhos da assembleia constituinte maçônica, em 03 de maio de 1906, elogiando os fins humanitários e beneficentes da instituição, alegando que a maçonaria existia para “semear o bem”. Declarou ainda que a maior missão da instituição naqueles tempos seria política e social. O que, segundo ele, não seria uma novidade para a irmandade, posto que a história da maçonaria estaria marcada por lutas em favor da liberdade, do direito e da justiça. Dessa forma, ele chamava os irmãos à tarefa de reforma das leis orgânicas da instituição, a fim de que a comunidade maçônica pudesse colaborar da melhor maneira possível com o regime político do país, constituindo-se em uma grande força social²⁴.

Nas palavras do grão-mestre, era necessário agir para que a maçonaria não acabasse reduzida “A um ajuntamento de boas almas, cheias de desejos de fazer maiores bens, mas incapazes de pôr em prática tais promessas de tornar realidades úteis essas intenções e esses desejos”²⁵.

Fundindo a filosofia positiva à sociabilidade maçônica, Sodré orientava que se deixasse de lado as causas primárias e finais, próprias da teologia e da metafísica, garantindo que cada maçom poderia guardar a sua fé, desde que o fizesse “No recesso sagrado da sua consciência íntima”. No espaço público, o

24 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Maio, nº 03, ano 31. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1906, p.79-80.

25 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Maio, nº 03, ano 31. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1906, p.81-82.

dever de todos seria o de pugnar para que o Estado fosse organizado sem rei e sem Deus, e a maçonaria pudesse se tornar um organismo social capaz de promover o bem geral²⁶.

A nova constituição maçônica foi oficialmente reconhecida em 24 de fevereiro de 1907, em uma clara referência à carta constitucional brasileira, também promulgada na mesma data em 1891. Ela teve o mérito de agrupar melhor os temas maçônicos, reduzindo o número de artigos em relação à constituição anterior, de salientar princípios e normas seculares aos maçons e de ampliar a autonomia das oficinas estaduais, reforçando o federalismo maçônico tutelado ao Grande Oriente do Brasil.

A segunda dimensão da administração de Lauro Sodré a ser destaca neste breve estudo diz respeito à difusão de princípios gerais à comunidade maçônica. O melhor exemplo disso se deu em torno da convocação do *II Congresso Maçônico Nacional*. Convocado inicialmente pelo grão-mestre para dezembro de 1908, o evento pretendia reunir representantes de todos os estados em torno de teses sugeridas pela comissão organizadora do congresso. Através delas, é possível observar a orientação que Lauro Sodré tentou imprimir na maçonaria. As teses, agrupadas em três grandes áreas, litúrgicas, sociais e políticas, deveriam ser previamente analisadas em forma de parecer pelas oficinas maçônicas do Brasil. No ato de instalação do congresso, caberia a comissão organizadora aclamar as melhores análises de cada segmento para orientação do debate²⁷.

Entre as teses litúrgicas, chamava atenção a orientação positivista e pouco ritualística das proposições. Dessa forma, partindo do princípio de que a civilização humana havia alcançado a fase científico-industrial, uma das teses afirmava que era dever da maçonaria empregar todos os meios de propaganda e ensino para combater os erros teológicos e metafísicos, promovendo para este fim cursos, conferências públicas e a criação de um órgão de imprensa.

Outros pontos tratavam da filantropia maçônica e dos dilemas em torno da descentralização da ordem. Sobre a parte filosófica e cerimonial da maçonaria, em si, apenas o indicativo de que os ritos maçônicos poderiam ser unificados no futuro e a proposição de que o momento histórico exigia a simplificação

26 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Maio, nº 03, ano 31. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1906, p.82-83.

27 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Dezembro, nº 10, ano 33. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1908, p.386-388.

dos rituais, a fim de que a tolerância pudesse ser alargada e a maçonaria pudesse abrigar deístas e ateus, religiosos e livres pensadores.

Tais proposições pareciam combinar diretamente com o perfil de Lauro Sodré, ao que tudo indica, pouco afeito aos conteúdos ritualísticos e ao deísmo maçônico. Ainda assim, vale sublinhar que, apesar de ter sido iniciado na *Loja Harmonia*, uma oficina que seguia o rito moderno, com abertura ao ateísmo, na década de 1890, ele passou à *Loja Cosmopolita*, praticante do rito Escocês Antigo e Aceito, de cunho deísta²⁸. Nessa oficina, ele ascendeu ao último grau filosófico do rito, o 33, e, de alguma maneira se viu confrontado com juramentos relacionados à figura do G.A.D.U., que, na perspectiva de Sodré, seria um ente metafísico. Não há como saber como essa conciliação se tornou possível. Mas, fato é que na posição de grão-mestre, Lauro Sodré tinha mais condições de propor uma maçonaria menos abstrata e mais atuante na esfera social e política.

Nesse sentido, as teses sociais e políticas do evento maçônico também estavam vinculadas à leitura de mundo do grão-mestre. Na área social, por exemplo, as formulações apresentadas sugeriam que a maçonaria enquanto instituição reconhecia que a riqueza era social em sua origem e deveria também o sê-lo em seu destino. De modo que, as relações entre capital e trabalho deveriam ser reguladas pelo governo republicano, a fim de que se garantisse a produção e distribuição dos capitalistas e comerciantes, bem como os salários adequados e o bem-estar dos operários. Uma proposição que Lauro Sodré já havia defendido em *As indústrias extrativas – a função do governo*, de 1902²⁹.

Na mesma esteira, havia espaço para proposições consideradas inovadoras e outras mais tradicionais. No primeiro caso, destacavam-se a defesa da diminuição das horas diárias de trabalho em todas as indústrias; a proteção dos menores de idade pelos poderes públicos, a fim de que não fossem entregues ao trabalho precocemente; a criação de legislação para proteger os operários nos casos de acidente de trabalho, doença e na velhice; e a criação de uma espécie de justiça do trabalho, chamada de jurisdição, para tratar dos conflitos entre operários e patrões. No segundo caso, salta aos olhos o entendimento de que a função social da mulher seria incompatível com o exercício profissional e

28 SANTOS, Alan C. S. Op. Cit. 2015, p.100.

29 SODRÉ, Lauro. “As indústrias extrativas – a função do governo”. In: *Revista do Clube de Engenharia*, IV Série, N.6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

com a sua “sagrada missão no lar”. O que também era uma leitura positivista defendida por Lauro Sodré dentro e fora da maçonaria³⁰.

Na parte política do evento, estava concentrado o maior número de teses, 10 no total, contra 8 sociais e 6 litúrgicas. Assim como acontecia nos enunciados sociais, as teses políticas não se restringiam a pensar o funcionamento do mundo maçônico, estando mais diretamente relacionadas à sociedade profana, isto é, ao tecido social do qual a maçonaria era uma parte que se pretendia mais afastada.

Debruçada a pensar situações ideais para a vida em sociedade, as teses políticas cobravam dos maçons o comprometimento com a República, conforme pregava o grão-mestre. Entre os vários enunciados que defendiam a consolidação de pontos específicos da Constituição de 1891, é possível observar uma preocupação constante acerca da difusão e adoção dos hábitos seculares em torno do casamento civil, do ensino não confessionário e do impedimento dos poderes públicos de subvencionarem cultos e igrejas.

Além do que, chama atenção também a percepção de que a maçonaria estava ou deveria estar em condições de influir nos poderes da República. A primeira tese, por exemplo, defendia que a maçonaria tinha o dever “Pela propaganda oral e escrita e pela ação perseverante de todos os seus membros, como partes dos poderes públicos ou com influência junto destes” de contribuir para a pacificação dos povos e a prevenção das guerras. Nesse caso, a causa humanitária atrelada ao aumento das tensões vivenciadas no continente europeu diz menos do que a ideia de uma maçonaria atrelada às instituições públicas. Ponto esse referendado em outra tese, segundo a qual se a maçonaria deveria fazer a larga política de princípios para que os seus membros tivessem

30 Sobre o assunto, assim se exprimiu Emmanuel Sodré: “Procurando alterar o art. 70 do Projeto do Governo Provisório, para que se desse o direito de voto às mulheres, surgiu a emenda firmada por Lopes Trovão, Leopoldo de Bulhões e Casimiro Júnior. Lauro Sodré foi dos que a combateram, e fê-lo, naturalmente, por sua orientação positivista, a lembrar-se da lição de Comte: “Toda mulher deve ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior e encerrada no santuário doméstico”. Segundo este autor, somente na segunda década do século XX, diante das lutas políticas do Pará e do apoio recebido pela Liga Feminina Lauro Sodré, é que o senador militar mudara de pensamento e se declarara favorável à participação das mulheres na vida política, sob a alegação de que a situação da mulher na vida social já se modificara por completo. C.f.: SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1970, p.51-52.

“Palavra e voto nas assembleias legislativas ou nos conselhos municipais da República”³¹.

Guardada as devidas proporções, o que se queria politicamente para a maçonaria na gestão de Lauro Sodré lembra em muito a proposição orgânica enunciada por Antonio Gramsci, no início do século XX³². A diferença seria apenas quanto aos agentes a penetrar nos aparelhos estatais. Se o filósofo italiano pensava fundamentalmente o lugar da classe operária na sociedade industrial, a gestão de Lauro Sodré parecia interessada em fazer a maçonaria forte e bem representada nos jogos de poder através da colocação social de seus membros. E, se por um instante, associarmos as teses sociais e políticas, dada a correspondência direta que elas tinham, será possível perceber que o *II Congresso Maçônico* estava muito mais interessado em pensar a atuação da maçonaria no mundo profano do que as questões institucionais da própria instituição.

Partindo do princípio de que as teses propostas estavam diretamente alinhadas à maçonaria pensada por Lauro Sodré, a forma organizativa do evento favorecia o destaque dos trabalhos comprometidos com a mesma visão de maçonaria oferecida pelo GOB e, conseqüentemente, o silenciamento dos maçons críticos a tal direcionamento.

O *II Congresso Maçônico Nacional* foi realizado no Rio de Janeiro entre os dias 14 e 24 de julho de 1909. Nesse período, como previsto, o salão de honra do Grande Oriente do Brasil, na rua do Lavradio, recebeu três representantes de cada oriente estadual. Do Pará, foram enviados Justiniano de Serpa, Fernando Delcroix e Leon Merteus. Como mandava o protocolo, Lauro Sodré abriu os trabalhos do evento. Os maçons estavam ali congregados para ouvir os pareceres, debater sobre eles e votar sobre a aprovação, ajuste e reprovação das teses enunciadas pela comissão organizadora do evento. De modo geral, ainda que com ajustes pontuais, as teses apresentadas pela comissão organizadora do evento foram mantidas.

31 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Dezembro, nº 10, ano 33. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1908, p.389.

32 Antonio Gramsci estabelece uma distinção entre os chamados intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos, que seriam aqueles mais conscientes de sua função não apenas econômica, mas social e política. Esse tipo de intelectual seria comprometido com a expansão de sua classe e a luta pelo monopólio das superestruturas. C.f.: Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Em relação à filantropia maçônica, é importante destacar inicialmente que a prática beneficente dos maçons estava relacionada ao pensamento ilustrado oriundo da Europa do século XVIII. Segundo essa perspectiva, incorporada na maçonaria brasileira ao longo do século XIX, as práticas filantrópicas deveriam ser calcadas em atitudes e sentimentos humanitários que demonstrassem a disposição natural dos homens amarem-se fraternalmente³³.

Dessa forma, a filantropia maçônica continha em si dois matizes: a interna, geralmente pensada a partir da noção de ajuda-mútua, e a externa, que se aproximava da noção da caridade cristã e pressupunha ajuda desinteressada aos necessitados. Lauro Sodré dizia não se conformar com uma maçonaria que fosse apenas filantrópica, mas não deixou de zelar pela tradição da instituição.

No relatório de gestão apresentado à assembleia geral da ordem em 1909, ele ponderou que qualquer que fosse a ação social ou política da maçonaria, a filantropia deveria representar “Uma larga porção dos seus nobres encargos”³⁴.

Nesse sentido, apesar de ter mobilizado a instituição para campanhas relacionadas ao público profano, mediando a prática da filantropia externa, como fizera em 1915 diante da seca que atingiu a região nordeste do país, Lauro Sodré parece ter se empenhado mais em favor da prática filantrópica a nível institucional.

Por meio de decreto, em 1912, ele regulamentou a prática beneficente na maçonaria e ajustou as finanças da instituição, negando por algum período a concessão de novos auxílios aos maçons reclamantes até quitação da dívida ativa da ordem. Além disso, tentou dar ensejo a projetos, como o do *Asilo Henrique Valadares*, voltado para o acolhimento de “maçons inválidos, viúvas e órfãos de Iir.:", do *Hospital* e do *Montepio Maçônico*, defendidos sempre como indispensáveis para a instituição. Os dois primeiros contavam com associações promotoras instaladas desde 1904 e 1906, respectivamente, e o terceiro entrou em fase de planejamento em 1910³⁵.

Todos esses projetos, apesar de aprovados em assembleia, careciam de maiores recursos, e anualmente Lauro Sodré tentava convencer os irmãos a

33 FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p.65-76.

34 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Julho, nº 05, ano 34. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1909, p.161-162.

35 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 35. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1910, p. 341-42.

subsidiarem de forma mais significativa as iniciativas que se seriam benéficas para a instituição em geral. Ele também defendeu a necessidade de se organizar um serviço especial de assistência judiciária, médica e farmacêutica aos maçons.

Embora nenhuma dessas iniciativas tenha se efetivado até o fim da gestão de Sodré, não deixa de ser interessante pensar suas proposições para a sociabilidade maçônica. Elas sugerem um esforço por modernizar e estruturar os serviços maçônicos que Sodré se dispôs a coordenar, algo que se expressou também pela reformulação da *Biblioteca* e da criação do *Anuário Maçônico*.

Todavia, nenhuma ação foi tão defendida por Lauro Sodré como a colocação dos maçons na seara educacional. Ele sempre fazia questão de saudar as iniciativas independentes das lojas maçônicas que mantinham escolas pelo país, ponderando que: “No dia em que ela [a maçonaria] descerrar as suas portas pondo junto de cada templo uma escola, terá conquistado por completo os aplausos e as bênçãos do povo, cuja causa defende e serve”³⁶.

Em especial, Lauro Sodré sonhava com um estabelecimento de ensino a ser criado no Rio de Janeiro sob os cuidados diretos do Grande Oriente do Brasil. Desde a reforma constitucional de 1907, ele defendeu anualmente esta proposição em seus relatórios dirigidos à assembleia maçônica.

De forma geral, esse estabelecimento deveria oferecer formação primária, secundária e superior, e ser capaz de livrar o ensino público das amarras religiosas. Por isso, ele defendia que o pretense ateneu maçônico fosse leigo, popular e gratuito, apto a levar instrução científica e literária a todos em geral.

O grão-mestre queria uma instituição de ensino modelar, pronta a fazer frente a todos os outros estabelecimentos congêneres. Por isso, em seu relatório de 1910, ele defendeu o “aparelhamento” cultural como forma de derrotar os representantes da teologia e da metafísica que, assim como no século XIX, seguiam difamando a maçonaria.

Para entrar nesse terreno de benéficas lutas, servindo e defendendo a causa da razão humana, nesse duelo em que se empenham contra a nova religião e a nova fé, os deuses extintos, como se nesta hora estivesse sendo repetida a história antiga dos combates entre o paganismo decadente e o cristianismo

36 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Julho, n° 05, ano 34. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1909, p.161-162 [grifo nosso].

nascente, para entrar nesse terreno é mister que nos aparelhemos com os instrumentos necessários e indispensáveis para vencer: a escola, a tribuna e a imprensa³⁷.

Nessa perspectiva, a maçonaria deveria ocupar os espaços antes dominados pelas instituições religiosas e controlar os mecanismos de produção e reprodução cultural, começando pela escola, mas não se limitando a ela.

Não à toa, Sodré recomendava que os maçons se apropriassem das teses do *II Congresso Maçônico*, em que seria possível encontrar a síntese das aspirações e princípios que valiam de programa à maçonaria no Brasil.

Apesar de afirmar que somente o ensino poderia concorrer para que os ideais maçônicos criassem raízes na consciência humana³⁸, a proposição escolar de Sodré não deixa de guardar relações com o positivismo e a ideia da religião positiva, centrada na razão e no civismo. Daí a importância da escola, como elemento formador e, nesse caso, reproduzidor de visões hegemônicas de sociedade.

Desejamos uma casa de educação cívica e de ensino, onde a moral, exclusivamente leiga, seja o complemento necessário de curso de ciências, cujas lições deem aos alunos noção certa sobre o mundo e o homem, orientando-lhes o espírito dos novos rumos abertos à razão pelos seguidores dos métodos de Bacon, Galileu e Descartes³⁹.

Em 1911, o projeto de ensino de Lauro Sodré foi aprovado na assembleia geral do GOB, e passou a receber recursos oficiais para o seu estabelecimento. Algumas lojas maçônicas do Rio de Janeiro, animadas com a proposta, também passaram a contribuir diretamente para o empreendimento. Mas, ainda assim, os recursos não eram e jamais foram suficientes.

Com a dificuldade de organização do estabelecimento de ensino ideal, em dezembro de 1915, Lauro Sodré assinou um importante documento

37 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, n° 06, ano 35. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1910, p.336.

38 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, n° 06, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.447.

39 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, n° 06, ano 37. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1912, p.424.

relacionado ao assunto. O decreto de número 513 estabelecia em seu primeiro artigo que o ensino primário da língua nacional era obrigatório a todos os filhos de maçons entre os 7 e 12 anos de idade, como uma forma de assegurar a boa formação dos futuros membros da instituição. Não obstante, estabeleceu que, nos lugares em que não existissem escolas gratuitas mantidas pelo governo ou por associações leigas de qualquer natureza, as oficinas maçônicas e os maçons ali residentes seriam obrigados a suprir tal ausência. Tais escolas fundadas pelos maçons deveriam ter caráter público e contar com subsídios do Grande Oriente do Brasil⁴⁰.

A obrigatoriedade do ensino aos maçons perpassava a preocupação com o analfabetismo, tido por fator de atraso, mas, fundamentalmente, a disputa com os grupos religiosos católicos que, nas palavras de Sodré, “Pela escola é que continuam a dominar a sociedade, no uso de um quase privilégio em que de fato estão, graças à proteção que lhe dão as leis libérrimas da República e aos recursos monetários de que dispõem”⁴¹. Tal reflexão indica que o estabelecimento do regime republicano não foi capaz de completar instantaneamente o projeto de secularização da sociedade, e tão pouco acabar com os embates entre os grupos sociais que desde o Império disputavam posições de mando e influência.

Embora tenha realmente sido um entusiasta da ação política e social da maçonaria, os relatórios de Lauro Sodré atestam que a sua administração não se resumiu a isso. Dentre outras coisas, Sodré cuidou ainda das divisões internas da maçonaria, da relação com as potências estrangeiras e do posicionamento oficial da instituição frente à Grande Guerra de 1914. Na qualidade de ex-governador do estado do Pará e de senador da República, ele soube emprestar ao mundo maçônico a sua experiência e habilidade política, a fim de tratar das questões estruturais da ordem e apontar caminhos de fortalecimento para a instituição.

Além disso, também deixou sua marca intelectual na organização da “Seção Geral”, uma coluna do *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, criada em 1910, destinada a publicar textos colaborativos da comunidade maçônica. A

40 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Dezembro, n° 12, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.1010-1011.

41 BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, n° 06, ano 41. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1916, p.438.

seção era agrupada em 3 eixos básicos: “Ciências e letras”, “Doutrina maçônica” e “Varia”. Ao longo do tempo, o chefe da maçonaria fez publicar nesse espaço diversos de seus artigos de cunho cientificista e positivista, como forma de educar e orientar a comunidade maçônica segundo os princípios que ele próprio seguia.

Tomando como base a reflexão de Alexandre Mansur Barata, para quem a instituição maçônica exercia uma função pedagógica na formação ideológica dos seus membros, e investiu mais significativamente nas primeiras décadas do século XX em formas de influir na estruturação da sociedade, a fim de barrar o conservadorismo católico⁴², torna-se possível afirmar que Lauro Sodré foi um dos principais condutores desse processo.

A percepção histórica de Lauro Sodré sobre a maçonaria se aproximava daquela que ele sustentava em relação aos militares. Segundo o seu ponto de vista, ambos os grupos teriam tido passados gloriosos e participações decisivas nos grandes eventos nacionais, servindo como espaços de “conspirações patrióticas”. De modo que, cabia aos maçons, como ele também dizia que cabia aos militares, enquanto representantes históricos destes segmentos, dar continuidade à tradição elevada das referidas instituições.

Um passado inventado que não leva em conta as tensões institucionais, as divisões entre os seus agentes e, sobretudo, os posicionamentos conservadores e reacionários que existiam no interior de ambos os grupos, criando uma versão a-histórica e ficcional de cooperação patriótica e de sentimento de classe que tudo seria capaz de viabilizar⁴³.

A história gloriosa de maçons e militares não se sustenta do ponto de vista histórico e documental. Apesar disso, serve até hoje como forma de enaltecimento das referidas instituições e ajuda a formar o *habitus* de seus agentes.

Lauro Sodré incitava os maçons ao mundo político, ao aparelhamento cultural, à colocação nos espaços de poder. Porém, quando precisava analisar a sua conduta, tangenciava, dizendo que nunca havia contribuído no exercício de seu cargo para arrastar os maçons ao terreno das lutas partidárias.

42 BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 –1910)*. Campinas: Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999, 1999, p.133.

43 Sobre passado ou tradição inventada, C.f.: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

De fato, jamais orientou, por exemplo, que os maçons seguissem os rumos do *Partido Republicano Federal*, ao qual estava vinculado. Por outro lado, político que era, sabia bem que a colocação em algumas tribunas, o assento na assembleia legislativa, o voto nas câmaras municipais, que ele recomendava aos maçons, só eram possíveis pela via política partidária.

Havia, portanto, um paradoxo na política de princípios que o grão-mestre Lauro Sodré dizia defender. Pois, ao mesmo tempo em que ela apontava para um caminho fora da política institucional, mais ligado às ações individuais, às condutas morais ilibadas, ela também esperava realizar intentos que só eram possíveis pela via política tradicional e partidária.

Dessa forma, o conjunto de recomendações político-sociais que ele orientava aos maçons parecia ser uma forma velada e não declarada de fazer política. Estava diretamente ligada à capacidade de influir no jogo social, mas esbarrava no traço característico da sociabilidade maçônica, que era o de não tratar de política e de religião. Sendo este um dos componentes centrais da fraternidade e sociabilidade maçônica, havia de ser respeitado e, em certo sentido, ajustado. Daí, a tradição inventada da política de princípio, através da qual podia se falar tanto da conduta elevada dos maçons quanto de suas ações para transformarem a sociedade, em muitos momentos, pela via política partidária ou institucional.

A julgar pelas manifestações de apoio recebidas pelos maçons de diversas localidades do Brasil, a maçonaria proposta por Lauro Sodré foi bem acolhida. No Pará, por exemplo, diversas lojas maçônicas realizaram *meetings* em praça pública em favor da candidatura do próprio Lauro Sodré ao Senado Federal, em 1912, e ao governo do Pará, em 1916. Assinalando que o entrecruzamento entre sociabilidade maçônica e política tinha muitos outros adeptos além da figura do grão-mestre.

Conclusão

Mesmo sem ter uma trajetória tão destacada na maçonaria até 1904, Lauro Sodré chegou ao posto de grão-mestre do Grande Oriente do Brasil beneficiado pelo momento e pelo prestígio obtido junto a setores da sociedade civil e militar, em meio ao processo de posicionamento no campo político carioca.

A ação política do senador da República e a sociabilidade proposta pelo chefe da maçonaria se confundiram desde o primeiro instante. Ainda em 1904, Sodré foi preso acusado de insurreição, e a maçonaria precisou debater sobre a convergência ou não dos crimes maçônicos e profanos e se seria lícito ou não dar suporte ao seu ilustre preso.

Anistiado no foro público e diversas vezes reconduzido ao cargo no âmbito restrito do mundo maçônico, Lauro Sodré se dedicou a reformar os principais códigos da instituição, difundir princípios litúrgicos, sociais e políticos gerais para os maçons e modernizar a estrutura e prática da filantropia maçônica.

Fundamentalmente, mostrou-se interessado em uma maçonaria com preocupações sociais e políticas bem definidas. Nesse sentido, as teses apresentadas e defendidas no *II Congresso Maçônico* ilustram bem a proposta de maçonaria defendida por Lauro Sodré. Uma maçonaria de cunho cientificista ou positivista, politizada, preocupada com as questões sociais de sua época e tão zelosa pelas práticas filantrópicas quanto interessada no ensino e na imprensa como veículos de propaganda da instituição.

Enquanto grão-mestre, Lauro Sodré não conseguiu realizar tudo o que pretendia. Mas, teve o mérito de animar novamente os maçons em torno de causas consideradas elevadas, como a de provimento da educação pública, gratuita e laica. Nesse processo, ele se projetou como uma das principais lideranças da sociabilidade maçônica brasileira do início do século XX, e tanto prestou apoio quanto se viu beneficiado pelas ações político-sociais de seus irmãos de fraternidade, dentro e fora da maçonaria.

AS RUÍNAS DO PANÓPTICO: POLICIAMENTO E SOCIEDADE NO PARÁ (1850-1889)

Anderson Alexandre Cruz Vilhena¹

Introdução

A acumulação de capital, possibilitada pela exploração do látex amazônico, aliada à ampliação da estrutura de navegação – especialmente a vapor – que a sua extração propiciou, foram fatores que inseriram a Amazônia no circuito internacional de trocas desse período². Esse processo também abriu a sociedade paraense para a construção da dependência do capital comercial e à hegemonia do modelo social da burguesia liberal. Se, por um lado, a alternativa ao desenvolvimento econômico capitalista era o atraso e o enfraquecimento, por outro, realizar o programa econômico e institucional burguês significava negociar com uma oligarquia tradicional ligada diretamente a estruturas econômicas regionais³.

É nesse contexto que o presente trabalho aborda o Corpo de Polícia paraense como um facilitador para a análise do policiamento nas últimas décadas

-
- 1 Doutorando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), membro do grupo de pesquisas Militares, Política e Fronteiras na Amazônia. Pesquisa com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).
 - 2 MOURÃO, Leila. *Memórias da Indústria Paraense*. Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017. p.10
 - 3 HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital 1848-1875*. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 377.

do Império. Para tanto, dividimos em três partes, que pretendem, respectivamente: 1. Apresentar a polissemia do policial enquanto ideia baseada na pretensão de transformação social; 2. Explicitar a complexidade das organizações e agentes que compunham, voluntariamente ou não, esse esforço de construção de uma “civildade”; 3. Discutir alguns momentos que apontam para os conflitos nascidos do encontro dessa pretensão civilizadora com a vida prática, em suas condicionantes materiais.

Policimento e Modernidade

Atualmente, somos orientados por uma compreensão sobre uma forma de “atividade policial”. Entendemos as atribuições dadas aos agentes de uma organização de policiamento – que usualmente traz esse termo no nome – como a efetivação de rondas, a preservação da “ordem pública” e a segurança social e individual, a chamada manutenção da paz social⁴. Essas são as prerrogativas legais das forças de polícia, em especial as militares. Isso, além da execução judicial do uso legítimo da força, da coação, do policiamento ostensivo, ou “pré-crime”, que pretendia dissuadir o ato criminoso através de uma imposição da presença do poder estatal, personificado no seu agente, o policial automaticamente identificável pela sua carga simbólica, seja o fardamento ou outra forma de distinção.

Entretanto, no que concerne ao século XIX, as fronteiras e objetivos de diversas instituições ainda eram pouco delineadas. Inspirados nas reflexões sobre a chamada “história dos conceitos” de Reinhart Koselleck⁵, acreditamos na necessidade de compreender o significado de uma dada expressão dentro de sua própria historicidade. Segundo esse autor, um termo só é pensado, e tem seu significado mais finamente elaborado, a partir do momento em que ganha importância em uma sociedade. Essa importância resulta geralmente de uma circunstância sócio-histórica nova, que traz certos fenômenos os quais uma ressignificação do dito termo busca responder⁶.

4 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ, Estatuto dos Policiais Militares. Lei Nº 5.251, de 31 de julho de 1985. Título II. Cap II. Seção I. Art 33. <http://www.soleis.adv.br/leiestadual5251.85pa.htm>. Acesso em 20/06/2019.

5 KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 141.

6 Acentuo que, no caso do presente trabalho, acredito que ao tratarmos do signo “polícia” e seus derivados sob essa ótica, estes carecem de uma densidade teórica que possibilite pensar em um

Em sua tese, Robert Moses-Pechman abordou a temática policial nesse mesmo sentido, buscando analisar a ideia de policiamento criada a partir da Intendência Geral de Polícia em 1808 por D. João VI. Para isso, ele estudou dicionários entre os séculos XVIII e XX, constatando a relação entre “Polícia” e “boa administração”. Entretanto, Moses-Pechman chamou também atenção ao outro significado atribuído no dicionário da Língua Portuguesa de Almeida e Lacerda de 1868⁷: a derivação do verbo “polir”, daí que polícia também significava “(do latim *politio*, de *polire*, polir, assear, adornar) cultura, polimento, aperfeiçoamento da Nação, introduzir melhoramentos na civilização de uma Nação”. Nessas bases, o autor defendeu que o sentido essencial da criação da Polícia foi o de moldar uma sociedade nova, civilizada ou, melhor dito, o de transformar uma sociedade colonial em uma sociedade de Corte no Rio de Janeiro. À construção da civilidade polida, também foram estabelecidos os seus contrapontos, como o que “vagueia, o vagabundo”⁸.

No único dicionário encontrado no Arquivo Público do Estado do Pará, que remete aproximadamente ao período em questão, os dois verbetes de “Polícia”, o de “Policiar” e o de “Policial” trazem quatro definições bastante abrangentes.

“POLICIA, s. f. (Lat. *Politia*, do Gr. Cidadão, de pólis, cidade), governo e boa administração do estado, da segurança dos cidadãos, da salubridade, subsistência, etc. Hoje entende-se particularmente da limpeza, iluminação, segurança e de tudo que respeita á vigilância sobre vagabundos, mendigos, ladrões, facinorosos, facciosos, etc. *Intendente Geral da Polícia*, que tem a seu cargo vigiar sobre todos esses objectos.

POLICIA, s. f. (do Lat. *Politio*, *onis*, de *pólio*, *ire*, polir, asseiar, adornar), cultura, polimento, aperfeiçoamento da nação. *A* – *no servir iguarias à mesa*; – *no fallar, trajar*, nitidez, asseio, elegância. *Policias*, obras de primoroso labor, peças de ornato, objectos de luxo; – *da Guerra*, ant., artificios bellicos. *Metter em* – *huma nação*, civilisâ-la.

conceito de polícia. Contudo, dado que o fator determinante para a análise de Koselleck seja o processo de atribuição e reatribuição de sentido a um dado termo dentro de uma realidade social, considero que o fato de que o signo em questão ter um espectro mais próximo de uma definição não gera maiores complicações analíticas.

7 PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999, p. 60.

8 Idem, p. 91.

POLICIAL, adj. 2.(dês, ajd, al), concernente á policia ou governo municipal, ou de corporação, grêmio. *Direito* –. *Providencias policiaes*, relativas á segurança, á limpeza, illuminação da cidade, aos mercados, á navegação dos rios, etc.He termo moderno usado nas Leis novíssimas.

POLICIAR, v. a. (*policia*, cultura, *ar* dês. inf.), dar cultura, introduzir melhoramentos na civilização de uma nação, aperfeiçoar as boas artes, e tudo que contribue á felicidade, ao gozo, á instrucção, e á urbanidade e mansuetude do homem social. Os homens civilisãm-se formando sociedades, e estabelecendo leis protectoras do direito de cada cidadão, depois vão se policiando pela cultura das artes e sciencias, e comunicação com gentes mais cultas”⁹

Apesar dessa grande diversidade de significados, todos estão diretamente ligados à “boa administração”. Essa boa administração está articulada a outros significados, como “limpeza”, “iluminação”, “segurança do cidadão”, “aperfeiçoamento da nação”, “dar cultura”, e a própria forma de governança do Estado moderno. A ideia de policiamento expõe seu vínculo forte com a ideia de “civilização”, de moralização da sociedade dentro dos padrões europeus da época, e de “aprimoramento” cultural através de um caminho bem específico e já estabelecido de antemão¹⁰.

Nesse mesmo sentido, Robert D. Storch estudou a polícia e o policiamento na Grã-Bretanha do século XIX. Tema sobre o qual produziu, em língua inglesa, diversos artigos e dois livros. Ao longo dessas obras, ele relaciona direta e intimamente a atividade policial na Inglaterra justamente aos ideais de civilização da Era Vitoriana. Storch associa as reformas sofridas pela polícia inglesa do período com o fortalecimento de uma burocracia burguesa monopolista e pretensamente moderna, e analisa como essas reformas levaram à emergência de uma organização policial igualmente burocrática e inspirada nessa mesma modernidade, fardada e portadora – idealmente – de noções definidoras dos novos ideais de ordem urbana e disciplina social. O autor também

9 Novo Dicionário Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa. Officina Typographica Casimir, Paris. 1856.

10 Sobre as dinâmicas do desenvolvimento de um conceito de Civilização ver: ELIAS, Norbert. A Civilização como Transformação do Comportamento Humano. In: *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 65-213.

trata do choque entre essas pretensões de uma elite, e o cotidiano das classes mais pobres, no qual a figura do policial era presença constante.

O título de um de seus artigos expressa claramente a tese geral que atravessa suas obras: *The Policeman as a Domestic Missionary*¹¹. Nesse sentido, parte imprescindível da atividade policial seria a “domesticação” das classes trabalhadoras. Disciplinar os pobres e adaptá-los a novos padrões de urbanidade, que deveriam reger qualquer cidade que se pretendesse moderna, era o objetivo que permeava todo o trabalho de “boa governança”, retornando aos verbetes, no meio urbano e civilizado. Nas palavras de Storch, “De fato, é proveitoso considerar a polícia do século dezenove em parte como ‘missionários domésticos’ e o policiamento como outro lado da moeda da pregação moral e cultural da classe burguesa”¹².

Em seu artigo voltado para as manifestações de violência na Belém da virada dos séculos XIX para XX, Maria de Nazaré Sarges e Franciane Gama Lacerda identificam justamente essa contraposição. Embora o objetivo do artigo seja o fenômeno da violência nesse período, abordando suas diversas facetas de gênero e classe, o trabalho acompanha e ainda amplia o caráter moralizador das polícias graças à percepção da violência legal, na forma da repressão, tanto quanto a extralegal, na forma da extorsão. Acentuam ainda a mesma função pedagógica e disciplinadora da atividade policial encarnada, no caso, pela Guarda Municipal e o Código de Posturas, que tinha o dever de delinear as balizas de uma sociedade ainda a ser civilizada.

“A sociedade paraense da virada dos séculos denuncia um constante embate entre a ordem e a desordem, a “barbárie” e o civilizado, numa compreensão de que a cultura dominante com o seu componente político impõe um modelo de comportamento que passa a ser referendado por um conjunto de significados concretizados no Código de Posturas de 1900”¹³.

11 Em livre tradução: O Policial como Missionário Doméstico. Sobre o autor ver: STORCH, Robert D. O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 5, nº 8/9, set-1984/abr-1985, p. 7-33; bem como o próprio *The Policeman as a Domestic Missionary: urban discipline and popular culture in northern England, 1850-1880*. *Journal of Social History*. vol. 9. nº 4. 1976, p. 481-502.

12 STORCH, 1984/85. p. 12.

13 LACERDA, Franciane; SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX in: *Projeto História*. São Paulo, nº 38, Jun./2009, p. 170.

Porém, esse “embate civilizatório” da sociedade paraense, é importante salientar, não estava restrito apenas ao espaço urbano. A partir da leitura de um Projeto de lei que ficou conhecido como “de Polícia Rural”, chamamos a atenção para como seu texto não tem a forma de um guia normativo-institucional para a criação de uma organização, diferente dos Regulamentos das forças públicas, policiais e militares; mas, sim, de uma proposta de ordenamento do trabalho e da propriedade agropecuários, independente da criação ou não de uma força policial responsável por fiscalizá-la. Dessa forma, como compreender esse Projeto, considerando que seus artigos versam especificamente sobre a ordenação da criação de gado, ignorando quase tudo mais da produção rural?

O título já excluiu quaisquer outras atividades ao ler-se que “(...) na inspeção da **polícia das fazendas de criação de gado** seja observado o seguinte: (...)”. Em seu capítulo inicial, sugestivamente chamado “Da Polícia Rural”, o Artigo primeiro estabelecia a vigilância sobre as “fazendas de criação de gado” como princípio de existência dessa legislação, seja ela ficando sob responsabilidade de uma polícia rural, de qualquer outra polícia, ou mesmo diretamente da intendência municipal¹⁴.

Dos 61 Artigos dispersos em sete Capítulos, apenas os 10 primeiros se destinam a organizar uma comissão municipal responsável pelos assuntos de natureza de “polícia rural”. Desses, menos de cinco versam sobre a possibilidade de criar uma força de policiamento rural propriamente dita. O restante trata de uma série de medidas regulamentares, que vão no sentido de disciplinar a produção: o registro de marca, sinais, carimbos e divisas para a identificação de propriedade do gado; a exigência da presença de autoridade de polícia para a marcação do gado a fim evitar a dupla marcação dos animais; a consulta às fazendas vizinhas para evitar marcação duplicada e a demarcação da propriedade rural¹⁵. A marcação do gado se tornaria mais importante quando contrastada com o fato de que o Marajó, enquanto a região com maior

14 Não tendo encontrado a redação do projeto no Fundo do setor Legislativo, tive acesso à sua cópia publicada pelo jornal A República em 1891, nas edições dos dias 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21 e 22 de Janeiro. Todas na hemeroteca digital disponível no site da Biblioteca Nacional. (grifos meus).

15 As **marcas** feitas à ferro quente e os **sinais** cortados ou perfurados nas orelhas do gado eram restritos à um registro por proprietário, de modo a indicar a propriedade do animal. O **carimbo**, também restrito a um por proprietário, tratava-se de outra marca feita à fogo e deveria indicar a transmissão do direito de propriedade, registrando na pele do animal a transação comercial; enquanto as **divisas** eram marcas de fogo que deveriam ser igualmente registradas, mas seu

produção de carne bovina, não possuía o maior número de fazendas, e mantinha a herança colonial de concentrar diversas delas nas mãos dos mesmos proprietários¹⁶.

Em suma, é necessário manter em mente que “policar”, no contexto do século XIX, era um termo guarda-chuva com um arcaísmo de sentidos, que abarcava simplesmente tudo que dissesse respeito à manutenção e reprodução do Estado enquanto agente civilizador, seja a nível político, prático, técnico, infraestrutural e ideológico. Como um dos resultados que conseguimos perceber, temos toda sorte de que as responsabilidades estavam sendo atribuídas a um número restrito de organizações, as quais ainda não apresentavam um campo de atuação muito bem delineado, mas que eram sempre norteadas por uma pretensão civilizadora que se expressava em práticas consideradas “de polícia” – práticas essas que têm como pressuposto da sua existência o seu próprio produto, a dizer, um espaço público administrado pelo estado liberal burguês.

Policando a Província

O caso do Corpo de Polícia paraense parece particularmente útil, no sentido de se apresentar como uma via de acesso para a complexidade e as dinâmicas do policiamento do período. Essa força sofreu constantes críticas na cidade de Belém, por causa da presença do contingente no interior da Província. Gama e Abreu, Presidente da Província em 1881, atenta para a situação crítica de restarem menos de uma dezena de policiais para o policiamento de uma capital que contabilizava entre 50 e 70 mil habitantes distribuídos em quatro – dentro em pouco cinco – distritos, o que levou à contratação da companhia de adidos¹⁷. Mesmo com a força quase completa da guarda urbana, a presidência da província costumava recorrer às unidades do Exército estacionadas no Pará para compor o policiamento da capital, muito embora nenhuma das duas, o 11º Batalhão de Infantaria e o 4º Batalhão de Artilharia a Pé, estivessem com

número poderia ser igual a número de “fazendas e retiros” que o proprietário possuísse, servindo para identificar o sítio de procedência.

16 HERBERT, Fabrício. No País das Carnes Verdes: abastecimento, importação e os discursos de “declínio” da indústria pastoral marajoara no limiar do século XX in *Revista Estudos Amazônicos*. vol. VI. nº 1. (2011), p. 206.

17 1880. Relatório apresentado pelo Ex. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu.

seu efetivo completo. Na verdade, além de distribuídos pelas colônias militares do Araguaia e de Pedro II, no chamado sertão da região da costa ocidental, esses dois batalhões ainda forneciam homens para guarnecer os resquícios da estratégia colonial de controle da Amazônia, o Forte da Barra¹⁸, em uma ilha de frente para a capital, o Forte da cidade de Óbidos, e a Fortaleza de Macapá, que era usada também como cadeia. Por consequência, entre 1880-1881, o número de soldados considerados “promptos” – aptos à prestação de serviço – era de 67 no batalhão de Artilharia e apenas 41 no de infantaria. Subtraindo desse os considerados necessários para manter o quartel, esses eram os praças com os quais o policiamento da capital poderia contar¹⁹.

“É notório e reconhecido, além de apregoado por todos os órgãos da imprensa diária, que a polícia da capital é mal feita [...]. A reorganização do corpo é indispensável, e é preciso convencer-vos de que a polícia feita com 123 praças indisciplinadas e ignorantes, em uma cidade de tanta área e de cerca de 50 mil habitantes é irrisória e impossível”²⁰.

Disso, parece resultar uma dinâmica interessante, em que a diversidade de organizações que eram consideradas como passíveis de serem usadas como polícia, aliadas ao pequeno pessoal disponível em todas elas, fez com que as necessidades imediatas ditassem permutas que tentavam compensar as carências mútuas. O Corpo de Polícia, com reduzida presença na capital em 1882, guarnecia a alfândega, de modo a liberar o contingente de linha que tinha essa função, para o policiamento. Essa rotatividade da prestação de serviço pelas forças explica como foi sustentável a escassez de policiais na capital por tanto tempo que, em 1886, o corpo de polícia permanece com apenas 33 praças prontos na capital; além de indicar no sentido de que, no período imperial, o policiamento não era – e nem se pretendia que fosse – um monopólio dos

18 A construção do período colonial passou por diversas reformas e foi palco para acontecimentos únicos da história paraense. Na década de 1940, sendo usada como depósito de material inflamável, um curto circuito teria levado à explosão que destruiu a instalação. BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958. 368p. A imagem foi extraída de MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão Pará: fundação e história*. Belém: Ed. Globo, 1976, p. 385.

19 1882. Relatório do Ex. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. p. 29-31 & 1881. Relatório apresentado pelo Ex. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. p. 85-86.

20 1880 – Relatório apresentado pelo Ex. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. p. 44-45

Corpos de Polícia, mas estes deveriam compor um sistema que incluía outros agentes. Ainda assim, ao acompanharmos o contingente ao longo da década de 1880, é notável um incremento relativamente constante no número de policiais, ou ao menos um esforço nesse sentido. Diante disso, aparece a questão de como a capital permanece carente de policiais?²¹

Gama e Abreu continuou insistindo, ao longo da primeira metade dessa década, que o número de policiais era insuficiente para qualquer âmbito do serviço. O Presidente de província, que não nutria afetos pelos “urbanos”, quando finalmente foi atendido em seu anseio de extingui-los, alegou que era impossível simplesmente acabar com essa guarda, devido ao número insuficiente de policiais que o próprio serviço da Guarda Urbana causava, ao atrair para si os poucos indivíduos dispostos a servir²². A solução era a retirada do pessoal estacionado pelo interior, de modo a tornar possível o policiamento da capital. Um problema que é sintomático de uma organização dispersa e “interiorizada” das polícias da época.

Particularmente entre os anos de 1880 e 1881, pudemos identificar uma grande dispersão das forças policiais pela província, com um grande número de pequenos destacamentos, distendendo ao máximo a sua presença pela Província²³. Comparativamente, esses dois anos demonstraram uma considerável redução do tamanho de todos os destacamentos, porém, um aumento em sua quantidade. Apesar da redução do total de policiais fora da capital, a área de presença especificamente do Corpo de Polícia ao longo do Pará cresceu nesses anos. Infelizmente, a presença de mapas de interiorização para os anos posteriores torna-se bastante incomum, o que dificulta a argumentação sobre uma grande dispersão dos destacamentos de polícia e sobre uma importante porcentagem do contingente interiorizado. Apenas o cruzamento de informações permite saber que, das 239 praças de polícia no ano de 1884, 204 delas estão distribuídas pelo interior.

21 Dados extraídos dos Relatórios dos Presidentes de Província do período em questão. A diferença entre Efetivo e Completo representa a margem entre o número real de soldados e o número de vagas abertas para o corpo de polícia.

22 1884 Falla do General Barão de Maracajú. p. 41-42; 1885 Falla. p. 17-20 & 1886. Falla do Ex. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe. p. 17-18.

23 Ver Tabela 7 – Praças Distribuídas pelo Interior da Província em 1880-1881 em: VILHENA, A. *Agentes da Ordem e da Desordem: polícia, política e sociedade no Pará de 1879 a 1904*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Belém, 2014. p. 61,62.

Essa predominância do pessoal no interior do Pará, à revelia das reivindicações de policiamento da capital por parte das autoridades belenenses e dos Presidentes de Província, permaneceu até o ano de 1886. Nesse ano, Tristão de Araripe, então em sua segunda administração, conseguiu aprovar sua proposta do ano anterior, assim como os anseios de seus nove antecessores, e extinguiu a Guarda Urbana. Essa extinção, contudo, não foi definitiva. Guardas Urbanas e Guardas Locais continuaram sendo criadas e extintas ao longo das três décadas seguintes. Contudo, a incorporação dos urbanos ao Corpo de Polícia nesse ano representou um marco particular, no sentido de iniciar um processo de fagocitose das outras forças de polícia, o que teve um reflexo muito importante para a acentuação da militarização da força policial, assim como para o protagonismo político que a polícia paraense apresentou durante a Primeira República²⁴.

Sociedade e (in)disciplina

As forças policiais paraenses, ao longo da década de 1880, particularmente o Corpo de Polícia, acompanharam uma interessante dicotomia. Por um lado, essas forças que representavam um conjunto de ideias liberais e cosmopolitas consideradas eminentemente urbanas, como a liberdade individual, a representação do Estado, a autoridade e a presença de uma administração burocratizada que buscava se desdobrar em um espaço público. Por outro lado, essas organizações tinham uma maior presença e uma parte considerável de sua aplicação ao longo dos interiores. Isso se traduziu comumente em práticas de exercício do poder desse Estado de direito através de bases, elas próprias, autoritárias; e, por vezes, as levou a negociar ou adotar as mesmas estratégias de poder locais que ela pretendia desarticular, utilizando a força para fazer valer a sua autoridade.

Aqui um ponto a se problematizar, resguardando-se do possível anacronismo, fica latente nessa dinâmica de destacamentos e diligências que a ação do

24 Sobre a militarização da polícia paraense na Primeira República ver: VILHENA, Anderson Alexandre Cruz; FARIAS, William Gaia. A Instituição Policial Militar na Transição Republicana Paraense (1886-1897) in: SOUZA; FARIAS (orgs.). *Militares, Poder e Sociedade na Amazônia*. Belém: Açaí. 2016. Sobre o protagonismo político da polícia militar paraense, ver: SILVA, Raimundo Nonato da. *Um Intrépido Paraense: Veiga Cabral nos jogos políticos do Pará (1884-1905)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2015; FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886/1897)*. Belém: Açaí, 2017.

Corpo de Polícia tinha lugar mais usualmente em um momento “pós-crime”. Inversamente à concepção moderna de policiamento, para esse período, podemos considerar que existia, sim, a concepção de que a presença da autoridade policial inibiria a criminalidade no lugar em questão, mas não em uma noção mais próxima do dito “policiamento ostensivo”, em que a visibilidade do policial é preponderante para a segurança. Em verdade, mais do que coibir por sua presença o crime, as patrulhas em Belém, e nos poucos outros lugares onde se encontram, têm o objetivo geral de atender com maior presteza às ocorrências, de estar mais próxima do ponto de ação, controlando estrategicamente o território através de sua ação mais que de sua mera presença.

Se Michel Foucault encontra na transição para o século XVIII a estruturação de uma sociedade disciplinar, regulando os mínimos aspectos do corpo social e estruturando seu poder invisível sobre a visibilidade de sua presença, ainda na virada do século XIX para o XX no Pará, o poder do Estado continuava muito longe de suas bases panópticas. Baseando-se no modelo de penitenciária do filósofo Jeremy Bentham, o panóptico é uma penitenciária circular cuja administração instalada no centro do círculo teria visão total dos prisioneiros em suas celas. Esses encarcerados, porém, não veriam nada além da torre vigilante, ao mesmo tempo presença constante e inexistente – as janelas seriam escurecidas para permitir apenas a noção de movimento interno, tornando impossível definir se havia ou não alguém vigiando²⁵.

Foucault considera que instalado esse sistema de poder punitivo, aquilo que chama de sociedade disciplinar teria sua base nesse poder panóptico, com o poder do Estado abrangendo o todo da sociedade que não mais conheceria refúgio, poder da autoridade que se imporia não pela sua ação autoritária, mas pela sua presença infinita e indefinível. A pretensão e efeito mais importante seriam:

“[...] induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontinuada em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar

25 Terceira Parte: “Disciplina”, capítulo III: O Panoptismo, in FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 39ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2001. p. 186-214.

e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce: em fim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores”²⁶.

Mas, confrontando o mecanismo perverso dessa arquitetura teórica do poder com a realidade social amazônica, a percepção foucaultiana da instalação dessa burocracia estatal absoluta, essa concepção de que, em um universo ideal, a malha da segurança policiada se estenderia por todo lugar, parece ser tão claramente uma impossibilidade que nem sequer é cogitada pelas autoridades do período. Temos mesmo exemplos de quão conflituosa era a aplicação dessa nova rigidez disciplinar à sociedade paraense do período. A própria rede de dispositivos policiais não se delineia bem, formada pela base militar do Corpo de Polícia, as diversas formas de guardas locais e/ou urbanas, as unidades de bombeiros quando existiam, o seguimento investigativo e civil da Chefatura de Polícia – subordinada ao poder judiciário, mas administrada pelo executivo –, as forças da Guarda Nacional como parte do aparato policial judiciário, toda essa miríade de organizações trabalhando de forma mais ou menos autônoma, e com dinâmicas particulares, dirigidas ao esforço polissêmico de policiar a sociedade paraense.

O número diminuto de soldados do Corpo de Polícia, por exemplo, era acompanhado por um ainda menor de oficiais pelo interior. Eram eles um total de 6 em 1880 e, no ano seguinte, apenas o destacamento da cidade de Cameté tinha um oficial comandando. Invariavelmente, os membros das guarnições eram considerados policiais subordinados à autoridade dos delegados ou subdelegados para todos os assuntos e necessidades. O serviço desses delegados era sem remuneração. Como o nome sugere, escolhidos por nomeação. Esses cargos eram antes zona de influência e ferramenta de autoridade das elites locais, mas, na última década do Império, o centralismo político levou a burocracia imperial a tomar esse poder para si, passando ao Chefe de Polícia a autonomia de nomeá-los²⁷.

26 FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 39ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. p. 191.

27 Para uma análise sobre a formação e atuação da elite política imperial ver CARVALHO. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª Ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

Isso permitiu um fenômeno interessante e que aparenta contribuir ainda mais para a indistinção e falta de contornos objetivos da organização das polícias. Os oficiais militares, que estavam em sua maioria concentrados na cidade de Belém compondo a administração do Corpo de Polícia, aparecem regularmente afastados de seus postos dentro do Corpo e designados interina e efetivamente para delegacias e subdelegacias pelo interior.

É nesse sentido que, no relatório do major Antonio O' de Almeida, comandante interino do Corpo, embora tenha listado somente um oficial destacado pelo Corpo para administrar uma unidade de Polícia no interior da Província – o comando do destacamento de Cameté –, também informou que o seu secretário interino, tenente-ajudante Fidelis Satyro de Matos Leite, era então delegado do município de Cachoeira. Notificou também que o alferes secretário Thomaz Pinheiro Nunes, delegado de Cintra, havia sido exonerado e nomeado subdelegado de Cairary; mesmo caso do alferes José Cordeiro do Amaral, que saiu da subdelegacia de Ourém para ocupar o mesmo cargo na vila de Itaituba; além, ainda, da partida do tenente José Joaquim Cordeiro para assumir a delegacia de Santarém, e do alferes Salustiano Heleodoro da Silva, novo subdelegado de Ourém²⁸. A ausência de relatórios detalhados nos levou diretamente ao ano de 1886, em que se encontravam os alferes Manoel Vicente Rodrigues Jardim como delegado de Óbidos e João Botelho de Moura Palha foi para Ourém²⁹.

Temos aqui o que aparenta ser um padrão de presença de oficiais do Corpo de Polícia exercendo as funções de outra categoria policial, e ainda que a constância e a quantidade de relatórios dos quais a nossa pesquisa teve acesso seja pequeno, as ocorrências casuais de oficiais como delegados ou subdelegados têm prosseguimento. Uma em especial parece particularmente elucidativa. Em 1882, o juiz municipal de Cameté concedeu a Manoel Antonio Rodrigues Tavares um mandado de embargo e despejo contra alguns moradores de terras na região do rio Guajará que haviam ocupado esses territórios, de propriedade do dito Manoel Antonio, a mando de um Frederico César Pinho. Para o intento, conseguiram o auxílio “de força” do subdelegado de São Sebastião da

28 1881. Relatório apresentado pelo Ex. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Anexos. p. 67-68.

29 1886. Falla. p. 39.

Boa Vista, Bernardo Gomes Monteiro, que reuniu pessoal e foi acompanhar pessoalmente a execução da ordem judicial.

No lugar em questão, chamado de Porto Alegre, Bernardo Gomes prendeu cinco moradores sob a acusação de terem resistido ao mandado judicial. Já de partida dentro das canoas que usavam como transporte, a embarcação na qual viajava o requerente e pretense dono das terras, Manoel Tavares, foi alvo de tiros que vinham da margem e atingiram a ele e a mais uma pessoa. Resgatados pelo subdelegado, a diligência foi interceptada por um escravo de propriedade de Frederico César Pinho, em uma canoa de mesmo dono, tripulada por outras pessoas, que iniciaram um tiroteio, do qual saíram feridos o subdelegado e mais três pessoas, e um número desconhecido de locais que acompanhavam o escravo.

À parte das implicações legais do ocorrido e do desenrolar jurídico do processo, especialmente interessantes são a justificativa e a solução propostas pelo vice-presidente de província Rodrigues Chaves:

“E’ natural mente acreditavel que **homens pobres e pacificos**, como sao sempre os nossos agricultores, quando vissem presos seus filhos ou parentes, recorressem antes ao empenho, ou mesmo aos meios legaes, para conseguir a sua soltura e nao se arriscassem a essa façanha, aggravando mais a sua sorte. [...] De accordo com o Dr. Chefe de Policia demitti o 3º supplente do subdelegado que interveio nessa questao, **puramente civil**, e nomeei subdelegado effectivo o tenente do corpo de policia, Salustiano Heleodoro da Silva”³⁰.

Considerar os agricultores paraenses, e a sociedade amazônica em geral, como um povo pacífico e afeito à ordem, é um jargão das autoridades provinciais que se articula com o discurso de valorização da província, assim como com a pretensão civilizatória de uma sociedade ordeira e pacífica por essência. Entretanto, chega a ser cômico quando visto a partir do quadro caótico de segurança que se pinta, além de em outras situações que opuseram historicamente a sociedade civil paraense e os representantes de autoridades da burocracia imperial, e mais tarde da administração pública do Pará republicano. Esse mesmo é um desses casos, já que dificilmente esses grupos armados,

30 1882. Relatório (Rodrigues Chaves) p. 09-10. Grifos meus.

montados de ocasião, eram mais que pequenos produtores levados a defender seus próprios interesses ainda que esses estivessem, e usualmente estavam, articulados com os das elites locais.

Porém, chamamos também a atenção para as próprias ações-eventos imediatamente posteriores ao incidente. Como medida imediata para o caso, um agente “puramente civil” parece ser considerado inadequado para lidar com a situação. Muito embora estabelecer ou impor a autoridade pareça ter sido um pressuposto do cargo, tanto quanto a capacidade de mobilizar a “força de armas” que fosse necessária para a situação. Em qualquer desses quesitos, o subdelegado em questão parece ter faltado. Subtende-se do contexto que, diante de uma situação em que os homens armados precisassem ser efetivamente utilizados em sua função prática, e não somente organizados como fator de dissuasão, a competência em questão saía da esfera do “puramente civil”. Isso ao ponto de desqualificar para o serviço autoridades supostamente iguais, afinal, o agora tenente Salustiano não teria o estatuto diferente de qualquer outro subdelegado militar ou civil enquanto estivesse no cargo.

Entretanto, precisamos considerar que, como já pode ser percebido desde o caso que acaba de ser tratado, se o uso oficial da força era ainda considerado menos um monopólio e mais uma competência das organizações militarizadas, isso não significa que essa autoridade, pela *ação* do poder, não se dava sem resistências.

Em agosto de 1884, o Chefe de Polícia pessoalmente viajou até a cidade de Santarém. Espalhou-se pela capital a notícia de que, estando preso um capitão Américo de Oliveira Lima, de força não especificada na documentação³¹, o juiz municipal entrou em conflito com o subdelegado de polícia e comandante do destacamento local, o alferes Antônio José de Carvalho, por se recusar a permitir o envio do prisioneiro à capital. Ao que tudo indica, pairava uma suspeita de conivência entre o capitão e o alferes, de modo que chegou a ser noticiada a fuga de ambos juntos no caminho para Belém, inclusa no processo a morte de um praça de seu destacamento por outro praça que acompanhou Antonio e Américo na fuga.

31 Outro agravante e um ponto interessante é a usual inexistência da especificação da força à qual um oficial pertence. Tratado geralmente por seu posto, parece ser irrelevante a sua proveniência – o que dificulta bastante a pesquisa e o acompanhamento desses indivíduos e suas dinâmicas de ação e promoção – à exceção da documentação militar que costuma ser bastante criteriosa na identificação de militares em geral.

Segundo testemunhou o chefe de polícia ao retornar, na verdade todo o procedimento correu sem alterações, com o prisioneiro preso no quartel da polícia e o suposto assassinato tratando-se de um ferimento resultante de uma briga entre dois praças do exército, que teve lugar no mesmo vapor, por conta de uma mulher. Contudo, ele acentua a conveniência de Antonio José de Carvalho retornar imediatamente a Santarém para ocupar novamente a delegacia e o comando de seu destacamento³².

A preocupação do chefe de polícia com o retorno do alferes, assim como a relativa normalidade com a qual a notícia é tratada, parece indicar que se a notícia do assassinato e as fugas não eram verdadeiras e a conivência com o prisioneiro não se materializou, talvez o boato em questão estivesse sendo criado sobre uma narrativa possível, seja nesse conflito especificamente, seja em outras situações e localidades similares. Diante de uma autoridade policial idealmente representante do poder estatal e do espaço público em desenvolvimento, mas que necessita lidar com uma autoridade de ordem distinta e situada na esfera de poder local, como o juiz municipal, não seria de se estranhar os constantes choques de interesses e as disputas de força.

Não são poucos exemplos de que a resistência tanto à autoridade quanto à prática do poder de polícia se manifestava na sociedade paraense, de alto a baixo, da capital às povoações mais remotas, inclusive com direito a algumas cenas quixotescas. Como o caso do soldado de polícia Luis Rabelo de Araujo, que, encontrando um grupo de catraieiros no largo das Mercês em meio a uma “algazarra”, tentou fazê-los dispersar e acabou espancado³³. Dois meses depois, o guarda João Baptista Pinheiro, de patrulha no porto do Sal, retornou gravemente ferido por um cidadão não identificado que brigava com um terceiro e, no ato de ser preso, resistiu e o atacou³⁴.

O subdelegado de Benevides viu-se sitiado, após ter detido uma escrava de nome Severa, em agosto de 1884. Mais de quarenta quilombolas invadiram a cadeia armados de cacetes e libertaram a escrava, deixando dois praças do destacamento feridos³⁵. No mês seguinte, na vila de Marapanim, um grupo de “desordeiros” liderados por José Joaquim de Castro, dos quais outros sete

32 1884. Falla do General Barão de Maracajú, p. 38-39.

33 1882. Relatório do Ex. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. p. 21.

34 1882. Relatório do Ex. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho. p. 21.

35 1884. Falla. p. 9.

foram identificados, espancaram dois praças do destacamento local, levando ambos a serem remetidos à capital em estado grave³⁶. No mesmo mês, na capital, a patrulha do largo do Rosário havia detido dois indivíduos acusados de desordem, quando foi interceptada por um grupo que a atacou para dar fuga aos dois. O saldo foi a fuga de ambos, um guarda ferido e um membro do grupo preso³⁷.

Nesse mesmo semestre, na fazenda São Domingos, em Igarapé-mirí, aconteceu um conflito de medias proporções entre uma dezena de quilombolas que, supostamente, planejava levantar a escravaria dessa fazenda, e o administrador da mesma, Maximiano Antonio Rosa. Após troca de tiros, da qual saíram feridos tanto o administrador quanto o escravo que era seu alvo, foram enviados para pacificar a situação o Chefe de Polícia, seu amanuense e mais o alferes Firmino Ponciano dos Santos, comandando um destacamento de dez praças.³⁸ Esta força foi enviada para apaziguar a situação em uma região cercada pelos quilombos de Itapocú, Bacabal, João Igarapé, Tabatinga e Cupijás, que, segundo o interrogatório feito ao escravo ferido, compreendia mais de quinhentas pessoas e comunicava-se com as casas comerciais de Oeiras, Tabatinga e Cupijás, através das quais se integravam ao comércio regional. É desnecessário dizer que as medidas sobre o ocorrido parecem ter ido pouco mais longe que os corpos de delito devidos e o alerta para a insegurança da região.

Diante do tamanho da empreitada posta às polícias no Pará, colocavam-se tanto limitações inerentes ao tempo histórico e ao nível tecnológico quanto de ordem político-econômica também. Nesse cenário, não havia possibilidades materiais de exercer a autoridade policial se não através da negociação. Contudo, após a instauração do regime republicano, a fina administração do agora Estado do Pará, e com ela a atuação policial, deixa de ser da alçada federal; tendo passado para o âmbito estritamente estadual, os relatórios dos governadores limitam-se a atualizar o nível de “ordem pública” dentro do Pará, bem como em firmar o posicionamento estadual diante das crises intestinas que grassam ao longo da primeira década de república. Portanto, o registro das atividades policiais que antes estavam neles deixa de ser uma preocupação.

36 1884. Falla. p. 9

37 1884. Falla. p. 10

38 1884. Falla do General Barão de Maracajú, p. 35-38.

Conclusão

Por fim, este trabalho pretendeu apontar que a institucionalização e a atuação das diversas organizações utilizadas como policiais se articulam a um sistema complexo, que podemos considerar como “de polícia”, *lato senso*, e à estrutura política e econômica do Pará nas últimas décadas do Império e primeiras da República. A compreensão da polícia em sua temporalidade, ou seja, pressupondo que as organizações policiais paraenses ao longo do tempo **não** são a atual Polícia Militar – independente das continuidades que possa conter –, e em sua complexidade, a dizer, pela percepção de que o próprio exercício do policiamento, que são componentes da complexidade da sociedade paraense, são os dois eixos analíticos desse trabalho. E, nesse mesmo sentido, a historicidade do policiamento contribui para a percepção de um processo de (re)organização social elaborado e teoricamente orientado, no qual a atividade policial era parte inerente, e do qual as organizações policiais não podem ser separadas.

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO POLICIAMENTO MILITARIZADO NO PARÁ: (RE)ORGANIZAÇÃO, DESAFIOS E PROFISSIONALIZAÇÃO (1875-1900)

Diego Nazareno de Jesus Santos Filgueiras¹

Introdução

O braço armado do estado hoje, força com equivalência institucional às várias organizações policiais que se sucederam ao longo do século XIX na província paraense, elegeu como mito de fundação o Corpo de Polícia criado em 1818, pelo então governador e capitão general do Pará, Conde de Vila-Flor². Dois anos depois, uma tropa desagregada das forças de linha composta de 92 praças foi destacada para o policiamento da capital da província, sob o comando do Marechal de Campo Manoel Marques³.

-
- 1 Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Membro do GP de Pesquisas Militares, Políticas e Fronteiras na Amazônia. Email: diego.jnsf@gmail.com
 - 2 FARIAS, William Gaia. **Do Corpo de Polícia ao Regimento Militar: reorganização, condições materiais e conteúdos simbólicos – dos anos finais do Império a Guerra dos Canudos**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 6, n.1, p. 207-234, jan.-jun., 2013.
 - 3 MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. **Histórico da Polícia Militar do Pará: desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. p. 43

Seguindo essa linha, diversas corporações se revezaram na atuação do policiamento provincial ao longo do século XIX no Pará.

O apelo às origens se faz necessário apenas para indicar que, ao longo do século XIX, o contraste entre o rural e o urbano presentes na sociedade brasileira explica a ocorrência dos diversos matizes policiais fundados e refundados nesse período, com base em um esquema de mediação entre influências externas de modelos de policiamento e as peculiaridades do vasto estado imperial brasileiro, ora urbano ora rural.

No que tange à atuação, essas diversas corporações policiais que atuaram ao longo do século XIX tinham suas atribuições adequadas às realidades econômicas do estado imperial brasileiro, nesse período ainda majoritariamente rural. Assim, como atribuições, se destacavam o controle da população escrava, a captura de negros fugidos, além da manutenção da ordem. Nesse serviço, podiam atuar de forma simultânea diversas milícias, como a Guarda Nacional, as forças de linha, e milícias locais, como o corpo de caçadores de polícia, e a polícia local:

Existiam na província vários quilombos, onde viviam, além de escravos fugidos, desertores, criminosos e malfeitores de toda espécie. O delegado suplente em exercício, sabendo da existência de um grande mocambo, nas cabeceiras do rio Mocajuba, foi pessoalmente, atacá-lo, com uma escolta do Corpo de Caçadores de Polícia[...] devido porém as dificuldades decorrentes a época das chuvas, e como não havia embarcação apropriada para ali navegar, foram apenas capturados 17 escravos, pois os demais fugiram internando-se pelo igapó⁴.

Entre 1850 e 1865, dezenas de mocambos foram desbaratados pelo Corpo de Caçadores de Polícia, e grande número de cativos retornou aos seus proprietários – em uma clara evidência da forte influência das elites locais sobre as corporações policiais nesse período. Nesse contexto, ainda majoritariamente rural, de economia escravista, manter a ordem estava diretamente relacionada ao serviço de captura de escravos fugidos e desarticulação de quilombos. Mas, à medida que avançamos em direção à segunda metade do século

4 REGO, Orlando L. M. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830)**. IHGB. Belém, 1981. p. 26

XIX, mais especificamente a partir da década de 1870, esse cenário começa a oferecer alguma mudança.

Polícia Local, Corpo de Polícia e Guarda Urbana: a busca por um modelo de policiamento

De maneira geral, esse processo de modernização visava passar o exercício de poder local das hierarquias privadas para o controle do estado através do fortalecimento das instituições⁵. Nas corporações policiais, essas tendências se materializavam no avanço da burocratização – expressa pela tendência da administração centralizada e ampliação de leis e regulamentos – e da profissionalização – expressa pela tendência a militarização, e pela racionalização das atividades de policiamentos⁶ e a adoção da matriz militar⁷.

Em certo sentido, são essas premissas que nortearam a reorganização do Corpo de Polícia paraense em 1864, quando Couto de Magalhães, então presidente da província, adota a matriz orgânica das forças de linha⁸ na polícia da província:

parecendo-me que um oficial de linha podia preencher melhor do que um paisano as funções inerentes a esse logar, nomeei para substituí-lo o tenente Joaquim Cavalcante d'Albuquerque Bello. Parecendo-me igualmente, sem um oficial de linha que exercesse as funções de major o corpo não poderia chegar a regular disciplina á que convém, nomeei para fiscal o alferes Antônio Nicolau Monteiro Baena. Convém que o logar de commandante

5 FARIA, Fábio Mendes. **Encargos, Privilégios e Direitos: o recrutamento militar no Brasil nos sec. XVIII e XIX** IN: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Ed.FGV. 2004.

6 ROSEMBERG, André. **Polícia, Policiamento e o Policial na Cidade de São Paulo no Final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura**. Tese de Doutorado em História social. USP, 2008.

7 HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**/Thomas H. Holloway; tradução de Francisco de Castro Azevedo. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

8 A expressão Matriz orgânica das forças de linha, nesse trabalho, faz referência à disposição orgânica das patentes militares do Exército que vigoraram com a reforma do Conde de Lippe ainda no período colonial, continuada no Império, e adotada mais tarde pelos corpos de polícia provinciais. Cf. NOGUEIRA, Shirley M. **Esses Miseráveis Delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista**. IN: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2004.

do corpo seja elevado à categoria de tenente-coronel, e que o fiscal tenha o posto de major. Há certas cousas, das quaes umas pedem indeclinavelmente outras. Ou se dar-lhe uma organização como de qualquer copo de linha; sem isso nada temos feito. O soldado, não possuindo esta virtude, a que as velhas leis portuguesas chamam – garbo militar – não é soldado, é um inimigo que a sociedade tem. Ou tende, portanto, um corpo com todas as condições de boa disciplina e boa ordem, ou acabou de todo com ele; medida de que eu lançarei mão, por certo, se porventura vir, que as cousas não marcham conforme a boa ordem⁹.

Quando voltarmos nosso olhar para a atuação da Força Pública¹⁰ na província do Pará, no contexto das décadas de 1860 e 1870, identificamos a atuação simultânea da Guarda Nacional¹¹, do Exército de linha, e do Corpo de Polícia no serviço de policiamento. A Guarda Nacional, por sua vez, estava organizada em nível provincial, com atuação municipal. Era responsável pelo maior efetivo, e também tinha ao seu turno a responsabilidade do policiamento¹².

Ao Corpo de Polícia se reservava um menor efetivo, sobre o qual também pesava a responsabilidade de policiamento da província, além da atuar como força auxiliar na constituição da força pública. É exemplar nesse sentido o fato de, em 1864, a Guarda Nacional apresentar um efetivo provincial próximo a 30 mil homens, espalhados pelos termos, comarcas, e municípios mais remotos, enquanto o corpo de polícia apresentava um efetivo de aproximadamente 130

9 Dr. Couto de Magalhães, presidente do Pará, 1864. Relatório dos negócios da província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às bahias do rio Anapú, pelo secretário da província, Domingo Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaya, pelo capitão-tenente da armada, Francisco Parahybuna dos Reis. p. 26-27. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/527/000028.html>>

10 Termo que aparece nos relatórios provinciais, utilizado para designar o serviço de homens em armas a da administração provincial do Pará.

11 Cf. NUNES, Herlon Ricardo Seixas. **A Guarda Nacional na Província Paraense: representações de uma milícia para-militar (1831 / 1840)**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia universidade Católica de São Paulo PUC / SP. Março de 2005.

12 Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo exm.osenr. presidente da província, dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/525/000075.html>>

homens, em uma clara evidência de quem exercia de fato o serviço de policiamento e manutenção da ordem da província paraense¹³.

É justamente esse conflito de atribuições, forma de atuação e subordinação que tendem a ser superados ao longo da segunda metade do século XIX na atividade de policiamento, dando lugar a organizações policiais mais centralizadas, profissionalizadas e impessoais. É exemplar nesse sentido a crescente profissionalização do corpo de polícia paraense, pautada na adoção dos modelos de organização e disciplina das forças de linha, no aumento regular de seu efetivo, e no papel de protagonismo que a instituição vai assumindo, conforme a Guarda Nacional vai sendo desarticulada.

À medida que diversas transformações políticas e econômicas iam alterando a paisagem social brasileira, como as leis abolicionistas, o desenvolvimento da atividade fabril e o crescimento urbano, um novo contexto social ia se estabelecendo, e exigia uma adequação das corporações policiais, tanto em organização quanto em atuação.

O Brasil estava inserido nesse cenário de transformações econômicas, na medida em que produtos, como o café e borracha, passaram a serem consumidos em escala global, trazendo como consequência uma série de transformações em seus principais centros exportadores, e a necessidade de se controlar uma massa de imigrantes, libertos, e brancos pobres, que iam se conformando nas cidades em busca de ocupação¹⁴.

Nesse contexto, a polícia ia se estabelecendo como o braço do estado no controle desse novo contexto social que se estabelecia. Ao mesmo tempo, tinha como desafio apresentar-se organizada como instituição moderna, expressão do projeto liberal de estado que ia se estabelecendo, e que, na prática, implicava em consolidação do poder público, através da ampliação da burocracia estatal outrora limitada, e da contenção das táticas tradicionais de poder¹⁵.

13 Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da província, doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1.o de novembro de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863. p 86-87. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/526/000083.html>>

14 MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A Civilização do Delegado: Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930**. Tese (doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

15 ROSEMBERG. *Op. Cit.* p. 34-35

De forma prática, essa nova ordem social regida por princípios liberais se materializara com o advento de diversas políticas, como a lei de ventre livre de 1871; lei dos pesos e medidas, de 1872; reforma na lei do recrutamento, em 1874; desmobilização da guarda nacional em 1873; a lei de prestação de serviços, de 1879; a reforma policial em 1871; a reforma eleitoral em 1881¹⁶. Esse conjunto de reformas visava ampliar a burocracia estatal, e buscava adotar instrumentos impessoais e isonômicos de controle e mediação, ante as dinâmicas tradicionais.

Diante desse novo cenário de transformações e busca por reformas, a exigência de adequações na forma de policiar colocava em xeque o modelo de organização policial que melhor expressava a limitação administrativa do estado imperial, as liturgias, e o exercício de poder das hierarquias privadas: a polícia local. Organizada em nível local, representante de um contexto cuja página começava a ser virada.

São as experiências desse período que engendraram uma nova dinâmica social no que tange ao uso do espaço público nos grandes centros, e que concorreram para a consolidação e profissionalização da atividade policial em decorrência. E, nesse processo, dois modelos de policiamento particularmente influenciaram largamente as organizações policiais ao redor do mundo ocidental: o modelo de policiamento urbano inglês e o policiamento continental francês.

Em se tratando de policiamento urbano, o modelo inglês se tornou paradigma de eficiência e modernidade, com a criação de uma força uniformizada, ostensiva e não militarizada (desarmada) de policiamento, preparada para atuar na prevenção, em substituição aos antigos métodos de controle social baseados na autoridade local e não profissionalizados. Em Paris, o modelo de policiamento urbano interposto em 1854 também se assemelhou ao inglês, com a criação de uma guarda urbana uniformizada e desarmada, que trabalhava à paisana¹⁷.

Esses modelos de policiamento urbano se replicaram em diversas capitais europeia, dos Estados Unidos, e da América latina. Não são poucas as correspondências entre departamentos de polícia desses países e seus congêneres

16 *Idem.*

17 ROSEMBERG. *Op. Cit.*,

franco-ingleses. Bretas registra, por exemplo, o envio à Europa de missões cujo objetivo era compreender os modelos europeus de policiamento. Isso é o que o comandante do Corpo Militar de Polícia paraense, Raymundo de Miranda, corrobora em seu relatório em 1889, aludindo que as polícias da “Inglaterra” e “França” têm padrão de “excelência”, motivo pelo qual deveriam ser tomadas como espelho para o melhoramento da corporação paraense¹⁸.

Seguindo esse exemplo, em 1866 é criada a Guarda Urbana do Rio de Janeiro, organizada para atuar na capital do império; enquanto o Corpo de Policial deveria atuar no interior da província. Aos moldes da polícia Londrina, os guardas da Capital do Império apresentavam-se uniformizados, porém, desarmados. Os Urbanos eram preferencialmente veteranos do serviço militar, eram mais bem remunerados do que as praças do corpo de polícia, deveriam ter entre 20 e 50 anos, gozar de boa condição de saúde e moralidade, e estavam organizados sobe um comando civil – O chefe de Polícia¹⁹.

Sua atuação fora pensada como forma de suprir a atuação precária do corpo de polícia na cidade, cuja atenção se voltava mais para as rotinas do quartel do que para a prevenção das atividades delituosas. Dessa forma, os urbanos deveriam agir na coibição dos passos preliminares da ação criminosa, mesmo antes que ela se constituísse em crime de fato. Na prática, o serviço preventivo dos urbanos implicava na detenção de pessoas por comportamentos que não eram nem crimes nem infração de posturas, em um exercício de estrito controle da ordem pública²⁰.

No dia a dia, entretanto, não havia garantias da efetividade do serviço da Guarda Urbana nos moldes em que fora pensada. Isso é, após alguns anos, os resultados efetivos esperados – uma corporação moderna e preparada para atuar no ambiente urbano, na prevenção da prática delituosa, e na diminuição da criminalidade – não haviam sido observados. O que se teve, segundo Thomas Holloway, foram reclamações recorrentes da atuação precária dos

18 Relatório do Comandante do Corpo Militar de Polícia, Raymundo Antonio Fernandez de Miranda. IN: Falla com que o exm.osnr. d.r Miguel José d’Almeida Pernambuco, presidente da província, abriu a sessão extraordinária da 26.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 18 de setembro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889. p. 46. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1030/000103.html>>

19 HOLOWAY. *Op., Cit.*, p. 216-217.

20 *Idem.*

Urbanos, pautada na fala de disciplina e de preparo, de ausência de inteligência e moralidade.

Tal qual sua congênere carioca, a Guarda Urbana de São Paulo, criada em 1875, estava organizada sob o comando do chefe de polícia, não portava arma, e agia na prevenção de práticas criminosas. Os Urbanos deveriam saber ler e escrever, e perceber melhores soldos que os praças do Corpo de Polícia Permanente, para que o engajamento fosse atrativo e pudesse selecionar melhores indivíduos em termos de moralidade e instrução.

Esperava-se que a autoridade dessa força não deveria resultar da violência ou coação, mas da presença constante e da polidez com que deveriam tratar os cidadãos, e da ocupação racional do espaço a ser policiado, baseado no sistema de rondas e estações policiais. Mesmo os que haviam sido presos não poderiam ser destratados, seja por palavras, gestos ou fisicamente. Era o que preconizava o regulamento da Guarda Urbana paulista²¹.

Mas todo empenho em adequar o policiamento às necessidades de um novo contexto não se refletia na efetividade do policiamento diário. A distância entre o número de praças decretados e efetivos impedia que o serviço fosse prestado na medida da expectativa das elites políticas. O contínuo déficit no efetivo, o vasto território da capital a ser policiado, e as dificuldades de locomoção faziam com que muitas ruas e quarteirões ficassem descobertos da atuação preventiva dos urbanos²².

A província do Pará, como já vimos, não estava deslocada desse contexto de transformações. A partir da década 1870, por exemplo, a economia da borracha engendrara um dos maiores surtos econômicos já verificados na região²³. Esse cenário atraía, por consequência, levas de migrantes cearenses para a região para os variados serviços da cadeia econômica da borracha²⁴. Dessa forma, a exemplo de suas congêneres paulista e carioca, o crescimento da massa urbana era uma realidade que não podia ser ignorada. Nesses termos, a

21 *Idem*

22 *Idem*

23 SARGES, Maria de Nazaré. Belém: **Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912)** / Maria de Nazaré Sarges. _3 ed._Belém: Paka-Tatu, 2010. p. 94.

24 24 LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1899- 1916)** /Franciane Gama Lacerda. – Belém: Editora Açai/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2010. p. 235-264

exemplo de suas congêneres nacionais e europeias, em 1876 é criada a Guarda Urbana para o serviço da capital paraense:

Nos termos da Lei 865 de 1876, e por acto de 29 de Maio, foi dada nova organização a força policial, sendo dividida em dous corpos completamente distintos, sob as denominações de Corpo de Polícia e Guarda Urbana, devendo o serviço desta ser limitado a capital, e o daquele estender-se a toda a província, em substituição ao que prestava a Guarda Local²⁵

Não era apenas no nome que o corpo de urbanos se diferenciava do Copo de Polícia. Embora compartilhassem o mesmo quartel, a Guarda Urbana estava organizada sob comando civil, às ordens do Chefe de Polícia, e com os seus oficiais sendo provenientes do exército de linha, tais quais seus congêneres paulistas e cariocas. Os praças percebiam uma remuneração diária similar a aplicada aos praças do Corpo de Polícia, cerca de 1\$600 réis, e eram regidos por um regulamento diverso, assim como suas congêneres paulistas e cariocas.

Ainda em consonância com essas forças, a atuação da Guarda Urbana também era pautada no princípio da ocupação racional do espaço a ser policiado, o que na prática se verificava através advento das estações policiais. Era o que defendia o presidente da província, substanciado pelos relatórios de suas autoridades policiais, meses antes da criação do corpo de urbanos:

A criação de uma estação policial em cada um dos distritos da capital era uma medida reclamada a muito pelas autoridades policíias. Colocado o quartel de Polícia Permanente em um extremo dessa cidade, difícil e muitas vezes impossível se torna as autoridades da cidade solicitarem qualquer auxílio de força para os casos urgentes. E daí a impunidade dos crimes e a desmoralização da mesma autoridade. A condução de alguns indivíduos presos anoite concorre para ficarem abandonados por muitas horas certos pontos que precisam de patrulhas fixas, em consequência das distancias entre esses e o quartel, e isso não sucederá desde que haja onde sejam recolhidos de prompto taes presos. Estas e outras considerações determinarão a criação de postos policiaes nesta capital, sendo um em cada districto,

25 Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembléa Legislativa da província do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877. p. 33-34 <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/546/000032.html>>

nos quaes devem permanecer tantas praças quantas necessárias ao serviço de cada districto, e haver um xadres onde sejam recolhidos os indivíduos presos á noite, quando não poderem ser imediatamente levados à respectiva presença da autoridade. E é de toda a conveniência a continuação de uma tal medida, que importa em mui pequeno augmento de despesas, e traz em compensação muitos benefícios²⁶.

Dessa forma, não por acaso, a Guarda Urbana, a cargo de quem estava o serviço de policiamento da capital, foi organizada em um corpo composto de um (01) comando geral; quatro (04) comandantes de distrito; Quatro (04) 1º Sargentos; além de 135 praças urbanos²⁷, incluído, nesse contingente, o número de faltas no Corpo de Polícia. Essa organização indicava também que a dimensão dessas reformas estava atenta ao processo de circulação de ideias e conceitos de policiamento urbano, que deitava raízes na Europa e que influenciava modelos ao redor do mundo, assim como em diversas capitais provinciais do regime imperial.

Isso porque as instituições policiais estabelecidas no Brasil buscavam se espelhar nos modelos que se tinha na Europa, em termos de conceito e estrutura, uma vez que buscavam romper com os modelos de exercício de poder do passado colonial, e contavam com poucos modelos estabelecidos para combater o problema da desordem nas ruas. Mas, com recursos diferenciados e com a tradição local, essa transposição encontra aqui condições próprias, dando as instituições brasileiras um caráter particular e, ao mesmo tempo, diverso dos modelos que se buscava reproduzir²⁸.

Essas particularidades iam minando pouco a pouco as múltiplas e sucessivas reorganizações que eram pretendidas para a polícia paraense. A boa intenção em atender as conveniências da ordem pública, aliada a receitas europeias do bom policiamento urbano, não resistia às dificuldades financeiras da província, ao constante déficit no efetivo, aos baixos soldos, e à baixa carga de

26 Relatório apresentado pelo exm. sr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província do Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na sua sessão solemne de instalação da 20.a legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876. Pará, 1876. p. 9. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/544/000009.html>>

27 Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembléa Legislativa da província do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877. p. 35. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/546/000035.html>>

28 HOLLOWAY. *Op. Cit.* p. 22.

adestramento. O resultado era um recrutamento precário, que comprometia tanto a inspiração de moralidade que o corpo deveria passar, como o preparo das praças ao serviço. Não demoraria muito para que a Guarda Urbana também cair na desconfiança das autoridades provinciais:

Reorganizar a força policial, constituindo um só corpo com os dous em que se ele decompôz, afigura-se-me o meio único de se realizar o indispensável augmento da força, sem que se dê excessivo acréscimo de despeza. Não ignoro as razões que poderão ter achado no espírito do legislador para decretara a divisão da força policial em dous corpos distintos; essa razões, porém devém ceder diante das exigências actuais do serviço público e das exigências financeiras em que se encontra a província. Nas condições da divisão, constituído-se dois corpos distintos, ou os respectivos quadros se completam e a despeza sobe muito alto, ou não se completam, mantendo-se o effectivo abaixo da fixação, e o serviço público senão pode realizar regularmente. As expostas considerações, devo ainda acrescentar que a disciplina necessariamente sofre com o aquartelamento de dous corpos distintos, cada um com sua organização especial, em um mesmo edificio, e é isso que actualmente se dá com o Corpo de Polícia e com a Guarda urbana [...] Extinta a Guarda Urbana, poderiam ser aproveitadas para composição do corpo policial, as praças e officiais d'aquella guarda, respeitado o referido plano. Seria também acertado que pudessem alistar no corpo policial, nas condições de reengajadas, as praças de linha que tenham obtido baixa, e cujo proceder seja fora de suspeita. Muito lucraria o corpo policial com a admissão das praças assim morigeradas, e habituadas a disciplina militar²⁹.

Apesar da instabilidade, o corpo de urbanos fora novamente reafirmado em sucessivas legislaturas, mas sempre acompanhado das ressalvas do número insuficientes de guardas, e de ser formado por pessoal menos apto para serviço.

Tanto a Guarda Urbana quanto o Corpo de Polícia sofriam com a falta de efetivo e com baixos soldos. Em 1877, por exemplo, o estado efetivo da Guarda Urbana tinha um déficit de 13 Guardas; enquanto o déficit do Corpo

29 Falla com que o exm. senr. dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa da província do Pará em 22 de abril de 1878. Pará, Typ. da "Província do Pará," 1878. p. 11. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/547/000009.html>>

de polícia era de 60 praças³⁰. Em 1884, faltavam cinco guardas para o estado completo do corpo de urbanos; enquanto o Corpo de Polícia apresentava um déficit de 68 praças para seu estado completo³¹. Mas, no caso dos Urbanos, o baixo déficit em relação ao Corpo de Polícia se explicava, talvez, em função do regulamento mais brando, e pelo fato de não estarem passíveis de serem destacados ou em diligências ao interior da província.

Por outro lado, as queixas de atropelo no serviço e falta de preparo recaiam com muito mais frequência sobre os urbanos. Em 1881, por exemplo, as autoridades provinciais se queixavam da tolerância criminosa com que se comportavam os guardas urbanos quando precisavam prender seus conterrâneos nordestinos, e por muitas vezes serem eles próprios os autores de perturbações contra a ordem pública³².

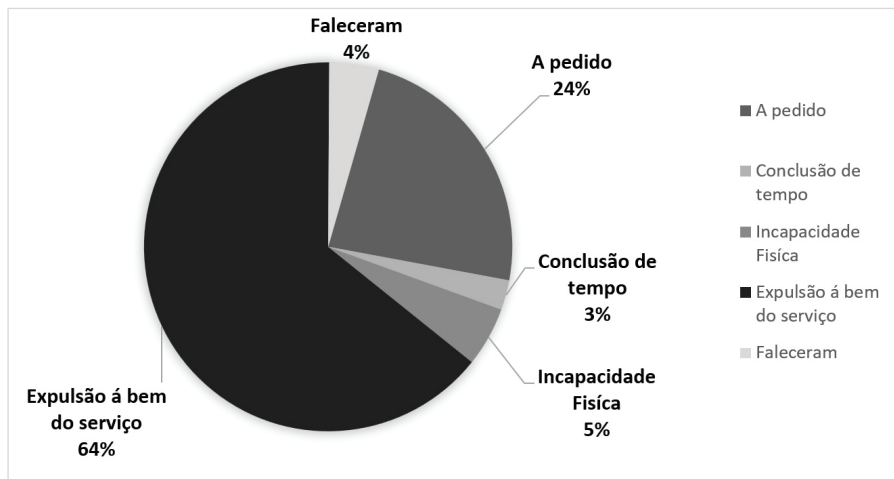
Esses inconvenientes em relação ao serviço da capital talvez nos ajudem a compreender a razão do alto número de desligamentos a bem do serviço público, que se davam no seio da guarda urbana. Em 1884, por exemplo, foram desligados 115 guardas por diversos motivos, como conclusão do tempo; dispensas a pedido; por incapacidade física, por falecimento, e à bem do serviço público. Desse montante, 75 foram desligados a bem do serviço público, perfazendo um percentual de 64% do total.

30 Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2.a sessão da 20.a legislatura da Assembléa Legislativa da província do Pará em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/546/000032.html>>

31 Falla com que o exc. sr. dr. João Silveira de Souza, Presidente da Província do Pará, abriu a 2.a seção da 24.a legislatura da Assembleia Provincial. Em 18 de Abril de 1885. Pará. Impresso na Typ. a Gazeta de Notícias. 1885. p. 34. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/557/000034.html>>

32 REGO. *Op. Cit.*, p. 72.

Quadro de desligamento da Guarda Urbana em 1884³³



Nesse mesmo ano, alguns meses depois, ao defenderem nova reforma ao Corpo de Polícia, as autoridades provinciais indicavam que “Esta providencia ficará incompleta se não for a administração, habilitada com os meios necessários, para dar melhor organização a Guarda Urbana, que como está actualmente, não se presta ao fim que foi creada”³⁴. Em 1885, as autoridades provinciais queixavam-se de que “As três, ou quatro patrulhas” do Corpo de Polícia se concentravam no litoral, e que o policiamento das demais localidades ficava precário pelo número insuficiente de Guardas Urbanos³⁵.

No final de 1885, mais uma vez as autoridades provinciais registravam que as reclamações contra o serviço precário realizado pela Guarda Urbana eram generalizadas³⁶. Diante do intenso clamor administrativo por reformas

33 Falla com que o exc. sr. dr. João Silveira de Souza, Presidente da Província do Pará, abriu a 2ª seção da 24ª legislatura da Assembleia Provincial. Em 18 de Abril de 1885. Pará. Impresso na Typ. a Gazeta de Notícias. 1885. p. 33. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/557/000033.html>>

34 Relatório com que a sua exc. dr. José de Araujo Roso Danin, 2º Vice-Presidente da Província passou a administração da mesma ao exc. sr. Conselheiro João Silveira de Souza, no dia 4 de agosto de 1884, nomeado presidente por carta de 31 de maio último, Pará. Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1021/000029.html>>

35 Falla com que o exc. sr. dr. João Silveira de Souza, Presidente da Província do Pará, abriu a 2ª seção da 24ª legislatura da Assembleia Provincial. Em 18 de Abril de 1885. Pará. Impresso na Typ. a Gazeta de Notícias. 1885. p. 33. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/557/000032.html>>

36 Relatório que ao exm. sr. dr. João Lourenço Paes de Souza, 1.º vice-presidente da província do Gram-Pará, apresentou o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração

no serviço policial da província, a experiência com um corpo de urbanos não resistiu:

Estando demonstrado pela prática a desvantagem que há acarretado ao serviço público a organização do policiamento d'esta capital, feita conjuntamente pelo Corpo de Polícia e Guarda Urbana, e sendo á meu ver, a causa principal d'esse resultado, a existência de dous corpos distintos, com direção e economia diversa, e convindo organizar o serviço de policiamento, de grande importância não só pelo encargos confiados a essa milícia, como para a boa disciplina, regularidade, ordem do serviço militar, e economia dos cofres da província, mandei confeccionar as bases que a esta acompanham e que submeto á ilustrada consideração da Assembleia Provincial³⁷.

A aplicação de uma força policial urbana, a ocupação racional do espaço através das estações policiais, eram conceitos modernos que serviram de base para os melhoramentos do policiamento da capital. Mas a instabilidade financeira da província, as dificuldades em se completar o estado efetivo do corpo, bem como aplicação de soldos não atrativos, faziam com que o policiamento urbano sofresse com um déficit de pessoal, e com precários hábitos de disciplina. O ideal de policiamento urbano pensado pelas elites provinciais passava, antes, pelo filtro da aplicação, do teste, e da adequação às peculiaridades sociais e econômicas locais, cujos resultados práticos nem sempre se ajustavam aos esperados.

Disciplina e *Spirit de Corps*: o processo de consolidação do polimento militarizado

A província paraense, entretanto, não era composta apenas da comarca da capital. E mesmo esta, compreendia ainda o termo da capital, conformado por vários distritos rurais. A cidade de Belém, isto é, o perímetro urbano, era composto dos distritos da *Sé, Sant'anna, Trindade e Nazaré*. Dessa forma, o

em 16 de setembro de 1885. Pará, Typ. de Francisco de Costa Junior, 1885. p 129. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/558/000131.html>>

37 Relatório com que a sua exc. o sr. Conselheiro Tristão Alencar Araripe, Presidente da Província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa da provincial no dia 5 de novembro de 1885. Pará. Typ. do Diário de Notícias, 1886. p. 16 <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/000016.html>>

território provincial compreendia várias comarcas, termos, municípios e distritos. Uma vez extinta a Guarda Urbana, caberia ao Corpo Militar de Polícia a responsabilidade do serviço de policiar a capital e o interior.

Esse cenário obrigava o Corpo Militar de Polícia, no desempenho de suas atribuições, a mesclar modelos de policiamento urbano e rural. E, nesse caso, a Europa continuava sendo o paradigma, com a *Gendarmerie Imperiale*, modelo francês de policiamento continental, aparecendo como principal referência. O uniforme e ostensividade também eram marcas dessa força. E, diferente do modelo inglês de policiamento urbano, era militarizada de atuação continental. A *Gendarmerie* materializava a autoridade do estado francês em lugares remotos e de línguas diversas, seja para manter a ordem política ou social estabelecida³⁸.

Dessa forma, a *Gendarmerie* francesa apresentava-se como um modelo de polícia cuja atuação ia além do controle de distúrbios e prevenção de delitos – proposta do padrão inglês. Mais que isso, a instituição francesa era o braço forte do estado apto a atuar em questões políticas e em defesa da ordem estabelecida nos lugares mais remotos, tendo sido paradigma para muitos estados em processo de unificação, como Espanha, Holanda, Prússia, Chile³⁹.

Próximo do modelo francês, a Polícia Militar do Rio de Janeiro, por exemplo, já refletia em sua organização as matrizes militares das forças de linhas desde sua criação em 1831. Com o fim da Guarda urbana em fins do século XIX, a Polícia Militar do Rio de Janeiro assume também o policiamento da capital do império. Este, por sua vez, estava organizado em rondas diurnas e noturnas, feitas através de patrulhas policiais⁴⁰.

Além das rondas, alguns praças montavam guarda em postos pela cidade, outros como guardas da cadeia (Aljube) e na Casa de Correção, no quartel, e no piquete de cavalaria, além de uma força mantidas em prontidão para casos de perturbação civil. No interior, a Polícia Militar atuava através dos destacamentos distribuídos por diversas localidades do território provincial⁴¹.

38 ROSEMBERG. *Op. Cit.*, p. 45-48

39 *Idem.*,

40 HOLLOWAY, *Op. Cit.*, p. 223-227

41 *Idem.*,

Em São Paulo, aproximando-se do modelo francês, a atuação do Corpo de Polícia Permanente também remonta ao período regencial, com a força atuando, simultaneamente, junto a várias outras milícias armadas de atuação local, como a Guarda Municipal, e a própria Polícia Local. Diferente dessas milícias, entretanto, e mesmo das forças de linha, principalmente após a reorganização de 1868, o Corpo de Permanentes evidenciava o desenvolvimento de uma força que, reforma após reforma, buscava adequar-se aos princípios liberais, de liberdade individual, de prevalência das leis, de meritocracia e racionalização, e de forte controle disciplinar e corporativo⁴².

Em consonância a esses princípios, apresentava-se ao mesmo tempo como força civil e militarizada, na medida em que seu comandante era um militar, geralmente proveniente do exército, e estava diretamente subordinado a presidência da província. Em termos de organização, também reproduzia a matriz militar das forças de linha, sendo os seus oficiais divididos em estado maior e estado menor. Os inferiores eram furriéis, sargentos e cabos. E na base estavam os soldados e cornetas⁴³.

Após engajados para um serviço inicialmente de quatro (04) a seis (06) anos, os soldados eram distribuídos em companhias; e estas se subdividiam em destacamentos distribuídos pelo interior da província, de acordo com as demandas locais. Dessa forma, a marca dessa força era onipresença, seja pelos destacamentos, ou por diligências temporárias, por meio das quais procurava dar conta, de forma racional, do policiamento de todo o território provincial. Outra característica marcante dessa distribuição era a rotatividade constante, de maneira que os praças, por regulamento, não poderiam permanecer muito tempo estacionados em uma mesma localidade, em um claro rompimento com a lógica que favorecia o estreitamento e as ligações com a localidade⁴⁴.

De acordo com os regulamentos, os praças do Corpo de Polícia Permanente eram incumbidos do desempenho de variadas funções, como o serviço de patrulhamento das ruas, a prisão de criminosos, escolta de presos, e na coibição de qualquer tipo de ameaça à ordem pública. No dia a dia, entretanto, os limites da atuação eram mais flexíveis, nos contextos rural e urbano, como atuar na dissolução de quilombos, em insurreições escravas e de

42 ROSEMBERG. *Op. Cit.*, p. 61-68

43 *Idem.*,

44 *Idem.*,

trabalhadores urbanos, perseguir criminosos e escravos fugidos, apagar incêndios, conduzir alienados⁴⁵.

Assim como para suas congêneres nacionais, o século XIX foi um período de experiências e de sucessivos testes, no que tange a formação de uma força policial provincial paraense. E, nesse contexto, as reformas regulamentares das décadas de 1870 e 1880 foram as mais significativas para a consolidação do Corpo de Polícia Paraense como principal força policial provincial, na medida em que assume de forma exclusiva a atividade de policiamento da província, anteriormente realizados, simultaneamente, com a Guarda Nacional, Guarda Local, e com a Guarda Urbana.

É evidente, entretanto, que os atropelos no serviço, a falta de preparo adequado, os problemas disciplinares, e mesmo a prática de infrações penais e regulamentares, não eram exclusividade da Guarda Urbana. Tudo isso também era uma realidade no caso das praças do Corpo Militar de Polícia. Em relação as suas congêneres civis, entretanto, a força militar tinha a seu favor, para combater os excessos e indisciplinas, o conceito *esprit de corps*⁴⁶, que fazia com que as reprovações disciplinares atribuídas às praças também se entendessem aos seus comandantes imediatos.

Dessa forma, a corporação, como um todo, sentia o peso da responsabilidade pelos desajustes de uma parte. É esse senso de responsabilidade coletiva que baseia as sucessivas e constantes reformas regulamentares dos corpos de polícia no final do Império, buscando, entre outras coisas, meios de disciplinar comportamentos sempre que possível⁴⁷.

45 *Ibidem.*, p. 240.

46 BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres: la formation d'un group social**. Paris, Minuit, 1982. Apud. ROSEMBERG. *Op. Cit.*,

47 HOLLOWAY. *Op. Cit.*,

Distribuição por Companhias do Corpo Militar de Polícia do Pará - 1886⁴⁸

CATEGORIAS	Graduação	1ª Companhia	2ª Companhia	3ª Companhia	4ª Companhia	Estado Completo
ESTADO MAIOR	Comandante	1				1
	Capitão ajudante	1				1
	Tenente quartel mestre	1				1
	Alfêres secretario	1				1
ESTADO MENOR	Sargento ajudante	1				1
	Sargento quartel mestre	1				1
	Mestre de musica	1				1
	Corneta-Mór	1				1
OFICIAIS	Capitães	1	1	1	1	4
	Tenentes	1	1	1	1	4
	Alfêres	2	2	2	2	8
INFERIORES	1º Sargentos	1	1	1	1	4
	2º Sargentos	2	2	2	2	8
	Forrieis	1	1	1	1	4
	Cabos	12	12	12	12	48
	Soldados	96	96	96	96	384
	Cometas	2	2	2	2	8
TOTAL		126	118	118	118	480

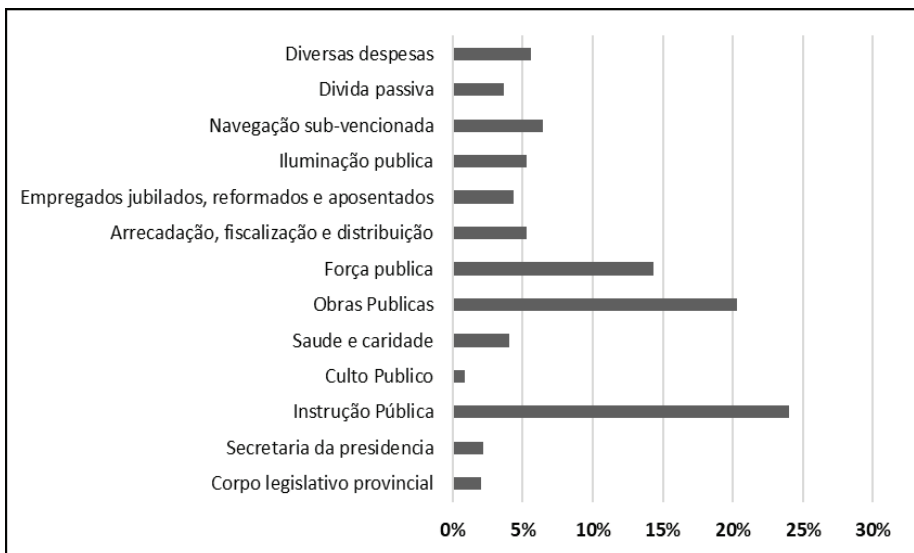
É com base nessas questões que a reforma de 1886 é paradigmática sobre vários aspectos. Primeiro, porque é uma mostra de que a circulação de ideias influenciava, sugeria, e apontava caminhos. Mas não era determinante. A atuação simultânea do Corpo Militar de Polícia na atividade de policiamento urbano e rural não nos deixa destacar o protagonismo do modelo inglês ou francês. Podemos dizer, sim, que há traços de ambos imiscuídos em uma única força, no atendimento da realidade local.

Ao mesmo tempo, marca a consolidação do policiamento militar ante as experiências civis: o Corpo Militar de Polícia assume o protagonismo no policiamento provincial e da capital, e as reformas parecem oferecer menor oscilação. Em suma, essas passaram a versar sobre o efetivo da força, e questões como engajamento, atuação e penalidades. Em termos de organização e atuação, a matriz orgânica militar das forças de linha e o policiamento urbano-rural, baseados na ostensividade e ocupação racional do espaço, apresentavam cada vez menos variação. As experiências com o policiamento local e com regulamentos civis eram cada vez mais páginas viradas.

48 Relatório com que a sua exc. o sr. Conselheiro Tristão Alencar Araripe, Presidente da Província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa da provincial no dia 5 de novembro de 1885. Pará. Typ. do Diário de Notícias, 1886. p. 17. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/000017.html>>

Uma forma de constatar o protagonismo e consolidação da força policial militarizada na província paraense é através das despesas públicas despendidas com a instituição. Em fins da década de 1880, por exemplo, as despesas com a força pública só ficavam atrás dos gastos com a instrução e obras públicas. É um indicativo de que se mostrava indispensável à administração dispor de uma instituição que fosse a personalização do próprio estado no trato com a sociedade, tanto para reprimir pública como a segurança da ordem política instituída⁴⁹.

Despesas da Província do Pará (1885)⁵⁰



Do ponto de vista institucional, podemos dizer que a década de 1890 testemunhou um processo regular de consolidação do modelo de policiamento militarizado, organizado majoritariamente em torno do Regimento Militar de Polícia. Entre 1891 e 1896, a estrutura interna da instituição vai sendo ampliada cada vez mais. Em 1891, por exemplo, a força pública contava com

49 EMSLEY, Clive. **The English Police: a political and social History**. / Clive Emsley. – 2nd ed. 1996.

50 Relatório com que a sua exc. o sr. Conselheiro Tristão Alencar Araripe, Presidente da Província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa da provincial no dia 5 de novembro de 1885. Pará. Typ. do Diário de Notícias, 1886. p. 38 < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/000036.html>>

seu contingente distribuído entre os corpos de Infantaria, Cavalaria, e o Corpo de Bombeiros, totalizando 634 entre oficiais e praças⁵¹. Em 1892, o contingente contava já com 716 homens, além da autorização do governo para construção de um prédio para cumprimento de pena por sentença do Tribunal de Justiça do Estado⁵².

O ano de 1896 é também bastante movimentado no que tange a adoção de políticas voltadas para a estruturação do Regimento Militar. É criado o Serviço Sanitário Militar do Estado, uma espécie de divisão do regimento constituída de médicos e farmacêuticos⁵³. Em uma clara iniciativa de interiorização do policiamento, é autorizada a construção de edifícios para servir de cadeia e de quartel para os destacamentos em onze (11) intendências do interior do estado, como, por exemplo, a Intendência Municipal de S. Caetano de Odivellas⁵⁴.

No que tange ao policiamento da capital, a cidade é zoneada em distritos polícias, obedecendo à divisão municipal, com a alocação de uma estação policial para cada um dos 04 distritos da capital. Ela deveria abrigar uma guarda, acomodações para os detentos, e estrutura para o funcionamento da subprefeitura⁵⁵. Nesse mesmo ano, o efetivo da força pública alcançava já 993⁵⁶ homens, número que chegaria em 1249⁵⁷ no governo de Paes de Carvalho.

De forma mais objetiva, em poucos anos, o policiamento da capital e do interior se torna mais ostensivo, e mais estruturado com o aumento do efetivo policial, autonomia da instituição nos destacamentos em relação às influências das elites locais, policiamento zoneado da capital, construção de casas de detenções e de abrigo para as praças.

São medidas diversas que se complementam em um objetivo comum, que era garantir o policiamento eficiente, na cidade e no interior do estado, assegurando a vida e os bens particulares dos cidadãos; ou, de outra forma, para

51 APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 03/1891.

52 APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 62/1892.

53 APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 402/1896.

54 APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 342/1896.

55 APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 358/1896.

56 APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 342/1896.

57 APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 657/1899.

dar conta da nova dinâmica social que se conformava nos grandes centros por consequência das transformações policiais e econômicas do período.

O processo de fortalecimento e profissionalização da polícia paraense, ensejada, sobretudo, no Regimento Militar de Polícia, fica evidente ainda quando analisamos o volume do arranjo normativo desse corpo em relação as suas congêneres das décadas anteriores. O regulamento de 08 de maio de 1838, que criava o Esquadrão de Cavalaria Provincial, por exemplo, se apresentava em 12 artigos, os quais se limitavam a determinar o efetivo da força, e aspectos gerais relativos ao recrutamento e atuação⁵⁸.

Dessa forma, ficavam de fora questões como engajamento, carreira, disciplina, e forma de atuação. É evidente que esse limitado arranjo normativo pode ser justificado por diversas questões, como população, território, e a coexistência de outras milícias empregadas na atividade de policiamento. Por outro lado, é evidente também que a falta de previsão normativa para uma série de procedimentos criava um ambiente propício para autonomia e iniciativas particulares no exercício a autoridade local. De forma prática, recrutar, promover, disciplinar, penalizar eram aspectos determinados a gosto, ou aos interesses das elites locais.

O regulamento de 1890, que reestabelecia o Corpo Militar de Polícia, por sua vez, apresentava-se como um substrato normativo muito mais denso. Nele, estavam claros tanto os objetivos da instituição policial como os aspectos da atuação e comportamento das praças como agentes do estado. Além de questões relativas ao engajamento, fardamento, remuneração, atuação, disciplinamento e penalidades.

Dividido em 23 capítulos, e contendo 158 artigos, o normativo exercia um forte controle sobre as vidas das praças, desde a forma de caminhar durante a patrulha até o modo como deveriam se reportar ao cidadão, deixando, assim, pouco espaço para a pessoalidade à frente da instituição⁵⁹. Uma mostra desse processo é o fato em que se deu com Sotero de Menezes, então comandante do Corpo Militar de Polícia, em 1888, quando foi exonerado do comando por

58 MARRECA, *Op. Cit.*, p. 45-46.

59 APEP. Coleção de Leis e Decretos. Fundo. Poder Executivo. Decreto n. 149 de 03 de julho de 1890. 60 Falla com que o exm.osnr. d.r Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889. p. 58. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/564/000056.html>>

haver imputado castigos físicos a um dos praças, contrariando o regulamento vigente:

Tendo o comandante José Sotero de Menezes me participado por officio de 1e d'aquelle mês, haver mandado submeter a cartigos corporaes algumas praças do corpo, infringindo assim a disposição do respectivo regulamento Penal, que não permite taes castigos, resolvi na conformidade do art. 73 do mesmo regulamento, mandar submetel-o a conselho de investigação [...] tendo sido esse conselho de parecer que o commandante do corpo cometera abuso de autoridade mandando infligir aquelles cattigos [...]mandei submetel-o por acto de 5 de ouctubro ultimo a conselho de julgamento⁶⁰.

Embora esses eventos todos revelem as tramas de grupos políticos antagonicos que rivalizavam entre si dentro do corpo de polícia, com ataques e contra-ataques expressos em formas de perseguição, exoneração, levante, e nomeação, sem dúvida eles não se desenrolavam à margem das leis e regulamentos. A exoneração do comandante se fundara em uma infração; resultara de um conselho de investigação. Era uma mostra de que a animosidade, pessoalidade e arbitrariedade continuavam presentes, mas agora precisavam se adequar ou se expressar por meio de normas e regulamentos.

Ao prever um comando centralizado, a ocupação ostensiva e racional do território estadual, bem como limitar e subordinar o exercício de poder à impessoalidade, o regulamento de 1891 nos ajuda a identificar de forma prática as influências do pensamento liberal, do esforço para o fortalecimento das instituições, e da ampliação da burocracia no processo de fortalecimento e profissionalização da polícia paraense.

A década de 1890 registra eventos generosos em relação ao papel da polícia como braço do estado em defesa da ordem política instituída. A revolta de 11 de junho de 1891⁶¹, por exemplo – movimento forjado a partir dos conflitos inflamados entre os membros do Partido Republicano Paraense e do Partido Republicano Democrático, na disputa pelo controle do Governo do

60 Falla com que o exm.osnr. d.r Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889. p, 58. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/564/000056.html>>

61 Para maior compreensão Cf. FARIAS, William G. **A construção da República no Pará (1886/1897)**. Belém: Açai, 2016.

Estado, e que em seu ponto de maior tensão manifestou-se também dentro do quartel do Corpo de Polícia –, a despeito da adesão de algumas praças, teve seu ponto forte na participação efetiva do Esquadrão de Cavalaria em defesa da manutenção da ordem política, compondo a tropa legalista juntamente com as forças de linha e o Corpo de Bombeiros.

Mas o caráter legalista da força policial paraense atuaria ainda em defesa da ordem política além das fronteiras do estado. Em 1897, em atendimento à solicitação efetiva de cooperação da força estadual paraense na Guerra de Canudos por parte do Governo da República, Paes de Carvalho, então governador do estado, oficiou ao 1º Distrito Militar, disponibilizando todo o apoio moral e material ao governo republicano. Em atendimento a essa demanda, a Brigada Militar Paraense, representada no 1º e 2º corpo de infantaria, partia para Canudos a 5 de agosto de 1897⁶².

Dessa forma, a participação da Brigada Militar paraense na campanha de Canudos, em certo sentido, acompanha a perspectiva de Clive Emesley, na medida em que materializava a atuação da polícia como ação do próprio estado em defesa das instituições da ordem política estabelecida. Ao mesmo tempo, a campanha de Canudos marca o ponto mais alto da profissionalização da polícia paraense até então.

A participação em um planejamento tático ambicioso de assalto ao arraial de Canudos, com o 1º Corpo de Infantaria compondo a 2ª coluna da divisão auxiliar, e o 2º Corpo de Infantaria assumindo a posição do 37º Batalhão de Infantaria do Exército na defesa de uma posição conquistada, é um indicativo de que a força paraense atingirá um alto grau de profissionalismo, baseado na disciplina e preparo à altura do que se espera de uma força de defesa. Não por acaso, a força paraense estava combatendo lado a lado com batalhões do Exército Nacional.

Conclusão

Podemos dizer, então, que o processo de profissionalização e militarização da polícia paraense é secular. Mas é a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880, que ocorrem as reformas mais paradigmáticas, e se definem os padrões de conceito e atuação. Ao mesmo tempo,

62 REGO. *Op. Cit.*, p. 108-139

as reformas regulamentares desse período dialogam com as reformas policiais das principais províncias brasileiras, seja na necessidade de adequar suas corporações ao novo cenário social que se estabelecia, seja por emprestar de suas congêneres europeias as influências conceituais. É evidente que esses modelos não foram replicados nas forças policiais brasileiras de forma absoluta.

E ainda ao longo desse processo de maturação, foram exatamente as constantes reformas regulamentares que desembocaram em uma polícia militarizada no final do império. Não que as sucessivas reformas tenham tornado a polícia militar modelo ideal. Antes, ela fora forjada nas experiências mal fadadas de forças anteriores e nas sucessivas reformas regulamentares e disciplinares, que alçaram o modelo de policiamento militarizado a melhor condição que os modelos anteriores, em termos de força centralizada, policiamento continental, e disciplina – a exemplo do que assinalou Holloway sobre a polícia militar do Rio de Janeiro.

Cabe destacar ainda que esse processo de consolidação do policiamento militarizado é parte, ou expressão, do processo de transição para o estado moderno, caracterizado pelo fortalecimento das instituições, em detrimento do exercício das hierarquias privadas. Nesse contexto, a polícia militar, ou militarizada, se consolidou como modelo de policiamento em relação as suas congêneres civis, por ter sido a força mais capaz, do ponto de vista orgânico, de se adequar as conveniências que as transformações político-sociais do momento exigiam: a necessidade de uma força policial de atuação provincial; e que ao mesmo tempo exprimissem os princípios liberais, fundamento do estado moderno.

Em outras palavras, essas conveniências impunham como desafio ao estado a necessidade de policiar um vasto território, sem perder o controle sobre seus agentes, bem como sobre os resultados de suas ações. De outra maneira, não haveria meios de controlar um território vasto, senão com a adoção de um sistema policial centralizado, com a prevalência de normativo de caráter impessoal, reforçado pelo forte controle disciplinar e corporativo, e que tende a produzir um comportamento padronizado da força, independentemente do lugar em que estivessem destacadas. Esse caráter foi sendo construído reorganização após reorganização.

A ESCOLHA DA CARREIRA POLICIAL MILITAR, E A ESTREIA DO JOVEM CADETE (1985-1995)

Jesiane Calderaro Costa Vale¹

Introdução

A escolha de uma profissão geralmente ocorre no final da adolescência para a juventude, e comumente está permeada de infinitos significados. A ideia de que o indivíduo escolhe sua profissão a partir de suas condições sociais, habilidades, aptidões, interesses, dons (vocação), nem sempre existiu. Isso se difundiu quando se instaurou a sociedade de produção capitalista. Antes, o indivíduo tinha a sua ocupação determinada pelos laços de sangue, e sua ocupação vinha de berço².

A sociedade em sua ideologia atribui ao jovem, e não mais propriamente aos laços de sangue, ou à sua família propriamente, a responsabilidade, no que concerne à escolha profissional. Ocorre, entretanto, que não são poucas as variáveis que influenciam o jovem, em sua decisão, quanto à carreira profissional.

-
- 1 Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará; Psicóloga, Mestre em Psicologia pela UFPA; Docente do Instituto de Ensino de Segurança do Pará e pesquisadora do Grupo de Pesquisas Militares, Políticas e Fronteiras na Amazônia.
 - 2 BOCK, Ana Maria Bahia *et. al.* *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bock analisa a interação de pelo menos quatro fatores, que se combinam para a escolha profissional: “As características da profissão; o mercado de trabalho; importância social, remuneração e as habilidades necessárias ao desempenho da profissão”³.

Em pesquisas realizadas anteriormente, interessamo-nos em investigar a carreira do oficial da Polícia Militar no Pará, após período da redemocratização, e como se deu a escolha profissional para 36 sujeitos policiais militares, que aceitaram participar das referidas pesquisas. Algumas dessas pessoas até então ‘ocultadas’, com suas “histórias vistas de baixo”⁴, puderam dar voz às suas lembranças, opiniões, sentidos e significados do processo de formação vivenciado, na trajetória policial militar.

Para a execução da investigação, optei por duas vertentes metodológicas: a primeira, sendo a *História do Tempo Presente*, e a segunda, *História Oral*. No caso da opção pela História do Tempo Presente, por ser o recorte temporal investigado, “O período simultâneo e posterior a 1945”⁵ soma-se ao fato dos entrevistados estarem vivos e suas memórias dinâmicas e recentes interagindo com o tempo desta pesquisa.

Igualmente, a opção pela História Oral, baseia-se nas narrativas, nas tessituras das falas e memórias, nos sentidos, significados que esses sujeitos atribuem às suas trajetórias na carreira policial militar, nas reminiscências das situações vivenciadas ou em qualquer outro aspecto que pudesse ser revelado por meio de suas entrevistas.

Nota-se que o trabalho com História Oral se beneficia de ferramentas dos diversos campos das ciências humanas: Antropologia, Psicologia, História, Literatura, Sociologia, constituindo-se em uma metodologia interdisciplinar, e que, para o campo da História, mostra-se relevante, de acordo com Verena Alberti⁶, por se tratar de “[...]uma metodologia de pesquisa e de constituição

3 Idem. p. 312- 317.

4 O termo a “história vista de baixo” é baseado nas ideias de Christopher Hill e de historiadores com Edward Thompson e Natalie Zemon Davis. Compreende-se que a história oficial, recorrentemente, traz a perspectiva de ser contada por pessoas da elite, destacadas, influentes. Entretanto, na concepção da história vista de baixo, a experiência pode ser apresentada por pessoas comuns, inclusive por aquelas ignoradas ou silenciadas pela história oficial.

5 NAPOLITANO, Marcos. Pensando a Estranha História Sem Fim. In: KARNAL, Leandro. (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e respostas*. São Paulo: Contexto, 2004. p.168.

6 ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014. p.155-156.

de fontes para o estudo da história contemporânea, surgida em meados do século XX”.

Quanto aos procedimentos para realização das entrevistas em nossas pesquisas anteriores, atendendo aos critérios da “Ética em pesquisa com seres humanos”, apresentamos o rol das perguntas aos participantes, após a aceitação dos mesmos, confirmada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE⁷, passamos, então, a entrevistá-los.

Assim, neste artigo, parte dele extraído dos mencionados estudos, apresentamos, resumidamente, alguns trechos das reminiscências reveladas por nossos interlocutores, acerca dos elementos que se tornaram peculiares à vida do cadete, quando cursaram a Academia da Polícia Militar em algum estado da federação e posteriormente optaram por seguir a carreira.

São recordações permeadas de memória afetiva, pelo que viveram e experimentaram desde o período da formação: o ingresso, a motivação, a escolha, a internalização de códigos, naturalização do aprendizado, ascensão na carreira, a remuneração, o ‘prestígio/status’ X estigmas, conjugalidade, família, dificuldades enfrentadas, solidariedade, abdições e outros elementos que produziram e produzem sentidos e significados às suas histórias.

ANOTA AÍ, ALUNO⁸: o ingresso na carreira e os desafios iniciais da escolha

Na década de 1980, quando no Pará ainda não havia a Academia de Polícia Militar⁹, o jovem candidato ao oficialato, era enviado a realizar o Curso de Formação de Oficiais - CFO em uma das Unidades da federação. O

7 O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) consiste na declaração do sujeito, que ao assinar o termo, concorda em participar voluntariamente da pesquisa. A pesquisa em qualquer área do conhecimento envolvendo seres humanos deverá ser adequada aos princípios científicos que a justifiquem. Ver: HOSSNE, W. S. Consentimento: livre e esclarecido. Cadernos de Ética em Pesquisa, Brasília, n.10, p.3, jul. 2002.

8 *Anota aí, aluno*” é uma frase no imperativo, muito usada pelos instrutores das academias militares, especialmente para os cadetes do 1º ano, que eram exigidos rigorosamente durante o período de formação a ficarem sempre atentos. Pelo desconhecimento do mundo castrense e para evitar erros, distorções ou mesmo punições, os próprios instrutores recomendavam aos alunos que anotassem tudo o que lhes era dito pelos oficiais e, professores.

9 A criação da Academia da Polícia Militar Coronel Fontoura deu-se por meio do Decreto nº 6.784, publicado no Diário Oficial do Estado, em de 24 de abril de 1990, pelo qual o então governador Hélio da Mota Gueiros criou a Diretoria de Ensino da PMPA e a Academia de Polícia Militar ‘Coronel Fontoura’, e estabeleceu o quadro organizacional e os postos e graduações das

ingresso desses candidatos a carreira policial militar, era preponderantemente numa faixa etária muito jovem, entre 18 e 24 anos, em plena transição da adolescência para a idade adulta. Os candidatos no geral, tinham concluído o 2º grau (atual ensino médio) ou cursavam faculdade, período de descobertas, encantamentos, busca de autonomia e percepções individualizadas, transformações diversas que diferiam significativamente das experiências na idade mais madura; jovens que estavam sem perspectiva de emprego, eram atraídos para a profissão, sem entender ao certo do que se tratava a carreira policial militar, como se desprende do fragmento na narrativa a seguir:

Para o candidato civil, a ideia era que bastava chegar na PM e ser tenente. Depois, quando já estávamos aprovados, nos foi explicado que não era só entrar e ser tenente. Que, primeiramente, a gente iria fazer a academia de três anos, depois de formados, é que iríamos fazer um estágio probatório, e quase quatro anos depois, da nossa entrada é que seríamos tenentes. (risos) [...] Mas para quem estava desempregado [...], aquela parecia ser uma chamada ideal, mas com uma formação muito demorada (risos) (Rayol, cadete, 1992).¹⁰

A ida do cadete paraense, para realizar o CFO em outro estado da federação, por si só consistia em um de seus primeiros desafios, que redundava em fazer moradia em regime de internato na Academia escolhida. No internato, os cadetes vivenciavam intenso condicionamento para a assimilação da vida militar, o que lhes obrigava a mudanças muito repentinas na transposição da vida civil para a militar.

O internato causava um relativo isolamento, o universo de socialização do cadete se resumia aos oficiais da academia, aos seus instrutores, e colegas de curso. No ambiente acadêmico, ficavam 24 horas juntos, sempre realizando alguma atividade coletivamente, e, no geral, a convivência é desenvolvida com os mesmos colegas de turma. Convivência essa que se traduz como uma forma de ser entendido e de entender o colega, de que seja criado um laço social positivo entre os jovens cadetes, uma vez que estão vivenciando as mesmas

respectivas Unidades. Assim, a Academia da Polícia Militar Coronel Fontoura tornou-se um referencial de formação de oficiais para a Amazônia, com sede única no Pará.

10 Fragmentos da narrativa de Luiz Carlos Rayol, Cadete, da 1ª turma regular de CFO no Pará, no período de 1992-1994.

angústias, possibilitando compreender a Academia como um grande espaço para o surgimento da identidade cultural homogeneizada, com pouquíssima permissão de particularidades ou de subjetividades.

Constata-se, assim, que a ideia do internato acaba por reduzir a convivência com o círculo de amigos civis, e se mostra eficiente na lógica das Academias Militares como propiciadora do espírito de corpo, da coesão, camaradagem e da homogeneização, elementos sempre requeridos na carreira do policial militar. Nesse caso, as amizades que se estabelecem nesses espaços acadêmicos têm uma proposta de solidez, cuja intenção é que se estendam para além do período do curso de formação, se desdobrem durante toda a carreira profissional.

Quanto ao internato, por se tratar de um ambiente acadêmico cheio de regras, longe da família, de amigos e da sua cidade de origem, a opção pela carreira policial militar levava-lhes a experimentar um tempo de adaptação imperiosamente rápido, de acomodação física e psíquica, que demandava um esforço interno e externo, complexo de emoções e sentimentos: orgulho, indecisão, pressão, descontentamento, medo, ansiedade, angústia, tensão, e até mesmo rejeição e estigma pela escolha profissional, que, fora desse contexto policial militar, não são possíveis de serem percebidos.

Pelas narrativas, a questão do descontentamento e da rejeição vivenciada surge como decorrência de um estigma social-institucional. Compreende-se o conceito de estigma¹¹, como é tratado por Goffman: uma classificação negativa realizada pela sociedade ou por parte dela, em que o sujeito se torna menos aceito ou desejado, a quem se destinam várias formas de manifestação, tais como atitudes de discriminação, de exclusão ou de imagem denegrida, deteriorada.

Por algumas décadas, a rejeição à carreira policial militar deveu-se ao seu entrelaçamento com o período da 'ditadura civil-militar', a truculência, torturas e outros crimes praticados ou relacionados ao envolvimento de militares, que promoveram uma imagem institucional denegrida e maculada. Isso é manifestado vividamente na opinião de alguns autores, dentre eles, Virgílio

11 Sobre estigma ler: GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

Donnici¹² e Thomas Holloway¹³, os quais analisam que as Polícias, naquele momento, criaram uma cultura corporativa de violência contra a população, que procederam matando, desrespeitando os direitos e as garantias individuais, e se encastelando em si mesmos.

Com o fim da ditadura civil-militar, teve início um processo de redemocratização do Brasil¹⁴. O cenário político apresentava-se diante de uma elevada dívida externa, alto índice de inflação e baixo poder de compra do trabalhador brasileiro. Objetivando a reestruturação do sistema político e a retomada do desenvolvimento econômico e social, mediante os ventos de liberdade democrática, nos anos de 1987 e 1988, a Assembleia Nacional Constituinte dedicou-se à elaboração da nova Carta Magna, que surgiu em meio à grande mobilização da sociedade, visando ampliar a garantia dos direitos sociais, estabelecendo a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a condenação de práticas discriminatórias, permitindo o direito de voto aos analfabetos, dentre outros avanços¹⁵.

A Amazônia, por conseguinte, configurou-se como um cenário eferescente para as ações desenvolvimentistas, abrangendo inúmeras demandas relacionadas às populações regionais: ribeirinhos, seringueiros, pescadores, garimpeiros; danos do desmatamento, da biodiversidade, da qualidade de vida, dos recursos naturais, da poluição da rede fluvial pelo uso de mercúrio na exploração dos garimpos, da incidência de doenças endêmicas, etnocídio contra povos indígenas¹⁶, urbanização desordenada, enfim, eram muitos os desafios. Nesse cenário plural da Amazônia em meio às mudanças políticas,

12 DONNICI, Virgílio. *Polícia, Guardiã da sociedade ou parceira do crime?* Um estudo de criminologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

13 HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e Resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

14 PAIVA, Angela Randolpho. Movimentos sociais e teoria crítica: notas sobre a redemocratização brasileira. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org.). *Redemocratização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 117-144.

15 Sobre as transformações ocorridas no Brasil, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

16 Diagnóstico da Comissão Coordenadora Regional de Pesquisa na Amazônia. Plano de Ciência e Tecnologia para a Amazônia: 1990/1991. Belém, 1990. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves. (Org.). *Amazônia: Desenvolvimento, Sociodiversidade e Qualidade de Vida*. Belém: UFPA; NUMA, 1997.

sociais e econômicas, procediam-se as articulações para atrair jovens à candidatura da profissão policial militar.

Posteriormente, além dos resquícios do regime civil-militar, o despreparo e ações inadequadas cometidas por policiais acabavam por reverberar, produzindo rejeição quanto à atuação profissional e, conseqüentemente, quanto à escolha pela carreira.

Segundo Mesquita Neto¹⁷, com o aumento da criminalidade e da violência, sobretudo do tráfico de drogas e armas, bem como do crime organizado, durante as duas décadas do regime autoritário, as Forças Armadas e as Polícias intensificaram o emprego de técnicas e práticas na repressão da delinquência juvenil e do crime, para a garantia da lei e da ordem. Tais práticas repercutiram como ações belicosas e continuaram a provocar ‘repulsa’ da sociedade, mesmo depois do regime ditatorial.

Assim, a repulsa quanto à carreira policial militar respingava no jovem cadete. Eventualmente, os próprios familiares mostravam-se inculcados com os estigmas sociais, nem sempre vendo com bons olhos a profissão. Supomos que a desaprovação familiar, em certa medida, estivesse ligada diretamente ao papel desempenhado pela Polícia Militar sob o paradigma militarista de tortura, violência e repressão como resquícios da ditadura, no qual as desordens públicas eram tratadas com táticas de combate, de guerra, e os manifestantes eram vistos como inimigos que deveriam ser neutralizados, eliminados.

Nesse sentido, para alguns dos cadetes participantes das pesquisas, a decisão pela carreira policial militar consistiu em um desafio de enfrentamento, principalmente junto aos seus familiares, dos quais nem sempre obtiveram, de pronto, a aprovação:

Meu pai quando soube que eu tinha passado na APM e que eu iria pra Pernambuco seguir carreira militar, ficou muito contrariado. Ficou mais ou menos, uns seis meses sem falar comigo. Eu entendia ele, é porque na verdade, ele tinha outros sonhos pra mim. Ele havia montado uma gráfica e uma papelaria e me colocou como sócio dele. [...] Mas tempos depois, meu pai, foi percebendo minha desenvoltura na farda, e a ascensão da carreira,

17 MESQUITA NETO, Paulo. Segurança, Justiça e Direitos Humanos no Brasil. In: LIMA, R. S.; PAULA, L. (Orgs.). *Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo com seu papel?* São Paulo: Contexto, 2008. p. 53-64.

e como as portas me foram abertas para tantas coisas, aí ele amoleceu, e me falou que reconhecia ter sido a decisão mais acertada que tomei. Ele morreu não faz muito tempo e viu quase todo o meu percurso na Polícia Militar (Silveira, cadete 1988)¹⁸.

Não obstante à possibilidade de desaprovação ou de rejeição social, esses jovens candidatos encaravam a carreira policial militar como uma oportunidade de estabilidade profissional, à medida que seguissem a carreira, de ascensão:

Quando fiz a prova, vi como uma oportunidade de ser aprovado em um concurso com estabilidade e isso, falou mais alto. Eu sabia que seria uma grande mudança na minha vida. Para minha surpresa, fui enviado para cursar o CFO na Academia de Paudalho, na Zona da Mata pernambucana¹⁹. Fiquei muito satisfeito. Eu, oriundo de Muaná, no Marajó, fui cursar a Academia em Pernambuco. Nunca imaginei (Costa Vale, cadete, 1992)²⁰. Fiz o concurso da PM porque, como todo jovem queria ter uma profissão, uma melhoria salarial e queria também estabilidade, sabia que isso seria possível através de concurso público. Eram 220 candidatos para 10 vagas. Eu fui o 4º colocado, e então eu escolhi ficar como laranjeira²¹ na APM de Barro Branco em São Paulo. [...] Localizada na Serra do Mar, [...] num frio intenso de 5º centígrados (Costa Júnior, cadete, 1983)²².

18 Roberto Silva da **Silveira Júnior** – realizou Curso de Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar do Paudalho, Pernambuco. (1988-1991)

19 O nome da cidade de Paudalho, em Pernambuco, origina-se de uma árvore secular que exalava um aroma similar ao do alho, situada na margem direita do Rio Capibaribe, no local onde se encontra a ponte de Itaíba, no centro da cidade. A ocupação organizada das terras iniciou com um aldeamento indígena promovido pelos padres franciscanos: Aldeia de Miritiba, onde nasceu o índio Poti, batizado por Felipe Camarão, herói da luta contra a ocupação holandesa. Posteriormente a região cresceu pelo impulso do cultivo da cana-de-açúcar e vários engenhos estabeleceram-se na região. O povoado de Paudalho surgiu no entorno do engenho Paudalho. *Revista Guararapes*. Publicação da Academia de Polícia Militar de Paudalho, v.1, n. 2, 1995.

20 Pedro Paulo **Costa Vale**-realizou Curso de Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar do Paudalho, Pernambuco (1992-94).

21 O termo ‘laranjeira’ ou ‘estrangeiro’ refere-se ao aluno oficial que estando em regime de internato, passa a residir na própria unidade de ensino, por ser de outra cidade ou região.

22 Osmar Vieira da **Costa Junior** – Iniciou sua formação ao oficialato, como cadete na Academia de Polícia Militar de Barro Branco – São Paulo em 1983, entretanto por ter apresentado pneumonia e inadaptação ao clima frio da Serra do Mar, obteve a possibilidade de concluir seu Curso de Formação de Oficial na *Academia do Paudalho*-Pernambuco (1985/1987).

Nesse sentido, não se pode ignorar que na decisão pela carreira militar havia uma gama de fatores exercendo interferência motivacional²³ no psiquismo dos jovens cadetes, que os estimulava a vincular-se à carreira militar, mesmo que não tivessem apoio de outras pessoas ou condições adversas.

A dinâmica nos quartéis e suas primeiras interfaces na família

Entre os jovens candidatos que concorriam à carreira policial militar, havia aqueles que provinham de famílias cujo vínculo militar já estava estabelecido, antes mesmo de terem nascido²⁴. Esses candidatos, por serem de famílias formadas por militares do Exército, desde tenra idade realizavam naturalmente a entrada gradual nos quartéis, em função da sua própria dinâmica familiar, à medida que participavam de solenidades, treinamentos, festividades, confraternizações etc., acompanhavam a dinâmica do quartel e iam sendo influenciados por ela:

[...] meu pai era sargento do Exército e trabalhou durante muitos anos no interior de Minas Gerais, onde eu nasci. Ele trabalhava no “Tiro de Guerra”, um mini quartel no interior do Estado, que tem a missão de formação dos recrutas do serviço militar obrigatório. [...] Era em Santa Rita do Sapucaí²⁵ eu morava ao lado do Tiro de Guerra²⁶. Então acordava de manhã ouvindo os comandos da “ordem unida” na quadra que ficava atrás. Eu participava de muitas atividades. Desmontava fuzil, participava de marcha junto com eles, isso me acompanhou boa parte da minha infância e adolescência. Foi quando viemos para Belém e ele (pai) foi trabalhar no 2º

23 SAMPAIO, Jáder dos Reis. *O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação*. *Revista de Administração da USP*. São Paulo, v. 44, n.1, p 5-16, jan./fev./mar. 2009.

24 Aos filhos de militares recrutados para realizarem cursos militares no Exército, Celso Castro aponta uma tendência de recrutamento endógeno, sendo sua ocorrência analisada a partir de 1970. CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.142.

25 Município localizado no sul de Minas Gerais, distante cerca de 430 km de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.pmsrs.mg.gov.br/Home/>> Acesso em: 16 jul.2017.

26 Uma organização militar cuja finalidade era tanto de complementar o treinamento militar obrigatório para os jovens que atingiam à maioridade quanto de treinar civis. Ver: CARVALHO, José Murilo. *O pecado original da República: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2017.

BIS²⁷. Aí eu tinha um contato, mas não era algo mais tão próximo, como era antes (Emílio, Aspirante, 1991)²⁸.

As lembranças acima narradas por Emílio, sobre o seu convívio na dinâmica do quartel, na companhia de seu pai no Tiro de Guerra, denotam que a inserção de sua família, como participante da dinâmica castrense, mostrava-se de certa forma uma prática corriqueira, o que lhes proporcionava, desde criança, ambientação e aprendizado acerca da caserna.

Para Silva²⁹, a participação espontânea dos familiares no quartel se dá porque a família do militar geralmente se torna uma extensão do quartel, em que os integrantes são considerados como uma grande família. Assim, o universo castrense, com suas sociabilidades, o seu estilo e a dinâmica dos eventos sociais, produz, em certa medida, a naturalização da vida castrense, no âmbito familiar:

Meu pai era suboficial da Marinha, mas quando eu ingressei na farda, meu pai já era falecido. Faleceu repentinamente de infarto. Decidi seguir a carreira militar porque via com bons olhos. Eu tinha tios e primos já militares da Marinha e dois irmãos meus já cursavam Academia da Polícia Militar em Paudalho, Pernambuco. Por conta disso, os ritos militares me eram familiares, e isso me encorajava a seguir os mesmos passos (Leonardo, cadete, 1988)³⁰.

Em sua narrativa, Leonardo evidencia a motivação para o seu ingresso na APM, sob uma perspectiva familiar: seu pai, tio, primos e irmãos já vivenciavam a experiência na caserna, embora fossem instituições militares distintas. Parecia familiar, dado a participação de vários membros de sua família.

A oportunidade de ingressar na carreira, mesmo para aqueles que já conhecem ou convivem um pouco do ambiente, no caso dos filhos de militares,

27 2º Batalhão de Infantaria de Selva

28 Carlos **Emílio** de Sousa Ferreira - Integrante do primeiro Curso Intensivo de formação de oficiais - CIFO da APM Cel. Fontoura. (1990/1991)

29 SILVA, Cristina Rodrigues. *Famílias Militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, set/dez, 2013. p. 867.

30 **Leonardo** Santiago Gibson Alves – realizou Curso de Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar em Minas Gerais.

exige, necessariamente, a assimilação do mundo militar e o abandono do mundo civil. O cadete, além de aprender com os mais antigos³¹ infundáveis conhecimentos sobre o cotidiano e a dinâmica dos quartéis, irá passar pela transformação de civil em militar, o que muitas vezes gera um estranhamento, uma espécie de choque cultural – mesmo para aqueles que já estavam aproximados do mundo militar pelo parentesco com outros militares, como relata Leonardo:

Algumas coisas eu estranhava, achava exagero, como, por exemplo, uma situação que eu presenciei quando eu estava na academia, um cadete que foi excluído somente por causa de uma segunda via de documentação, que ele foi solicitar o recibado, e não convinha fazer isso [...] pensei né, a exclusão dele foi um exagero. Mas havia uma lógica naquelas normas, e eles reforçavam que era para a manutenção de disciplina. Exigiam de nós habilidades e compromisso, para toda e qualquer tipo de situação que quando oficiais poderíamos passar (Leonardo, cadete, 1988).

Desde o ingresso na Academia, pelo fato de ser um curso que exige dedicação exclusiva, torna-se natural que o cadete faça a ruptura com o mundo civil, como uma necessidade de que, pela forja, surja a identidade policial-militar, confirmando a incorporação dos símbolos e ritos que há no universo policial militar, e estão no dia a dia, por exemplo: o toque da corneta no início e fim de expedientes, o hasteamento de bandeiras, a formatura no pátio, a leitura de ordem do dia, as escalas de serviço, as revistas de uniforme, as punições, enfim, uma série de ritos que passam a fazer parte intrinsecamente do cotidiano na unidade de ensino policial militar, como narra o entrevistado Costa Junior:

A rotina Acadêmica era intensa até as refeições eram feitas com uma prévia na 'marcialidade', isto é, com ordem unida. Entrávamos em forma toda a escola – cadetes do terceiro, segundo e primeiro ano. Ao comando do aluno de dia (geralmente era um do terceiro ano) nós marchávamos (todos os pelotões) exatos 25 passos em ordinário e depois ficávamos na posição de descansar automaticamente. Em seguida, cada coluna dos pelotões

31 O termo 'Antiguidade' no ambiente policial militar, não se refere à velhice, nem tão pouco a ser idoso. O termo antiguidade está relacionado a precedência, maior tempo de experiência desenvolvendo a atividade ou classificação mais elevada, que o novato ou o recém-chegado.

avançava em direção ao refeitório. Isso era o ritual diário do café, almoço e jantar (Costa Júnior, cadete, 1985).

Barros *apud* Silva³², na sua tese de doutorado em Ciência Política, evidencia que os padrões de relacionamento entre militares do Exército brasileiro apontam uma presença significativa de filhos de militares, seguindo a mesma carreira que o pai, devido as facilidades educacionais proporcionadas aos filhos de militares para ingressar na carreira. Em outra análise, Barros³³ considera que o intuito da “Escolha de vários membros de uma mesma família e de uma mesma geração pela carreira militar, isto é, irmãos, era igualmente comum, independentemente de serem filhos de oficiais militares”.³⁴

Por outro lado, em nossa investigação, pudemos constatar que filhos de militares seguir a carreira dos pais militares não era uma dinâmica funcional exclusiva em âmbito do Exército, já que encontramos diversos exemplos correlatos em âmbito da Polícia Militar.

Ademais, observamos a ocorrência daquilo que passamos a denominar de influência cruzada, na qual o parentesco com militares das Forças Armadas exerce algum tipo de influência para a carreira policial militar, supondo que seja por algumas semelhanças, encorajamento e aproximação com ritos e simbolismo militares.

Nesse sentido, usamos como referência de ‘influência cruzada’ os participantes: Emílio, cujo o pai era militar do Exército brasileiro; Heyder Calderaro³⁵ e Hylton Figueira³⁶, que tinham tios militares do Exército; Silveira, cujo tio era da Marinha; e Leonardo Gibson, que era filho de militar da Aeronáutica e também sobrinho e irmão de policiais militares:

32 SILVA, Cristina Rodrigues. *Famílias Militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, set/dez, 2013. p. 867.

33 BARROS, Alexandre de Souza Costa. *Parentesco entre membros das Forças Armadas brasileiras*. In: CASTRO, Celso (Org.). *A família militar no Brasil: Transformações e permanências*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.185-193

34 *Idem*, p.185.

35 Heyder **Calderaro** Martins, Integrante do primeiro Curso Intensivo de formação de oficiais - CIFO da APM Cel. Fontoura. 1990/1991

36 Hylton Loris Soares **Figueira**, Integrante do primeiro Curso Intensivo de formação de oficiais - CIFO da APM Cel. Fontoura. 1990/1991

Na minha família meu tio já era oficial superior do Exército, ele fez IME³⁷. Esse tio me influenciou no meu ingresso. Ele tinha um estilo padrão militar por excelência: estudioso, firme, determinado, líder. (Calderaro, Aspirante a Oficial, 1991).

Eu tinha um tio que era sargento do Exército, e ele de certa forma me influenciou a seguir carreira militar. (Figueira, Aspirante a Oficial, 1991). Decidi seguir carreira militar porque achava um trabalho digno. Meu tio era da Marinha e meu sogro da Polícia Militar. Com certeza eles me inspiraram. O exemplo deles serviu de influência positiva pra mim (Silveira, cadete, 1988).

Além dos mencionados participantes, Leonardo informa em sua narrativa que, dentre os seus nove colegas do Curso de formação de oficiais, oriundos do Pará, na mesma Academia, seis eram filhos, sobrinhos ou irmãos de oficiais da polícia militar.

De modo coletivo e individual, os cadetes, desde sua admissão, são convocados ao “Processo de construção da identidade social do militar”³⁸, a exercitar atitudes, valores que se configurem como espírito militar: disciplina, respeito, lealdade, coragem, abnegação, ética, justiça, verdade, discrição, honestidade, compromisso, empatia e fé na missão policial. Tais valores são estimulados não só para uma padronização de condutas, mas, sobretudo, para formar a identidade policial militar.

Assim, o cadete precisa encontrar forças para tangenciar as circunstâncias adversas e avançar no processo de socialização na cultura militar. Todo o esforço, ocupações e atividades realizadas no cotidiano da Academia tinham o caráter distinto e próprio, cuja finalidade proposta seria a de transformar um civil em um militar.³⁹

37 Instituto Militar de Engenharia, que tem como missão formar, graduar e pós-graduar engenheiros militares e civis para atender as demandas do Exército brasileiro. Localiza-se na praia vermelha, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ime.eb.mil.br/pt/>> Acesso em: 16 jul. 2017.

38 CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.15.

39 CONSUL, Júlio Cezar Dal Paz. *Brigada militar: identifique-se: a Polícia Militar revelando sua identidade*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 174.

Ademais, as atividades realizadas diariamente pelos cadetes e equipe de instrutores cumpriam rigorosamente os horários. A sequência de atividades programadas era proveniente de cima, com regras explícitas e formais, planejada para atender aos objetivos da formação, não havendo abertura para mudanças, negociação ou reivindicação.

As atitudes do cadete eram observadas frequentemente por meio da fiscalização, no controle de frequência de aulas, nas autorizações de saída do recinto, que deveriam ser concedidas por uma autoridade do âmbito escolar, na continência prestada ao passar pela sentinela⁴⁰, por meio de linguagens, ações, respeito aos superiores, incorporação de conceitos e de condutas militares nas relações sociais, apresentação pessoal, higiene, dentre outras.

Leonardo, em sua narrativa, discorre acerca de sua rotina na Academia, sobre inúmeras dificuldades encontradas e obrigações que não considerava relevantes para a prática policial-militar, como a arrumação da cama. No entanto, submetia-se a cumpri-las com obediência, em virtude das normativas da unidade de ensino, configurando parte da docilização exigida no âmbito militar, mas que, depois, adquiriram sentido e significado:

Nós tínhamos uma rotina rigorosa. Para tudo na Academia havia normas, regras até para arrumação da nossa própria cama. Eu optei em morar na APM – era chamado de “estrangeiro”. Nossas camas eram padronizadas, havia atrás da porta do apartamento a descrição de como deveríamos arrumá-la. Cada dia da semana nós tínhamos que fazer a dobradura do lençol conforme a descrição expressa por dia da semana. E tinha que ser padrão, porque havia fiscalização repentina, de surpresa. Como era internato, nós éramos obedientes àquela disciplina. A limpeza dos apartamentos era feita por uma empresa contratada, mas era nossa obrigação a arrumação da cama, nós como cadetes precisávamos fazer a manutenção (Leonardo, cadete, 1988).

40 *Sentinela* é o policial militar que fica na condição de vigia, na entrada principal do quartel. A sentinela é, por todos os títulos, respeitável e inviolável, sendo, por lei, punido com severidade quem atentar contra a sua autoridade; por isso e pela responsabilidade que lhe incumbe, o soldado investido de tão nobre função portar-se-á com zelo, serenidade e energia, próprios à autoridade que lhe foi atribuída. Estar alerta e vigilante, em condições de bem cumprir a sua missão. Sobre “Sentinela”, ver: Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG). Brasília-DF: Ministério do Exército; Estado Maior do Exército, 2003. p.72.

As recordações de Leonardo ao descrever-se na condição de “estrangeiro” denotam, sobretudo, o seu estranhamento à cultura recém aprendida. O fato de estranhar algumas normas, como, por exemplo, arrumação das camas, aos poucos foi sendo modificado, à medida que assimilava: disciplina, hierarquia, precisão, rapidez, vigor físico etc. Concomitantemente ao estranhamento, constata-se o seu esforço na busca de adaptação a uma série de ritos peculiares àquela unidade escolar: formaturas, exercícios físicos, inspeções etc.

Igualmente o entrevistado Rayol, que adentrou como cadete e chegou a ser comandante da Academia de Polícia Militar ‘Coronel Fontoura’, ao analisar as atividades e rotinas da unidade escola, que exigiam dos cadetes, prontidão, desenvoltura, rapidez, como por exemplo, na retirada e na colocação de uniformes, assegura em sua narrativa que há um sentido coerente, a ser extraído nesse tipo de tarefa, para a prática profissional vindoura, e esclarece:

[...] por que o cadete tem que trocar seu uniforme de educação física em três minutos? Seria por sacanagem? [...]. Não, com certeza não. É porque quando a gente vai atender uma ocorrência, o cidadão tem que ser atendido no menor ‘tempo resposta’ possível. E às vezes, nesse menor tempo, podemos salvar a vida de outras pessoas. É por isso que tem que ser rápido. Então, se estamos na viatura, e o CIOP⁴¹ nos passa uma ocorrência, se o cadete obteve essa resposta-reflexo na academia, ele há de tentar chegar o mais rápido possível para a ocorrência. Algum cidadão ao ver a viatura com a sirene ligada, correndo em velocidade, cortando sinal, talvez se pergunte: “para que isso?” É aí que consiste a diferença: A pronta resposta da qual aquele policial está imbuído para chegar no menor tempo possível, pode salvar uma vida (Rayol, cadete, 1992-1994).

41 O Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), em 1998, pelo Decreto nº 2.959 de 16/06/1998, tornou-se o Centro Integrado de Operações (CIOP), órgão de acionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, subordinado à Secretaria Adjunta de Gestão Operacional, sendo pioneiro no Brasil em realizar a atuação integrada das instituições da Segurança Pública. O objetivo do CIOP é mediar a comunicação entre o cidadão e os órgãos do Sistema de Segurança Pública por meio do *call center* 190, possibilitando o registro de ocorrências de urgência e emergência na área de Segurança Pública, durante 24 horas, permitindo o despacho oportuno de guarnições, com auxílio tecnológico de vídeo monitoramento, cujo objetivo é de promover atendimento ágil e estratégico na Região Metropolitana de Belém. Adaptado do ‘Informativo Institucional Oficial do CIOP-2017’

Assim, o processo de socialização profissional do cadete exige condicionamento, consolidação do conhecimento de atitudes, comportamentos e outros valores, tornando-se tão arraigado que, no caso de Leonardo, mesmo já decorridos quase 30 anos que concluiu a Academia em Minas Gerais, afirma que ainda traz na memória como se faz as dobraduras dos lençóis. Embora, na atualidade, não seja mais necessário realizar essas tarefas, adquiriu o hábito de, ao levantar-se, deixar sua cama arrumada e o cobertor dobrado, devido ao condicionamento intensivo recebido na mencionada Academia.

A “Semana Zero” e adaptação em uma “*instituição totalizante*”

Para o cadete no Curso de Formação de Oficiais, os primeiros dias são considerados “semana zero”, período quando são programadas várias atividades pela Divisão de Ensino⁴² e o Corpo de Alunos⁴³ da Academia, em uma espécie de boas-vindas ao cadete recém-chegado. É nesse período que uma série de atividades são desenvolvidas, visando à adaptação e o ajustamento inicial do aluno, ou até mesmo a sua desistência. Nisso, se revela a força de vontade para a permanência ou não na carreira policial.

Durante a “semana zero”, as atividades são intensas, e não permitem que o cadete tenha tempo livre, a não ser para o enquadramento militar. A rotina começa geralmente às 06h30 da manhã, e transcorre geralmente até às 21h. São treinamentos contínuos de ordem unida, marchas coletivas, treinamento físico-militar, ensaios de canções, assimilação de códigos, doutrinas e ensinamentos, inculcação de normas e regras, formas de tratamento aos seus superiores, pares e subordinados, conhecimento dos pavilhões da Academia, apresentação pessoal, corte de cabelo padronizado, confecção da identidade militar, decisão e adoção do ‘nome de guerra’, aprendizado para o uso do seu fardamento. Enfim, aquilo que seria vivenciado durante os três anos do CFO é

42 A *Divisão de Ensino* é o órgão responsável por fornecer ao Comandante da APM os elementos necessários para as suas decisões na área pedagógica e para assegurar e execução, o planejamento, a coordenação, o controle, a pesquisa, a avaliação de ensino, a organização dos cursos e estágios, e a análise dos resultados

43 A seção do *Corpo de Alunos* tem a responsabilidade junto ao comandante da APM, de zelar pela pontualidade e assiduidade dos cadetes, manter a turma de alunos coesa e homogênea, incumbindo-se da preparação moral, disciplinar e material da tropa, como também de solicitar punições e elogios, conceder dispensa do serviço. Comandar os cadetes nas formaturas, desfiles e exercícios nos termos. Manter o comandante da Academia atualizado quanto ao desempenho dos alunos nas atividades escolares.

como se fosse sintetizado naquele período de adaptação, que surte o efeito de ‘peneira’ para a permanência ou não do cadete.

Celso Castro, analisando a Academia Militar das Agulhas Negras, afirma que no período de adaptação há uma “Transição brusca e intensa”, na qual as pessoas que “Não possuem vocação ou força de vontade suficiente para o ingresso na carreira militar”⁴⁴ findam desistindo, por isso constitui-se em uma peneira.

Erving Goffman⁴⁵ analisa que o novato, ao chegar à ‘instituição total’, traz uma cultura aparentemente derivada de seu mundo familiar, em que são aceitos um conjunto de atividades sem discussão, sem contestação, até o momento de sua admissão. Após o seu ingresso, o novato se depara com diversas regras, prescrições, restrições, decisões, programações e ritos de enquadramento que modelam o recém-admitido a uma prática de controle e total obediência às normas vigentes no estabelecimento, para as quais encontra algumas dificuldades, como se no seu íntimo se sentisse perturbado por ter que participar obediamente.

Alguns cadetes, por mais que desejem seguir carreira, sentem dificuldades nesse enquadramento, oferecendo resistência ao aprendizado e ao cumprimento das regras vigentes na instituição. No que se pode depreender que a descrição da vida do Cadete em uma academia militar requer assimilação e enquadramento, nem sempre fáceis.

Pelas sucessivas dificuldades no que se referiam à docilização e ao aprendizado, em alguns casos, pode-se atribuir a um nível de tensão existente entre o mundo doméstico (interno) do cadete e o mundo institucional, também analisado por Goffman como resistência peculiar às instituições totais⁴⁶.

O termo ‘instituição total’, designado por Goffman, é atribuído a um local de residência e trabalho, em que indivíduos em situação semelhante ficam separados da coletividade mais ampla por um período predeterminado, pois, no seu cotidiano, vivem sob uma rotina fechada e formalmente administrada.

44 *Idem*, 2004, p. 19.

45 GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectivas, 2007. p. 23.

46 *Idem*, p. 22.

Goffman inclui em sua lista de estabelecimentos *os quartéis e as academias militares como exemplo de instituições totais*⁴⁷.

Entretanto, ao analisarmos o conceito de ‘socialização militar’ dentro das Forças Armadas e auxiliares como “instituições totais”, encontramos nas análises de Celso Castro⁴⁸ um diferente ponto de vista sobre a questão. O mencionado autor considera que seria mais adequado o uso da expressão “*instituição totalizante*” e não “instituição total”, por analisar que, nos quartéis, e muito especialmente nas academias militares, é perceptível a flexibilização, abertura, trânsito, etc, entre a “Equipe dirigente e os internados”, diferindo do rígido controle que há no contexto das “instituições totais” – analisadas por E. Goffman, e porque nesses estabelecimentos: manicômios, prisões e conventos, a participação dos ‘internados’ é mantida de modo compulsório, contrariamente da academia militar, em que somente permanecem aqueles que desejarem permanecer.

De fato, analisando por esse prisma, somos levados a concordar com Celso Castro que existem notórias aberturas em âmbito militar que nos permitem analisar as academias, interpretando-as como *‘instituições totalizantes’*.

Entretanto, nos convém contraditar que “totalizante” também não é um termo que se aplica tão bem, pelo menos nos dois primeiros períodos da formação, tempo no qual a *socialização militar* segue a prescrição de vigilância, controle disciplinar e comportamental, fundamentados no rigor, em todos os âmbitos da vida do cadete, cuja as regras, restrições, decisões, programações, exigem obediência e enquadramento para além da Academia: seja na aparência individual, higiene, comunicação e no tratamento interpessoal, nos horários de descanso, uso do nome, observância ao horário das refeições, folgas, passeios, locais de diversão, aulas e notas de avaliação, serviços, relações comerciais, dívidas, moradia, etc.

Enfim, tudo passa pelo monitoramento e vigilância do comandante e dos oficiais, dirigentes da academia. Por essa razão, em um dado momento, quando as resistências e dificuldades se agigantam, entre o mundo interno do cadete e o mundo institucional, o cadete pode inclinar-se ao pedido de desligamento do curso, ou mesmo ser desligado pelos oficiais e comandante, por considerarem

47 *Idem*, p.17.

48 CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero Camargo. (Orgs.). *Antropologia dos Militares: Reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

sua inadequação ao perfil do aluno oficial militar. Assim, quando o cadete é desligado, sua exclusão acabava sendo de conhecimento público, e isso serve de ensinamento a outros cadetes, no que tange a necessidade de enquadramento, de incorporação das normas e da docilização.

O simples fato de ter sido admitido na corporação legitima as ações da instituição no trato para com o cadete, para a forja do espírito militar. A incorporação do espírito militar ultrapassa o conteúdo dos manuais e livros, estendendo-se através da interação com os demais militares nos diversos postos e graduações, pois é no cotidiano com outros militares que o indivíduo em formação aprende a ser militar, isso porque a cultura organizacional revela-se uma ferramenta que captura os sujeitos, produzindo o aprendizado por meio da identificação, do sentimento de pertença, da uniformização e, por fim, forjando uma nova identidade.

Para Goffman⁴⁹, o processo de admissão em uma instituição total leva a muitos outros processos, inclusive à perda da identidade, e à ‘mortificação do eu civil’⁵⁰, caracterizado pelo autor como a perda da concepção de si mesmo, pois, quando é admitido na academia, deixa algumas das disposições adquiridas no ambiente doméstico e “É imediatamente despido do apoio dado por tais disposições”.⁵¹No caso do cadete, integrante de uma instituição totalizante, na qual é determinado a mudança de sua identidade civil, tal fato é apreciado, por exemplo, quando da troca do “nome civil” para a adoção do “*nome de guerra*”.

“Nome de guerra”, “canga” e laços de solidariedade

A mudança do nome civil para o “nome de guerra”, sem dúvida nenhuma, é um fato que merece destaque na vida do cadete, e ao longo da carreira militar. Ao ser admitido em qualquer uma das corporações militares, o sujeito traz seu nome de batismo, que o identifica comumente no seio familiar ou doméstico. Trata-se do nome que foi escolhido, geralmente, por seus pais, e aquele nome torna-se então a fazer parte da existência do sujeito, às vezes, ainda estando em formação na vida intrauterina, já o chamam pelo nome escolhido. O nome torna-se como um *construto de sua identidade*.

49 *Idem*.

50 *Idem*, p.25.

51 *Idem*, p.24.

O pesquisador Antonio Ciampa, ao discorrer sobre o nome como parte da identidade do sujeito, afirma: “[...] o primeiro grupo social do qual fazemos parte é a família, exatamente que nos dá nosso nome. Nosso primeiro nome (prenome) nos diferencia de nossos familiares, enquanto o último (sobrenome) nos iguala a eles”⁵².

Do mesmo modo, o casal Corso & Corso, discorrendo sobre a relação que o sujeito, constroem com o próprio nome, assinalam que os pais geralmente são os que escolhem o nome dos seus filhos, alguém chama a criança por aquele nome, porque assim foi decidido pelos pais: “Mesmo que sigam alguma tradição de família ou escolham um nome da moda, eles sempre terão tido razões para escolher uma e não qualquer outra palavra para designar seu filho”⁵³.

Entretanto, ao ingressar na unidade escolar militar, o cadete, via de regra, nem sempre obterá a permanência do seu nome de batismo, como aquele a ser escolhido para a carreira profissional. Então, ele se submete a um “novo batismo”, no qual lhe é atribuído outro nome denominado “*nome de guerra*”, que via de regra não é o seu prenome, ou seja, costumeiramente a escolha vai recair em algum dos sobrenomes. Os nomes de guerra são convenções das instituições militares. Para a escolha e definição de qual seja o nome, busca-se atentar também para a questão da antiguidade ou da ordem de classificação hierárquica, do primeiro ao último aluno classificado no concurso.

A escolha do ‘nome de guerra’ geralmente se faz como uma prerrogativa dos oficiais da unidade escolar, evitando repetições de nomes entre os cadetes. A repetição de sobrenomes muitas vezes vai exigir que se faça um ajuste, juntando-se o ‘prenome + sobrenome’, ou dois sobrenomes, sempre evitando que haja conflito de nomes entre os cadetes, ao mesmo tempo que se firma a hierarquia de um pelo outro. Aquele que é aluno mais antigo, cujo sobrenome se repete com outro, teria a prerrogativa da oportunidade em auxiliar os oficiais da unidade escola na escolha de seu sobrenome, como esclarece o fragmento da entrevista a seguir:

52 CIAMPA, Antonio da Costa. *Identidade*. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 58-75.

53 CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mario. *A relação das coisas e das pessoas com seus nomes*. In: *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. São Paulo: Artmed, 2006. p. 196.

A escolha dos nossos nomes ocorre geralmente nos primeiros dias de admissão, logo depois que a gente se apresenta na academia. Nenhum cadete sai escolhendo que nome quer usar. A gente pode até ‘escolher’, sugerir o sobrenome de nossa família, mas, isso cabe aos oficiais do Corpo de Alunos, porque eles vão verificar de modo que não haja repetição. O nosso nome ter que ser único (Costa Vale, Cadete, 1992).

O ‘novo’ batismo parece ser uma imposição para o cadete. Uma identidade que lhe foi objetivamente atribuída por alguém, que não é, e nem foi, um de seus familiares. Entretanto, com o decorrer dos anos, na academia e posteriormente na vida profissional, o nome de guerra passa a ser a sua identidade subjetivamente apropriada, que distingue o policial de tantos outros na Corporação. Assim, a adaptação ao nome de guerra para o militar torna-se imprescindível, como um elemento de autorreconhecimento ao qual o policial militar se apegua, se identifica e se apropria de modo singular, peculiar, em um conjunto de outros sujeitos.

Como se observa nas narrativas abaixo:

Na APM de São Paulo, o meu nome de guerra era Osmar. Mas quando eu voltei para Belém, não pude permanecer como Osmar, porque já havia outro oficial mais antigo, com o mesmo nome “Osmar”. Então pensando no meu nome todo: Osmar Vieira da Costa Junior, sugeri ‘Vieira’, mas já tinha um outro mais antigo, com o nome de “Vieira”. Então, tive que adotar outro ‘nome de guerra’. Optei por ser “Costa Junior” (Costa Junior, cadete 1988).

Meu nome de batismo é Pedro Paulo, quando fui para o CFO em Paudalho Pernambuco, já havia um outro com o mesmo nome. Então escolheram pra mim, um dos meus sobrenomes “Vale”. Nos dois primeiros dias do curso mais ou menos. Ocorre, que quando me chamavam parecia que não era comigo (risos), eu estranhava. Mas na primeira semana, a gente já tem que ter assimilado, e pronto. Segui como “Vale” e me adaptei a ele, durante os três anos do curso. Ao retornar para Belém, já como ‘aspirante Vale’, o meu primeiro comandante, entendeu que era um nome muito curto, de pouca expressão de identidade, foi aí então que eu adotei meus dois sobrenomes: “Costa Vale” (Costa Vale, Cadete, 1992).

Assim, tanto a apropriação do nome de guerra quanto outros dispositivos exigidos no ambiente acadêmico exemplificam a sua adaptação e docilização ao aprendizado da cultura militar, no caso das PM's, uma cultura herdada do Exército brasileiro, cuja função pedagógica objetiva também o acatamento da obediência à hierarquia e à disciplina militares.

Além do nome de guerra, outro aspecto que corrobora substancialmente no processo de docilização é a convivência diária entre os cadetes, o que leva à aproximação, a coesão, faz surgir a camaradagem e o companheirismo entre os cadetes. Às vezes, essa camaradagem no período da Academia acompanha o policial militar durante toda a sua carreira profissional. Do seu intenso relacionamento com aqueles colegas de turma durante os três anos da formação, quando vivenciaram adversidades, faz surgir a cumplicidade, a solidariedade, a proximidade que se perpetua por toda a vida profissional do policial militar, gerando um sentimento coletivo que lhes favorecia no controle da tensão existente entre os mundos interno e institucional.

No primeiro ano da Academia, para facilitar a adaptação, o companheirismo e até mesmo evitar o isolamento e a desistência, é comum a manifestação por escolha, de um elemento denominado de 'canga'. Cada cadete do primeiro ano tem o seu canga, que se configura como uma espécie de 'sombra' um do outro – aonde um for, o outro cadete vai junto.

Ser canga traduz-se em lealdade, companhia para todas as horas. Tem a finalidade de fomentar, sobretudo, a conscientização de que, na vida profissional vindoura, o policial militar deve trabalhar sempre ladeado de seus companheiros ou em equipe, que não convém o individualismo no desenvolvimento de suas missões, se faz imperioso ter parceiros.

O trabalho acompanhado de um colega se torna uma recomendação de suma importância, que precisa ser fielmente obedecida pelo policial no desempenho profissional, para que a atuação seja minimamente exitosa. Até mesmo quando a atividade for apenas o policiamento preventivo a pé, em cujo emprego seja uma menor representação do serviço policial militar, que é a fração, sempre estejam dois policiais.

Além de ser estimulado a companhia do canga e do trabalho em equipe, no período da academia, as amizades também se manifestam sobremaneira. A exigência do cotidiano e as dificuldades encontradas tendem a favorecer os vínculos de amizade e solidariedade. Os cadetes vão se acumpliciando e se solidarizando de diversas formas, seja no empréstimo de objetos ou acessórios do uniforme, como luvas, gorro, cinto-cadarço, seja na divisão do lanche ou

refeição, no auxílio dos exercícios do treinamento físico ou na preparação das atividades escolares, inclusive no encorajamento diante do incômodo desejo de desistência da carreira policial.

Conclusão

Neste artigo, discorremos acerca dos desafios da formação do oficialato policial militar, com ênfase na figura do cadete. A temática nos remete quase que naturalmente à compreensão de ser o cadete, ainda um jovem aprendiz, quando de sua inserção à corporação policial militar, que, via de regra, no mínimo é centenária e deposita sobre esse jovem estreante, incontáveis expectativas, idealizações e exigências relacionadas ao seu preparo profissional, inclusive, concernentes à incorporação, de um conjunto de valores, atitudes, disciplina, técnicas e habilidades que muitas vezes são incongruentes no que tange às próprias expectativas e sonhos do neófito.

Assim, o cadete se envolve e desenvolve durante três anos no curso de formação na Academia, o processo de socialização profissional, e, ao final, quando de sua ascensão ao aspirantado, espera-se que faça sentido cada exercício, ensinamento e instrução recebidos; que a forja e o enquadramento policial militar fiquem evidentes, chancelando a aptidão à carreira profissional. Torna-se, também, imprescindível avaliar que uma profissão como a do policial militar, cujo risco e perigo são acentuadamente constantes, para além do aprendizado teórico-prático, peculiar à sua formação, que se encoraje no decorrer da carreira policial militar, o fortalecimento do ‘espírito de corpo’, a lealdade, a camaradagem e a solidariedade, que como garante Sidney Chalhoub, os laços de solidariedade e ajuda entre os homens, podem ser fundamentais como estratégias de sobrevivência⁵⁴.

54 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. Prefácio da 2ª edição. Campinas: UNICAMP, 2012. p. 185.

TRABALHO E SAÚDE MENTAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARÁ

Joana D'arc do Carmo Lima¹

Introdução

Este trabalho propõe-se a estudar as relações entre processo de trabalho, saúde mental e estigma na Polícia Militar do Pará-PMPA. Surgiu como resultado de nossa experiência profissional como psicóloga nessa instituição.

Consideramos como elemento importante, nesse contexto, o levantamento de pontos fundamentais para conhecimento e reflexão sobre a percepção do público interno quanto às práticas organizacionais existentes e suas consequências para os trabalhadores em uma instituição tradicional como é a PMPA.

Nossa condição de profissional da área de saúde, atuando na segurança pública e também na docência superior, motivou-nos a conhecer mais profundamente as inter-relações que articulam as áreas da Administração, Psicologia

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), professora do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP), membro do grupo de pesquisas Militares, Política e Fronteiras na Amazônia.

e Sociologia e suas consequências sobre o comportamento dos operadores de segurança pública.

A reflexão sobre a realidade dos policiais-militares nos fez problematizar as questões fundamentais que foram discutidas neste trabalho: quais as percepções de oficiais e praças sobre a relação processo de trabalho e saúde mental na instituição Polícia Militar do Pará? Quais os aspectos do processo de trabalho que afetam a saúde mental dos policiais? Quais as representações sociais que os policiais elaboram sobre os profissionais que apresentam alterações físicas ou psicológicas, no desenvolvimento das atividades de policiamento? Além dessas, outras representações podem surgir a partir do exercício profissional dos policiais-militares em um cenário de atuação, influenciado, hoje, por transformações significativas do conjunto social.

Consideramos fundamental, nesse contexto, as leituras de teóricos como Weber², Goffman³, Foucault⁴, Dejours⁵ e Morgan⁶, os quais foram importantes por terem direcionado essas análises.

Fizemos a opção por uma pesquisa qualitativa, por considerá-la como mais adequada aos nossos objetivos. Partimos, então, para o campo, a fim de levantar dados que subsidiassem nossas indagações. Após um período de aproximadamente 04 (quatro) meses, e de posse dos dados, iniciamos a fase de elaboração do presente texto. Para tanto, foi fundamental o retorno aos teóricos aqui mencionados, além de outros, que surgiram em função das especificidades levantadas através do desenvolvimento das análises e discussões.

Em conclusão ao presente estudo, procuramos aqui sintetizar as análises sobre o tema, expondo alguns pontos que permitam compreender a forma como os policiais-militares vivenciam “o sofrimento psíquico”, relacionando-o ao processo de trabalho e desenvolvendo mecanismos de ajustamento de modo a preservar sua saúde física e mental. Nesse aspecto, apresentamos também as

2 WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

3 GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 e *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

4 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

5 DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999 e *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez- Oboré, 1992.

6 MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. São Paulo: Altas, 1996

sugestões consideradas pertinentes, a serem executadas pela instituição e seus integrantes.

Instituições militares: poder, burocracia, identidade e estigma

Como fator de esclarecimento, consideramos importante situar algumas categorias que serão abordados neste texto, como “trabalho” e “processo de trabalho”:

“O “trabalho” pode ser definido como “uma ação humanizada exercida num contexto social, que sofre influências oriundas de distintas fontes (aspecto técnico, fisiológico, moral, social e econômico) o que resulta numa ação recíproca entre o trabalhador e os meios de produção”⁷.

Por “processo de trabalho”, Coriat considera “O processo pelo qual as matérias-primas são transformadas em produtos consumíveis, com um valor de uso”, sendo que, ainda segundo o autor, “Esse processo é constituído por 03 (três) aspectos fundamentais, que são: a atividade humana, o objeto do trabalho e os meios para sua realização”⁸. Portanto, a partir dessa visão integradora do processo, podemos considerar importante nessa relação o indivíduo, a atividade e os meios necessários para sua realização.

Além dos aspectos já abordados aqui, Mendes acrescenta como processo de trabalho “Aspectos que articulam a estruturação hierárquica à divisão das tarefas e passando pelo estudo da estrutura temporal do trabalho, incluem as políticas de pessoal e formas de gerenciamento adotadas pelas empresas”⁹. Codo inclui, ainda, como processo de trabalho: os meios de trabalho, a organização do trabalho, a relação interpessoal e com o público externo¹⁰. Dos aspectos realçados por esses autores, devemos destacar, principalmente, a dimensão humana, pois ela submete o trabalhador a diferentes formas de tensão que poderão ou não causar desgaste para sua saúde.

7 ANDRADE Jairo CODO, Wanderley; TAMAYO, Álvaro (orgs). *Trabalho, Organizações e Cultura*. São Paulo: Cooperativa Autores Associados, 1994, p. 29.

8 CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

9 MENDES, René. *Patologia do trabalho*. São Paulo: Atheneu, 1995, p.90.

10 CODO, Wanderley (org). *Sofrimento Psíquico nas Organizações*: Saúde Mental e Trabalho. Petrópolis- RJ: Vozes, 1995.

Assim como no conceito de trabalho, no conceito de saúde, a subjetividade também é verificada como decorrente da interação entre o nível social (organizacional) e o nível psíquico (individual). Para Ferreira, o conceito de saúde, segundo a definição da OMS, “É um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”¹¹. Reveste-se, portanto, de uma dimensão subjetiva, ao estabelecer a ideia de bem-estar como um aspecto positivo de atuação do indivíduo no meio, ideia que é reafirmada por Foucault, quando discute a questão do poder das instituições sobre as pessoas, principalmente na área social, de saúde, segurança e proteção. Segundo esse autor, o critério do que seja saudável e seguro é estabelecido socialmente, porque à sociedade foi confiado o “saber-poder” sobre as pessoas, impondo uma verdade que deve ser reconhecida por todos e sujeitando a subjetividade humana a um padrão¹².

A visão integrada de saúde nem sempre existiu no contexto social, pois, de acordo com Carvalho¹³, a criação da liga Brasileira de Higiene mental-LBHM, em 1920, foi influenciada pelo início do processo de industrialização no Brasil e, durante muitos anos, atuou com o único propósito de ajustamento do indivíduo ao processo produtivo (capitalista). Isso enfatizou o psiquismo individual como determinante nos desajustamentos ao trabalho, não considerando o processo do trabalho e suas implicações sobre a saúde/subjetividade dos trabalhadores.

Com o desenvolvimento de pesquisas, principalmente na área de Psicopatologia do Trabalho, houve uma mudança na análise da relação entre trabalho e saúde mental, acentuando a investigação no campo do processo de trabalho e na medida em que ele afeta o trabalhador, gerando conflitos. A expressão desses conflitos pelo indivíduo tem recebido diferentes denominações, como: “doença mental”, “distúrbios psíquicos”, “penosidade no trabalho” ou “sofrimento psíquico”.

A sociedade, ao priorizar a doença mental em detrimento de sua prevenção, reduz o indivíduo a objeto de estudo do outro, visto que lhe é negado

11 FERREIRA, F. A. Gonçalves. *Moderna Saúde Pública*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990, p. 21.

12 FOUCAULT, Op. Cit.

13 CARVALHO, Alexandre. *Trabalho e higiene mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil*. História, Ciências, saúde. Mangueiras, VI (1) 56-133, Mar-Jun, 1999.

o direito à subjetividade, ao pensar e sentir de forma diferente, à cidadania. Portanto, tal postura revela o quanto nossa sociedade não suporta conviver com a diferença, por senti-la ameaçadora. Sendo assim, a ideia de saúde integral (física e mental) não é reforçada socialmente, pois, para Dejours, “Saúde é ter meios de traçar um caminho pessoal e original em direção ao bem-estar físico, psíquico e social”¹⁴. Esse autor, em outro texto, ao se referir a expressão “sofrimento psíquico”, define-o como “Espaço de luta que cobre o campo situado entre, de um lado, o bem-estar e de outro, a doença mental, a loucura”¹⁵.

Na sociedade, é possível encontrar registros de manifestações de sofrimento mental das pessoas, como fruto da interação do processo de subjetivação e da expressão de nossas experiências no mundo, relacionados à interação corpo-mente, como, por exemplo, muitos “estados internos” são manifestados através de nosso corpo, como: raiva, ansiedade, desânimo, etc. Desse modo, a vida em sociedade possibilita a convivência com o sofrimento, com conflitos e suas diferentes formas de resolução ou canalização.

Para Berg, o “sofrimento psíquico” é sempre fruto do isolamento social, de uma “sociose” no seu dizer, existindo patologia ou não, pois sempre o indivíduo vai estar inserido em um contexto social que vai influenciar sua vida. Ele reconhece a importância dos fatores orgânicos, mas também considera que os mesmos são determinados pelo contexto ao qual o indivíduo está submetido¹⁶.

Considerando a importância dos aspectos sociais na emergência do “sofrimento psíquico”, devemos retomar à discussão acerca do significado do trabalho na sociedade capitalista e, conseqüentemente, individualista, em que vivemos.

Segundo Sato, o trabalho em si não faz adoecer, apenas as condições em que ele é realizado podem afetar a subjetividade do indivíduo e desencadear situações diversas, que podem afetar a saúde do trabalhador¹⁷. Por outro lado, Dejours expõe que “O trabalho é, também, um fator essencial de nosso

14 DEJOURS, Op. Cit., 1992, p. 11.

15 Idem, p. 39.

16 BERG, J. H. *O paciente psiquiátrico*: esboço de psicopatologia fenomenológica. São Paulo: Mestre Jiu, 1978.

17 SATO L, Bernardo MH. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. *Ciências saúde coletiva*, 2005. 10 (4): 869-878.

equilíbrio e de nosso desenvolvimento”¹⁸, e ainda acrescenta que a organização do trabalho, enquanto um processo mecânico, afeta o trabalhador, suscitando uma estratégia de defesa da sua subjetividade, por ele denominada de “Estratégia defensiva contra o sofrimento psíquico”. Esta implica em formas diversas de reações adaptativas do indivíduo frente às condições insatisfatórias do trabalho. Uma dessas formas de adaptação é caracterizada através da somatização, que, ainda segundo esse autor, é definida como “O processo pelo qual um conflito que não consegue encontrar uma resolução mental desencadeia, no corpo, desordens endócrino-metabólicas, ponto de partida de uma doença somática”¹⁹.

Essa concepção de Dejours considera o “sofrimento psíquico” como “Uma ideologia defensiva da profissão”. A partir dessa condição, ela funciona como uma válvula de escape do trabalhador para amenizar o impacto do processo de trabalho sobre o “aparelho psíquico” dos indivíduos. Para esse autor, e como já mencionamos anteriormente, o contexto taylorista do trabalho afeta a subjetividade do trabalhador, proporcionando um confronto entre sua história pessoal e um contexto de trabalho alienante (no sentido marxista do termo), que vai contra seus desejos, suas necessidades individuais. Isso termina gerando uma contradição entre sua vontade pessoal e a determinação da organização.

A hipótese mencionada acima, e que se aplica a esse estudo em particular, é a de que as tarefas perigosas executadas em grupo originam um medo específico, gerando angústia sobre o trabalho, contra as quais os trabalhadores desenvolvem estratégias defensivas. Esse disfarce funciona como um mecanismo de defesa para o indivíduo, proporcionando o que Dejours considera como modo de “economia psicossomática”. Essa ideia nos remete a um conceito fundamental em Psicopatologia do Trabalho, que é a noção de “carga psíquica de trabalho”, situação em que o mesmo proporciona um equilíbrio entre a estrutura psíquica do indivíduo e as condições do ambiente em que ele está inserido.

Nessa perspectiva, a partir da noção de “carga psíquica” e da necessidade de utilização dessas “estratégias de defesa pelo indivíduo” é que podemos entender o quanto o “sofrimento psíquico”, como resultante desses processos, colabora para o aumento da produtividade do indivíduo, no sentido de que o

18 DEJOURS, Op. Cit, 1992, p. 33.

19 Idem, p. 127.

processo de trabalho, muitas vezes, funciona para embotar a vida mental do mesmo através da exploração do corpo.

Dessa forma, para Dejours é necessário que haja a desapropriação do corpo (que Foucault considera como “adestramento”), para facilitar a “despersonalização” do indivíduo na construção dos processos defensivos do seu psiquismo, de modo a equilibrar a carga psíquica do mesmo. Segue expondo que, “Apesar de vivenciado, o sofrimento não é reconhecido (...) se a função primeira dos sintomas de defesa é aliviar os sofrimentos, seu poder de ocultação volta-se contra seus criadores”²⁰.

Assim se estabelece um pacto entre as organizações e seus empregados, em que as primeiras se eximem da responsabilidade de vincular as manifestações de sofrimento do trabalhador como decorrência das condições de trabalho, enquanto que os últimos utilizam a negação do sofrimento como estratégia de sobrevivência, passando a incorporar o modelo de máquina no seu modo operatório. Para Dejours e Abdoucheli, a organização do trabalho desencadeia, na estrutura psíquica do indivíduo, um deslocamento de sua identidade subjetiva, a partir da identificação deste com o trabalho na busca de maior produtividade²¹.

Contextualizando Poder e Burocracia

Goffman caracterizou os quartéis como “instituições totais” por eles desenvolverem atividades específicas com bases instrumentais, que, no caso das polícias militares, seria a atividade de “preservação e manutenção da ordem pública”. Para realização dessa missão, e por se tratar de uma organização burocrática, as lideranças necessitam manter o controle sobre todas as atividades realizadas, baseadas em normas e regulamentos²².

Na Polícia Militar, observamos que a assimilação das normas ocorre através da formação militar realizada nos centros de ensino, em que os alunos devem permanecer em regime de internato ou semi-internato, no período

20 Ibid, p. 136.

21 DEJOURS; ABDOUCHELI, Elizabeth, JAYET, Cristian. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Djouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo, Atlas, 1998, p 39.

22 GOFFMAN, Op. Cit., 1974.

de formação inicial, até serem considerados aptos para exercerem a atividade profissional.

Outro aspecto característico desse tipo de instituição é a centralização do poder do grupo dirigente, em que as condições de trabalho são decididas pelos superiores, com poucas chances de interferências dos integrantes nas decisões.

Tal centralização coloca em foco aspectos fundamentais das burocracias e instituições totais, que são a hierarquia e a disciplina, já citadas anteriormente. Na vida militar, tais elementos surgem como estruturas básicas da instituição, porque representam a possibilidade de mobilidade social dos indivíduos baseada em critérios individuais, como: nível de educação formal e a capacidade de iniciativas e esforços pessoais (merecimento). Esse processo tem dois efeitos:

- a) A hierarquia e a disciplina, fundamentos de uma prática coletiva, reforçam o individualismo;
- b) A hierarquia cuja base é o conhecimento da “desigualdade”, converte-se no seu oposto como forma de tornar iguais as diferenças (corporificação).

Foucault considera os indivíduos, os grupos, as instituições e as classes sociais como veículos de circulação de poder na sociedade. E, com tal característica, ele se manifesta na teia de relações sociais constituídas e construídas nos grupos, nas organizações, nas instituições sociais, que formam a sociedade.

Sobre a teia de significações que limitam o poder, Berger destaca o processo socializador como fundamental na aprendizagem da “realidade” objetiva através da linguagem, do comportamento, das regras, da moral e de todo o conjunto de elementos responsáveis pela rede de socialização que estabelece verdades válidas sobre a realidade²³.

Mota e Pereira, ao considerar a expressão “organização burocrática”, a define como “Um sistema social em que a divisão do trabalho é coerentemente realizada, tendo em vista os fins visados, considerando-se que é o subsistema social em que há procura deliberada de economizar os meios para atingir os objetivos”²⁴.

Merton, ao comentar sobre as características das organizações burocráticas, destaca: a divisão de tarefas, a hierarquia e a especialização. Esse autor

23 BERGER, Peter. *Construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1995

24 MOTTA, Fernando. PEREIRA, Luiz. *Introdução à organização burocrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 23.

destaca, ainda, algumas descontinuidades do sistema burocrático, considerados como suas “disfunções”. Também afirma que a burocracia exige obediência às normas organizacionais. Tal rigorosidade tende a transformá-las em absolutas, passando a ser consideradas como fins e não como meios, absorvendo o indivíduo nesse processo²⁵.

Nessa perspectiva, o excesso de formalismo e submissão às normas leva à rigidez de comportamento e a dificuldades de relacionamento com o público interno e externo, enfatizando o papel das organizações burocráticas no processo de dissolução da subjetividade humana, aspecto já comentado anteriormente.

Ainda, segundo Goffman, uma característica identificada nesse tipo de instituição é a tendência ao “fechamento”, representado simbolicamente por uma barreira à relação social com o mundo externo. Internamente, verificamos também uma barreira quanto ao relacionamento social entre os grupos dos dirigentes e dos dirigidos, que na instituição policial-militar são identificados como oficiais e praças. Tal distanciamento é entendido em função dos grupos representarem mundos sociais e culturas diferentes e da necessidade de terem de conviver em um mesmo espaço²⁶.

A tendência ao “fechamento” implica na necessidade de preservação da formalização dos regulamentos institucionais e disseminação destes entre seus integrantes, através do processo identificado por Goffman como “processo de Mortificação do Eu”, que representa a tentativa de descaracterização da vida extra institucional através do “despojamento da identidade pessoal” dos recém-admitidos nessas instituições. Esse processo de “despojamento” ocorre através da padronização do comportamento dos integrantes caracterizado pela linguagem, postura, vestuário e desempenho conjunto das atividades diárias sob supervisão. Tal padronização de comportamentos deve ser manifestada tanto no ambiente interno quanto externo à instituição.

25 MERTON, Robert. Estrutura Burocrática e Personalidade. In: CAMPOS, Edmundo (org). *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971, p. 24.

26 GOFFMAN, Op. Cit., 1988, p. 26.

Esquema metodológico

A pesquisa contribuiu para o conhecimento teórico da psicodinâmica do trabalho, a partir de uma reflexão sobre a subjetividade dos operadores de segurança pública quando confrontados pelas vivências de prazer e sofrimento no trabalho, propiciando o conhecimento sobre as repercussões da atividade profissional com relação à saúde física e mental dos policiais militares da PMPA. A análise do tema pretendeu desvelar as representações sociais que os policiais-militares elaboram sobre o processo de trabalho, saúde mental e estigma, na região metropolitana de Belém.

O ponto de partida é a ideia de que “A atividade policial-militar é marcada por diversos episódios que geram tensão e ansiedade, em virtude de sua atuação em um contexto de trabalho no limiar vida-morte”. Assim, os policiais vivenciam o “Sofrimento psíquico” relacionado ao processo de trabalho e desenvolvem mecanismos de ajustamento, a fim de preservar sua saúde física e mental. Nesse cenário, os policiais produzem uma interpretação de sua realidade e ainda elaboram uma estratégia de sobrevivência diante do real. Sendo assim, eles “Apresentam diferentes percepções quanto às consequências de suas atividades profissionais, situações que repercutem na sua identidade pessoal e social”.

Para descrever o campo representacional construído pelos policiais da PMPA, partimos das seguintes perguntas:

- Quais as representações sociais que oficiais e praças elaboram sobre a relação trabalho e saúde mental na instituição?
- Como o processo de trabalho afeta a saúde mental dos policiais?
- Qual a percepção dos policiais-militares sobre os indivíduos que manifestam alterações físicas e psicológicas no exercício da atividade profissional?

Encontramos diferentes representações dos policiais-militares, as quais foram categorizadas:

- Percepção de praças e oficiais sobre o trabalho e saúde mental;
- Visão sobre a influência do trabalho sobre a saúde mental; e
- Saúde mental e estigma.

A análise das representações sociais permitiu conhecer a dinâmica da relação indivíduo-organização, a partir de um modelo de instituição burocratizada e que em alguns aspectos se assemelham às “instituições totais”. Sendo assim, surgem as seguintes percepções:

1. Trabalho e saúde mental: a percepção dos policiais-milares é semelhante, pois oficiais e praças acreditam que o processo de trabalho afeta a saúde mental do público interno. Verificamos a representação de sentimentos conflitantes sobre o trabalho e o desenvolvimento de “estratégias de defesa do sistema psíquico”²⁷ como forma de equilibrar a autoimagem do policial, aliviar as tensões do trabalho e preservar a saúde mental;
2. Processo de trabalho e saúde mental: a mudança no processo de trabalho com a redemocratização do país (Constituição Federal de 1988) e as mudanças na formação geraram diferentes percepções do público interno sobre suas atividades, originando dificuldades de adaptação do policial, em que antes, dava-se ênfase ao militarismo e, após 1988, a sociedade passa a exigir uma polícia cidadã, comunitária; e
3. Saúde mental e estigma: prevalece a percepção dos policiais de que o processo de trabalho ao afetar a saúde mental do público interno “pode” causar alterações de comportamento, doenças físicas ou psicossomáticas. Assim, podemos compreender que o campo da saúde pode ser influenciado pela estrutura formal-burocrática da instituição, podendo gerar casos de distúrbios psiquiátricos ou psicológicos, que foram caracterizados como casos de “simulação de doença mental”, sendo que os policiais-militares que apresentavam situações de adoecimento físico ou psicológico passaram a ser “estigmatizados” dentro da corporação por manifestarem padrão comportamental diferenciado.

O modelo de análise possibilitou a compreensão de que a identidade profissional é uma representação que se constrói para o fortalecimento de um grupo. Ela está marcada pelas referências e percepções que orientam o comportamento dos indivíduos e grupos em seu ambiente. Identificamos, assim, a importância da socialização no processo de trabalho, pois esta vai além dos conteúdos das atividades específicas de cada profissão – já que é no seu exercício profissional e na interação com os outros que os policiais elaboram sua história pessoal, sentimentos e valores. Ou seja, sua subjetividade. Assim, eles

27 DEJOURS, Op. Cit., 1996.

constroem sua identidade profissional: é na interação com outros policiais mais experientes que o indivíduo aprende a ser policial-militar.

Conclusão

Em resumo, face aos dados pesquisados, foi possível compreender que os policiais-militares apresentam diferentes percepções quanto ao seu processo de trabalho. As consequências das mudanças ocorridas na ordem social do país afetam sua identidade profissional, podendo causar “sofrimento psíquico” para aqueles em que as exigências do trabalho restringem a expressão de suas subjetividades, embotando suas emoções, em uma instituição que produz relações em sua maioria, verticalizadas²⁸, em que há pouco espaço para reflexão e discussão interna das dificuldades enfrentadas, face às mudanças do contexto social e, conseqüentemente, das exigências do trabalho.

Sendo assim, o “sofrimento psíquico”, adquiriu, nesse contexto, um conteúdo sinalizador de processos não saudáveis ao nível psíquico, operando para dar sentido ao sofrimento enquanto expressão da contradição indivíduo x organização, face às ambigüidades enfrentadas no cotidiano. Dessa forma, os policiais, para lidar com essas contradições, necessitam desenvolver certas “estratégias” para aliviar o “sofrimento psíquico”²⁹, como, por exemplo, recorrer à “racionalização”³⁰ no ambiente de trabalho.

Através dos dados da pesquisa, foi possível verificar que tanto oficiais como praças são afetados de forma semelhante pelo processo de trabalho da instituição, em virtude de estarem sujeitos às mesmas contingências do ambiente de trabalho: formação semelhante calcada no militarismo, jornada e turno de trabalho geralmente superior aos previstos, dificuldades nos relacionamentos interpessoais intra e extra instituição, além do limiar vida-morte.

Foi evidenciado, ainda, que, quando o sistema de defesa falha, pode irromper a doença física ou psíquica na forma de desvio de comportamento, caracterizado por Goffman (1988) como processo de “estigmatização”³¹, pelo fato do indivíduo deixar de ser um “igual” para ser considerado “desviante”,

28 WEBER, Op. Cit., p. 1978.

29 DEJOURS, Op. Cit., 1996.

30 FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

31 GOFFMAN, Op. Cit., 1988.

passando, assim, a ser discriminado pelo grupo. Então, o sofrimento, que antes era ocultado pelo mecanismo da “racionalização” mencionado por Freud do processo mecânico de trabalho, passa a ser exposto e revestido de “somatizações”, podendo ser rotulado como “doença mental”.

Então, com base nos dados da pesquisa, concluímos que a instituição Polícia Militar, para poder efetivar esse processo de transformação, necessita resgatar a identidade social do seu público interno. Porém, acreditamos que esse processo deva ocorrer de dentro para fora, e não às avessas, como vem ocorrendo através das pressões que a sociedade vem lhe impondo. Somente assim, através da recuperação da autoestima desses profissionais, de seu prestígio social, da sua cidadania, é que o policial pode de fato se sentir seguro e maduro para atuar na segurança pública.

Mediante tais considerações, propomos como sugestões:

1. Do ponto de vista das organizações, a formação de comissões de reavaliação dos processos de gestão que possibilitem espaços de reflexão e de discussão sobre as práticas organizacionais, e que possam desenvolver estratégias de ação que resultem em mudanças efetivas que contribuam para o fortalecimento de uma cultura baseada em valores humanos;
2. Ampliação dos canais de comunicação social dentro das organizações, objetivando facilitar o diálogo interno;
3. Adoção, a partir das Comissões de Saúde e Segurança dos Trabalhadores, de práticas que possam contribuir para que os profissionais tenham garantidas suas condições de trabalho e saúde em geral;
4. Efetivação de investimento nas áreas de humanização, dentro das organizações, de modo que os técnicos dessas áreas tenham maiores recursos e autonomia para atender as demandas do público interno; e
5. Realização de parcerias com entidades, como Organizações não governamentais (ONG's) ou universidades, que possam ter interesse em estabelecer parcerias para desenvolvimento de projetos nas áreas de segurança e Saúde do Trabalhador. Em especial, na prevenção de práticas abusivas.

A COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO RIO GURUPI E A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA: DISCURSOS E CONFLITOS (PARÁ-MARANHÃO, 1852-1872)

*Sueny Diana Oliveira de Souza¹
Talita Almeida do Rosário²*

Introdução

Certos lugares do nosso país não podiam ser povoados por muitos anos, se o governo não tomasse a deliberação de fazê-los policial, a fim de manter a segurança das pessoas que os quisessem habitar; e o meio que melhor pareceu ao governo para conseguir tal resultado foi o estabelecimento de colônias de soldados ou de indivíduos sujeitos a certo regime militar, para que pudesse haver a subordinação e disciplina indispensáveis à realização daquele fim, e por isso deu-lhes a denominação de colônias militares. E porque os colonos prestam certos serviços de polícia e segurança local, vencem uma etape e um soldo durante o seu engajamento e pouco tempo

1 Doutora em História Social da Amazônia. Professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará/Campus Ananindeua. Membro do grupo de pesquisas Militares, Políticas e Fronteiras na Amazônia.

2 Graduanda em Licenciatura em História da Universidade Federal do Pará/Campus Ananindeua. Membro do grupo de pesquisas Militares, Políticas e Fronteiras na Amazônia.

depois. Querendo-se porém que eles se apliquem à agricultura, também concedem-lhes terras que cultivam em dias designados agricultura³.

O trecho proferido em 1854 pelo Ministro de Negócios do Império, Senhor Pedreira, revela o caráter híbrido das colônias militares⁴ tecido cotidianamente por soldados e colonos que ora deviam se dedicar à tarefa do cultivo e ora defender territórios. Entretanto, esse modelo de ocupação devia ser transitório, ao se converter em exclusivamente agrícola, porque seu propósito era fornecer caminhos seguros para a colonização, ocupando o Brasil com imigrantes europeus e tirando proveito de lugares tidos como estratégicos ao se tornarem povoações sólidas com a realização da agricultura⁵. Nesse sentido, é interessante observar como os objetivos com as colônias militares estavam inteiramente ligados às particularidades do espaço que deviam ocupar.

Rafael da Silva (2013), ao trabalhar as lógicas de motivação e simbologias da fundação da colônia militar Pedro II na fronteira franco-brasileira, ao norte do Brasil, nos permite entender faces do espaço fronteiriço a partir dos elementos que o compõem, que são fundamentais para compreendermos o papel militar e agrícola da colônia. De acordo com Silva, o Governo Imperial com a colônia Pedro II tinha o objetivo de reafirmar a soberania nacional brasileira durante o segundo reinado na região contestada entre a França e o Brasil, pois os franceses alegavam que a fronteira entre ambos estava no rio Araguari

3 ANAIS DO SENADO DO IMPERIO DO BRASIL. Ano 1854, Livro 4. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1854/1854%20Livro%204.pdf. Acesso: 03 Fev. 2021, p. 28.

4 A colônia militar foi uma política agrária e militar, estratégica de defesa e colonização do território brasileiro, oficializada em 1854 com o decreto n 1.318 de 30 de janeiro que executava a Lei de terras de 1850 com o art.83 que compreendia “dentro da zona de dez léguas contígua aos limites do império com paizes estrangeiros, em terras devolutas, que o Governo pretender povoar, estabelecer-se hão colonias militares” (BRASIL. Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854). Segundo Regina Helena Faria (2011), o incentivo legal em meados do século XIX alcançou a fundação do Rio grande do Sul ao Pará de um total de 21 colônias militares, mas diferente do recomendado nas fronteiras externas, a maioria foi estabelecida em fronteiras internas, sobretudo entre províncias. Apesar disso, lembra Faria, não eram novidade naquele momento porque durante o período colonial e nos governos de D. João VI e D. Pedro I haviam sido instituídas algumas; principalmente na região Sul para afirmar a presença luso-brasileira (FARIA, Regina Helena Martins. “Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil. Séculos XIX e XX”. *Clio- Revista de pesquisa histórica*, Pernambuco, v. 29, n. 2, jul./dez. 2011.).

5 ANAIS DO SENADO DO IMPERIO DO BRASIL..., p. 25.

enquanto os brasileiros a reconheciam no rio Oiapoque⁶. A disputa se dava pelo fato de a região contestada, então vista como “erma” e “distante”, ser rica em terras férteis e florestas para o extrativismo, ao mesmo tempo que era uma zona de circulação de sujeitos indesejáveis, como escravos fugidos, criminosos e desertores, os quais se procurava vigiar e capturar⁷.

Segundo o memorialista Marques⁸, no Maranhão, nas margens do rio Gurupi e em confluência com o Gurupi-mirim, havia sido assentada em Junho de 1854 a colônia militar São Pedro de Alcântara com a autorização do decreto imperial número 1.284 de 26 de Novembro de 1853. A fundação dessa colônia tinha relação com os problemas de limites vivenciados entre essa província e o Pará naquele momento, expressados pela aprovação do decreto número 639 de 12 de junho de 1852, que demarcou a fronteira física e política entre o Pará e Maranhão no rio Gurupi, alterando a delimitação anterior estabelecida no rio Turiaçu⁹. A publicação da lei provincial número 330, de 14 de outubro de 1852, que desanexou do Pará o território compreendido entre o rio Gurupi e Turiaçu e o incorporou à comarca de Guimarães no Maranhão, garantiu, dessa forma, a efetiva incorporação das faixas de terras entre os dois rios à província maranhense.

Sueny de Souza¹⁰ afirma que a desanexação das terras nas proximidades do rio e vila de Turiaçu esteve em “grande medida relacionada à utilização daquele espaço que em sua maior parte era explorado por indivíduos pertencentes ao Maranhão”. E, para além disso, o fato da relação dos moradores da fronteira com as autoridades coloniais ser ambígua, pois mesmo que desde a metade do século XVIII já existisse um certo comércio e habitantes estruturados economicamente na região, estes não conseguiam uma melhoria de situação e novos incentivos junto à administração portuguesa; além da fronteira contar ainda com habitantes vistos, pelas autoridades coloniais, como

6 SILVA, Rafael Amaral da. Colônia militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX). Dissertação (Mestre em História social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2013.

7 Ibidem.

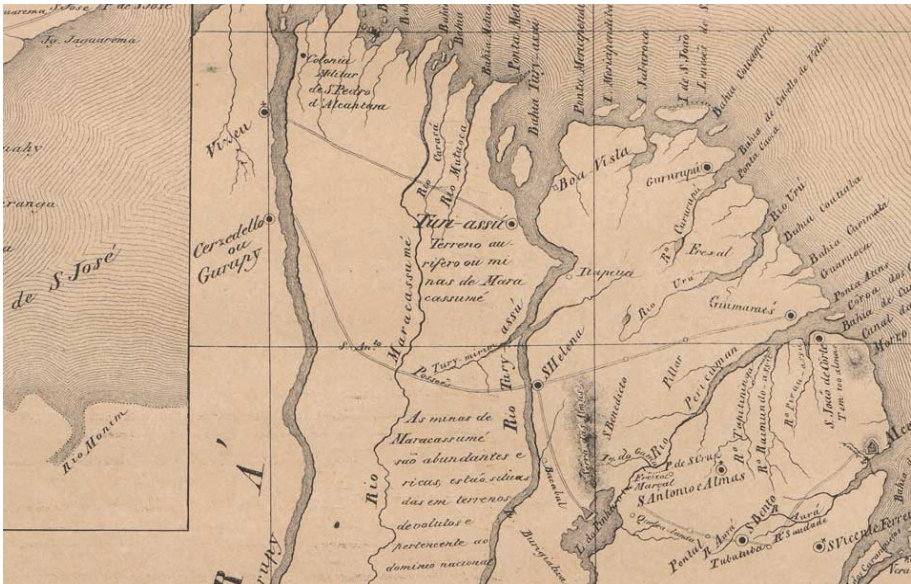
8 MARQUES, Augusto César. Apontamentos para o dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão. Maranhão: Typ. do Frias, 1870, p. 301.

9 Ibidem.

10 SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará- Maranhão, 1790-1852). Dissertação (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016, p. 185.

vagabundos, refugiados e amocambados. E, como veremos, o discurso de uma boa administração foi frequente nos debates após a anexação do Turiaçu ao Maranhão quando suas autoridades destacavam a incorporação como benéfica à província. Nesse meio, a implantação da colônia foi apresentada como um símbolo de melhoramento incentivado pela administração agora maranhense.

Nessa região, a justificativa para o estabelecimento de uma colônia seria a necessidade de garantir o acesso livre às terras recém conquistadas, pois, em boa parte, existiam donos cujos usos eram reprovados pelos Estados imperial e provincial. Marques afirma¹¹ que o governo geral teve por finalidade com a colônia São Pedro de Alcântara proteger a navegação do rio, afastar o comércio dos regatões com os indígenas e impedir a formação de quilombolas. Controlá-los revela a percepção de que eram um incômodo, indesejados, e por isso a colônia assumia a face de uma segurança contínua e cotidiana, em que haveria soldados que não só limitariam a circulação desses sujeitos, mas que guarneceriam terras repletas de riquezas naturais.



FERREIRA, Franklin Antonio da Costa. Carta geral da provincia do Maranhão organizada sobre os trabalhos mais acreditados existentes no Archivo Militar e com o additamento que trouxe a legislação vigente pelo... Franklin Antonio da Costa Ferreira. Rio de Janeiro, RJ: Lith. do Arch. Militar, 1854. 85 x 68,3cm

11 MARQUES. Op. cit, p. 301.

No mapa, a colônia está próxima de vilas como Turiaçu e Viseu, povoação indígena como Cerzedello, e estradas, dando a compreender uma posição pensada para facilitar a locomoção e comunicação na região baseado nos propósitos do Governo; mas principalmente a proximidade com as extensões de terrenos auríferos denominados “devolutos”. Essa descrição mostra não só a potencialidade econômica da natureza local, como também o esforço em demarcá-la como posse do Império, como traz escrito “devolutos e pertencentes ao domínio nacional”, uma vez que essas eram minas que haviam sido bastante utilizadas por quilombolas nas primeiras décadas do século XIX.

Em 1855, o viajante Foresti, ao visitar as minas, contou que a descoberta havia sido feita por negros fugidos, que as lavravam e vendiam ou permutavam o ouro em Santa Helena, Viana e Tury¹². Enquanto nas matas circundantes, como as do Gurupi, indígenas retiravam madeiras de tintura, construção e marcenaria para fazer negócio com regatões, bem como temperos e óleos como a baunilha, cumaru, copaíba, abutua etc.¹³ Nesse sentido, o Governo maranhense, então com a colônia, estabeleceu domínio mais amplo sobre a região Gurupi-Turiaçu, pois a anexação permitia o investimento econômico em terras que já estavam sendo exploradas por quilombolas e indígenas. E o processo de povoamento incentivado a partir daí, assim como as investidas para estabelecer uma vigilância na região, foram estratégias utilizadas com o objetivo de consolidar o avanço dos maranhenses não só nas terras de extrativismo e mineração, mas também nas terras férteis em geral, pois, antes da colônia ser fundada, Olympio Machado¹⁴ já havia discutido a proposta de instalação no Gurupi. Isso não só solucionaria a civilização dos índios, mas também reataria a comunicação com o Pará por meio do povoamento das terras férteis, que eram colocadas como esquecidas e desabitadas, mas que podiam aumentar a produção agrícola no Maranhão¹⁵.

12 TREZE DE MAIO, 22 de agosto de 1855, n 531

13 MARQUES. Op. cit., p. 301.

14 MARANHÃO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão no dia 1 de Novembro de 1853 na abertura da Assembleia legislativa provincial pelo presidente Eduardo Olímpio Machado. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>, p. 32. Acesso: 03 Fev.2021.

15 A proposta foi apresentada na assembleia legislativa, era de fundação dela e mais duas colônias militares nos seguintes lugares: Grajaú e Alto Pindaré (RELATÓRIO...1853, p.32). Porém, só a colônia do Gurupi foi colocada em prática.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo compreender o processo e os significados da fundação da colônia militar na região fronteira do Maranhão com Pará, em terras aqui mais precisamente chamadas de Gurupi-Turiaçu¹⁶, no contexto de pós anexação do território entre os rios Gurupi e Turiaçu ao Maranhão. Com a delimitação temporal de 1852, ano que inaugura o estabelecimento do novo limite físico como fronteira administrativa entre essas duas províncias do norte do Império após anexação, até 1872, ano marcado pela viagem do engenheiro Guilherme Dodt ao rio Gurupi, e a partir da qual organizou relatórios de viagens que, aliados a documentos do governo, jornais e relatório de expedição demonstrou os discursos, conflitos, dinâmicas de ocupação e os impactos ocasionados a partir do estabelecimento e presença da colônia na região. Dodt demonstrou às caracterizações sobre esse processo, sobretudo a partir das falas dos senadores e presidentes de província, que a idealizaram como um plano-chave ao desenvolvimento da província do Maranhão e uma tentativa de limitar as ações da população local, sobre a qual os homens da colônia teriam uma ação mais direta – tendo em vista que a colônia funcionaria também como um posto de policiamento e difusão de princípios civilizatórios, a partir dos quais pretendia controlar as gentes da fronteira.

16 Nesta pesquisa trabalha-se com o conceito de Região discutido por José D' Assunção Barros que o trata como o recorte espacial feito pelo historiador baseado na observação de algumas particularidades e analisadas diante de alguns critérios que identificam não só a sua dinâmica geográfica, mas também econômica, social, política e cultural. Neste caso, é mais citada na primeira metade do texto a região Gurupi-Turiaçu e na outra apenas Gurupi e Turiaçu como cada uma sendo uma região com mais ênfase ao Gurupi. Essas regiões foram selecionadas porque são compreendidas a partir da documentação oitocentista como as zonas fronteiriças entre Pará e Maranhão para os contemporâneos (isso não aparece assim bem definido, só foi possível relacionando várias falas do período e traves delas tendo uma ideia de seu limite mais prático). Então, abrangia não só caminhos e estradas que serviam para ligar o Pará e Maranhão, mas também as relações sociais pautadas na diversidade étnica e identitária, os interesses dos diferentes sujeitos sobre as florestas, terras, rios, os problemas administrativos do Império para esta área, o comércio baseado na troca etc. Enfim, existe uma gama de questões e percepções que moldam o que era esse espaço fronteiro na segunda metade do século XIX, óbvio, expressadas na documentação e no entendimento que foi feito delas (BARROS, José. Espaço, Território, Região—Pressuposto Metodológico. UESB—Tempos, Espaços e Representações: Abordagens, geográficas e históricas, Bahia, v.1, n 1, p. 1-21, 2013.).

A colônia militar e uma “nova era” ao Turiaçu: discursos e conflitos no pós-anexação

Autoridades do governo provincial maranhense e do império justificaram a presença da colônia militar com representações sobre o espaço do Turiaçu. Após a anexação, existia uma alta expectativa de mudanças para a região do Turiaçu a partir de um projeto de desenvolvimento para o Maranhão, que teve como algumas de suas metas as derrubadas de quilombos e a fundação da colônia militar São Pedro de Alcântara no Gurupi. Os aspectos militar e agrícola foram colocados como necessários diante de um Turiaçu que era divulgado como esquecido e inseguro, por abrigar pessoas em situação de refúgio e à margem da lei, que, na perspectiva do Governo, eram tratados como um mal para a região.

Nesse sentido, em 1854, o Senhor Pedreira, ministro dos negócios do Império, durante um debate sobre colonização estrangeira, afirmou que o Turiaçu tinha a fama de ser um receptáculo de criminosos e refugiados¹⁷. Isso foi motivo para se ter fundada uma colônia militar no rio Gurupi, cujo policiamento alcançaria até as margens do rio Turiaçu¹⁸. Para Pedreira, esses sujeitos viviam em solos férteis, e por isso retiravam as “vantagens” que a terra oferecia, pois as tornavam insegura¹⁹.

Também em 1854, o Senador do Maranhão, Costa Ferreira, durante o debate sobre a anexação da vila de Carolina ao Maranhão, lembrou que era presidente da província no tempo que eclodiu a Cabanagem no Pará, e que a revolta chegou à fronteira, então estabelecida no rio Turiaçu. Em tom de acusação, Costa Ferreira relatou ter havido falta de prontidão do governo do Pará em impedir os cabanos de atravessarem para o lado maranhense do rio Turiaçu e aterrorizarem seus moradores, queimando as plantações dos lavradores²⁰.

Então, nos argumentos de Ferreira, a responsabilidade de conter os cabanos acabou nas mãos do Maranhão. Na ocasião, Costa Ferreira comunicou ao oficial da marinha, Sabino, que os cabanos haviam entrado no Turiaçu, e precisava dele para “impedir essas desordens”. Prontamente, Sabino “Embarcou

17 Observa-se que na documentação, os termos “fugitivos” e “refugiados” incluíam negros escravizados que fugiam de fazendas próximas e os desertores, aparentemente de etnias diversas.

18 ANAIS DO SENADO. Op. cit., 1854, p.29.

19 Ibidem.

20 Ibid., p.210.

ao meio dia, e quando foi no dia seguinte de manhã estava ele senhor do Turiaçu”²¹.

Na ocasião, Costa Ferreira afirmava, então, que o Turiaçu só veio colher benefícios depois da desanexação do Pará, uma vez que a administração maranhense podia se fazer presente na região²². Para esse Senador, a anexação representou a chegada de um novo momento ao Turiaçu, pois teria trazido bons resultados voltados à utilidade e segurança do solo cultivável, principalmente de lavouras privadas, à vista de que estaria na responsabilidade do Maranhão investir no cuidado com a região²³.

Costa Ferreira defendeu também a derrubada de um longo quilombo, como um dos primeiros cuidados a serem tomados, apresentando como “Um benefício que o Turiaçu colheu de pertencer ao Maranhão”²⁴. Lembrou que o quilombo tinha um “rei” que ia “Ao povoado fazer contratos” e chegou a ter família - “Forrou-se e tornou a seus filhos” - por existir pessoas que o socorria. Contudo, quando passou o Turiaçu a “pertencer ao Maranhão”, o presidente dessa província, Eduardo Olímpio Machado, mandou derrubar o “tal mocambo”²⁵.

Essa alegação também foi compartilhada pelo presidente da província do Maranhão. Eduardo Olímpio Machado, em 1853, ao dizer que por ter sido incorporado ao Maranhão há pouco mais de um ano, começava “ao Tury uma nova era” por causa da derrubada de quilombos que habitavam as matas há mais de 40 anos, “Ameaçando de continuo a segurança individual e de propriedade”²⁶. Após a derrubada dos quilombos, Olímpio Machado, ainda em 1853, indicou a instalação “Nessas desertas e longiquas paragens uma

21 Ibidem. Diferente do que afirma Costa Ferreira, a contenção de cabanos não se deveu apenas ao Maranhão, ao longo da revolta teve a participação do Pará e em muitos momentos das províncias do Ceará e Pernambuco. Para entender melhor esse contraponto, consultar a tese: SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará- Maranhão, 1790-1852). Dissertação (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016.

22 Ibid., p. 159-292.

23 Ibidem.

24 Ibid., p. 210.

25 Ibidem.

26 Nos discursos oficiais, a falta de segurança pela existência de quilombolas estava ligada às insurreições em fazendas, mortes de fazendeiros e roubos de gado (RELATÓRIO... 1853).

colônia militar” para contê-los, pois acreditava que “Não se reunirão tão cedo em quilombos”²⁷.

O discurso da chegada de um novo e próspero momento ao Turiaçu se apoiava então na lembrança de experiências, como a expansão da revolta da Cabanagem, e das ações dos quilombos nas margens do rio Turiaçu. Foram recuperadas para forjar representações negativas sobre o Turiaçu como perigoso e, sobretudo, esquecido pela falta de cuidado da administração paraense. Dessa forma, os maranhenses procuravam reafirmar suas ações sobre a região como sendo de extrema necessidade e que precisavam ter continuidade – tendo em vista que o governo maranhense já havia atuado nesse espaço fronteiriço em momentos anteriores. Diante disso, a colônia militar seria fundamental, uma vez que não só demarcaria o “novo” território, com o Pará, como impediria a formação de quilombos.

Esses discursos se fincam na expropriação das terras utilizadas pelos quilombolas e na destinação de seus terrenos aos representantes do governo maranhense, ou melhor, a fazendeiros dessa província – tendo em vista que tornar a ação dos primeiros como desvantajosa e perigosa no Turiaçu refletia um esforço de deslegitimar o uso que faziam daquelas terras para dominá-las. Por outro lado, esses discursos trazem à tona uma outra face: a vivência dos quilombos e os conflitos na luta pela construção de um poder social e territorial, uma vez que os aquilombados estabeleciam redes de sociabilidade com a população circundante ligados em redes de solidariedade, competindo, dessa forma, com as autoridades o domínio da região do Turiaçu.

Por isso, no ano de 1853, a região do Gurupi-Turiaçu foi marcada por uma intensa circulação de militares em expedições antimocambos. Segundo Olímpio Machado, em relatório, no ofício recebido em 3 de Agosto de 1853, o capitão Guilherme Félix Freitas, comandando uma expedição antimocambos no Turiaçu, informava o abatimento dos quilombos Minas de Maracassumé e Santo Cristo, reconhecidos como “principais” e com reputação de mais “temíveis”. O primeiro foi encontrado nas margens do rio Maracassumé, e nele viviam 200 pessoas, reunidas em uma povoação que, além da agricultura, sustentava-se das minas de Maracassumé, trocando o que retiravam de lá em Santa Helena e outras paragens por “viveres e fazendas secas”, com regatões

27 RELATÓRIO... 1853, p. 8.

e “gentes dos povoados”²⁸. Já o segundo foi encontrado entre os rios Parauá e Maracassumé, e seu rei havia morrido há dois anos²⁹.

Para chegar até os mocambos, o capitão usou a estratégia de seguir as diferentes trilhas que se distribuíam, partindo da fazenda Jussaral, situada no Parauá³⁰. As picadas produzidas mata adentro pelos quilombolas não apenas serviram como pistas que indicaram suas localizações aos militares, mas também nos mostram experiências e contatos construídos em busca de estabelecer comércio e proteção em um circuito quilombos-senzalas. Flávio Gomes (2005)³¹ discute que os quilombos no Turiaçu se mantinham articulando agricultura, comércio realizado junto aos regatões, e povoações locais com redes de comunicações com diversos grupos. Entre eles, os escravos asenzalados nas fazendas, que não só lhes davam abrigos durante viagens, mas os informavam das investidas que as autoridades provinciais planejavam realizar.

O Capitão e sua tropa obtiveram sucesso nessa investida e conseguiram alcançar as habitações do quilombo Minas de Maracassumé. Isso se deu em meio ao confronto, pois essa era uma possibilidade, apesar de temida, esperada pelos quilombolas, que receberam as tropas armados e munidos “Como se estivessem sobre aviso”³². Segundo o presidente Olímpio Machado, o resultado foi de 2 guardas de polícia com ferimentos graves, 3 praças do 5º batalhão de infantaria com ferimentos leves, 10 pretos mortos e feridos, além dos que conseguiram fugir para as matas. Porém, o presidente da província do Maranhão relatou que, no dia 10 de agosto daquele mesmo ano, alguns desses foram presos com poucas armas e “munições de guerra”³³. Entre os mortos estava o rei Palmerio, escravo do Coronel Antônio Onofre Ribeiro e substituto do falecido rei Epifhanio³⁴. A soma da captura foi de 98 amocambados, contando os que foram presos, mortos e os que se apresentaram voluntariamente aos seus senhores³⁵.

28 Ibid., p. 7-8.

29 Ibid., p. 8.

30 Ibid., p. 7.

31 GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: UNESP, 2005.

32 Ibid., p. 8.

33 Ibid., p. 8.

34 O PROGRESSO, 11 de Setembro de 1853, n. 72.

35 Ibid., 1853, p.8.

A ação de serem encontrados armados evidencia as redes de comunicação e vigias como importantes táticas de manutenção do quilombo. Se Freitas e a tropa tivessem demorado um pouco mais na expedição a caminho do quilombo Minas de Maracassumé, teriam encontrado ele completamente abandonado, tendo em vista que muitos já haviam se dispersado. Os aquilombados que fugiram antes e durante o embate certamente contavam com a proteção, bem como com informações e aviso, de sujeitos com os quais mantinham contato, pois Olímpio Machado relatava ter ordenado a prisão daqueles que mantinham relações comerciais com os quilombolas, a fim de que os que escaparam não contassem com a ajuda de seus protetores – que, neste caso, eram os negociantes Marcelino José da Costa Ramos, Isidoro Francisco de Oliveira, Theodoro Sodré e Mariano Gil³⁶.

Capturados pela força de 1ª linha do 4º distrito do Parauá, o número de presos resumia-se em 53 quilombolas, 25 homens e 28 mulheres, dos quais 52 pertenciam a moradores do Maranhão, com exceção do escravo Felisberto, cujo senhor, chamado Carambola, residente no Pará³⁷. Trata-se de um número significativo, frente aos 200 quilombolas estabelecidos no Minas de Maracassumé, e, mesmo que nesta pesquisa não tenhamos acesso à origem dos mortos e dos não capturados, essa informação nos permite compreender como tais fugitivos perceberam o processo de redefinição da fronteira administrativa e os investimentos das duas províncias para a região do Turiaçu, utilizando isso como estratégia para a manutenção do quilombo. Quando estavam do lado direito do rio Turiaçu, então margem paraense da fronteira antes de 1852, os fugitivos do Maranhão possivelmente conheciam e observavam os desentendimentos e interesses entre as províncias apresentados nos parágrafos anteriores, e assim acabavam se valendo deles, principalmente da experiência de estarem em território paraense.

Isso se torna evidente quando, ao terem conhecimento de que militares haviam sido enviados para abater o Minas de Maracassumé, alguns quilombolas cruzaram o rio, passando para as margens paraenses do Gurupi³⁸. A travessia para o lado paraense da fronteira demonstra atitudes tomadas levando em consideração experiências vividas geograficamente e socialmente no Turiaçu

36 RELATÓRIO..., Op.cit., 1853, p.8.

37 Ibid., p.49.

38 O PROGRESSO, 11 de Setembro de 1853, n. 72.

em anos anteriores. Portanto, mesmo que a pesquisa não entenda a fronteira simplesmente como uma linha administrativa, e compreenda que às ações cotidianas e redes de sociabilidade estabelecidas entre os diferentes sujeitos não levavam em consideração essa demarcação, em outros momentos, além de ter consciência do que a fronteira administrativa representava, muitos sujeitos, sobretudo aqueles tidos como de vida errantes, valeram-se dos limites da atuação provincial para se deslocarem entre as margens paraenses e maranhenses dos rios Turiaçu e Gurupi, nos diferentes contextos.

A eliminação do quilombo Minas de Maracassumé levava a outro objetivo das autoridades maranhenses: o controle dos terrenos de mineração que usavam. Olímpio Machado, presidente do Maranhão, para reforçar a tomada das minas e facilitar o acesso, realizou a abertura de uma estrada. Reutilizando uma picada feita pelos quilombolas para se chegar às minas, dizia ele que estava sendo construída tal estrada que partia da Fazenda Jussaral até as margens do rio Maracassumé, com a força de 60 operários livres. Naquele ano de 1853, ela já tinha completado 8.000 braças de comprimentos e 24 palmos de largura. Todavia, o plano era que fosse finalizada em 16 léguas de extensão³⁹.

Essa estrada, segundo Olímpio Machado, “saltava aos olhos”, o que exigia pôr um destacamento nas margens do rio Maracassumé para impedir a aproximação de sujeitos atraídos pela fama das minas encontradas entre os rios Gurupi e Turiaçu, bem como serviria para impedir a formação de mocambos nos seus arredores⁴⁰. Logo, esse é um momento em que o governo do Maranhão, a partir da administração de Eduardo Olímpio Machado, planeja a ocupação do Turiaçu através de estradas e se investe na militarização dessa zona de mineração, com base em um projeto que buscava construir a imagem de um espaço fronteiriço ordenado, controlado pelo Estado provincial, no qual se pretendia expurgar a presença de modos de vida, como os dos quilombolas, que contradiziam a lógica de favorecimento do desenvolvimento da província maranhense.

Logo, o andamento da estrada e a derrubada de um famoso quilombo foram colocados como importantes pontos de partida para o aproveitamento

39 RELATÓRIO... Op.cit., 1853, p.23.

40 Ibidem.

do Turiaçu naquele momento como território conquistado. Nessa perspectiva, Olimpio Machado destacava que:

Dado este primeiro passo, fácil se torna fazerem-se novas explorações, abrirem-se outras vias de comunicação; e de tudo isto resultará o aproveitamento de uma grande quantidade de terras, que o terror, que inspirarão os quilombos de escravos fugidos, havia subtraído aos agricultores da província⁴¹.

Para além das representações negativas sobre os quilombolas, como a identificação destes como ladrões de “grande quantidade de terras”, que os desconheciam como moradores, bem como o seu modo de aproveitar a região, os quilombolas forjaram estratégias de vida e experiências no espaço de fronteira, no qual obtiveram terras para si, mesmo sem o aval do governo provincial ou imperial, e nelas se estabeleceram e mantiveram por “longa data”⁴², e em proporções consideráveis, regidos por “reis” e reconhecidos pela população local. Por outro lado, a caçada a essas organizações simbolizou momentos chaves para as autoridades maranhenses, que não só a divulgavam, mas, a partir delas, reafirmavam a necessidade de um avanço na ocupação da região, que deveria ser realizada por fazendeiros maranhenses. Nesse contexto, estes eram os legítimos representantes de um projeto de desenvolvimento do Maranhão, no qual o Turiaçu recém anexado tinha um papel muito importante. Assim, a colônia militar se apresenta como continuação desse processo⁴³.

A presença da colônia militar São Pedro de Alcântara no rio Gurupi

As autoridades maranhenses sabiam da importância que a fundação de uma colônia militar no rio Gurupi assumiria com o passar dos anos, pois essa

41 Ibidem.

42 Termo encontrado nas documentações. Eles vinham resistindo de diferentes formas contra as investidas das autoridades militares, provavelmente, desde o final do século XVII (GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. UNESP, 2005, p.132).

43 Embora no tópico seguinte se aborde outras faces do que a colônia representou na fronteira. Vale esclarecer que ela também significava esse avanço da grande propriedade porque era um núcleo de povoamento significativo, tendo em vista o seu funcionamento e crescimento por meio da agricultura pois a expectativa é que ela fornecesse a produção agrícola para consumo local e de fora.

era uma ação da província do Maranhão que, naquele contexto de pós anexação, buscava fazer com que o domínio administrativo sobre o território entre o Turiaçu e Gurupi fosse reconhecido. Logo, o papel da colônia também era de definir e reafirmar o rio como um limite fronteiriço entre as duas províncias, ao tempo em que, a partir da colônia, pretendia-se demarcar a presença e atuação do governo maranhense, desde suas margens do rio, uma vez que a outra margem administrativamente pertencia ao Pará. A investida buscou consolidar sua presença a partir do estabelecimento de colonos, fazendeiros, militares e a tentativa de empreender a partir deles experiências cotidianas de ocupação. Posto isso, neste tópico, será discutido os impactos da presença da colônia militar São Pedro de Alcântara neste rio, tendo em vista o movimento do governo maranhense em instituí-lo como fronteira administrativa no cenário de pós anexação do Turiaçu.

A partir de 1853, propostas de construção de estradas aparecem com mais frequência nos relatórios maranhenses de presidente de província, com o objetivo de facilitar o acesso a áreas produtivas. Ou seja, que possuíssem potencial econômico, como os campos de gado, minas e florestas. Eduardo Olympio Machado, em 1853, apresentou à Assembleia legislativa que as trilhas partindo da fazenda Jussaral, usadas para chegar até os quilombos na expedição do capitão Leopoldo Freitas, foram aproveitadas para a abertura de uma estrada cuja extensão ia até as margens do rio Maracassumé; contando 8.000 braças de comprimento e 24 palmos de largura, com uma estimativa de 16 léguas após concluída⁴⁴. Segundo o presidente Machado, essa estrada “saltava aos olhos” e, por isso, era necessário pôr um destacamento nas minas existentes em Maracassumé para afastar os aventureiros que tentassem se aproximar, e não só, pois o destacamento também atuaria contra a formação de quilombos nas proximidades⁴⁵.

Nesse sentido, manter o livre acesso a territórios economicamente rentáveis dependia que estivessem em segurança, o que, na prática, se direcionou à colônia, após assentada em 1854, realizar. O presidente de província do Maranhão, Antônio Cândido da Cruz Machado, recomendava no relatório de 1856 a reabertura de uma antiga estrada usada em 1720 pelos “índios”

44 RELATÓRIO..., Op. cit. 1853, p.23.

45 Ibidem.

da povoação Gurupi, que servia para viajar à Belém no tempo que o Pará e Maranhão eram capitânicas e juntas compunham o Estado do Grão-Pará e Maranhão⁴⁶. A proposta seria reaproveitar a estrada, com o objetivo de utilizá-la para aproximar as relações comerciais entre os habitantes do Maranhão e os do Pará, tendo como os principais beneficiados os donos de gado dos campos de “Viana, Tury-assu e Gurupy” para deslocar o gado a fim de vender “em pé” no Pará, pois esses criadores contariam com a proteção da colônia⁴⁷.

A demanda de abrir estradas para o desenvolvimento da pecuária e o transporte dos animais entre o Pará e Maranhão já havia sido apontada por Machado em seu relatório de 1854. Na ocasião, esse presidente indicou a abertura de duas: uma que ligaria a colônia militar à vila de Tury-assú, para se ter acesso às margens do rio de mesmo nome da vila, pois na mata existiam “drogas de fácil permuta comercial” e “provável existência de goma elástica”; e outra estrada partiria dos campos de Viana até o rio Guamá no Pará, para realizar a criação e venda de gado⁴⁸.

As estradas, sendo propostas ou colocadas em realização, transformavam a colônia em um ponto estratégico que se conectava a lugares em que a intenção era estabelecer um controle, tais como vilas, povoados e os principais centros das províncias. E, complementar a isso, a pretensa segurança territorial fornecida pela colônia significava para o Governo maranhense a garantia do controle desses pontos e rotas, daí a importância de mapear e selecionar áreas tidas como estratégicas, como foi o caso da reutilização das rotas de circulação de quilombolas. Nesse processo, pretendia-se também melhorar os acessos aos campos de criação, matas para o extrativismo e mineração, com a finalidade de conservar uma rede de comércio, na qual se incluía, sobretudo o Pará. Dessa forma, embora o Maranhão tivesse o interesse de delimitar as terras entre as duas províncias, as estradas e a colônia revelam o objetivo de conectá-las.

46 MARANHÃO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão na sessão ordinária de 1856 pelo presidente Antonio Candido da Cruz Machado. Maranhão: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 03 fev. 2021, p.120.

47 Ibidem.

48 MARANHÃO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1855, no dia 3 de Maio de 1854 na abertura da Assembleia legislativa pelo presidente Eduardo Olímpio Machado. Maranhão: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 03 Fev.2021, p. 20-21.

A presença da colônia, bem como o incentivo à construção de estradas, motivou a migração de diversas pessoas para essa região de fronteira. De acordo com o historiador Arthur Germano dos Santos⁴⁹, em 1856, chegaram para os arredores da colônia “algumas pessoas com diferentes lavouras”, como o “cidadão Agostinho Pedro de Maia”, um lavrador de cana que ergueu um “pequeno engenho” com a autorização do primeiro diretor da colônia militar, o então Tenente-Coronel Francisco Junqueira. O deslocamento para morar no Gurupi representava, possivelmente, naquele contexto, a busca pelo benefício da segurança que a colônia podia fornecer e que, aliado à proximidade com o rio, favoreceria a realização do transporte mais ágil⁵⁰ de produtos a outras localidades. Afinal, a colônia estava na parte em que a navegação era estável⁵¹.

Além dos fazendeiros, os indígenas também procuraram morar nos arredores da colônia. O presidente do Maranhão, José da Silva Maya, em 1869, apresentou no relatório que o diretor da colônia Leonardo Luciano de Campos havia informado o desejo dos indígenas do Alto Gurupi de se aldearem próximo à colônia, mas não conseguiram, porque tinham medo de não contarem com a proteção do Estado provincial. Então, o diretor da colônia solicitou a permissão de José Maya para mandar o padre Anunciação até os indígenas, a fim de “atrahil-os para junto da colônia”⁵². José Maya aprovou a ação proposta, ratificando a importância e necessidade de se retirar os indígenas das matas para que fossem civilizados, destacando ainda que essa era uma das atribuições do diretor da colônia, conforme o regulamento de 1^a de Fevereiro de 1855⁵³.

49 SANTOS, Arthur Germano dos. Poder e administração no Maranhão Oitocentista: o caso da Colônia Militar do Gurupi. *Almanack*, n. 12, p.194, 2016.

50 Souza e Ricci enxergaram as dificuldades no deslocamento entre o Pará e Maranhão entre o século XVIII e início do XIX, constatando que os percursos terrestres e intrários até Turiaçu e São Luiz eram visivelmente difíceis dependentes do tempo da natureza com o vento, a baixa e cheia das marés, o que refletia nos dias de viagem (RICCI, Magda; SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, das viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 18, n. 3, 2014, p.12-19).

51 DODT, Gustavo Luiz Guilherme. Descrição dos rios Paranyhyba e Gurupy. Relatórios sobre a exploração dos mesmos de uma memória sobre o porto de San’ Luiz do Maranhão. Maranhão: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1873, p. 93.

52 MARANHÃO. Relatório com que o excelentíssimo senhor presidente desembargador Ambrozio Leitão da Cunha Passou a administração d’esta província ao excelentíssimo senhor primeiro vice-presidente Doutor José da Silva Maya no dia 4 de abril de 1869. Maranhão, São Luiz: Tp. Commercial de A.p Ramos de Almeida. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 04 mar. 2021, p. 9-10.

53 Esse se tratava do regulamento interno de funcionamento da colônia (FARIA. Op. Cit., 2011, p.8-14).

No caso acima, o desejo dos indígenas de se aproximarem territorialmente da colônia podia estar ligado ao objetivo de estreitar relações comerciais com a mesma, pois é preciso observar que no mercado local do Gurupi era notável a interação entre indígenas e comerciantes. Alguns anos depois do ocorrido, o engenheiro Gustavo Guilherme Dodt, tendo seu serviço contratado pelo presidente da província do Maranhão, Augusto Olympio Gomes de Castro, realizou uma expedição topográfica ao rio Gurupi por volta de 1872, e constatou que, nas terras compreendidas pela colônia militar e seus arredores com alguns sítios, a população conseguia ter acesso a produtos naturais, como óleos, pelos indígenas que os extraíam diretamente das matas, bem como consumiam a farinha produzida por alguns pontos do Pará, Maranhão e a dos indígenas do “Alto Gurupy”⁵⁴.

E o fato dos indígenas comunicarem a aproximação com a colônia militar mostra como estiveram atentos ao que representava como um posto de policiamento e pólo civilizatório, dedicado a manter a ordem no Gurupi. Embora os indígenas demonstrem preocupação com a colônia, não foi um impedimento aos seus interesses, tendo em vista que buscaram alcançá-los recorrendo à negociação. O fato de estarem receosos e solicitarem proteção, revela uma face de como indígenas e poderes locais representantes do Estado mantinham contato nessa zona fronteira, ou seja, em certas condições existia o diálogo na procura de atender ao que ambos os grupos desejavam. Se para os indígenas esse diálogo e proximidade territorial poderia ser a possibilidade de novos consumidores de seus produtos, para as autoridades do governo significava uma oportunidade de obter resultados frente ao objetivo de civilizá-los na região e tornar essas terras ocupadas por homens “alinhados” à política de ocupação e controle ali empreendidas.

Aproximar os indígenas da ideia de civilização significava para as autoridades estimular uma ocupação que desenvolvesse o Maranhão e, com isso, considerar, principalmente, o papel civilizatório da colônia do Gurupi na fronteira. Conforme debate Renata de Oliveira⁵⁵ (2020), a política de catequizar e civilizar os indígenas, como traz o regulamento de missões de 1845, tratava

54 DODT. Op. Cit., 1872, p. 91-144.

55 OLIVEIRA, Renata de. Os indígenas nas fronteiras do Império: terras, legislação e conflito. In: SILVA, Rafael da; SOBREIRA, Dayane; OLIVEIRA, Júlio (Org). **História agrária: Conflitos e resistências** (do Império à Nova República). Salvador: UFBA, 2020. p.151-178.

de atender as demandas relacionadas ao uso da terra pela elite, restringindo o espaço de atuação dos primeiros, enclausurando-os em assentamentos, para que áreas produtivas em que circulavam estivessem disponíveis para o avanço de empresas agroexportadoras.

Nos assentamentos, os indígenas aprenderiam a ser cristãos, a ser mão de obra assalariada e a enxergar a terra como substrato do trabalho através de uma catequização que civilizava, que os moldava para serem pessoas que supririam os interesses do Estado e dos grandes fazendeiros, frente as possíveis perdas que a abolição causaria⁵⁶. Com vista nisso, o jornal *Publicador* maranhense, em 1860, traz a informação de que a Colônia militar do Gurupy, sob administração de Altino Lelles Rego, contava com “224 indivíduos, entre os quais figurão 26 índios ainda não civilizados”⁵⁷, que estão situados junto à colônia e são ocu-

56 OLIVEIRA, Renata de. Os indígenas nas fronteiras do Império: terras, legislação e conflito. In: SILVA, Rafael da; SOBREIRA, Dayane; OLIVEIRA, Júlio (Org). *História agrária: Conflitos e resistências* (do Império à Nova República). Salvador: UFBA, 2020. p.151-178.

57 O engenheiro Gustavo Dodt (1872, p.124), após conhecer a colônia de perto durante sua expedição ao rio Gurupi por volta de 1871, contou que nela moravam menos de 30 “índios”: homens, mulheres, adultos, velhos e crianças da etnia guajajara. Enquanto sobre o termo “indivíduos”, aqui nesta pesquisa a partir da leitura das fontes levantadas e da historiografia sobre a colônia do Gurupi, não há uma conclusão fechada sobre a origem e unidade étnica desse grupo. O que se sabe é que após assentada em 1854, nas cartas do primeiro diretor da colônia, o tenente Junqueira, ao presidente do Maranhão, Olímpio Machado, é colocada a recomendação de 100 casais de europeus para morar em suas dependências, porém isso nunca aconteceu e o que se apresenta no levantamento populacional nos anos posteriores são grupos de “pobres livres” classificados por profissão e sexo. Essas são informações coletadas nos trabalhos de Regina Helena de Faria (2011), (2015) e Marcelo Guimarães Magalhães (2014). Enquanto no jornal *Publicador* Maranhense de 1860, em uma nota comemorativa dos resultados obtidos nos meses iniciais da posse do diretor Altino Rego, aparece o termo de “nacionais” e entre eles é citado o negociante Felipe João Ramos (*PUBLICADOR MARANHENSE*, 10 de maio de 1860, nº 118). Então, fica subentendido que essas eram pessoas pobres livres brancas ou ditas “mestiças” brasileiras, ainda assim é preciso observá-las diante da questão e condição da identidade indígena frente o objetivo civilizatório. De acordo com Renata de Oliveira (2020), o projeto civilizador estimulava a incorporação do indígena à Nação através da miscigenação com a abertura dos aldeamentos para feiras e novos moradores e ensinando a relação de sedentarismo com a terra. Assim, diluía entre os “nacionais”, suas terras poderiam ser usurpadas mais facilmente, uma vez que era possível o reconhecimento do -indigenato- o direito originário após a publicação da legislação de terras de 1850 e por isso o reforço do objetivo de retirar das matas e civilizar aqueles ditos “índios”, “errantes”, “selvagens”, “não civilizados” e “semibárbaros” com a finalidade destitui-los de um apego a terra para torna-las devolutas pois essas imagens preconceituosas expressavam suas identidades e culturas forjadas a partir do semi ou total nomadismo (OLIVEIRA, 2020). Portanto, por vezes a identidade indígena aparece nas fontes violentamente silenciada com as representações de “mestiços”, “indivíduos” ou “nacionais” elaboradas pela elite e pelo Estado escravocratas para resolver os problemas de mão de obra e novas frentes de expansão diante dos rumores da abolição.

pados no serviço della sempre que he mister”⁵⁸. Logo, a colônia se tratava de um dos tipos⁵⁹ de assentamentos pensados para atrair e abrigar os indígenas, destinando-os ao mundo do trabalho vigiado por autoridades do Governo, envolvidos em sua rotina interna de funcionamento.

A colônia se incluía então na tentativa de se formar um cerco⁶⁰ no território indígena para direcioná-los aos planos do Governo maranhense, sobretudo o de se ter acesso à natureza potencialmente econômica da região Gurupi-Turiação, usada principalmente pelos indígenas, ao passo que seriam colocados também como a mão de obra para explorá-la. Podemos observar isso na recomendação do presidente de província Antônio Machado, em 1859, que tentava direcionar aos cofres públicos o lucro da extração e venda do óleo de copaíba pelos indígenas por meio da fundação de uma missão⁶¹, e um destacamento nela como complemento da colônia militar para retirar as “tribus semibárbaras” das matas e inseri-las na sociedade, com o propósito de aumentar o comércio dos “preciosos gêneros” naturais, principalmente o da copaíba, que tão “Importante com mais de trinta canôas que anualmente sobem o rio [Gurupi], destas, porém, não se tem tirado a menor vantagem”⁶².

Então, a colônia simbolizava uma ação direta do Estado sobre os indígenas, tendo em vista que conseguiu ter em suas dependências uma certa quantidade, alcançando assim parte de seu objetivo. Contudo, os contatos entre autoridades do Maranhão e indígenas no Gurupi nem sempre se deram por

58 PUBLICADOR MARANHENSE, 11 de maio de 1960, nº 109.

59 Identifica-se os seguintes tipos de assentamentos que coexistiam: os aldeamentos oficializados pela política de missões de 1845 e as colônias militares e indígenas oficializadas pelo regulamento de 1854 da lei de terras de 1850.

60 A administração do regulamento de missões formava no Maranhão um circuito que mapeava os territórios de circulação dos indígenas. Havia 18 diretorias parciais de indígenas, ou seja, unidades territoriais administrativas (chamadas por vezes também de distritos) da província que funcionavam sob os cargos de dois gestores: diretor geral e o parcial, esse último suas funções eram voltadas mais às pendências cotidianas dos assentamentos. Em 1870, a do Gurupi era a 18^o distrito, próxima dela abrangendo o município de Imperatriz estava a 17^o, as duas até aquele ano não tinham um levantamento exato sobre as populações indígenas e quantidade de aldeamentos (MARQUES, 1870. p. 142-143). Ao oeste do Maranhão contava-se as 16 diretorias com os aldeamentos, 3 colônias indígenas e além disso, por toda a província havia uma porção de indígenas “selvagens” (Ibid, p.143), quer dizer, com modos de vida nômades e fornecendo pouca ou quase nada de informações ao Estado, dificultando o objetivo de controlá-los.

61 Entende-se que fundar uma missão significava pôr religiosos ou militares como autoridades locais no gerenciamento dos indígenas de um determinado território na condição de um assentamento.

62 RELATÓRIO., Op. cit., 1859, p.120.

negociação ou diálogo, encontrou-se casos em que os indígenas e a população que circulava nas proximidades da colônia se envolveram em conflitos.

Em 1870, o vice-presidente da província do Maranhão, José da Silva Maya, relatava que no ofício de 10 de setembro o diretor da colônia do Gurupi havia lhe informado que, em 28 de agosto daquele ano, um número de vinte indígenas da etnia Urubú havia assaltado a canoa de Francisco Severiano Nogueira no rio Gurupi, na altura das cachoeiras acima da colônia, deixando duas das pessoas que estavam na embarcação feridas⁶³. Diante do ocorrido, comunicava que mandou seguir para a colônia 20 praças do corpo provisório, comandados por um oficial, para combater as correrias de “índios urubus” que ameaçavam o comércio feito por esse rio, mas recomendava que antes do “emprego da força” se tentasse todos os meios de pacificá-los e chamá-los para “as boas e amigáveis relações”⁶⁴. Nesse cenário, a atuação do Governo com a colônia, sobretudo quando era solicitado reforço militar para a região, causava tensões que acabaram permitindo a construção de uma configuração territorial no rio Gurupi, baseada, ao que parece, em uma maior e menor circulação de populações indígenas.

Indígenas da fronteira Pará-Maranhão (1872)

Etnia	Quantidade por pessoa	Localização
Timbé	6.000	Pará, das cabeceiras do Gurupi e barra do Uraim se estendendo até o rio Capim. No Maranhão, iam das cabeceiras do Gurupi até o Pindaré.
Manajó ou Amanajé	300 a 400	Margem do rio Cajuapara, o qual é um dos braços do Gurupi que fica no Maranhão
Urubú	indefinido	No Pará, entre as cabeceiras do rio Coracy- Paraná e Piriá.
Timbira	400 a 500	Cabeceiras de Cajuapara
Guajá	1 a 4 casais (grupos pequenos)	Errantes
Guajajara	Menos de 30	Colônia militar São Pedro de Alcântara do Gurupy

Fonte: DODT, Gustavo Luiz Guilherme. Descrição dos rios Paranyha e Gurupy. Relatórios sobre a exploração dos mesmos de uma memória sobre o porto de San' Luiz do Maranhão. Maranhão: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1873 (p. 117-146).

63 MARANHÃO. Relatório com que o Exmo. snr. Vice presidente Dr. José da Silva Maya passou a administração desta província ao Exmo. Senr Presidente Dr Augusto Olympio Gomes de Castro no dia 28 outubro de 1870. Maranhão, San' Luiz: Typ. de José Mathias. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 04 mar. 2021, p.27.

64 Ibidem.

Embora circulassem e vivessem nos arredores da colônia, essa tabela formulada a partir do levantamento feito pelo engenheiro Gustavo Guilherme Dodt mostra como grande parte dos indígenas se estabelecia próximos a rios que estavam situados em perímetros em que uma atuação cotidiana do Estado era aparentemente mais precária, tanto no Pará como no Maranhão. Quando Dodt⁶⁵ fala dos habitantes do rio Gurupi em seu relatório de expedição, identifica que a população “civilizada” se encontrava espalhada entre Viseu, a colônia militar e sua vizinhança com alguns sítios até a povoação de “índios” chamada Gurupy; enquanto indígenas, regatões e “mestiços” pobres livres⁶⁶ aparecem nesses lugares da tabela acima, com destaque para as margens do rio Cajuapara.

Essa classificação, de uma parte do rio Gurupi sendo habitada por pessoas civilizadas e uma outra não civilizada, buscava reforçar a necessidade de as autoridades agirem sobre uma extensão do rio que ainda precisava ter uma característica ordenada, em contraste com a outra, que tinha a forte influência do Governo, com ocupações e dinâmicas de seu interesse, principalmente fazendo isso sobre uma população, cujas identidades eram repudiadas. Por outro lado, esses sujeitos, alvos de controle do Estado imperial e provincial, constituíam a zona “incivilizada” do Gurupy para conservar seus modos de viver.

A partir das informações de Dodt, percebe-se que o rio Gurupy era mais caudaloso e estável para navegação na zona que correspondia da povoação Gurupy a Viseu. Porém, dessa povoação até o rio Tocantins se encontrava algumas dificuldades, porque esbarrava-se nas cachoeiras que começavam no lugar chamado Pedras d’amolar, logo após a povoação do Gurupy, subindo em

65 DODT. Op. cit., 1872, p. 91-159.

66 Embora no tópico anterior se mostre o processo da fundação da colônia como conflituoso com a derrubada de quilombos, principalmente minas de Maracassumé, e o que ela significava enquanto uma política antimocambo, após fundada essa pesquisa chega a conclusões das ações dela muito mais sobre a existência dos indígenas no Gurupi. Então a discussão neste tópico se dedica exatamente isso porque é para o que as fontes permitiram direcionar o foco da pesquisa, principalmente com uma quase ausência dos quilombolas nos documentos levantados aqui para essa zona, principalmente para as margens do Gurupi. Porém, existem trabalhos que discutem essa presença quilombola entre o rio Gurupi e Turiaçu que analisam como essas organizações continuam a se multiplicar mesmo após a fundação da Colônia do Gurupi. Para ler a respeito, recomenda-se a leitura: GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). UNESP, 2005.

sentido sul⁶⁷. Para atravessar algumas delas, era necessário usar uma embarcação pequena e puxá-la pela espia⁶⁸, de pedra em pedra, aproveitando os remansos que se tinham debaixo das pedras maiores⁶⁹. Uma parte da tripulação alcançava as pedras, firmando o pé nelas e segurando a espia para arrastar a canoa. Ao mesmo tempo, uma outra parte, com pelo menos 2 pessoas, atuava sustentando a canoa com varas compridas, que serviam de apoio para que a espia não se rompesse, tendo em vista que, caso viesse a acontecer, sem o controle da canoa, esta poderia se despedaçar entre as pedras⁷⁰.

Então, as cachoeiras possibilitavam um distanciamento diário entre essas duas delimitações do rio Gurupi, uma vez que esse percurso tornava-se bastante trabalhoso e perigoso para o deslocamento frequente⁷¹. Além disso, revela a heterogeneidade do rio, rompendo com a noção de uma linha contínua para o rio-fronteira, que se apresenta nos mapas da época para um fim administrativo. Como analisa Lucien Febvre⁷², para o Reno, então a fronteira franco-alemã, sendo esse rio constituído de vários rios e diferentes reinos, quer dizer, ele não era homogêneo, pois em suas diferentes partes se apresentavam particularidades devido sua natureza múltipla e população diversa.

A existência das cachoeiras chama atenção para o fato de o Gurupy ser formado, na verdade, por um conjunto de rios que, por vezes, se interligavam, sendo confluente e tributários. Segundo Dodt⁷³, o rio Gurupy, em confluên-

67 DODT. Op. cit., 1872, p.91-159.

68 Espia, segundo o dicionário On line de português: [substantivo feminino. náutica. trata-se de um cabo que serve para amarrar embarcações. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/espia-2/>. Acesso: 04 de março de 2021.

69 DODT. Op. cit., 1872, p.102.

70 Ibid., p.102.

71 Por terra, não se tem informações sobre percursos bem definidos, mas se ver pelo cruzamento de fontes a existência deste percurso pelo rio. É necessário esclarecer que a dificuldade de se locomover a partir das limitações que a natureza coloca não era um impedimento, os diferentes sujeitos viajaram sim de um lado para o outro do rio conforme lhes era pertinente. O que se quer afirmar aqui é o deslocamento não era frequente, principalmente pelas autoridades e exatamente pelo grande esforço para isso; contando ainda a possibilidade de receberem flechadas de indígenas. A própria contratação de Dodt para realizar uma expedição serve de ponto de partida para pensar a busca da província do Maranhão em estar realizando o reconhecimento desta parte “incivilizada” para devassá-la, pois todos os levantamentos do engenheiro são no sentido de identificar como se pode investir para torna-la “civilizada”. Indica a possibilidade de estradas, de construções que podiam estar aumentando o volume das águas dos pequenos rios, explorando se o solo é aurífero, mapeando os indígenas etc.

72 FEBVRE, Lucien. O Reno. São Paulo: Civilização brasileira, 2000.

73 DODT. Op.cit., 1872, p.96-97.

cia com o Gurupy-mirim, se apresentava com três principais braços: na reunião de rios e igarapés formava o Cajuapara e Ytinha, cujo tributário era o Tucunmandiua. E o Cajuapara apresentava dinâmicas que nos permite conhecer um pouco mais sobre identidades e as relações inter étnicas dos sujeitos que o Estado tentava controlar na região.

Segundo Dodt⁷⁴, por volta de 1869, as terras “devolutas” do Gurupy estavam sendo ameaçadas pela “invasão” das gentes “baixa do sertão” de Imperatriz. Sobre essas gentes que chamou de “sertanejos” e “plebe dos sertões”, disse que “ignorante quanto possível” tinham o vício dos negros e dos brancos⁷⁵. Quase para completar dois anos que levavam o gado ao Cajuapara, decidiram fazer a mudança para o Gurupy, porém, ocorreram alguns incidentes entre os “sertanejos” e os indígenas por causa de um furto de gado⁷⁶. Dodt relatou que, pelo caminho que chegava até a aldeia dos Timbiras, o qual passava pelo campo de Santa Thereza, os indígenas da etnia roubaram “uma rez” de um “sertanejo”, mataram-na e também ameaçaram o dono de morte, embora nada tenham feito; contudo, isso foi o suficiente para Dodt ter sugerido em um ofício apresentado em 3 de agosto de 1869 ao presidente de província, o estabelecimento de um pequeno destacamento⁷⁷.

Outro agente frequentador de Cajuapara era o regatão. De acordo com Dodt⁷⁸, essa categoria de comerciante merecia atenção, porque o comércio que faziam vinha se tornando uma prática perniciosa aos indígenas. Chama os regatões de pessoas “ignorantes e viciosas” que negavam o “trabalho regular”, mas se dedicavam a comerciar de maneira limitada, pois eram poucos os que negociavam diretamente nas praças do Maranhão e Pará, a maioria se abastecia de produtos em Viseu e na colônia militar e vendia em Cajuapara, que era o seu principal mercado consumidor⁷⁹. Dodt destaca que, do mês de novembro em diante, os regatões iam em busca dos indígenas com quais possuíam dívidas para, juntos, alcançarem alguma paragem com copaibeiras para se extrair

74 Ibid., p.143-146.

75 Ibid., p.143.

76 Ibid., p.145.

77 Ibidem.

78 Ibid., p.137-141.

79 Ibid., p.138-39.

o óleo de copaíba – o que, para Dodt, afastava cada vez mais os indígenas da civilização⁸⁰.

Na sua perspectiva, a venda de óleo de copaíba realizada com os regatões era um indicativo de que o comércio poderia ser um meio de alcançar a civilização deles, uma vez que consumiam panelas, tecidos, talheres etc., por meio da troca⁸¹. Devido a isso, para Dodt, a maioria das etnias indígenas que constituíam o Gurupi já poderia ser chamadas de “semicivilizadas”⁸². A afirmação revela a potencialidade que um funcionário do governo via no comércio de óleo travado pelos indígenas para se alcançar os objetivos do projeto civilizador e a exploração econômica do Gurupi. Porém, os regatões eram vistos como um grande empecilho, uma vez que o lucro do óleo estava sendo direcionado em benefício deles e não aos cofres públicos.

Por outro lado, a extração e a venda do óleo fazia com que os indígenas mantivessem ritmos próprios e mobilidade livre. Em casos de se tornarem aldeados, acabavam por confrontar essas formas de viver com a idealizada dentro de um planejamento de tempo produtivo pensada pelo Governo.

Dodt⁸³ agradeceu o diretor parcial das missões de índios do 18° distrito do Maranhão por promover a interrupção dos regatões, fazendo-os negociar diretamente com os indígenas, ao mesmo tempo que poderiam vender seus produtos para os regatões; assim, o diretor das missões não permitiria que a região ficasse desabastecida. Logo, identifica-se a presença de uma autoridade do governo por meio da figura do diretor de índios, que tinha como um dos seus objetivos manter a ordem no Cajuapara, incentivando um comércio legalizado pelo Estado na fronteira. Porém, a extração do óleo sendo realizada com um ritmo mais livre demonstra que indígenas e regatões o ignoravam e desafiavam, por vezes também negociando com a finalidade de manter a atividade de extrair o óleo para si mesmos.

80 Ibid, p.139-140.

81 Essa referência de que o contato e a necessidade de adquirir objetos que são vistos como “civilizados” e distantes da identidade do indígena implica atualmente em um pensamento preconceituoso e falacioso, porém neste contexto, usar talher, tecido, miçangas e outros como um discurso de estar deixando de ser “índio” foi pensado para se alcançar os objetivos do Governo provincial.

82 DODT. Op. cit., 1872, p. 115-146.

83 Ibid., p.141.

Portanto, a partir das representações negativas de Gustavo Dodt sobre os regatões e os pobres livres⁸⁴, se buscava estabelecer caminhos e estratégias para o controle dos indígenas e o monopólio do óleo de copaíba, projetando uma imagem do Cajuapara como lugar desordenado e desmoralizado, por não haver uma ampla presença do Estado. Para além disso, mostram as relações interétnicas, mediadas pelo comércio de troca, tendo produtos extraídos da mata e a busca por terras para a criação de gado, bem como o conflito que a envolvia.

E, por meio dessas atividades, se observa a prática da migração, fundamental para a sobrevivência, entretanto, não bem vista pelas autoridades no geral, e que fazia parte do modo de agir e de viver das pessoas que moravam ou que transitavam na fronteira. Acontecia por diversos interesses, embora o comércio e a procura de pastos, os Timbiras mostraram outros aspectos do processo de migração no Gurupi, para Cajuapara.

Segundo Dodt⁸⁵, os Cajarés, antes de 1870, estavam morando nas chapadas de Imperatriz, só que, na ocasião, quando os homens da aldeia não estavam, “uns sertanejos” atacaram a aldeia e roubaram algumas crianças. Quando os homens Cajarés voltaram e souberam de tudo, acharam que o ataque havia partido de uma fazenda próxima que era de uma viúva. Então, a queimaram deixando 7 mortos⁸⁶.

84 Sobre o pobre livre, Gustavo Dodt chama atenção para a presença dessas pessoas, ainda assim ele não vai além do que sugerir o estabelecimento de uma subdelegacia para impedir a circulação deles. Mas ao longo do século XIX, a elite letrada os divulgava como indolentes e perigosos e devido a possibilidade da abolição, passam a ser lançadas estratégias de discipliná-los para serem direcionados como mão de obra (FARIA, Regina Helena Martins de. A transformação do trabalho nos trópicos: escravos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional da ANPUH, 2003, p.4). Então pode ser que essas representações negativas buscavam orientar esses sujeitos para servir como trabalhadores em fazendas, colônias particulares ou até mesmo para a Colônia militar do Gurupi. Essa é uma hipótese que se observa a partir de uma fala que o presidente da província do Maranhão, Olímpio Machado, em 1853 fez quando apresentou à Assembleia legislativa os argumentos para se fundar colônias militares no Maranhão. Segundo ele, a criação de povoações agrícolas formadas de “gente do paiz” pois “grande parte da população, que habita o interior, leva vida ociosa, com negação absoluta ao trabalho, e sobre tudo à vida da lavoura aliás a mais tranqüilla, e feliz para um homem, ou família desfavorecida”, então o governo pedia atuar na mudança de vida deles lançando de vias como a compra de pequenos lotes de terra e a isenção do “serviço da guarda nacional e do recrutamento” (RELATÓRIO... Op. cit, 1853, p.33).

85 DODT. Op. cit., 1872, p.121.

86 Ibid., p.121-122.

Com medo de que algo poderia acontecer com eles, mudaram-se para as matas das cabeceiras do Cajuapara e assumiram a identidade de Timbiras, para confundir quem fosse atrás deles⁸⁷. Porém, quando o viajante Dodt visitou a aldeia dos Timbiras, escutou que pretendiam voltar a ser chamados de Cajarés, o memorialista relatou que chegou a escutar um velho dizer “no seu modo de falar: “Timbira não tem, Cajaré”⁸⁸.

Denise Maldí⁸⁹ afirma que, no século XIX, os indígenas possuíam noções próprias de territorialidades e de fronteira, paralelas às que o discurso oficial do Estado imperial buscava instituir, que tinham como fator fundamental a identidade do grupo construída a partir do espaço ocupado. Assim, a terra era referência para formas de organizações sociais no interior das comunidades indígenas, bem como tinham limites reconhecidos conforme a mobilidade e os direitos aos usos como para pesca e caça⁹⁰. Dialogando com a autora, é interessante perceber como os Timbiras, ou melhor, Cajarés, estabelecem suas identidades, sobretudo de forma estratégica, a partir de experiências de conflito e refúgio, tomando a migração e o espaço do Cajuapara como fundamentais para a manutenção do grupo.

Nesse sentido, o Cajuapara e as outras partes do rio Gurupi, consideradas “não civilizadas”, passam a ser construídas como territórios de resistência por sujeitos que as autoridades maranhenses tentavam controlar. E o Cajuapara, especialmente, aparece na documentação visto pelos indígenas, pobres livres e regatões, como um espaço de sobrevivência e de liberdade. Percebe-se que esse era um lugar de refúgio que dava chances a eles de manterem ou reconstruírem suas vidas, seja na tentativa de não serem atingidos pelo projeto civilizador, que era mais evidente com a presença da colônia logo na sua localização, como estratégia de subsistência, ou por receio de um grupo étnico sofrer ataques de outro diferente.

87 Ibid., p. 122.

88 Ibidem.

89 MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, v. 40, n. 2, 1997, p.212-214).

90 Ibidem.

Conclusão

Com base nos debates apresentados neste texto, é importante observar a construção dos discursos sobre a necessidade de reordenamento da ocupação e controle das gentes da fronteira na segunda metade do século XIX, assim como os desdobramentos desse processo, a partir da instalação da colônia militar nas margens do rio Gurupi. Uma instituição que foi criada com o objetivo de impor limites às ações tidas como desordeiras e atribuir ares civilizados as relações desenvolvidas nesses espaços.

Ao mesmo tempo em que demonstra a percepção de indígenas, amocambados, pequenos produtores e criadores de gado e as ressignificações de suas ações no espaço de fronteira no período posterior a instalação da colônia. A partir da qual alguns se aproximaram de autoridades provinciais, enquanto muitos outros adentraram os sertões e forjaram novas interações com os espaços, reordenando também suas ações e desenvolvimento de atividades produtivas e econômicas.

A colônia militar São Pedro de Alcântara do rio Gurupi foi parte de um projeto do governo maranhense de marcar sua presença sobre as terras recém anexadas, e essa investida teve resultados ambíguos, pois, ao mesmo tempo em que atraiu investidores para a região e aproximou indígenas de algumas etnias às autoridades provinciais, contou com a resistência de homens que utilizavam esses espaços para cultivar, criar gado e estabelecer outras faces de suas vivências cotidianas. E que, por buscarem preservar formas antigas de vivências, se envolveram em conflitos e foram alvo de perseguições nessa nova conjuntura de ocupação idealizada para a fronteira entre o Pará e o Maranhão.

ESTUDOS SOBRE A AMAZÔNIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Fernando da Silva Rodrigues¹

Introdução

Este capítulo tem por objetivo mostrar e analisar uma parte da documentação produzida pelo Exército brasileiro sobre a Amazônia, relacionada à história militar, e sua interface com os estudos sobre fronteira. Enfatizamos, nesse momento, a Amazônia como lugar de debate e, historicamente, como ponto de integração entre o litoral e o interior, que é percebida através dos múltiplos olhares, e de investigadores de diferentes áreas. As diversidades espaços-temporais, político-sociais, diplomáticas, e militares, junto à riqueza das diferentes abordagens metodológicas e às várias articulações desenvolvidas nas Ciências Humanas, ampliaram o entendimento sobre as questões levantadas, permitindo o aprofundamento dos debates.

1 Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), coordenador do Laboratório de História Militar e Fronteiras - CNPq, pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro, pela FAPERJ, membro do grupo de pesquisas Militares, Política e Fronteiras na Amazônia.

A investigação foi pensada de acordo com a percepção da política do Estado brasileiro, em um momento que estava se consolidando o controle dos limites fronteiriços norte e centro-oeste com os países da América do Sul, através dos trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1906-1910)², e da Comissão de Inspeção de Fronteiras (1927 e 1930)³, ambas as missões modernizadoras foram lideradas pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon. O serviço de ligar o Mato Grosso à Amazônia pelas linhas telegráficas foi desenvolvido em três etapas: em 1907, era estabelecida a base para o início das operações a partir do Rio Juruena, rumo ao Rio Madeira; em 1908, chegava à Serra do Norte, cumprindo mais uma etapa de sua missão; e, em 1910, chegava ao destino, no porto de Santo Antônio do Rio Madeira.

A Comissão de Inspeção de Fronteiras foi organizada com um Estado-Maior, um Ajudante de Ordem, Serviço Cinematográfico, Serviço Rádio Telegráfico, Serviço Sanitário, Serviço Telefotográfico, Serviço de trabalhos censitários das tribos indígenas, Serviço de Geologia e Serviço de Botânica. A Comissão desenvolveu suas atividades em três campanhas e produziu durante os quase três anos de expedição uma importante diversidade de documentos, tais como fotografias, relatórios, filmes, mapas, sobre os nativos, a população local, as atividades cotidianas, as indumentárias e o espaço amazônico. A inspeção no Norte e no Centro-Oeste tinha por objetivo atingir a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa (República do Suriname), Guiana Inglesa (República da Guiana), Venezuela, Colômbia, Peru, e Bolívia, dividida em campanhas pelos Estados do Pará e do Amazonas.

2 Em 13 de março de 1906, o General Francisco de Paula Argolo, Ministro da Guerra do presidente da República Afonso Pena incumbira Rondon de chefiar a equipe de construção da linha telegráfica que ligaria através do sertão o Estado do Mato Grosso ao Território do Acre, com duas turmas, uma por São Luiz de Cárceres e outra por Cuiabá. BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Relatório do Ministro da Guerra de 1907, p. 60.

3 Em 1927, o Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos determina que sejam inspecionadas as fronteiras do país até o final do governo do presidente Washington Luiz, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo então o General Rondon nomeado Inspetor de Fronteira. A inspeção no Norte e no Centro-Oeste tinha por objetivo atingir a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa (República do Suriname), Guiana Inglesa (República da Guiana), Venezuela, Colômbia, Peru, e Bolívia, dividida em campanhas pelos Estados do Pará e do Amazonas. MAGALHÃES, Coronel Amílcar A. Botelho. *Rondon, uma relíquia da pátria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 151.

A primeira campanha⁴ iniciou-se pelo norte do país, abrangendo as fronteiras dos Estados do Pará e Amazonas, com a Guiana Francesa, Guiana Inglesa e o Sul da Venezuela. A segunda campanha partiu do Estado do Pará com destino à fronteira com a Guiana Holandesa. E a terceira campanha visou ao interior do país, seguindo do Amazonas ao Estado do Mato Grosso. Para as turmas de inspeção do Pará, Rondon deu incumbência de estudar a ligação, por meio de estrada de rodagem, entre Macapá e a Colônia de Clevelândia do Norte, passando pela Colônia Ferreira Gomes, à margem esquerda do rio Araguari; percurso da linha de fronteiras com a Guiana Francesa, na sua parte fluvial, subindo o rio Oiapoque, a partir de Clevelândia, até onde fosse possível navegar com as embarcações utilizadas pela segunda turma. E, por fim, o percurso do baixo Oiapoque, de Clevelândia até sua foz.

Para as turmas de inspeção das fronteiras do Amazonas, Rondon atribuiu as seguintes tarefas:

- 1ª Turma – chefiada pelo Capitão Boanerges Lopes de Sousa, percorrer a linha de fronteira na parte limitada pelo rio Tacutu e levantar o seu curso, desde a sua confluência com o rio Uraricoera até a sua origem no pico Uinitão. Ao regressar, deveria passar pela Serra da Lua e pela cidade de Boa Vista, fechando o seu percurso na Fazenda Nacional de São Marcos;
- 2ª Turma – chefiada pelo 1º Tenente Táles Facó, percorrer a fronteira na parte limitada pelo rio Maú e atingir o monte Roraima. Ao regressar, deveria ter como objetivo, a região de Limão, na confluência do rio Surumu com o Cotin, no mais próximo possível da fronteira com a Venezuela;
- 3ª Turma – chefiada pelo Capitão Polidoro Corrêa Barbosa, deveria subir o rio Uraricoera, para explorar a fronteira da Venezuela. Após atingir a cabeceira do Uraricoera, deveria alcançar a cabeceira do rio Parima e inspecionar o estado dos marcos de fronteiras existentes, ou descobrir vestígios dos mesmos. Deveria, ainda, obter informações dos trabalhos executados e objetivos da expedição do geógrafo norte-americano *Alexander Hamilton Rice* pela região do Rio Branco, atual Estado de Roraima, realizada entre 1924 e 1925.

4 Tendo traçado o plano de iniciar a inspeção pelo Norte, organizou Rondon as diretrizes gerais, dividindo o trabalho em dois setores de ação: três turmas para inspecionarem as fronteiras com o Estado do Pará, e cinco turmas para inspecionarem as fronteiras do Estado do Amazonas. MAGALHÃES, Coronel Amílcar A. Botelho. *Rondon, uma relíquia da pátria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 151.

- 4ª Turma – chefiada pelo 1º Tenente Joaquim Vicente Rondon, tinha como missão subir o Uraricará até a sua nascente e descobrir o marco de fronteira ali existente ou o vestígio dele; e
- 5ª Turma – chefiada pelo Tenente Coronel Amílcar Armando Botelho de Magalhães, deveria marchar da Fazenda Nacional de São Marcos por terra, alcançar o porto do Limão no rio Surumu, atingir a fronteira venezuelana, na Serra Pacaraima, um pouco além da maloca do Francelino e seguir até o monte Roraima.

Com essas atividades político-militares executadas na Primeira República, foi possível, nos anos 1930 e 1940, que o Brasil se projetasse em uma intensa atividade diplomática, no qual atuou como pacificador decisivo na superação de grandes conflitos regionais da América do Sul, como foi o caso do conflito entre a Colômbia e o Peru (1932-1934), na tríplice fronteira do Brasil, com a Colômbia e com o Peru, e da Guerra do Chaco (1932-1935), entre o Paraguai e a Bolívia.

Do início da Primeira República no Brasil, em 1889, até o fim do governo de Getúlio Vargas, em 1945, as principais intervenções espaciais realizadas pelo Estado brasileiro estavam relacionadas à integração do litoral com o interior, e a demarcação das fronteiras. Havia suficiente entendimento político e militar de que uma das vulnerabilidades, desde o século XIX, era o vazio demográfico no sertão amazônico e a pouca penetração do Estado. A demarcação das fronteiras brasileiras na Amazônia se tornou uma necessidade primordial para a consolidação da soberania sobre o território. A intervenção civilizadora nos grupos indígenas serviu para ajudar a integração do litoral ao sertão, sendo essa etapa um passo determinante para a conquista da região.

Com relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa utilizou documentos impressos e manuscritos das séries Ministério da Guerra, Estado Maior do Exército, Vigilância da Faixa de Fronteiras (1917-1940), que se encontram no Arquivo Histórico do Exército. As séries são formadas por documentos diversos (ofícios, relatórios, estudos, telegramas) que tratam de assuntos relacionados à vigilância, à **defesa**, às fronteiras, e, mais especificamente, a assuntos como a Questão Nabileque, sobre a cessão de terras no estado do Mato Grosso a uma empresa argentina na fronteira oeste, de um estudo relativo aos dispositivos constitucionais que regiam os domínios de fronteiras, a

relatório de fiscalização e controle da entrada e saída de passageiros em território brasileiro, do plano secreto do Estado Maior do Exército para execução da vigilância das fronteiras no quinquênio 1939/1943, de informações sobre os trabalhos de conclusão da antiga Comissão Mista de Demarcação da Fronteira entre o Brasil e a Bolívia, sobre a disputa pela Ilha Suarez, localizada no rio Mamoré, e os Relatórios do Ministro da Guerra para o Presidente da República, reconhecidos como uma importante fonte de comunicação institucional e portador de um discurso político militar.

História Militar Tradicional ou Nova História

Militar: o dilema continua

Para o uso da História Militar, partimos do entendimento inicial de como a história e historiografia se colocam no tempo e no espaço, em relação ao debate. Muitas obras foram produzidas segundo a abordagem da História Militar Tradicional⁵, que se desenvolveu no século XIX e no século XX, junto com a historiografia positivista, valorizando a Guerra no domínio da história política, com estudos sobre o Estado Nacional, a formação do território, a demarcação das fronteiras, e as relações diplomáticas. Como disse o historiador militar Fernando Velozo:

5 Um exemplo desse tipo de abordagem é o livro escrito pelo general Estevão Leitão de Carvalho, *A Paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha*, de 1958, publicado pela Biblioteca do Exército. O autor participou do fato histórico, na condição de representante oficial do Brasil na Comissão Militar Neutra, encarregado de executar, no campo de batalha, as cláusulas de segurança do Protocolo de Paz, assinado em 12 de junho de 1935. A obra foi produzida com base no desempenho de sua função militar-diplomática na região do conflito e nos conhecimentos obtidos com as lideranças militares dos países envolvidos na guerra. Produzida treze anos após sua passagem para a reserva, teve como objetivo central produzir um livro histórico sobre a guerra, que pudesse servir de base de estudo para os militares brasileiros. RODRIGUES, F. S. SARMIENTO, E. La Guerra del Chaco vista por los ojos de los militares del ejército brasileño (1932-1935). *Secuencia: Revista de Historia y Ciencias Sociales*, v. 1, p. 1-30, 2019, p. 14-15. <http://secuencia.mora.edu.mx/index.php/Secuencia/article/view/1549>. Acesso em 20/06/2019.

A História Militar tradicional tem sido o campo de “militares historiadores”. Em geral, tem pouca acuidade metodológica, pois não resulta do trabalho de historiadores profissionais, mas de aficionados. Tende, portanto, à grandiloquência e à adjetivação excessiva. É basicamente uma história descritiva e busca o ideal de apresentar “os fatos como aconteceram”. Em função dessas características, ficou conhecida depreciativamente nos Estados Unidos como “História-Batalha” ou História de “tambores e clarins”. Em função de sua origem não especializada e “corporativa”, tem clara tendência ao mito, ao enaltecimento de figuras históricas e a certa condescendência no julgamento dos fatos e protagonistas⁶.

Como podemos perceber, desde o século XIX, os fatos militares vêm sendo investigados cientificamente, através de estudo metódico e valorizados na medida em que legitimavam os interesses políticos do Estado. Os dois principais modelos historiográficos seguidos pela História Militar foram elaborados pelo teórico militar prussiano Karl Von Clausewitz, no livro *Da Guerra*, principal tratado sobre o tema, e ainda muito discutido no campo das ciências humanas e sociais; e pelo historicista Leopoldo Von Ranke, um dos fundadores da história científica alemã, cujo arcabouço teórico se baseava na História Narrativa, que apresentava os fatos históricos como eles realmente se passaram, e sua metodologia tinha como princípio a objetividade e neutralidade dos historiadores. Ranke “Baseava-se principalmente nos documentos diplomáticos para fazer a história do Estado e de suas relações exteriores, pois acreditava que as relações diplomáticas determinavam as iniciativas internas do Estado”.⁷ Pelo paradigma tradicional, a história deveria ser baseada na descrição dos documentos.

Uma das contribuições de Ranke foi expor as limitações das narrativas no formato de crônicas, por isso a ênfase na necessidade de fundamentar a história escrita em registros oficiais, produzidos pelo Estado e depositados em Arquivos Públicos. Esse modelo historiográfico levou a academia na direção da profissionalização. Por outro lado, essa contribuição levou a história tradicional a oferecer uma história vista de cima, concentrando sua produção nos grandes feitos de estadistas, de generais, e do alto clero.

6 PEDROSA, Fernando Velôzo G. A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Anpuh Nacional, 2011, p. 8. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf. Acesso em 20/06/2019.

7 REIS, J. C. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 11.

Segundo Velôzo, por história militar tem-se o entendimento do estudo minucioso dos documentos produzidos pelas instituições militares, sobre a guerra, as campanhas, as batalhas e as táticas, muitas vezes, considerado o campo do historiador militar, caminho que está sendo aberto vertiginosamente a pesquisas de historiadores civis, através dos documentos existentes nos Arquivos Militares. Nesse debate, o historiador lembra, que a História Militar é basicamente uma história descritiva e busca o ideal de apresentar “os fatos como aconteceram”⁸.

Podemos destacar ainda dois grandes temas da historiografia que foram construídos neste contexto e que se manifestam nos estudos militares do século XIX e XX: a História Batalha, formada a partir da busca de uma descrição precisa e de uma análise detalhada dos eventos militares propriamente ditos; e a História Militar, no contexto da História Política como é muitas vezes definitiva, e que pode remeter para a própria História Batalha em suas análises finais.

Para o historiador Paulo André Parente:

“Os conflitos armados representam um peso relativo nos temas militares conforme as correntes historiográficas, ou seja, o tema da História Batalha não é necessariamente um ponto de chegada analítico da história militar. Pode e deve, inclusivamente, ser o seu ponto de partida. Entretanto, nem sempre está presente nos trabalhos e pesquisas da nova história militar e nem por isso deixamos de ter uma história militar metodologicamente construída”⁹.

Se no século XIX o paradigma tradicional valorizava a guerra no contexto temático da história política, com ênfase nos estudos sobre o Estado, a formação territorial, a construção das fronteiras, e as relações diplomáticas, na segunda metade do século XX, e agora no século XXI, os novos paradigmas, entre eles o da Nova História Militar, continuam estudando as guerras, agora do ponto de vista cultural, econômico, antropológico, social e também político. Para Velôzo, depois da Segunda Guerra Mundial, o conceito de História Militar se ampliou significativamente, passando de uma história das guerras,

8 Idem, 2011, p. 8.

9 PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma Nova História Militar. *Revista Brasileira de História Militar*. Edição Especial de Lançamento. Rio de Janeiro, Ano I, dezembro de 2009, p. 2.

campanhas, batalhas e feitos dos grandes generais, para a história das instituições militares, na paz e na guerra e sua relação com a sociedade¹⁰.

Sobre a Nova História Militar, entendemos como uma área de investigação que vem se renovando, e que tem identificado novos problemas, novas abordagens e novos objetos de pesquisa histórica, construídos a partir do modelo da Nova História, de natureza crítica e não apenas descritiva. A Nova História¹¹, por seu lado, desenvolveu-se na França a partir dos anos 1970, quando o grupo de Fernand Braudel deixou a direção da Revista dos Anais para outro grupo de intelectuais formados por Le Goff, Le Roy, Revel, Marc Ferro e Burguière representantes da terceira geração dos Anais. Nessa nova corrente, conservaram-se muitas características da segunda geração dos Anais relacionadas aos estudos sobre a economia, e a sociedade, mas também podem ser observados importantes pontos de ruptura, com novas abordagens, novos objetos e novos problemas. Essas identificações ajudam no crescimento da produção histórica militar, pois, como registra Paulo André Leira Parente:

“As concepções científicas da história assumiram diversas facetas em sua estrutura metodológica, influenciando desta maneira os temas militares. Assim, a história militar não é um **ente** próprio dotado de autonomia científica em relação à Teoria e a Metodologia da História. A história militar foi construída a partir de pressupostos próprios da ciência histórica, dentre outros pressupostos científicos, da mesma forma que diversos temas do saber histórico dotados de uma campo de investigação definido, dentre os quais podemos apontar: a história econômica, a história do direito e das instituições, a história administrativa, a história da ciência e da tecnologia e seus diversos desdobramentos – a história da medicina, a história das doenças, a história da farmacopéia, a história da química ou da alquimia, a história do automóvel, a história do avião e a história do trem”¹².

A Nova História Militar, desenvolvida no Brasil a partir dos anos 1990, representa o retorno do filho discriminado pelas correntes historiográficas

10 PEDROSA, Fernando Velôzo G. A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Anpuh Nacional, 2011, p. 2. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf. Acesso em 20/06/2019.

11 *La Nouvelle Histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada pelo medievalista francês Jacques Le Goff, em 1978, que também auxiliou na edição de uma coleção de ensaios de três volumes sobre novos problemas, novas abordagens e novos objetos.

12 PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma Nova História Militar. *Revista Brasileira de História Militar*. Edição Especial de Lançamento. Rio de Janeiro, Ano I, dezembro de 2009, p. 2.

nacionais, que seguiram a onda das correntes historiográficas francesa da Escola dos Anais, discriminando o paradigma tradicional, e se deram no momento político importante de retorno à democracia, alavancado pela influência da história social nos estudos militares e pela abertura dos Arquivos Militares do Exército e da Marinha a pesquisa acadêmica.

O que observamos é que, nos últimos cinquenta anos, a produção bibliográfica sobre os militares no Brasil, em particular, e da América latina, em geral, experimentou notável expansão, em termos quantitativos e qualitativos. No início da década de 1960, Edwin Lieuwen¹³, investigador das relações civis e militares, salientou que eram escassos os trabalhos disponíveis sobre o assunto. A literatura na época, no campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, dava maior atenção a outros temas, tais como os referentes às políticas partidárias e ao sindicalismo, entre outros, reservando às instituições militares papel secundário no grupo de interesses da comunidade acadêmica civil. No entanto, a situação experimentou intensas mudanças a partir dos Estados Unidos, quando se formou a primeira geração de brasilianistas¹⁴ (Stepan¹⁵, Skidmore¹⁶). Não obstante, a importância dessa produção norte-americana, tal situação permaneceu mais ou menos a mesma no Brasil, durante o decorrer dos anos 1960 e 1970.

No final da década de 1960, e durante todo decorrer da década seguinte, a situação modificou. No exterior, proliferaram os centros de estudos sobre o Brasil, tornando-se obrigatória a análise da questão militar, tão indesejada, com muitas restrições institucionais arquivísticas e pouco entendida pela maioria dos historiadores brasileiros. No Brasil, a situação experimentou também mudanças. O objeto ganha importância sobrepondo-se, gradativamente, aos preconceitos em relação ao tema e às evidentes dificuldades de pesquisa,

13 LIEUWEN, E; e outros. *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

14 O termo brasilianista foi utilizado pela primeira vez no Brasil, por Francisco de Assis Barbosa, na apresentação do livro “Brasil: de Getúlio a Castelo”, de Skidmore, em 1969. Foi à forma usada para identificar um investigador de outra nacionalidade que se interessava pelo Brasil. No entanto, naquele contexto, o termo identificava especificamente uma corrente de estrangeiros: a dos norte-americanos. A partir de 1960, intensificou-se o interesse dos Estados Unidos pelo estudo de diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais latino-americana, com visitas e pesquisas feitas no Brasil.

15 STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

16 SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

no contexto histórico e político de um país que passava por um período autoritário¹⁷.

Se nos anos 1970 os melhores trabalhos enfocaram a tomada e o exercício do poder pelas instituições militares, os anos 1980 levaram os investigadores a pesquisar os processos de transição que marcavam as modificações nas relações entre civis e militares. Nos anos 1990, com a volta aos quartéis, o centro de análise deslocou-se, com maior centralidade, para a questão da nova identidade militar nas sociedades que se moviam rumo ao estado de direito democrático. Com o século XXI, os estudos sobre instituições militares e os militares como atores políticos no Brasil ganharam maior amplitude, e se aproximaram cada vez mais de outras áreas, como a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política e as Relações Internacionais. Nessa nova construção, foram se acrescentando ao tema militar assuntos relativos à defesa e à segurança do país.

Por uma proposta teórico-metodológica na História Militar nos estudos sobre a Amazônia: trabalhando com antigos caminhos e novas abordagens

Partindo do campo das Ciências Sociais, percorrendo o caminho da História Militar na pesquisa de documentos militares, podemos trabalhar com o pressuposto da teoria organizacional. Teoria desenvolvida nos estudos históricos sobre as Forças Armadas, realizado pelo Cientista Político José Murilo de Carvalho, que está entre os investigadores que defendem o recurso à dimensão organizacional para o melhor entendimento do comportamento político das Forças Armadas. O investigador fornece importantes indicações sobre o uso ou aplicabilidade da teoria organizacional no estudo das instituições militares. Alguns caminhos são identificados, quando ele desenvolve no capítulo, Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador¹⁸, temas importan-

17 Por autoritarismo, entendemos um poder empregado na estrutura dos sistemas políticos, regimes que privilegiam a autoridade governamental, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as Instituições representativas. Nesse quadro, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos normalmente são reduzidas à expressão mínima ou extintas e as Instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou desmobilizadas. RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis: instituição, pensamento político, e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010, p. 44.

18 CARVALHO, J. M. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

tes para entender a organização administrativa militar, como, por exemplo, o processo de recrutamento; o treinamento do corpo de oficiais (aqui incluiria também, o treinamento das praças); a estrutura interna da instituição militar; o tamanho e a localização geográfica dos efetivos militares; e por fim, a ideologia organizacional.¹⁹ O estudo de Carvalho, uma análise institucional através das mudanças internas e externas, valoriza o papel da organização militar como instrumento de socialização política e de formação de quadros.

No entanto, foi Edmundo Campos Coelho²⁰ quem aprofundou os estudos sobre as condições para aplicação da teoria organizacional, que ele contrasta com a teoria instrumental como ferramenta de compreensão das Forças Armadas e dos militares. Coelho descarta a teoria instrumental em favor da organizacional. Em sua crítica, a instrumentalização das instituições militares, ligada ao conflito de classes, o autor indica três formas em que a teoria se manifestou, e que o levou a sua rejeição:

- Teoria oligárquica - segunda a qual as classes dominantes (setores agrário, comercial e financeiro) comandavam o Exército e dele lançavam mão nos momentos de crise do sistema de dominação vigente. Tal controle resultaria do controle que a oligarquia exerce sobre o aparelho do Estado. Nesse sentido, o poder militar aparece como fator do poder civil, entendendo-se este como produto das relações de classe;
- Teoria dos setores médios - pela qual o Exército seria o agente político organizado das classes médias, sobretudo das classes médias cartoriais. O recrutamento, nestas classes, do quadro de oficiais, é sugerido como o mecanismo que explica o caráter representativo do Exército; e
- Teoria moderadora - que imputa ao Exército o desempenho de árbitro, cujo conteúdo e sentido são definidos fora dos limites da instituição militar e independentemente dela. O poder moderador dos militares pressupõe ação e pensamentos unificados, o que não se confirma empiricamente.

Coelho, ao utilizar seus estudos no Exército, sugere que três processos concatenados marcaram, historicamente, a evolução da instituição, e que devem ser utilizados como instrumentos de aproximação nos estudos sobre os

19 CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 14.

20 COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, São Paulo, Editora RECORD, 2000.

militares: primeiro, o peso crescente e necessidades próprias da organização militar como fatores de seu comportamento; segundo, a aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema societal e com relação a segmentos particulares deste; e, por fim, um fechamento progressivo aos influxos da sociedade civil.

Por outro lado, o sociólogo reconhece que, apesar da variedade de interesses e orientações teórico-metodológicas cobertas pelo pressuposto organizacional, sua característica principal consiste em tomar a organização, e não o sistema como um todo ou partes dele, como a unidade de análise. Coelho adverte, ainda, que essa ênfase na organização não exclui a questão das relações interorganizacionais, por um lado, e seu contexto ambiental, por outro.²¹ Esta, advertência do autor, deve ser considerada importante e fundamenta também, a teoria instrumental, pois ela está muito identificada à análise de processos históricos.

O estudo de uma organização, como as Forças Armadas ou a Igreja, não obstante sua importância organizacional, quando isolada, requer um tipo de abordagem para sua investigação. Por sua vez, quando tais organizações entram na corrente dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos, requerem uma análise de conjunto, que articule todos os componentes em uma visão integradora dos fatos e fenômenos históricos. Assim, os estudos históricos existentes sobre as intervenções das instituições militares na política divergem quanto ao papel político dos militares como atores principais da República brasileira. Se autores como Nelson Werneck Sodré as expõem muitas vezes como sujeitos simples no jogo da elite política civil brasileira, outros, como Edmundo Campos Coelho, as colocam como sujeitos independentes da política, como sendo autônomos ao poder civil. Com a concepção organizacional, defendida por Edmundo Campos Coelho, o Exército não é tão influenciado pelas correntes políticas da sociedade civil, sendo quase como uma instituição fechada em si mesmo. Nessa visão organizacional, as intervenções das Forças Armadas na política são direcionadas pelos próprios interesses institucionais, e não pelos objetivos desta ou daquela classe ou elite política.

Em conjunto, os trabalhos de Carvalho e Coelho enfatizaram nos anos 1980 a necessidade de se retornar à investigação das instituições militares

21 Idem, 2000, p. 41.

dando atenção especial a seus aspectos internos, ou organizacionais. Embora o foco da análise ainda continuasse a ser o papel dos militares na política brasileira. Entendemos que estratégias e políticas institucionais são estabelecidas de acordo com os problemas apresentados pelo Estado, que podem ser internos ou externos. Políticas que afetarão a organização das Forças Armadas e o processo de formação profissional, tropas que deverão ser adequadas para atuar segundo as novas demandas. Historicamente, temos observado que, quando os problemas são internos, ou seja, quando os perigos são domésticos, relacionados a questões sociais ou políticas, normalmente é solicitada a ação das Instituições militares na garantia da ordem, quando os problemas são externos, pode haver a decisão política do uso da tropa para atuar na vigilância ou monitoramento de conflitos fronteiriços, como foi o caso da Guerra do Chaco (1932-1935), ou quando atuou como força expedicionária, como foi o caso da 2ª Guerra Mundial.

Com relação à metodologia, percebe-se que as fontes depositadas no Arquivo Histórico do Exército são compostas, na sua maioria, por registros escritos administrativos. Nesse momento, podemos introduzir, na pauta da discussão, os interesses políticos dentro de uma instituição pública com projeção política na vida republicana do Brasil e da América do Sul, com relação à produção desses registros, principalmente, o interesse institucional na vigilância, demarcação e monitoramento de conflitos regionais nas fronteiras norte e centro-oeste do Brasil.

Em nossas pesquisas, os registros escritos tornam-se o principal objeto de estudo, pois deixam pistas que podem ser entendidas através da análise. Os registros esperam para serem operados, e as narrativas sobre eles esperam para serem reconstruídas. Para Bloch, uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto²². Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos.

As fontes também são construções que expressam as intenções de quem às produz. E principalmente é importante estar alerta para a subjetividade presente nas narrativas. Um equívoco comum no processo de pesquisa é que, na maioria das vezes, os pesquisadores partem de uma visão histórica que identifica a produção do conhecimento como se fosse real, não percebendo como

22 BLOCH, MARC. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Edição anotada por Étienne Bloch. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 68.

construção. Nesse caso, o que buscam é uma maior quantidade de dados que completem um conhecimento histórico objetivo, verdadeiro, que já estaria à disposição²³. Assim como Marc Bloch, compreendemos que as fontes de pesquisa não falam por si, elas não contêm toda a história, e sua análise também não é sinônimo de que você conseguirá trazer à tona a realidade.

O uso dos registros escritos durante a pesquisa pode contribuir para a elaboração de uma investigação. É importante registrar que a documentação levantada no acervo do Arquivo Histórico do Exército ainda tem recebido pouca atenção em pesquisas acadêmicas. Os documentos podem contribuir para preencher parte das lacunas existentes e renovarem a produção historiográfica republicana brasileira e sul-americana, pois abordam temáticas relacionadas tanto à História Política quanto à História Militar, do século XIX e da primeira metade do século XX.

Os documentos que analisamos são acervos de origem públicos e oficiais, e divididos em um importante conjunto documental formado por fontes escritas, acervos pessoais de militares, fontes impressas e livros produzidos no período, reveladores do pensamento político dos militares. O acervo documental pode receber tratamento em nível qualitativo, através da análise intratextual. O tratamento qualitativo visa investigar a bibliografia, os acervos pessoais, e os registros escritos produzidos pelo Exército brasileiro, cujos textos deveram ser investigados enquanto discurso de época, e serem compreendidos e questionados quanto à formulação dos atores políticos.

É necessário considerar que todo documento é portador de um discurso, uma construção, e não pode ser visto apenas como um registro que reproduz a verdade. Um texto não se dissocia de seu contexto de produção. Para analisar um registro escrito, a análise de um discurso deve contemplar simultaneamente três dimensões fundamentais: o intratextual, o intertexto e o contexto. O intratextual, ou o que está por trás do texto escrito, se refere aos aspectos internos do texto e implica na avaliação do texto como objeto de significação. O intertexto corresponde ao relacionamento de um texto com outros textos, para comprovar sua veracidade. O contexto representa a relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve²⁴.

23 Idem, 2001, p. 79.

24 BARROS, José D'Assunção. *O Campo Histórico: as especialidades e abordagem da História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: editora Celta, 2002, p. 136-137.

Para o historiador Albuquerque Junior, discurso é uma fala ou oração feita para dada audiência podendo ser escrita previamente ou dita de improviso²⁵. Nesse aspecto, quando utilizamos análise de discursos como metodologia de pesquisa, não devemos perguntar apenas o que esses discursos nos falam do passado, mas também atentar para quais informações esses discursos nos traz. É o caso de perguntar como esses discursos foram produzidos, em que época, por quem e em quais circunstâncias. Podemos entender que os discursos são participantes dos eventos de uma determinada época tendo a função de tornar o passado e seus personagens vivos²⁶. Albuquerque Junior destaca, ainda, que o investigador, ao se lançar sobre os discursos, deve ficar atento para a parte externa dos mesmos. A análise externa se relaciona com tudo aquilo que cerca o autor do discurso, as circunstâncias que estão ao seu redor, o período em que foi realizado o discurso, a localização e quais eram os objetivos do autor²⁷.

Conclusão

Em investigações anteriores sobre a política do Estado brasileiro com relação a Amazônia, podemos verificar como os militares, desde a segunda metade do século XIX, foram os principais responsáveis pela intervenção civilizadora regional, considerando, para esse propósito, a ocupação territorial, o controle sobre a população nativa, e a participação na demarcação dos limites terrestres. Podemos identificar, também, que o Estado brasileiro se utilizou do trabalho do Exército e da Diplomacia, como agentes executores desse processo interventor de manutenção da soberania nacional.

O resultado dessa investigação abre espaço para o debate no campo político nacional e internacional sobre os interesses do Estado de intervenção militar nas fronteiras, nos conflitos armados e no uso da diplomacia como forma de relação do poder. Além disso, com esta pesquisa, podemos contribuir para o desenvolvimento de uma análise historiográfica e metodológica mais plural e inovadora, ao colocar na pauta da discussão os questionamentos político-militares característicos da História, contribuindo para compreensão da política intervencionista dos Estados.

25 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223.

26 Idem, 2009, p. 228.

27 Idem, 2009, p. 238.

Reconhecemos, nesse momento, o surgimento de novas áreas de conhecimento a partir dos estudos de conflitos regionais na América do Sul, dos estudos das áreas de fronteiras, dos impactos na estruturação das ações de ocupação do interior, e das relações entre os agentes públicos envolvidos no processo de intervenção na Amazônia. Identificamos, ainda, as possibilidades de interface entre a história social das fronteiras e a história militar com as suas dimensões na política, na sociedade, na economia, e na cultura.

“GUARDIÃES DE MEMÓRIAS”: GESTÃO DE ACERVOS JUDICIÁRIOS, PESQUISA E ENSINO

William Gaia Farias¹

Eronice Visgueira Sampaio Catunda²

Introdução

Este artigo procura compreender algumas questões sobre os gerenciamentos e possibilidades de usos dos acervos judiciários, oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJ-PA, em atividades de pesquisa, ensino e extensão. A ideia é entender as ações voltadas ao grande acervo documental do TJ-PA, constituído desde o século XVIII, e assim compreender seus significados, formas de usos como fontes de pesquisa, estratégias de ensino de história e valorização dos documentos e memórias neles registrados, como patrimônios imprescindíveis à construção cidadania em um viés relativo ao direito à memória.

É relevante destacar que essa documentação foi acolhida por setores específicos vinculados a projetos de unidades e subunidades de universidades, voltados à guarda documental. Esses setores de universidades, por suas funções,

1 Professor da Faculdade de História – FAHIS e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, Doutor em História Social, Diretor do CMA/UFPA e Coordenador do Grupo de Pesquisas Militares, Políticas e Fronteiras na Amazônia.

2 Técnica Administrativa do CMA/UFPA, Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST/UFPA e membro do Grupo de Pesquisas Militares, Políticas e Fronteiras na Amazônia.

se identificam e, ao mesmo tempo, se diferem dos arquivos por desenvolveram atividades da esfera de atuação das Instituições de Ensino Superior – IES em suas formas variadas, podendo contemplar diferentes áreas do conhecimento e extrapolar as funções de guarda e preparação para a pesquisa documental, conduzindo ações de apoio ao ensino com acompanhamento de componentes curriculares com cargas horárias teórico-práticas, inclusive conduzindo frequentes debates entre passados e presente, embora guardadas suas especificidades institucionais.

Esses espaços de guarda, além de acolher, organizar e preservar acervos documentais, desenvolvem algumas ações que aproximam a comunidade na diretriz de pelo menos um véis da cidadania vinculado à compreensão do passado e as memórias individuais e coletivas.

O despertar: instituições, historiadores e acervos judiciários no Pará

As condições para a efetivação desses convênios com o TJ-PA, em pouco mais de uma década, podem ser explicadas por diferentes aspectos que trataremos nesse momento. Mas, antes, é necessário considerar que as assinaturas dos convênios também foram influenciadas por questões políticas que não trataremos neste artigo, pelo menos de forma aprofundada.

A partir do início do século XXI, a preocupação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ³ com a preservação dos acervos judiciários no Brasil foi fator fundamental para a busca de meios para garantir a preservação de uma enorme quantidade de documentos distribuídos por cidades e distritos em todo o país em condições que variavam, de acordo com as estruturas dos tribunais estaduais.

As recomendações do CNJ foram fundamentais para impulsionar a valorização da preservação patrimonial dos documentos judiciários. Mas esse movimento ocorreu de diferentes formas e de acordo com as decisões dos tribunais estaduais a respeito das estratégias utilizadas para atender as recomendações.

3 Governo da República Federativa do Brasil. Conselho Nacional de Justiça- CNJ. Recomendação 037/2011, de 15 de outubro de 2011, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário- PRONAME. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/846> e Governo da República Federativa do Brasil. Resolução 026/2098, de 06 de maio de 2008, do Conselho Nacional de Arquivos- CONARQ. Disponível em <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-26-de-06-de-maio-de-2008>

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará seguiu por dois caminhos. Primeiro, com ampliação dos espaços destinados aos acervos documentais mais recentes. Segundo, investindo em convênios interinstitucionais destinando a guarda da documentação mais antiga e em diferentes regiões do Pará.

Por outro lado, as transformações ocorridas nas Instituições de Ensino Superior – IES criaram as condições para que esses convênios se efetivassem e as universidades recebessem os acervos. A mais antiga dessas IES no Pará, a UFPA, a partir da segunda metade da década de 1990, investiu em um processo de ampliação de vagas nos cursos de graduação da área de ciências humanas e intensificou a abertura de cursos pós-graduação que agregaram valores e conduziram debates intensos a respeito da preservação dos acervos. Nesse movimento de formação e valorização de acervos documentais, merece destaque o Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, criado em 2004⁴.

Todos os setores institucionais ou instituições conveniadas contam com professores de história formados em algum nível pela UFPA a menos de uma década da formalização dos convênios. Portanto, a formação nos cursos de bacharelado e licenciatura pela Faculdade de História – FAHIS, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da UFPA, com ampliação de vagas em Belém e investida em ofertas de turmas nos *campi* da UFPA no interior do estado do Pará, possibilitou um despertar da consciência a respeito dos acervos enquanto patrimônios históricos importantes a reconstrução dos passados das comunidades amazônicas, no caso.

Mas, como o processo formativo é contínuo, esses profissionais também foram desenvolvendo habilidades importantes à dinâmica de estratégias de usos deste material arquivístico para o ensino e extensão. Ainda nessa diretriz, destacamos a criação de duas novas universidades com oferta de cursos das humanidades. Esses são os casos da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, que ofertam cursos de licenciatura em História e também contam com professores de História responsáveis pelos acervos judiciários nas IES.

4 Este programa é subunidade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UFPA. Informações disponíveis em <http://pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>

A Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto é a única entidade que mantém convênio com o TJ-PA, voltado à guarda e preservação do acervo judiciário, que não é uma IES. Trata-se de uma Sociedade sesquicentenária, que se mantém bastante prestigiada no estado do Pará, como espaço cultural e de preservação de memórias. No entanto, antes mesmo da efetivação do convênio com o TJ-PA, a Cinco de Agosto já contava com a coordenação do professor Antonio Igo Soeiro, graduado, especialista e mestre em História pela UFPA.

Memórias judiciárias e possibilidades de usos do passado

Sobre as memórias do judiciário paraense, enfatizamos que constituem um acervo documental com testemunhos que expressam variadas construções culturais, sociais e econômicas. Os documentos do grande acervo, no geral, são demarcadores de identidades ou de assimetrias que podem ser ponderadas e problematizadas a partir de métodos, objetivos e perspectivas e variadas. Daí a necessidade de apresentá-las como recursos relevantes a pesquisas e ensino, principalmente para as sequências didáticas com atividades práticas orientadas, já que possibilitam diferentes tipos de análises no âmbito do ensino e podem constituírem em documentos/monumentos⁵ para produção acadêmica diversa. A relevância do acervo judiciário não se resume ao viés da pesquisa aos documentos cíveis e criminais. Outras formas de utilização desses testemunhos assumem significados ao autoconhecimento de grupos sociais e em atividades de ensino. A partir dessa documentação são pensadas, organizadas e desenvolvidas outras atividades integradas, como, por exemplo, exposições que podem ser usadas como recursos didáticos expressivos na construção de narrativas sobre o passado das sociedades, indicando diferentes dimensões da vida⁶.

As instituições como arquivos documentais públicos, privados, civis, militares e religiosos, galerias, museus de memórias, museus das imagens e dos sons,

5 LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

6 A esse respeito merece destaque as oficinas e exposições organizadas pelo CMA e voltadas para um público amplo, como por exemplo, a exposição. **Entre Mares – O Brasil dos portugueses, no Museu do Estado do Pará**, 2009. Informação disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Pesquisa%20e%20Invent%C3%A1rio%20de%20Acervos.pdf>. Acesso em 10.12.2020.

dentre outros, assumem grande significado para a escrita da história. Ademais, os estudos e pesquisas de história já caminharam o suficiente, a ponto de compreender até mesmo o presente como história⁷ e assumir que há uma íntima relação entre passado e presente, enquanto dimensões temporais, que, à luz das interpretações dos historiadores, não são tempos estáticos, se relacionando e se refazendo em consonância com as valorizações de temas, objetos de análises, métodos de investigação, conjunturas das sociedades que influenciam na forma de olhar, dialogar e entender, tanto o passado como o presente que têm ligações umbilicais de qualquer ponto distante que estejam. Por isso, nenhuma linha do tempo é capaz de separar estas dimensões.

As possibilidades de trabalho permitem aos graduandos, professores, pesquisadores e pós-graduandos o reconhecimento das memórias como caminhos para o entendimento sobre certos processos de auto reconhecimento na construção do passado, seja pelas trajetórias individuais de seus familiares, de grupos envolvidos em eventos distintos e em diferentes contextos, como também no alargamento de trabalhos de educação patrimonial junto às escolas de Educação Básica. Nesse caso, essas ações voltadas ao entendimento das relações entre passado e presente partem de estratégias com objetivos de fazer os alunos compreenderem a importância desses patrimônios documentais na formação crítica dos discentes, levando em consideração o direito a memória como um dos fundamentos para formação da cidadania, conforme definido no artigo 78 da Lei de Diretrizes e Base⁸.

Refletir sobre a cidadania, a partir da preservação das memórias contidas nesses acervos faz parte do processo de compreensão da história que se constitui como um instrumento no processo de construção de identidades e cidadania. Nesse viés, é preciso que ocorram meios de interagir com esse tipo de acervo documental, pois, além de guardar memórias escritas em diferentes tipos de linguagens, representam um processo de construção de identidades culturais, políticas e socioeconômicas. Ao encontro desse pensamento, e refletindo sobre a importância da memória, Sidney Chalhoub ressalta que:

7 HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

8 GOVERNO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996. Art.78.

A preservação é uma coisa que fazemos para o futuro, é pensar grande, é pensar com generosidade e pensar na importância de que se tenha a possibilidade de conhecer histórias. Por que é isso que nos dá uma dimensão mais clara, mais humana sobre as diversas configurações de uma Nação, ou um grupo social⁹.

Desse modo, considerar o ensino de história a partir desse acervo documental e demonstrar as possibilidades de usos multidisciplinares e interdisciplinares significa sugerir que as lembranças do passado se efetivem e se refazem no presente. Nesse caso, os setores institucionais que gerenciam acervos documentais e se afirmam enquanto referência de apoio as políticas públicas, ações sociais, divulgações e debates voltados à região Amazônica merecem as abordagens em destaque neste artigo. É justamente por isso que consideramos como guardiões de memórias, mas com suas mutações, é claro. Afinal, determinadas compreensões sobre o passado servem para assegurar vínculos de “Coessão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”¹⁰.

Portanto, a memória permite aos indivíduos as possibilidades de análises sobre um passado que se estende para além do “passado pessoal”, assegurando “Que alguma coisa das pessoas de outrora continue a viver no presente”¹¹. Assim, professores e alunos, mais do que buscar fontes de pesquisa nesses espaços, atribuem valor e criam redes de consciência histórica cidadã, na perspectiva de análise de Jön Rüsen sobre o significado e valor do passado, “No qual a experiência do tempo passado e a intenção com respeito ao tempo futuro são unificadas na orientação do tempo presente”¹².

As escolas e professores, investindo em trabalhos cooperativos, previstos no planejamento e/ou projetos pedagógicos, estarão fazendo usos adequados das estruturas já existentes (principalmente em médias e grandes cidades),

9 CHALOUB, Sidney. **O conhecimento da história, o direito à memória e os arquivos judiciais**. 2005.p.9. Disponível em: https://www.trt4.jus.br/portais/media/431835/O_conhecimento_da_historia%252C_o_direito_a_memoria_e_os_arquivos_judiciais.pdf. Acesso em 10.10.2020

10 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

11 ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994, p.182.

12 RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: **Teoria da História: fundamentos da ciência histórica**. Universidade de Brasília, 2001, p.73.

contando com o apoio de profissionais qualificados da equipe técnica dos arquivos, centros de memórias, galerias e museus. Não obstante, esse tipo de cooperação será relevante também quando realizada com arquivos, galerias, cinemas, centros de memórias, teatros, conservatórios e ateliês. Desse modo, a escola, ao invés de estender o tempo em atividades desintegradas e improvisadas, priorizando a permanência dos alunos no espaço escolar, poderá ter maiores ganhos com a preparação desses para o exercício da cidadania nas dimensões socioculturais e patrimoniais, dinamizando também a rotina dos ambientes não escolares e aproveitando as experiências desenvolvidas nestas instituições¹³.

Centro de Memória da Amazônia – CMA

O Centro Memória da Amazônia – CMA é uma unidade da Universidade Federal do Pará – UFPA criada em janeiro de 2007 para funcionar no espaço que, desde 1963, abrigava a gráfica universitária. Na fase de estruturação (2007-2012), o prédio foi preparado para atividades básicas do novo centro que viria com a missão de desenvolver uma série de ações fora do Campus do Guamá. Contudo, o processo de adequação predial foi lento, principalmente porque era necessário preservar e restaurar aspectos arquitetônicos, já que o casarão fora edificado ainda na primeira metade do século XX.

A primeira e maior quantidade de documentos chegou ao CMA no segundo semestre de 2007, momento que iniciou um longo processo de tratamento, com triagem, pequenos restauros e organização de documentos em duas grandes séries. Esses procedimentos foram retomados recentemente e, mesmo assim, na atualidade ainda há cerca de 50% do acervo precisando desses cuidados, pois o tratamento adequado a documentação de arquivos históricos requer técnicas específicas, recursos financeiros e qualificação de pessoal, principalmente em se tratando dos aspectos laboratoriais assumidos pelo CMA. Essas atividades fazem parte do plano de trabalho da equipe atual, que prossegue com o processo de tratamento de documentos do judiciário que ainda chegam ao CMA quando são identificados pelo Arquivo do Tribunal de Justiça como sendo processos anteriores ao ano de 1971, pois o acordo inicial

13 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994, p.16

estabeleceu que o CMA ficaria com a guarda dos documentos produzidos até 1970. O documento mais antigo do acervo data 1785¹⁴ e volume total de documentação oriunda do TJ-PA no CMA perfaz cerca de 35 toneladas. A documentação que chegou ao CMA no segundo semestre de 2007 estava em condições precárias de armazenamento, amarrados com barbantes e empilhadas, o que demandou muita dedicação e grande número de pessoas envolvidas no trabalho inicial¹⁵.

O acervo do judiciário, nesse centro, está dividido em duas grandes áreas: cível e criminal. Essas, porém, estão organizadas por cartórios e varas correspondentes, além das comarcas dos interiores. Quanto à disponibilidade, o acervo, desde o início, se dividia em dois grandes grupos de documentos: o grupo Ativo, que era composto por documentos tratados e organizados, disponíveis para a pesquisa; e o grupo Inativo, formado por documentos parcialmente tratados, organizados e indisponíveis à pesquisa. Contudo, esse tipo de divisão está sendo ultrapassada, com a conclusão do processo de reorganização de acervo que discrimina e identifica os documentos considerando seu estado físico, condições de uso e acesso utilizando cores e números, conforme apresentaremos adiante.

Nos últimos anos, o CMA vem investindo em alguns fatores fundamentais aos arquivos, na atualidade. No aspecto logístico, conduziu projetos voltados à aquisição quantitativa e qualitativa de equipamentos, tais como microcomputadores, scanners e câmeras de alta resolução com especificações técnicas capazes de atender a legislação e normas nacionais relacionadas ao armazenamento e captura de imagens, além de outros equipamentos e adequações de espaço para guarda de documentação, oficinas e outras atividades praticadas com público interno e externo a UFPA. Ainda na área de logística, houve investimento em projeto voltado a climatização do acervo, já que o local destinado às estantes de documentos não contava com refrigeração adequada e essa situação era agravada pela exposição do acervo ao clima quente e úmido da Amazônia. Em março de 2020, teve início a preparação do novo local para as

14 Centro de Memória da Amazônia. Disponível em: www.cma.ufpa.br. Acesso em 25.09.2020.

15 Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Programa Arquivo Vivo. Entrevista com o professor William Gaia Farias, diretor do Centro de Memória da Amazônia. Disponível em <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Arquivos-Regionais/405248-programa-arquivo-vivo.xhtml>

estantes e instalação dos equipamentos de climatização adequados ao acervo, no momento em que o centro passa por nova readequação infraestrutural com a preparação de espaços, como, por exemplo, um que será um grande auditório para diversas atividades de ensino e extensão e uma sala de restauro que atenderá a demanda dos documentos do CMA e servirá para ensinar o público que procura o centro para atividades de formação.

Quanto ao acesso e à preservação dos documentos, nos últimos quatro anos houve investimento na catalogação nominal e descritiva por tipo de documentação e por varas, com o objetivo de facilitar e ampliar o acesso à documentação e melhorar a qualidade do atendimento ao público, evitando também que, no processo de pesquisa, os documentos se deteriorem com excesso de manuseio, já que este padrão de catálogo permite mais precisão na busca. Isso também permitirá a rápida localização dos documentos que atendam os interesses específicos dos pesquisadores.

Outra iniciativa fundamental à proteção dos documentos foi a abertura de dois processos de solicitação de tombamento do acervo judiciário sob a guarda do CMA com o objetivo de obtenção de proteção oficial no âmbito nacional e, por isso, encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que, inclusive, já garante amparo legal mesmo com o processo em andamento. Visando garantir o tombamento do acervo na esfera estadual, o CMA encaminhou solicitação de abertura de processo à Diretoria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – DPHAC e Cultural da Secretaria de Estado de Cultura do Pará – SECULT-PA¹⁶

A digitalização de toda a documentação do acervo, priorizando a ordem de catalogação nominal e descritiva e a digitalização de acordo com a catalogação, é outra medida relevante à preservação dos originais e à divulgação dos documentos em arquivos digitais. Esse é um ponto importante do trabalho com o acervo, pois, a partir da digitalização, os documentos ficam mais próximos do público externo, através do acesso às informações desses processos em rede.

Ainda com o objetivo de preservação da documentação física e da agilidade na localização dos documentos, o CMA está passando a utilizar cores

16 Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Cultura – SECULT-PA. Ofício n.º 013/2020-DEPHAC/SECULT. Ao Diretor do Centro de Memória da Amazônia. Belém, 13/02/2020.

como códigos para identificação do estado físico e condições de acesso à documentação, de acordo com as informações da figura 1.

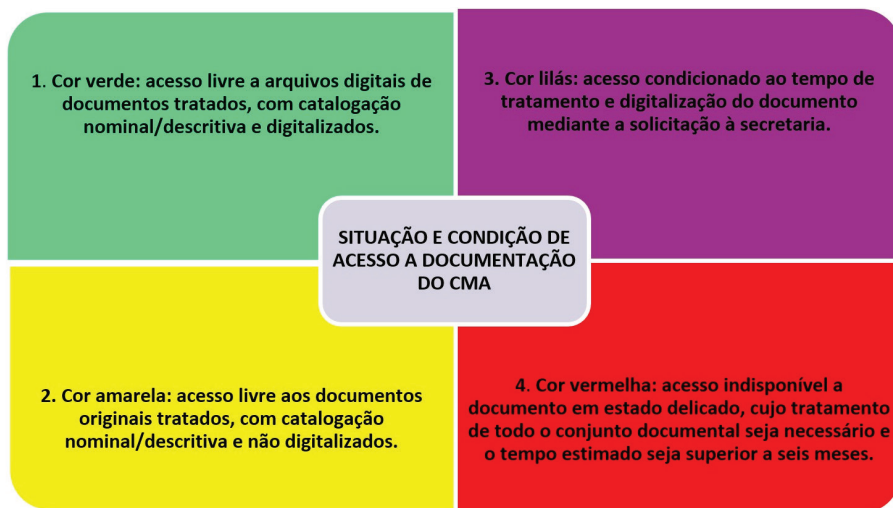


Figura 1

O CMA está concluindo a reorganização do acervo para que as caixas de documentos sigam uma organização que facilite a busca. Nesse sentido, está numerando todas as caixas e identificando pelas fileiras, estantes e prateleiras. Essa reorganização, juntamente com a utilização de códigos de identificação da condição do documento e possibilidade de acesso por cores, elimina a divisão do acervo em dois grandes grupos: Ativo e Inativo, à medida que adota outros critérios mais específicos que seguem uma disciplina de trabalho planejado de tratamento e disponibilidade do acervo ao público. A nova organização poderá ser acompanhada pelo usuário ao acessar o *site*, conforme o mapa de representação do acervo (figura 2).

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZONIA
MAPA DO ACERVO CMA - TJ/PA
C. C = Cartório Privativo de Casamentos

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1	C.C													
2					C.S				C.O					
3									C.L		C.S.P			
4	C.P.P								C.B			C.T		
5			C.S.T						C.S.S C.F.L			C.A		
6														1,2,3 VP
7	6,8 VP				5 VP									4 VP
8	9,10 VP	1 DC	2 DC	3 DC	3 DC	1 PR	2 PR			3 PR		4 PR 1,2,3 DT	4 DT EST	C.L.C.V
9										J.M		C.L.C.R		
10										D.T.P				
11							*							
12														
13														
14														

(FILEIRA = NUMEROS [1 - 14]; ESTANTE = LETRAS [A - N]; PRATELEIRA = NÚMERO [1-7])

DC= Distrito Criminal
PR=Pretoria
DT=Distrito Cível
EST=Estados
C.L.C.V=Comarca do Interior Cível
C.L.C.R=Comarca do Interior Criminal
J.M=Justiça Militar
D.T.P=Documentação em Triagem e Processamento
OBS: O CMA conta também com os acervos pessoais de Arthur Napoleão Figueiredo, Marga Rofhe e Paulo Fonteles, já catalogado e higienizado, necessitando apenas passar pela realocação nas estantes do acervo.

Figura 2

Este quadro de representação da organização atual do acervo judiciário do CMA foi elaborado por Luana Camila do Rosário (Licenciatura – turma 2017), Kaio Breno de Castro Cardoso (Licenciatura em História- turma 2018) e Felipe Saul da Silva Ferreira (Licenciatura em História- turma 2017), bolsistas que atuam no CMA.

Há em curso no CMA o desenvolvimento de uma Galeria e Mapoteca virtual para apresentar as imagens do material anexado em processos do acervo, fotografias doadas pelo Museu da UFPA e do recém-criado fundo de Acervos Pessoais. Esse trabalho proporcionará ao pesquisador o acesso às imagens que permitem outros tipos de leituras e, a partir dessas, produzir novas interpretações sobre o passado, já que essa dimensão temporal não está cristalizada. Ou seja, para os historiadores, o passado não é estático. Do mesmo modo em que a produção de história não é singular nem absoluta, já que se refaz pelo historiador no exercício atento de seu ofício, encontrando afinidades temáticas e revelando o passado no presente ou vice-versa¹⁷.

Nessa diretriz, a divulgação do próprio centro requer investimento ousado na internacionalização de seus projetos e na difusão do acervo com catalogação, base de dados e disponibilização de documentos adequados.

Como parte de um projeto mais amplo de difusão e acesso ao acervo, o CMA implantou a *internet* via fibra ótica, modernizou o *site* e adotou um Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentação – GED. Tudo isso para disponibilizar catálogos e documentos na rede, ampliar o acesso, democratizar a informação e também garantir a preservação física dos conjuntos documentais, inclusive permitindo *downloads* em PC's, *notebooks* e *smartphones*. A investida na divulgação do rico acervo documental amazônico também foi incrementada a partir de novembro de 2018, quando o CMA ingressou no *Banco Mundial de Coleções e Museus Universitários*, que é um programa do *Comitê Internacional de Museus e Coleções Universitários – UMAC*. Em junho de 2020, o Centro de Memória da Amazônia passou a integrar o *Censo-Guia de Archivos de España e Iberoamérica*, do Centro de Información Documental de Archivos (CIDA), do Ministerio de Cultura y Deporte de España. Cabe lembrar que, na abrangência nacional, o Centro obteve o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, atribuído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Brasil), em 2012.

A integração a essas instâncias arquivistas representa um relevante caminho ao CMA/UFPA, no que se refere ao gerenciamento e internacionalização do acervo com potencial, para subsidiar escritos científicos sobre sujeitos de diferentes nacionalidades que tiveram vínculos com a Amazônia Brasileira.

17 BLOCH, March. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.51-68.

Nessa direção, o centro desenvolve o projeto *Memórias de além-mar – casamentos e inventários de ibéricos e descendentes na Amazônia – Séculos XIX e XX – organização, digitalização e disponibilização de documentos arquivísticos*, financiado pelos Ministerio de Cultura y Deporte de España e com conclusão prevista para o mês de maio de 2021¹⁸. Esse projeto está sob a coordenação do professor William Gaia Farias, atual diretor do CMA, sendo o primeiro projeto aprovado pelo Centro de Memória da Amazônia em chamada internacional. Entre os objetivos do projeto, estão o tratamento, digitalização e divulgação de processos de inventários e casamentos, a produção de catálogos específicos deste projeto com a identificação de todos os ibéricos que constam nesses dois tipos de documentos, a criação de uma base de dados e a preparação de representações genealógicas de famílias de portugueses e espanhóis com processos no acervo. Quanto a trabalhos com conjuntos documentais específicos, é pertinente lembrar que o CMA, no ano de 2012, foi vencedor da categoria “Pesquisa e Inventários de Acervos” da 25ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade com o projeto *Belém dos Imigrantes*, coordenado pelo professor Antonio Otaviano Vieira Júnior¹⁹.

Como já mencionado, o Centro de Memória atua também no acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos alunos/bolsistas, com o objetivo de identificar questões diversas que implicam no aprendizado dos mesmos e no acervo do CMA. Esse trabalho possibilita aprendizado teórico e prático nas atividades diárias dos bolsistas, pois a lida com a documentação vão muito além de organizá-los em caixas. É uma importante experiência quanto à valorização da história e extensão de conhecimento na área paleográfica, já que boa parte deste acervo é formado de textos manuscritos antigos que também possibilitam esse aprendizado.

Todas as atividades desenvolvidas no CMA, a respeito de seu acervo, são acompanhadas por alunos de diferentes áreas e instituições que precisam do conhecimento prático sobre os acervos, o que contribui para a formação profissional e serve como um despertar para a dimensão da política de valorização

18 Ministério de Cultura e Deporte de España. Secretaria General Iberoamericana. Programa Iberarchivos. Disponível em <https://www.iberarchivos.org/pt/convocatorias/2019/>

19 Governo da República Federativa do Brasil. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. 25ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/826/iphan-premia-vencedores-da-25a-edicao-do-premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade>

das memórias como patrimônio de modo geral e, em específico, para a preservação das memórias amazônicas. Há vários tipos de experiências que fazem parte de um processo formativo integrado e, às vezes, com ganhos individuais e coletivos incomensuráveis, e outros facilmente identificados pelo destaque de reconhecimentos institucionais, como, por exemplo, é o caso da menção honrosa atribuída pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, no do ano de 2020, na 2ª Edição do *Prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher*, à aluna de Ensino Médio da Escola de Aplicação da UFPA, Ana Carolina Botelho Lucena, pelo trabalho *A morte como testemunho da vida: família e escravidão nos testamentos do Centro de Memória da Amazônia*²⁰, sob a supervisão do professor Daniel de Souza Barroso, doutor em História que, no período da graduação, atuou como bolsista do Centro de Memória da Amazônia participando de outros projetos.

Algumas exposições já foram organizadas no CMA, como estratégias de contar histórias de pessoas que em certos momentos construíram em sua caminhada, lutas e outras formas de ação. Essas exposições abordaram trajetórias de pessoas que atuaram na Amazônia. Exemplo desse tipo de atividade é a exposição *Entre Mares – O Brasil dos portugueses*, que ocorreu no Museu do Estado do Pará e foi organizada pelo CMA no ano de 2009, com a curadoria do professor Antonio Otaviano Vieira Júnior e professoras Maria de Nazaré Sarges e Cristina Donza Cancela, apresentando fotografias de documentos e pessoas de famílias portuguesas na Amazônia como estratégia de reflexões a respeito de processos e experiências sociais luso-brasileiras²¹.

Em 2019, a exposição *As Rosas de Marga não Morrem: a trajetória de uma das fundadoras da sede dos Direitos Humanos na Amazônia*, Rosa Marga Rhothe foi preparada e apresentada no CMA e no Centro de Eventos Benedito Nunes (UFPA). Esta exposição homenageou Marga Rothe e procurou apresentar aspectos de sua trajetória como mulher militante das causas dos Direitos Humanos e grande referência enquanto memória de resistência e em defesa da igualdade social, no campo e pela conquista de direitos feministas no

20 Resultado da 2ª Edição do Prêmio Ciência & Mulher, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/sbpc-divulga-vencedoras-do-2o-premio-carolina-bori-ciencia-mulher/>

21 Registros de imigrantes contam a história de Belém do Pará no século XIX. – IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em portal.iphan.gov.br. Pesquisa em inventários de Acervos-pdf, p.1.

estado do Pará²². A preparação dessa exposição envolveu alunos de Estágio Supervisionado, conduzidos pela professora Adriane dos Prazeres Silva²³. Esses alunos participaram de todo o processo de catalogação dos documentos e objetos, assim como da preparação da exposição de um acervo, na época, recém-recebido pelo CMA.

Pablo Nunes Pereira, atualmente professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA teve dois tipos de experiência no CMA, sendo a primeira como bolsista e a segunda, como professor, que levou alunos para o CMA quando atuou como professor substituto na Faculdade de História do IFCH/UFPA. Pablo Pereira considera muito importante os dois tipos de atuação, pois avalia que a experiência de bolsista acrescentou bastante no despertar para a importância dos acervos ao desenvolvimento da pesquisa e na preparação de documentos, melhorando inclusive sua compreensão sobre o passado. Esse professor levou as turmas para atividades práticas por considerar o potencial do acervo e a possibilidade de desenvolver o conhecimento dos alunos de Estágio Supervisionado e de outras disciplinas práticas que ministrou no período de 2017 a 2019. Nesse caso, atribui êxito ao fato das atividades irem além de visitas, já que os alunos passaram por várias etapas de lida com o acervo durante todo o período da disciplina, revezando aulas teóricas com atividades práticas com mais frequência do que as visitas guiadas²⁴.

A maioria dos discentes que atuaram como bolsistas no CMA destaca as possibilidades que a atuação abriu para o conhecimento sobre a documentação e os processos de ensino-aprendizagem em diferentes dimensões, pois consideram importante a aprendizagem com o tratamento de documentos na rotina e nas oficinas pelas quais passaram no CMA. O discente Jonas de Luca Trindade nos chama atenção para um caso interessante, já que esteve no CMA junto com a turma da disciplina Ensino de História e Noção de Tempo e, ao

22 Centro de Memória da Amazônia. Catálogo Rosa Marga Rhoté. 2019.

23 Entre o mês de setembro de 2017 e julho de 2019, a professora de História da Universidade do Estado do Pará- UEPA, Adriane dos Prazeres Silva quando atuou como professora da Faculdade de História do IFCH/UFPA, desenvolveu atividades práticas no Centro de Memória da Amazônia com diferentes turmas de Licenciatura e Bacharelado em História da FAHIS – IFCH/UFPA, mas foi com a turma de Bacharelado em História – 2016 que a professora organizou a Exposição em questão. Entrevista realizada com a professora Adriane dos Prazeres Silva, no dia 27 de fevereiro de 2021.

24 Pablo Nunes Pereira, professor de História do IFPA – Campus Tucuruí. Entrevista realizada em 26/02/2021.

conhecer o setor e a rotina dos bolsistas, procurou a secretaria para se candidatar a uma vaga, entregando um currículo²⁵. Dias após, esse discente ingressou como bolsista no CMA. Jonas de Luca avalia que, além da aprendizagem, quanto ao tratamento e gerenciamento de documentos, ampliou bastante sua compreensão sobre o processo de escrita de história, destacando as possibilidades de usos do acervo. Também destaca como relevante os contatos com muitos pesquisadores de diferentes formações e de pessoas da sociedade em busca de documentos de familiares que são atendidos no CMA. Uma questão, a respeito do conjunto das entrevistas com os discentes que atuaram ou ainda atuam no Centro de Memória da Amazônia, que nos chamou atenção é que todos destacaram o contato com o público, enquanto uma dimensão relevante da aprendizagem. Isso demonstra que as buscas de documentos e as trocas de informações são aspectos relevantes nesse canal de sociabilidade efetivada a partir de relações criadas no CMA²⁶.

Outro ponto bastante destacado pelos alunos bolsistas é a relação que construíram com os discentes de outras turmas e de diferentes instituições nos momentos em que acompanharam atividades práticas e tiveram oportunidades de participar de treinamentos aos colegas. Esses bolsistas consideram que, dessa forma, aprendem e desenvolvem sentimentos importantes para a valorização como protagonistas na produção do conhecimento²⁷.

A professora Sueny Diana Oliveira de Souza, da Faculdade de História do Campus de Ananindeua da UFPA, considera que a experiência com

25 Jonas de Luca Trindade, bolsista do CMA e aluno de Licenciatura em História - turma 2017 da Faculdade de História do Campus de Ananindeua da UFPA. Entrevista realizada em 22/02/2021.

26 Nesse caso destacamos. Deyvisson Cardoso Machado, ex-bolsista do CMA e aluno de Licenciatura em História - turma 2017, da Faculdade de História do IFCH/UFPA. Entrevista realizada em 23/02/2021. Ruan Souza dos Santos, bolsista do CMA e aluno de Bacharelado em História - turma 2019, da Faculdade de História do IFCH/UFPA. Entrevista realizada em 03/03/2021.

27 Neste sentido nos referimos a discentes como: Maria Vitória Oliveira, bolsista do CMA e aluno Licenciatura em História - 2018, da Faculdade de História do IFCH/UFPA. Entrevista realizada em 02/03/2021. Luana Camila do Rosário, ex-bolsista do CMA e aluna do curso de Licenciatura - turma 2017, da Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA. Entrevista realizada em 27/02/2021. Alan da Silva Dias, ex-bolsista do CMA e aluno de Licenciatura em História - turma 2017, da Faculdade de História do IFCH/UFPA. Entrevista realizada 04/03/2021. Matheus dos Santos Brito, bolsista do CMA e aluno de Licenciatura em História - turma 2018, da Faculdade de História do IFCH/UFPA. Entrevista realizada em 03/03/2021.

atividades de ensino utilizando o acervo do CMA foi importante para que os alunos de História conhecessem o acervo e suas possibilidades de pesquisa. A dilatação da compreensão sobre ensino e pesquisa foi expressiva, tendo em vista que o centro conta com catálogos nominais e descritivos, o que dinamiza a pesquisa no acervo e favorece uma visão mais ampla a respeito dos documentos disponíveis tanto para pesquisas futuras dos alunos, como para a própria utilização dos catálogos no debate a respeito de diferentes metodologias de pesquisa. Ademais, o contato com diferentes conjuntos documentais torna possível desenvolver atividades de ensino a serem aplicadas na Educação Básica, partindo da utilização de acervos documentais²⁸.

É adequado considerar que a didática da história é mais enriquecedora quando os alunos são envolvidos em atividades avaliadas por eles como agradáveis que, por vezes, parece recreação. Esse é o caso das representações teatrais, exposições fotográficas e produção de maquetes. São estratégias que possibilitam interações entre os alunos e entre eles e o professor, além de contatos com profissionais de diferentes áreas e campos especializados, permitindo, assim, a realização de atividades expressivas, voltadas a questões sobre história, memória, patrimônio histórico, culturas, relação passado-presente, tradições, cultura material e muitas outras que assumem grande significado para a formação do aluno.

Nos casos acima apresentados, tratamos de exposições de acervos documentais e de objetos que acabam por estimular o conhecimento, pois promovem o encontro da reflexão conceitual com os objetos revestidos de significados socioculturais em direção ao desenvolvimento do processo educativo com o encontro entre passado e presente. Dessa forma, as exposições, como sequências didáticas, permitem reflexões sobre as memórias e o passado, superando o restrito entendimento dos arquivos, museus e centros de memórias, como espaço erudito e distante do aluno, sujeito que cada vez mais poderá se identificar com as questões surgidas a partir das exposições em seus vários aspectos²⁹.

As atividades de preparação e conhecimento das exposições por diferentes motivações representam um mosaico de possibilidades para produções, seja em tempos passados ou presente. Os objetos em exposições históricas são

28 Sueny Diana Oliveira de Souza, professora da Faculdade de História do Campus de Ananindeua, da UFPA. Entrevista realizada em 22/02/2021.

29 MENESES, Op. Cit, p.16.

valorizados pelas possibilidades de compreensão de relações tecidas por grupos sociais em contextos específicos.

O uso desse espaço e de documentação para disciplinas como o estágio em ambiente não escolar se traduz em realidade proveitosa aos professores que ministram as disciplinas dos cursos de graduação, como também aos professores da Educação Básica que já utilizam acervos documentais como recursos didáticos para o ensino de história, levando em consideração que a ideia do uso de documentos no ensino de história deve ter como fundamento “Desenvolver uma autonomia intelectual capaz de propiciar análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal”³⁰, já que através de uma exposição os olhares e as perspectivas de cada um são diferenciados e o passado é visto de diferentes formas, enriquecendo um debate quanto à concepção e compreensão de história, temporalidades, passado, presente e memórias. Ademais, com os projetos que objetivam a digitalização de seu acervo, o CMA investe na divulgação de informações para todos os indivíduos que delas possam necessitar para fins científicos e atendimento de outros interesses. Nesse esforço, as aproximações entre pesquisas de nível acadêmico e processos de ensino-aprendizagem são motivados, uma vez que se estabelece uma ligação direta entre ensino e pesquisa. O CMA é um local em que pesquisadores e estudantes passam a estabelecer diálogos que tem como ponto de interseção a valorização da memória, dos registros do passado e da percepção de visões diferenciadas dos problemas do presente da região, considerando os regimes de historicidade³¹.

Desde 2018, o CMA, por meio de acordos com instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e famílias detentoras de documentações, vem enfrentando os desafios de diversificar o acervo com responsabilidade social, adquirindo outros conjuntos documentais, no intuito de garantir melhores condições à preservação de documentos que são revestidos de significados na relação entre o passado e presente amazônico, ampliando seu acervo para além da documentação originária do TJ-PA, cujo convênio está relacionado à criação do CMA. Nesse caso, trata-se dos seguintes acervos:

30 BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005, p.328.

31 HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Título do Acervo	Ano de Aquisição	Origem/Doador
Rosa Marga Rothe	2018	Família – doação da filha e cantora, compositora e musicóloga Iva Rhote Neves.
Lauro Nina Sodré e Silva	2018	Família – doação da bisneta Vanda Viveiros de Castro
Paulo César Fonteles de Lima	2019	Instituto Paulo Fonteles – doação da professora Leila Mourão.
Arthur Napoleão Figueiredo	2020	Laboratório de Antropologia do IFCH – doação da professora Jane Felipe Beltrão.
Fotografias da Universidade Federal do Pará	2019	Museu da UFPA – doação do fotógrafo Patrick Pardini.

O fundo Acervos Pessoais vem ampliando as potencialidades e variedade de acervo documental do CMA para além da expressiva documentação judiciária que ocupa apenas 50% de suas estantes deslizantes. Nesse sentido, por meio de negociações variadas, o centro adquiriu documentação nas áreas temáticas das questões agrárias, movimentos sociais, sindicalismo, política, direitos humanos e outros temas significativos à reconstrução do passado amazônico. Mas, para receber tais acervos, o CMA garante aos doadores que se responsabiliza por todas as medidas necessárias ao tratamento, catalogação e disponibilização à pesquisa de todo os conjuntos documentais sob sua guarda.

Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas

O Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas – CDHBA, criado a partir do convenio formalizado em 2013 entre a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA e TJ-PA³², tem a guarda da documentação da Comarca de Santarém, da década de 1830 até 1988. Todavia, possui alguns poucos documentos que datam do final do século XVIII que abrange em sua maior parte, o município de Santarém. O Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas tem realizado trabalho de organização, higienização e catalogação dessa documentação, e busca parcerias com o objetivo de desenvolver

32 Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Secretaria de Administração. Convênio nº 35/2013, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA, para os fins que especifica. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/419286-convenios-2013.xhtml>. Acesso em 10/04/2020.

trabalhos de restauro, pois seu acervo é importante para a história da região do Baixo Amazonas.

O CDHBA, em seus sete anos de existência, já acumula experiências na luta por um espaço que oportunize os usos dos documentos judiciais como fonte de pesquisa para história e sua documentação está disponível à comunidade acadêmica e ao público em geral. Esse acervo é bem utilizado pelos alunos dos cursos de História e Arqueologia da UFOPA, já que os documentos servem como fontes para elaboração de trabalhos de conclusão de curso nos níveis de graduação e pós-graduação. Arqueólogos, e historiadores, por exemplo, se interessam pelos inventários, levando em consideração que este tipo de documento pode servir a vários cursos, visto que permitem a identificação de imóveis e objetos, entre outros artefatos que tornam possível as reconstruções históricas, partindo de memórias e outros elementos para a compreensão do presente³³.

O centro desenvolve um conjunto de ações que têm como objetivo apresentar as atividades do CDHBA aos moradores das comunidades vizinhas interessados em preservar os documentos pessoais que possuem em suas residências, e assim garantir a preservação de documentos familiares. Trata-se de uma estratégia relevante no sentido de despertar interesse em guardar documentos e valorizar memórias que é um passo muito importante ao desenvolvimento da consciência histórica partindo das comunidades.

Além dessas parcerias com os acadêmicos locais, em 2016, o centro investiu em uma parceria com a “Unité Mixte de Recherche 208 Patrimoines locaux et gouvernance” (UMR 208 PALOC), sob a supervisão dos “Institut de Recherche pour le Développement” (IRD) e “Museum National d’Histoire Naturelle” (MNHN), de Paris³⁴, para o *Projeto Restauração, Organização e Preservação de Documentos Históricos*, sob a coordenação da professora Isabel Teresa Creão Augusto. Essa cooperação contou com o apoio e empenho da antropóloga francesa Emilie Stoll³⁵. Nesse ínterim, também foram efetuadas outras parcerias, como, por exemplo, um como Grão-Ducado de

33 Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Programa Arquivo Vivo. Entrevista com o professor Gefferson Rodrigues, diretor do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas. Disponível em <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=828093>

34 Informação disponível em: <https://cdhba.hypotheses.org/115#more-115>. Acesso em 30.12.2020

35 Emilie Stoll, pesquisadora do Centre National de Recherche Scientifique.

Luxemburgo³⁶, em 2018, que resultou na digitalização de inventários, processos cíveis e criminais, resultando em três catálogos que podem facilitar a busca. Também foi feita uma parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Santarém, resultando na digitalização de trinta livros de Decretos e Portarias da Prefeitura Municipal (1931-1959)³⁷.

Recentemente, O CDHBA aprovou um projeto em chamada do Modern Endangered Archives Program – MEAP³⁸, coordenado pela UCLA Library da Universidade da Califórnia, Los Angeles, nos Estados Unidos. O projeto é resultado de grande esforço de cooperação envolvendo várias instituições do Brasil e estrangeiras. Do lado brasileiro, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Universidade Federal do Oeste do Pará e do exterior, o Centre National de Recherche Scientifique.

O que se pode perceber é que, além de oficinas, palestras, parcerias e eventos, esse é mais um centro que não se propõe a ser apenas um lugar para tratamento de documentos, pois investe na discussão sobre memórias, cidadanias e outros debates sociais em seu espaço físico e por meio virtual. É importante destacar que, de modo geral, as atividades ocorrem com uso da documentação, considerando as metodologias adequadas aos campos científicos específicos e a forma de sistematização destas fontes documentais, visto que, a partir desse ponto, acontece a divulgação do acervo e suas possibilidades.

A coordenação do Centro de Documentação do Baixo-Amazonas tem trabalhado para proporcionar o acesso à informação, alcançando o público interessado em conhecer as relações entre os arquivos judiciais e as memórias amazônicas. Nos autos de processos judiciais ficam registradas memórias

36 Digitalização do acervo Judiciário do TJPA, século XIX com elaboração de três catálogos de inventários, processos cíveis e criminais com apoio da Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo & Institut de Recherche pour le Développement (IRD). Disponível em: <https://cdhba.hypotheses.org/projetos-finalizados> Acessado em 10/10/2020.

37 O projeto digitalizou documentos do poder executivo municipal, acondicionados no Centro Cultural João Fona (CCJF), também conhecido como Museu João Fona, da Secretaria Municipal de Cultura de Santarém. O acervo é constituído essencialmente de documentos relativo ao poder executivo municipal como leis, portarias e decretos de um período que se estende de 1894 a 1959. O acervo é formado por 32 livros que permanecem no CCJF e uma versão digitalizada armazenada no CDHBA. Em uma etapa posterior será realizada a catalogação dessa documentação. Informação disponível em: <https://cdhba.hypotheses.org/projetos-finalizados>. Acessado em 10.10.2020.

38 Programa de Arquivos Modernos em Perigo. UCLA Library da Universidade da Califórnia, Los Angeles. Edição 2020. Disponível em: <https://cdhba.hypotheses.org/470>. Acesso em 10.10.2020.

sobre experiências vividas, o que “Aprofunda os elos que ligam passado e o presente”³⁹. Contudo, quando nos referimos à história, reiteramos que essa relação é via de mão dupla, pois não há passado estático e, portanto, absoluto. Há certo equilíbrio nesta relação, uma vez que o presente, sempre em movimento, refaz o passado. Mas a força desse em relação a influenciar o presente também é recorrente⁴⁰.

Projeto de Preservação Documental e Organização dos Arquivos Históricos de Bragança e de Ourém – Nordeste do Pará

A relação que resultou na guarda da documentação judiciária de Bragança teve início a partir da assinatura do convênio 01/2017 TJPA-UFPA⁴¹, campus de Bragança, através da Faculdade de História – FAHIST. A partir desse convênio, houve a elaboração do Projeto de Preservação Documental e Organização dos Arquivos Históricos de Bragança – PRODOC, que tem como objetivo organizar e salvaguardar os acervos históricos dos Fóruns da Comarca de Bragança e, a partir de 2019, também incluindo a documentação judiciária de Ourém⁴².

Os arquivos guardam documentos administrativos e judiciários (processos crimes, cíveis, inventários, etc.) referentes às comarcas de Bragança e de Ourém, datados de meados do século XIX até o ano de 1988. O projeto desenvolve atividades de conservação preventiva (higienização, catalogação, digitalização), como também processa o cadastro na plataforma do Sistema de Gestão de Processos Judiciais do Tribunal de Justiça do Pará conhecido também como

39 COSTA, Pedro Badini da. **Arquivo, informação e cidadania: a importância do resgate da memória judicial como exercício da cidadania** – o caso do projeto de organização do acervo arquivístico da Seção Judiciária do Rio de Janeiro do TRF da 2ª Região. Niterói, 2005.

40 HARTOG, Op. Cit,

41 Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Secretaria de Administração. Convênio nº 21/2017, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Universidade Federal do Pará- Campus de Bragança, para os fins que especifica. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/419277-convenios-2017.xhtml>. Acesso em 15/04/2020.

42 Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Programa Arquivo Vivo. Entrevista com a professora Magda Costa, coordenadora do Projeto de Preservação Documental e Organização dos Arquivos Históricos de Bragança e de Ourém no Nordeste do Pará. Disponível em <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=828106>

sistema LIBRA⁴³. Segundo a coordenação do projeto, a intenção é interagir com as escolas, através dos professores de história e com o curso de História do Campus Universitário de Bragança, apresentando ao público o variado acervo e sua utilidade para a escrita da história, enfatizando os significados das memórias sociais à cidadania e, portanto, a valorização das memórias de pessoas que viveram na área de abrangência do judiciário nesta parte do Nordeste paraense. A respeito desse tipo de interação, Cerri defende que:

Coloca-se a urgente necessidade de pensar o ensino da história para além dos pares dicotômicos conservadora/renovada, tradicional/moderna, etc., e começar a pensar o ensino de história institucionalizado como um fenômeno social de longa duração, cujas motivações e cuja lógica não estão limitadas às discussões contemporâneas sobre objetivos, conteúdos e métodos para a disciplina... É o consenso (legítimo ou não, fabricado ou não) sobre o que somos e o que queremos ser enquanto grupo que condiciona a função social do ensino da história, e a sua mudança não pode ser pensada fora do processo de transformação desse consenso.⁴⁴

A coordenação do PRODOC desenvolve oficinas e palestras com a participação de graduandos dos cursos de História e Pedagogia, discentes de pós-graduação do Programa de Linguagens e Saberes da Amazônia e do curso de especialização em Gestão da Informação Arquivística, pessoas da comunidade e de servidores dos fóruns. Assim, todos podem compreender a importância e os significados das memórias sociais que podem ser verificadas e inquiridas nos documentos do acervo em questão. Desse modo, as ações de ensino e extensão, partindo desses documentos, são importantes para alavancar questões de relevância à formação, contribuindo para a valorização de se vivenciar, elaborar e reelaborar diferentes formas de compreender o passado da região de abrangência do Campus Universitário de Bragança. Essa também é uma relevante estratégia de investida para incentivar e, em alguns casos despertar, consciências patrimoniais, como elementos significativos à construção da cidadania, até porque “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem

43 LIBRA-Sistema de Gestão de Processos Judiciais do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA).

44 CERRI, Luís Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v.2, n.6, p.93-112, 2001, p.92. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133/1614> Acesso em 18/012021.

como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”⁴⁵.

Partindo de estratégias para ensinar história usando documentos de séculos passados, podemos elaborar questões sobre o presente. Portanto, é possível fazer os sujeitos envolvidos na relação de ensino-aprendizagem em diferentes níveis cognitivos, despertar o entendimento de que aprender história é mais do que memorizar fatos restritos e desvinculados da sociedade em que vivem.

Os professores envolvidos no projeto PRODOC têm a perspectiva de criar um Centro de Documentação para que as atividades de tratamento da documentação e para que seus usos na perspectiva do ensino, pesquisa e extensão sejam propulsores para a valorização das escritas de histórias em diferentes dimensões e temáticas.

O Centro de Referência em História e Memória do Sul e Sudeste do Pará – CRHM

O CRHM também surgiu de inquietações de historiadores que despertaram para necessidade de cuidar da documentação judiciária devido ao peso que assumem para o conhecimento local. Portanto, inicialmente foi criado com o intuito de possibilitar o tratamento do acervo de processos judiciais de interesse histórico existente no Fórum de Marabá, assim como das instituições que estivessem diretamente ligadas a esse órgão.

A proposta visava adotar medidas de preservação de documentos e restauro de documentos para que não fossem perdidos diante do processo de degradação. Desse modo, procurou-se prolongar o tempo de vida e a qualidade de acesso às informações, tanto pelos docentes e discentes da UNIFESSPA como pela sociedade de modo geral. O projeto para constituição do CRHM foi iniciado em agosto de 2017, perdurando as tratativas administrativas, jurídicas e institucionais por alguns meses. Mas, em março de 2018, através de um Convênio Cooperação Técnica nº 14 entre o TJ-PA e UNIFESSPA⁴⁶.

45 Idem, p.111.

46 Poder Judiciário. Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Secretaria de Administração. Convênio nº 14/2018, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, para os fins que especifica. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/411284-convenios-2018.xhtml>. Acessado em 08/04/2020.

O CRHM passou a existir enquanto ação institucional voltada a guarda de documentos cíveis e criminais judiciários da comarca de Marabá e municípios vizinhos, referentes ao século ao período de 1930 a 1988.

O CRHM tem desenvolvido trabalhos intensos voltados à organização do referido acervo e, além de fazer a higienização e organização, a pequena equipe também insere os dados no sistema interno de controle dos processos do TJ-PA, o LIBRA, já que isso está previsto no convênio interinstitucional.

O CRMH procura envolver a comunidade em suas ações, tais como: rodas de conversas em feiras literárias na cidade, cursos de extensão para discentes e docentes da UNIFESSPA e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Marabá, exposições e cursos à distância. Investe em um leque de oportunidades voltadas a divulgação do setor que acolhe a documentação e procura traduzir sua importância, demonstrando que mais do que trabalhar com a organização e preservação documental, investe no ensino sobre a importância e do valor histórico do acervo documental, como, por exemplo, na exposição “Marabá: suas terras, suas gentes e suas histórias contadas através dos processos judiciários”, que foi apresentada na *III Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIFESSPA – JEPE*⁴⁷ e ocorreu em Marabá no ano de 2019.

Esse centro já é uma referência para as atividades dos cursos de Direito, Pedagogia, História e Ciências Sociais em Marabá. O CRMH também já iniciou algumas parcerias que estão com processos em tramitação, como uma frente à Universidade de Brasília – UNB, por meio de seu Programa de Pós-Graduação em História, incorporando dois novos professores colaboradores de pesquisa⁴⁸. É importante ressaltar que as temáticas mais trabalhadas com o uso dessa documentação são: relações de trabalho, gênero e família, homicídios, infância e trabalho, assistência à infância, violência e discurso jurídico, infância e pobreza, história pública e acervos judiciários, gênero e legislação

47 Divulgação do CRMH: [https://www.unifesspa.edu.br/noticias/4105-centro-de-referencia-em-historia-e-memoria-da-unifesspa-e-destaque-na-iii-jepe#:~:text=Um%20conv%C3%AAnio%20entre%20a%20Universidade%20do%20Par%C3%A1%20\(CRHM\)](https://www.unifesspa.edu.br/noticias/4105-centro-de-referencia-em-historia-e-memoria-da-unifesspa-e-destaque-na-iii-jepe#:~:text=Um%20conv%C3%AAnio%20entre%20a%20Universidade%20do%20Par%C3%A1%20(CRHM).). Acesso em 12.12.2020.

48 Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Programa Arquivo Vivo. Entrevista com a professora Leticia Souto Pantoja, coordenadora do Centro de Referência em Memória e História do Sul e Sudeste do Pará. Disponível em <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=828107>

eleitoral, pedagogia dos traumas coletivos, entre outros⁴⁹. Essas questões nos levam a Rüsen⁵⁰, ao afirmar que a consciência histórica pode ser vista como uma interpretação que se insere no quadro de referências de orientação de vida prática atual que pode vir abrir perspectivas de futuro. É justamente nessa direção que a coordenação do centro tem trabalhado com os professores de escolas locais, apontando as alternativas e possibilidades de usos da documentação judiciária como material didáticos, desde a Educação Básica.

Arquivo da Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto

A Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto, fundada na cidade de Vigia, em outubro de 1871, por um grupo de pessoas que desejavam dispor de um espaço de sociabilidade para compartilhar valores culturais por eles considerados civilizados⁵¹ sendo a única que formalizou convênio com o TJ-PA, que não é uma IES. Trata-se de entidade bem antiga, surgida a partir do interesse de um grupo de letrados formado na efervescência cultural do final do oitocentos. O arquivo acolhe documentações variadas, embora inicialmente foi constituída como biblioteca que acolhia os relatórios do governo provincial, revistas, diários e livros.

O Convênio nº 046/2018, formalizado com o TJPA⁵², garantiu a essa Sociedade a salvaguarda dos documentos do Cartório Raiol e Cartório Vilhena, doados pelos funcionários do dito cartório e cedidos pelo TJ-PA através do referido convênio. Com processos das áreas cível e criminal no referido cartório, também estava o acervo eleitoral, livros de notas e de outros assuntos (1802-1970). O acervo da Sociedade conta com documentação referentes

49 Os temas mais pesquisados são registrados em fichas de registro e controle de pesquisado CRHM.

50 RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: Teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001, p. 83.

51 SOEIRO, Antônio Igor Palheta. *Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” na cidade de Vigia (1871- 1882)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém, 2012, p.15.

52 Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Secretaria de Administração. Convênio nº 46/2018, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Sociedade Beneficente Cinco de Agosto, para os fins que especifica. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/411284-convenios-2018.xhtml>. Acesso em 14/04/2020.

aos municípios de Colares, Tauá, São Caetano, Curuçá, Marapanim e outros. Recentemente negociou a guarda do acervo do Cartório do distrito de Porto Salvo (Vigia de Nazaré), que ainda não foi transferido integralmente, mas, em breve, estará recebendo as intervenções devidas pela equipe que atua na Cinco de Agosto⁵³.

As atividades referentes ao acervo do TJ-PA, sob guarda da Sociedade, ocorrem com o envolvimento dos sócios da diretoria e de discentes dos cursos de história do Campus da Universidade Estadual do Pará – UEPA e do curso Técnico de Eventos da IFPA. A Cinco de Agosto conta com poucos recursos financeiros, sendo mantida por mensalidades dos sócios e por um modesto repasse financeiro da Câmara Municipal de Vigia no período de 2017 a 2020. A Sociedade não desenvolve atividades referentes ao acervo judiciário com as escolas, mas vem divulgando seu acervo por meio de um blog⁵⁴.

A Sociedade Cinco de Agosto se prepara para iniciar o processo de digitalização do acervo, a partir do Cartório Raiol, o que está sendo possível devido a contemplação no Prêmio PROEX de 2019, com a aquisição de um computador, um tripé e uma máquina fotográfica apropriada para a montagem de uma ilha de digitalização e por aquisição amparada pelo Edital da Lei Aldir Blanc, além de parcerias com a Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré e com o Grupo de Pesquisa RUMA: População, Família e Migração na Amazônia.

Conclusão

Apresentar esses acervos, formas de gerenciamentos, estratégias de tratamento documental, usos no ensino e em ações extensionistas, foi um caminho que encontramos para discutir algumas experiências alavancadas a partir de 2007, com o primeiro convênio frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no caso com a UFPA, resultando na criação do Centro de Memória da Amazônia. Após quase quinze anos, é perceptível que as instituições de ensino, e até mesmo uma entidade, como a Sociedade Cinco de Agosto efetuaram convênios e vêm investindo na preservação documental com responsabilidade

53 Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Programa Arquivo Vivo. Entrevista com o professor Antonio Igo Soeiro, diretor da Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto. Disponível em <http://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=828105>

54 Endereço do Blog da Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto: <http://cincodeagostovigia.blogspot.com/>

social e patrimonial, mesmo que a maioria passe por dificuldades financeiras para levar em frente à árdua e prazerosa missão de cuidar dos acervos, e, com isso, garantir condições adequadas de disponibilização ao público.

Para obter recursos, esses setores institucionais e projeto elaboram propostas para submeterem as chamadas no exterior, até porque no Brasil são escassas as chamadas de instituições voltadas a apoiar os acervos, principalmente no Pará, onde não há nenhum programa disponibilizando recursos financeiros para a preservação, restauro, catalogação, digitalização e divulgação de acervos. Esses centros de documentação e projetos também recorrem a outras fontes de recursos públicos, como os das próprias instituições, emendas parlamentares, secretarias municipais e outros parceiros. Isso ocorre pela falta de compreensão que alguns gestores têm quanto ao significado, importância e valor dos acervos documentais para a formação de profissionais e cidadãos com consciência patrimonial. Não obstante, também é preciso lembrar que todo o trabalho com esses documentos e registros de memórias, muitas vezes são vistos como não produtivos ou somente perda de tempo com “alfarrábios empoeirados” ou “papéis velhos e antigos”.

Na realidade, esses documentos são matérias-primas da história científica, portas para dialogar com memórias sociais e produzir narrativas sobre o passado para além da academia e material de ensino de história, educação patrimonial, preservação de memórias, enquanto patrimônio social, histórico e cultural e elemento significativo de autoconhecimento de indivíduos e comunidades.

Os que se aventuram e assumem a responsabilidade de cuidar desses acervos entendem muito bem o valor científico, laboratorial e social que o cuidado com esses documentos assume. Sabem também que a relação de ensino-aprendizagem não ocorre apenas na sala de aula convencional ou tradicional e que as ciências humanas podem e devem usar laboratórios como esses para o ensino. As IES, principalmente da rede pública, estão investindo na organização de acervos por reconhecerem a importância desses para alavancar o conhecimento científico nas áreas das humanidades. Pelas próprias razões apontadas nesse artigo, isso é um bom indicativo. E um amparo maior é saber que no plano internacional há organizações criadas para fortalecer setores universitários voltados aos acervos, como o *Comitê Internacional de Museus Universitários e Coleções do Conselho Internacional de Museus*. Contudo, nos referindo ao Brasil,

não seria muito usar o termo “Guardiães de Memórias” aos que se dedicam a enfrentar os desafios que é cuidar dos acervos documentais.

Álbum de fotografias das instituições com acervos judiciais obtidos por meio de convênios com o TJ-PA



Bolsistas do CMA executando a etapa de digitalização da documentação. Belém- PA, 2021



Estudantes de graduação em História de universidades públicas e particulares em prática no CMA, Belém- PA, 2019.

Fonte: Arquivo do Centro de Memória da Amazônia. Fotografias cedidas pelo professor William Gaia Farias.



Bolsista da embaixada de Luxemburgo Camila Gomes escaneando um documento do século XIX no CDHBA, Santarém - PA, 2018.

Fonte: Arquivo do Centro de documentação Histórica do Baixo Amazonas Disponível em <https://cdhba.hypotheses.org/>.

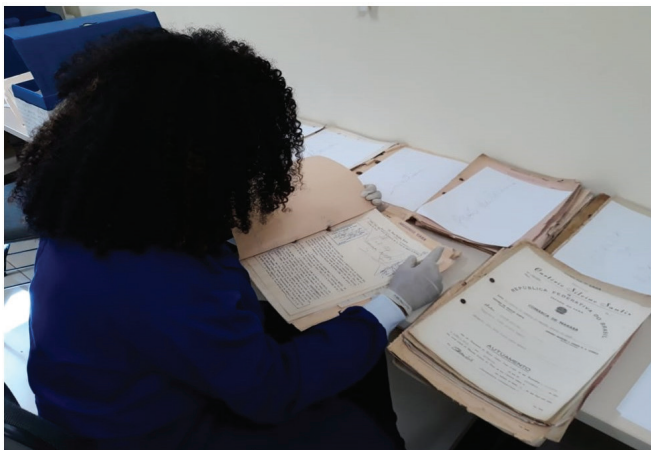


Luziane Lobato, ex-aluna do curso de História da UFOPA e pesquisadora do CDHBA (bolsista IRD / França), explica aos futuros arqueólogos os trabalhos que ela vem desenvolvendo com a documentação sobre escravidão em Santarém na segunda metade do século XIX. Santarém-PA, 2019.

Fonte: Arquivo do Centro de documentação Histórica do Baixo Amazonas Disponível em <https://cdhba.hypotheses.org/>.



Exposição dos processos judiciais do CRHM: *Marabá: suas terras, suas gentes e suas histórias contadas através dos processos judiciais*– Marabá– PA, 2019



Bolsista em atividade de tratamento de documentos na Sala de pesquisa do CRHM UNIFESSPA – Marabá– PA, 2019.

Fonte: <https://www.unifesspa.edu.br/noticias/4105-centro-de-referencia-em-historia-e-memoria-da-unifesspa-e-destaque-na-iii-jepe>. Acessado em 26.02.2021.



Discentes da Universidade Estadual do Pará, curso de História, pesquisando no acervo documental do TJPA na Sociedade Cinco de Agosto, Vigia - PA, 2019.



Organização do acervo Judiciário do Cartório Vilhena e Raiol, na Sociedade Cinco de Agosto, Vigia – PA, 2019.

Fonte: Arquivos da Sociedade Cinco de Agosto. Fotografias cedidas pelo professor Antonio Igo Soeiro.



Este livro-coletânea é formado por artigos que resultam de experiências de pesquisa e ensino de membros do Grupo Militares, Política e Fronteiras na Amazônia. Há textos que relacionam diferentes temáticas e temporalidades no âmbito da História Social da Amazônia, considerando aspectos políticos, institucionais, militares, gestão de arquivos, questões urbanas e rurais em suas relações sociais, organizações, disputas e conflitos, ocorridos ao longo dos séculos XIX, XX e início do XXI. Os artigos privilegiam a análise de diferentes conjuntos documentais na construção dos textos ou como objeto central da análise, privilegiando debates atualizados do campo da história sem desprezar os diálogos com outros campos que, considerando as especificidades, possibilitam relevantes análises sobre temas de História da Amazônia.



ISBN 978-65-5563-128-9



9 786555 631289